



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

**EM BUSCA DA LIBERDADE: MEMÓRIA DO MOVIMENTO FEMININO PELA
ANISTIA EM SERGIPE (1975-1979)**

Maria Aline Matos de Oliveira

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2020

MARIA ALINE MATOS DE OLIVEIRA

**EM BUSCA DA LIBERDADE: MEMÓRIA DO MOVIMENTO FEMININO PELA
ANISTIA EM SERGIPE (1975-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Relações Sociais e Poder.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Costa Cardoso.

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2020

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

O48e Oliveira, Maria Aline Matos de
Em busca da liberdade : memória do movimento feminino pela anistia de Sergipe (1975-1979) / Maria Aline Matos de Oliveira ; orientadora Célia Costa Cardoso. – São Cristóvão, SE, 2020.
175 f. : il.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. História. 2. Ditadura. 3. Mulheres - História. 4. Anistia - Sergipe. I. Cardoso, Célia Costa, orient. II. Título.

CDU 930-055.2(813.7)

MARIA ALINE MATOS DE OLIVEIRA

**EM BUSCA DA LIBERDADE: MEMÓRIA DO MOVIMENTO FEMININO
PELA ANISTIA EM SERGIPE (1975-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Relações Sociais e Poder.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Costa Cardoso

Aprovada em: 16 de julho de 2020

Profa. Dra. Célia Costa Cardoso (UFS)
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof. Dr. Marcos Silva (UFS)
(Examinador Interno)

Profa. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte (UFCE)
(Examinadora Externa)

Dedico esta dissertação aos meus pais, Antônio Elpídio e Eraldina Oliveira, por tanto amor e incentivo aos estudos. E por serem exemplos de sabedoria e humildade, virtudes que formaram o meu caráter.

AGRADECIMENTOS

“O futuro pertence àqueles que acreditam na beleza de seus sonhos” (Eleanor Roosevelt). Acredito exatamente nisso, sonhar é o primeiro passo para conseguir o que se quer. Essa dissertação é fruto de muito estudo, pesquisa e dedicação. Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me dado força e coragem em momentos de desânimo e dificuldade, por ter sido meu guia e protetor ao longo dessa caminhada. Aos meus queridos pais, Antônio Elpídio de Oliveira e Eraldina Ciriaco M. Oliveira, pelo incentivo aos estudos e por tanto amor. Ao meu noivo Ramon Santos, companheiro de lutas e batalhas, pelo carinho nos momentos de dificuldade, à minha irmã Jaqueline Matos, aos meus sobrinhos Davi e Fábio Júnior e a todos da família Glória: minhas tias e tios, primas e primos pelo apoio.

À minha orientadora, Dra. Célia Costa Cardoso, pela paciência, incentivo e apoio que foram fundamentais na construção desse trabalho. Também deixo meu agradecimento especial aos professores: Edna Maria Matos, Marcos Silva, Ana Rita Fonteles Duarte, Fernando Sá, e a todos os docentes da Pós-Graduação em História. Agradeço, também, aos entrevistados dessa pesquisa, os ex-militantes do MFPA: Ana Soares de Sousa, Zelita Correia, Maria Elisa Cruz, Tereza Cristina Graça, Jackson Barreto, Ana Maria Côrtes e Enaide Azevedo (filha de Núbia Marques) que contribuíram imensamente ao desenvolvimento desse estudo.

Agradeço, de forma muito especial, a todos do Colégio Estadual de Porto de Sauipe, em especial à diretora Cláudia Scharamm e aos professores Valnise Neves, Ana Melo, Luzia Martins, Danielle Leite e à secretária Josy Moraes. O primeiro ano dessa pesquisa foi um grande desafio, viajava 440 quilômetros semanais, um percurso entre disciplinas do mestrado e a docência em Porto de Sauipe, não foi fácil, mas tive a oportunidade de trabalhar ao lado de pessoas muito especiais que me ajudaram na conquista desse sonho. Aos queridos amigos da pós-graduação, Cassiano Celestino, Cândida Oliveira, Ana Teodózio e Alan Ferreira pelo apoio e força nessa labuta diária. À Taís Danielle Alcântara, Edilene Muniz e a Luzimary Rocha, amigas da UFS para a vida.

E, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento dessa pesquisa no segundo ano do mestrado. Gratidão a todos!

Em memória daqueles que sonharam com um novo dia, daqueles que morreram pela liberdade, acreditando que o sol ia raiar trazendo a tão almejada democracia.

“É possível destruir o sonho de um ser humano quando ele sonha para si, mas é impossível destruir seu sonho quando ele sonha para os outros, a não ser que lhe tirem a vida. Os ditadores jamais destruíram os sonhos dos que sonharam com a liberdade do seu povo. Morreram-se os ditadores, enferrujaram-se as armas, mas não destruíram os sonhos de quem ama ser livre”.

Augusto Cury

RESUMO

Esta pesquisa analisa a atuação do Movimento Feminino pela Anistia de Sergipe, fundado em 1978. A ditadura civil-militar no Brasil foi instaurada em 1964, com um golpe de Estado. Perseguições, torturas, mortes, desaparecimentos e exílios foram os mecanismos arbitrários utilizados pelos militares, para manter o regime ditatorial no poder. A década de 1970 representou um marco de crise no sistema vigente; nesse sentido, a oposição uniu forças e, assim, surgiu o Movimento Feminino pela Anistia em 1975, liderado pela advogada Therezinha Godoy Zerbine, que se propôs a romper regras e instituir uma Campanha Nacional pela Anistia em prol da redemocratização do país. Essa campanha se expandiu por diversos estados brasileiros. E em apoio ao Movimento Nacional, foi fundado em Sergipe o núcleo do Movimento Feminino pela Anistia, liderado pela professora universitária Núbia Marques, por um grupo de mulheres, militantes e familiares de presos políticos. Este trabalho tem a finalidade de investigar o Comitê Feminino pela Anistia de Sergipe; e, para isso, pretende-se compreender como foi divulgado o Movimento no estado, quais campanhas, eventos e meios de comunicação foram utilizados com o objetivo de apresentar a luta do MFPA à sociedade sergipana. Da mesma forma, pretende-se entender a memória do MFPA e analisar o papel da mulher como protagonista da história e instrumento de força política, ao fundar o Comitê Feminino no estado. Em relação à metodologia da pesquisa, utiliza-se a história oral, com a realização de entrevistas aos membros que formaram o Comitê Feminino, como também a análise de jornais sergipanos da época e de relatórios do Serviço Nacional de Informações. Por fim, a pesquisa pretende contribuir para a produção historiográfica brasileira, destacando o protagonismo feminino na campanha pela anistia em Sergipe e no Brasil.

Palavras-chave: Ditadura. História. Memória. Anistia. Mulheres.

ABSTRACT

This research analyzes the action of the Women's Movement for the Amnesty of Sergipe, founded in 1978. The civil-military dictatorship in Brazil was established in 1964, with a coup d'état. Persecution, torture, death, disappearance and exile were the arbitrary mechanisms used by the military to keep the dictatorial regime in power. The 1970s represented a milestone of crisis in the current system; In this sense, the opposition joined forces, and so the 1975 Women's Amnesty Movement, led by lawyer Therezinha Godoy Zerbine, set out to break rules and institute a National Campaign for Amnesty in favor of the redemocratization of the country. This campaign spans several Brazilian states. And in support of the National Movement, the nucleus of the Amnesty Women's Movement was founded in Sergipe, led by university professor Nubia Marques and a group of women, militants and relatives of political prisoners. This paper aims to investigate the Women's Committee for Sergipe Amnesty; To this end, it is intended to understand how the Movement was disseminated in the state, which campaigns, events and media were used in order to present the struggle of the MFPA to the society of Sergipe. Likewise, we intend to recover the memory of the MFPA and analyze the role of women as protagonist of history and instrument of political force, by founding the Women's Committee in the state. Regarding the research methodology, oral history is used, through interviews with members of the Women's Committee, as well as the analysis of Sergipe newspapers of the time and reports from the National Information Service. Finally, the research aims to contribute to the Brazilian historiographic production, highlighting the female protagonism in the amnesty campaign in Sergipe and Brazil.

Key words: Dictatorship. Story. Memory. Amnesty. Women.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Anúncio do MFPA e imagem da presidente Núbia Marques	59
Figura 02	Anúncio do núcleo do MFPA de Sergipe	69
Figura 03	Ato pela anistia em Aracaju	82
Figura 04	Manifestação a favor da anistia em Aracaju	83
Figura 05	Passeata a favor da anistia no centro de Aracaju	84
Figura 06	Anúncio da formação do MFPA no jornal A Defesa.....	94
Figura 07	Capa do jornal Brasil Mulher em 1975.....	113
Figura 08	Capa do jornal Nós Mulheres em 1976	117
Figura 09	Ana Côrtes com seu filho Eduardo e Bosco no presídio de Itamaracá/PE	139
Figura 10	Diploma de Mérito da OAB de Zelita Correia	150
Figura 11	Ana Côrtes recebendo o título de Cidadã Aracajuana	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ACO	Ação Católica Operária
ACI	Ação Católica Independente
AI	Ato Institucional
AP	Ação popular
APML	Ação Popular Marxista Leninista
CBA	Comitê Brasileiro da Anistia
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEX	Centro de Informações do Exterior
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CULTART	Centro de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe
DCDP	Divisão de Censura e Divisões Públicas
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOI-CODI	Departamento de Operações de Informações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
IPM	Inquérito Policial Militar
MCP	Movimento de Cultura Popular
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MEB	Movimento de Educação de Base
FASC	Festival de Arte e Cultura de São Cristóvão
JEC	Juventude Estudantil Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organizações das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SINTESE	Sindicato dos Professores do Estado de Sergipe
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SNI	Serviço Nacional de Informações
UAPPL	Universidade de Amizade dos Povos Patrice Lumumba
UNE	União Nacional dos Estudantes
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
USP	Universidade de São Paulo
VAR- Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
------------------	----

I “A VOZ FEMININA EM AÇÃO” NO QUADRO REPRESSIVO DA DITADURA

1.1 Mulheres em Cena no Cone Sul.....	31
1.2 Atuação e Tática do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil	35
1.3 Ampliação da Campanha pela Anistia e o Apoio dos Setores Sociais.....	50

II “O SOL DA LIBERDADE”: MEMÓRIA DO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA EM SERGIPE

2.1 O Comitê Feminino pela Anistia e a Mobilização Social “A Praça é do Povo”	73
2.2 A Igreja Progressista “entre a Cruz e a Espada” na Luta pela Anistia.....	87
2.3 O MDB em Sergipe e o Comitê Feminino - Uma Aliança pela Anistia	94

III DO MFPA AO CONSELHO DA CONDIÇÃO FEMININA: “FEMININO X FEMINISTA” NO MOVIMENTO DE MULHERES

3.1 A Voz Feminista nos Jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres	112
3.2 Feminino x Feminista: Duelo no Discurso do Movimento Feminino pela Anistia	118
3.3 Em Sergipe, a Ousadia e Atuação das Mulheres que Formaram o MFPA	123
3.4 “Tríade Subversiva”: Laura Marques, Ana Côrtes e Zelita Correia na Militância Feminina em Sergipe.....	129
3.5 Questões Feministas e o Conselho Municipal da Condição Feminina no Pós-Anistia.....	144

CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS

A- FONTES.....	158
B- BIBLIOGRAFIA.....	164
C- ANEXOS.....	171

INTRODUÇÃO

No Brasil, a ditadura civil-militar¹ instaurada em 1964 não foi articulada de uma hora para outra. Na verdade, diversos fatores da política nacional e internacional estavam em questão, desde o início da Guerra Fria, como a disputa entre o capitalismo e o socialismo. Diante desse contexto político, os articuladores do golpe civil-militar foram se organizando aos poucos, esperando o momento certo para entrar em cena. De tal modo que o ciclo de autoritarismo no país teve o apoio de setores da sociedade civil, de setores da Igreja Católica e de setores da classe média, de empresários e de políticos nacionais e internacionais. Todos se uniram contra o comunismo e contra as reformas de base, projetos utilizados para fomentar o golpe de Estado. “O golpe virou ditadura, isto é, com o evento de março de 1964, tornou-se o inaugurador do mais longo regime autoritário do Brasil Republicano” (FICO, 2014, p.11).

Ao assumirem o Poder Executivo em 1964, os militares iniciaram o processo arbitrário marcado pelo decreto do Ato Institucional (AI-1) de 9 de abril desse mesmo ano, sem requerer a aprovação do Congresso Nacional. A justificativa foi de que a “revolução” seria a fonte legítima do poder e, por isso, validaria a “legalidade jurídica”² das mudanças políticas ocorridas. Nesse sentido, “a solução caiu como um balde de água fria sobre o Congresso e alertou os menos radicais sobre o perfil indiscutivelmente autoritário e militar do novo regime” (FICO, 2014, p.100).

Após o AI-1, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a presidência da República, de 1964-1967. Dentro dessa conjuntura, esse Ato apresentava onze artigos, nos quais transferia parte dos poderes do Legislativo para o Executivo, limitava o Judiciário, suspendia as garantias individuais e permitia ao presidente da República demitir funcionários públicos, civis e militares, cassar mandatos e suspender os direitos políticos por dez anos, como também transferir militares para a reserva. Ou seja, algumas das medidas iniciais do

¹ O conceito de ditadura civil-militar surgiu entre os pesquisadores dessa temática. Justifica-se esse termo devido à participação e apoio da sociedade civil no golpe e no regime militar. Assim, o cientista político René Armand Dreifuss e os historiadores Daniel Aarão Reis Filho e Denise Rollemberg utilizam o termo ditadura civil-militar, referindo-se ao período de 1964-1985 no Brasil, no qual o golpe militar teve a participação de setores civis: Igreja, grupos de empresários, imprensa. In: NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

² A regulamentação jurídica do ato institucional deu-se com a estratégia do Comando Supremo da Revolução. Assim, os militares solicitaram ao advogado Carlos Medeiros da Silva fundamentar juridicamente um documento que regulamentasse a situação do novo regime; então, o primeiro Ato Institucional foi redigido oito dias após o golpe e assinado pelo autoproclamado Comando Supremo da Revolução, formado pelo general Costa e Silva, pelo almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald e pelo brigadeiro Correia de Mello. Dessa forma, para legitimar esse ato com embasamento legal, os militares utilizaram o discurso de que a Revolução seria a fonte mais expressiva do poder constitucional e, assim, o ato institucional foi outorgado sem a aprovação do Congresso Nacional. In: SCHWARCZ, Lilian M; STARLING, Heloisa M. No fio da navalha: ditadura e resistência. In: *Brasil: uma biografia*. São Paulo, Cia das Letras, 2015.

governo ditatorial foram a perseguição, a prisão e a cassação de mandatos dos parlamentares em todo o país. Essa estratégia ficou conhecida como operação limpeza.

Os novos donos do poder publicaram o Ato Institucional (AI-1), cujo preâmbulo deixava claro as intenções do regime que estava sendo implantado, deixava claro que a revolução não buscava no parlamento a sua legitimação, como também, limitava drasticamente seus poderes. O controle judiciário e a suspensão dos direitos fundamentais foram a forma de abrir caminho para a implantação da Doutrina de Segurança Nacional. (BORGES, 2007, p. 39)

Ainda em 1964, nasceu o Serviço Nacional de Informações³, com a Lei 4.341, de 13 de junho de 1964, sendo responsável pela vigilância e perseguição aos opositores do governo autoritário em todo território nacional. Além desse órgão, já se encontrava inscrito na estrutura repressiva e de espionagem do país o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que havia se regionalizado em 1961, e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), de 1957. Posteriormente, outras unidades foram se formando, como o Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), e o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), tudo isso aliado às ações da polícia federal e das Superintendências Regionais através do Ministério da Justiça.

Durante a ditadura civil-militar brasileira, a repressão política foi exercida conjuntamente por essas instituições que atuaram de forma unificada contra os opositores do regime ditatorial. Desse modo, o governo do General Castelo Branco representou a fase governamental de organização do projeto autoritário instaurado no país em 1964. Então, “Embora tenha passado à história como o maior representante da “ditabranda”, o governo Castelo Branco foi o verdadeiro construtor institucional do regime autoritário” (NAPOLITANO, 2014, p. 69), visto que em seu governo foram assinados três atos institucionais.

Nessa conjuntura, o Ato Institucional nº 2 (AI-2), decretado em 27 de outubro de 1965, dentre outras medidas, determinou a dissolução de todos os partidos políticos e estabeleceu a eleição indireta para o presidente da República e governadores. A extinção dos

³ No Brasil, SNI foi formado como órgão da Presidência da República. A sua função era de articular e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informações e contrainformações de interesse da instituição. O comandante da agência de segurança exercia prerrogativas de Ministro de Estado. Assim, a agência central do SNI tinha a função de estabelecer a ligação com as outras agências, “processar informes e informações e difundi-los, instruir e treinar pessoal, arquivar a documentação, entre outras atividades”. Nesse sentido, os órgãos trocavam informações entre si, em relação à oposição à ditadura civil-militar. Em relação ao MFPA-SE, os documentos analisados foram do SNI e do CISA. In: Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014. p. 117.

partidos foi depois substituída pelo ato de criação do bipartidarismo. Fato esse regulamentado pela Emenda Constitucional nº 4, que deu legalidade aos dois partidos que entravam em cena naquele momento: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição. Em seguida, outros atos institucionais⁴ foram lançados, tornando a arbitrariedade uma das características principais da ditadura civil-militar.

Nesse jogo de ação militar, cinco generais do exército brasileiro se alternaram no poder, com manobras e habilidades específicas no comando do Executivo. Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985). De modo que por 21 anos a sociedade brasileira conviveu com as agruras de uma ditadura civil-militar que perseguiu, matou, sequestrou e retirou a liberdade de parcela do povo brasileiro.

No entanto, mesmo diante das atitudes do governo autoritário, a resistência sempre existiu no país. A voz oposicionista foi erguida pelo movimento estudantil, por artistas, intelectuais, representantes do MDB, ala progressista da Igreja Católica e setores da sociedade civil. Então, esses movimentos sociais reuniram forças para promover de 1964 a 1968 diversas manifestações, passeatas e campanhas contra o sistema governamental.

Nessa perspectiva, em 1968 sucederam mobilizações sociais, políticas e culturais em vários lugares do mundo. No Brasil não foi diferente. O maior protesto contra a ditadura civil-militar aconteceu em 6 de junho, na cidade do Rio de Janeiro, com a chamada *passeata do cem mil*. Ou seja, mais de cem mil pessoas foram às ruas, manifestar-se contrariamente à situação política do país. No ato estavam presentes estudantes, artistas, intelectuais, operários e diversos setores da sociedade. Além da onda estudantil de contestação ao regime, esse período foi marcado pelo movimento sindical dos trabalhadores, com as greves dos metalúrgicos ocorridas em Contagem/MG e Osasco/SP.

Em seguida, o governo militar lançou o que já estava planejado em resposta a essas manifestações, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. Com esse Ato, o presidente da República tinha o poder de fechar o Congresso Nacional, as Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas, cassar mandatos de parlamentares, decretar estado de sítio, suspender as garantias constitucionais e do habeas corpus, entre outras medidas. Nesse clima de repressão, Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência da República de

⁴ AI-4, decretado em 7 de dezembro de 1966, convocou o Congresso Nacional e facultava ao chefe de Estado editar decretos-leis. Assim, os atos institucionais e complementares davam poderes ao presidente para editar normas em torno do ato institucional, sem a deliberação do Congresso e a apreciação judiciária.

1969 a 1974, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, que voltou a funcionar depois de um ano fechado e que revelava o peso da ausência de alguns parlamentares cassados. Médici governou com o apoio de setores populares, embora tenha recorrido à censura à imprensa e à repressão aos movimentos de oposição, com perseguições, torturas e mortes. Temos, como exemplo, o estudante de Geologia da USP, Alexandre Vanucchi Leme, líder do movimento estudantil, que foi morto em 1973, na sede do DOI-CODI, em São Paulo.

Nesse período, a Divisão de Censura e Divisões Públicas (DCDP), órgão ligado às Superintendências Regionais da Polícia Federal, que se dizia cuidador da moral e dos bons costumes, atuou com afinco no emprego da censura aos jornais, às revistas, aos meios de comunicação, aos livros, aos filmes, ao teatro e a qualquer manifestação contrária à ditadura civil-militar que fosse articulada ao campo cultural. Nessa circunstância repressiva, diversos artistas e intelectuais foram exilados, tais como: Gilberto Gil, Caetano Veloso, Glauber Rocha, Florestan Fernandes, entre outros.

[...] 1969 a 1974 foram os anos mais duros e sanguinários do regime militar, com o silenciamento quase total de qualquer manifestação contrária ao regime. Muitas pessoas foram presas arbitrariamente, submetidas a práticas de torturas; muitas foram mortas; outras se encontram desaparecidas até hoje. Os equipamentos de repressão do estado funcionaram a todo vapor para localizar e desarticular os chamados aparelhos, refúgios utilizados pelos militantes que atuavam na clandestinidade. (SOUZA, 2012, p. 27)

No entanto, na década de setenta iniciou-se uma espécie de “abre-alas”⁵, inaugurado com a política de distensão lenta, gradual e segura da ditadura civil-militar. Nessa conjuntura, em 1974, o General Ernesto Geisel, considerado da ala “castilhista” assumiu a presidência da República. No seu discurso, reafirmou a necessidade de uma abertura política controlada, entretanto, o seu governo foi marcado por crises econômicas e acirramentos políticos, representados pelas lutas sociais. Essas manifestações foram estimuladas pelo principal partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pela ação de setores da sociedade civil e outras agremiações políticas clandestinas, como o PCB e PC do B.

Nessa perspectiva, o partido do MDB iniciou uma campanha nacional para incentivar a participação do povo nas eleições de 1974. Para isso, lançaram um candidato presidencial sem respaldo do governo e incorporaram em seus discursos, temáticas ligadas à repressão, à autocracia das decisões do governo, ao aumento da inflação e ao modelo econômico; “a

⁵ Esse termo é utilizado pelo historiador Marcos Napolitano. Ver: NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

campanha do MDB teve todo fôlego e participação social” (NAPOLITANO, 2014, p. 242). Assim, o partido oposicionista, de âmbito legal, se aproximou dos intelectuais e passou a questionar e exigir a solução, por parte do governo, dos casos dos desaparecidos políticos.

A partir de 1974, esboçou-se uma grande frente oposicionista formada por empresários, políticos liberais, políticos de esquerda, movimentos sociais, movimento estudantil [...] depois de dez anos de uma ditadura que parecia triunfante e invencível. Além do MDB, as associações profissionais, os sindicatos, os movimentos de bairros, os artistas e os intelectuais passaram a acreditar que amanhã será outro dia. (NAPOLITANO, 2014, p. 248)

No entanto, mesmo durante o governo Geisel, que propagou uma abertura política “lenta, gradual e segura”, os órgãos de Segurança Nacional continuaram agindo contra a oposição, principalmente em relação aos movimentos progressistas de esquerda. A investida maior foi ao projeto de desarticulação do Partido Comunista, visto que, nas eleições de 1974, o MDB elegeu inúmeros parlamentares com o apoio clandestino do Partido Comunista Brasileiro.

Em sequência, em 1975, deu-se um episódio que revoltou setores da sociedade civil, principalmente a imprensa. O jornalista Vladimir Herzog se dirigiu, de forma voluntária, ao DOI-CODI de São Paulo, para prestar depoimento e saiu de lá morto. A versão dos militares em relação ao fato foi de suicídio. Eles divulgaram na imprensa a imagem do jornalista pendurado na cela para validar o que foi dito nacionalmente. No entanto, diante dessa situação de barbárie, parte da sociedade manifestou-se e esteve presente na missa em memória do jornalista Herzog, na Catedral da Sé em São Paulo. No ato religioso, havia mais de oito mil pessoas. Mesmo assim, a repressão continuou e, em 1976, o operário Manuel Fiel Filho foi morto em condição semelhante, na instalação do DOI-CODI em São Paulo. Essas mortes tiveram repercussão internacional e o governo brasileiro sofreu pressão para acelerar o processo de distensão política.

Diante desses fatos e com a mobilização nacional e internacional, o presidente Geisel demitiu o comandante do II Exército, o General Ednardo D’Ávila Melo. Contudo, o afastamento do comandante não impediu a continuação de arbitrariedade e práticas repressivas. De acordo com Marcos Napolitano (2014), a política do governo era de não dialogar com a oposição mais radical. Tal posicionamento provocou, em 1976, o chamado Massacre da Lapa, que causou a morte de militantes do PC do B em ação policial. No mesmo ano, houve o ataque com bombas a instituições de caráter oposicionista ao regime. Temos, como exemplo, o atentado ocorrido em 28 de agosto de 1976, na sede da Associação

Brasileira de Imprensa (ABI); como também na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio de Janeiro. Esses atentados foram atribuídos a um grupo de oposição à política de distensão, chamado Aliança Anticomunista Brasileira.

Contudo, mesmo com a repressão do sistema governamental, a resistência esteve presente no Brasil e se ampliou no governo Geisel, sendo representada pelo movimento estudantil, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por membros da ala progressista da Igreja Católica – vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e por setores da sociedade civil em geral. De modo que, em meados da década de setenta, a oposição à ditadura civil-militar “toma fôlego” para lutar em prol da liberdade democrática do país. Nessa conjuntura política, surge o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), instituição organizada por mulheres, que lançou a campanha pela anistia⁶ no país.

Assim, o Movimento Feminino pela Anistia surgiu em 1975, em São Paulo, fundado pela advogada Therezinha Godoy de Jesus Zerbine⁷ e por um grupo de mulheres. Esse movimento foi pioneiro na divulgação da campanha pela anistia no período ditatorial. Então, “[...] consoantes de que a anistia era uma necessidade imperiosa e somente através deste instituto do direito seria conseguida a união nacional [...] nós mulheres brasileiras imbuídas do senso de dever resolvemos sair a campo” (ZERBINE, 1979, p. 5). Nesse sentido, um dos objetivos dessa campanha era a luta pela anistia, que possibilitaria a volta de todos os exilados, banidos, e a libertação dos presos políticos do país.

O Movimento pela Anistia expandiu-se por diversos estados brasileiros, formando núcleos nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia,

⁶ O conceito de anistia remonta à Grécia antiga. Originário do substantivo grego *amnestia*, significa esquecimento e redenção. Segundo Mezarobba (2006), o primeiro registro da anistia foi datado por volta de 594 a.C. instituído por Sólon, na democracia Ateniense, aos envolvidos na Guerra Civil do Peloponeso. Assim, a lei da anistia surgiu pela necessidade de estabelecer a harmonia entre conflitantes e de manter a unidade da nação. Conforme Roberto Ribeiro: “pela sua origem, a anistia é irmã gêmea da democracia [...] veio estabelecer pela primeira vez a regra da convivência dos contrários, do respeito às minorias e à alternância de grupos no poder” (MARTINS, 1978, p.18). Sendo assim, constituiu-se em um ato político aplicado em situações de conflitos, guerras e revoluções, com o objetivo de perdoar e estabelecer a paz entre os cidadãos. Ao longo da história política do Brasil, a lei da anistia foi recorrida com o objetivo de reconciliação social. Ela esteve presente na história nacional, em todas as suas fases: Período Colonial, Reinado, Império e na República. Em momentos distintos, desde as lutas contra a colonização portuguesa, contra a repressão imperial, nas reivindicações ocorridas no Período Republicano, e nas batalhas contemporâneas pela liberdade nacional. Em todos esses momentos, a solução para “acalmar os ânimos” era o perdão e a pacificação da sociedade. Ver: MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros - anistia ontem e hoje*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁷ Therezinha de Godoy Zerbine (1928-2015) foi advogada, fundadora e Presidente Nacional do MFPA. Em alguns trabalhos, o nome Zerbine apresenta-se grafado com “i” (CARBONI, 2008, GRECCO, 2003, SOUSA, 2012 e DUARTE, 2012). No entanto, optamos por utilizar a grafia com “e”, que está presente no seu livro: ZERBINE, Therezinha Godoy. *Anistia: Sementes da liberdade*. São Paulo: Salesiano, 1979. Grafia que também é utilizada na assinatura registrada nos documentos e relatórios do MFPA Nacional.

Sergipe, Minas Gerais, Brasília, Goiás, Pernambuco, Paraíba, Ceará, entre outros núcleos. Em apoio ao movimento nacional, foi fundado, em Sergipe, o Movimento Feminino pela Anistia, em 1978, liderado pela professora universitária Núbia Marques e por um grupo de mulheres, militantes e familiares de presos políticos, membros da ala progressista da Igreja Católica e políticos do MDB. A particularidade desse comitê está na participação de homens e mulheres, que tornou o movimento caracterizado como misto. O Comitê Feminino pela Anistia também teve o apoio de intelectuais, jornalistas, assistentes sociais e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Sergipe.

Segundo o jornal *Diário de Aracaju* (1978), a cerimônia de abertura do Comitê Feminino pela Anistia, em Sergipe, foi realizada no dia 14 de maio de 1978, no Plenário da Assembleia Legislativa. O evento ocorreu com a celebração de uma missa por Dom Brandão de Castro, bispo de Propriá/SE. No ato, havia em média 300 pessoas, entre políticos do MDB, membros do clero progressista da Igreja Católica, advogados, médicos, professores, estudantes e sindicalistas.

A pesquisa tem o objetivo de analisar a atuação do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe. Para isso, pretende-se compreender o papel da mulher como protagonista da história, vinculada à fundação do comitê no estado e, ao mesmo tempo, questionar se o comitê incorporou bandeiras da causa feminista à época. Ou seja, será que a questão da luta pelos direitos das mulheres, de alguma forma, tornou-se presente na campanha pela anistia? A pesquisa examinou, também, a trajetória das mulheres que fundaram o MFPA no estado. Entre elas, destacou-se o percurso das ex-militantes, chamadas pela autora de “tríade subversiva”, Laura Marques, Zelita Correia e Ana Côrtes. Militantes que foram presas e torturadas em resistência à ditadura civil-militar, entre a década de sessenta e setenta. Então, o estudo investigou como a experiência dessas militantes contribuiu para organização e mobilização do MFPA em Sergipe.

Além disso, buscou-se entender como se deu a relação do núcleo do MFPA com outras instituições da sociedade: o MDB e a Igreja Católica. Assim, verifica-se como ocorreu a promoção desse diálogo coletivo na campanha pela anistia em Sergipe, visto que o Comitê Feminino foi organizado por mulheres e homens, principalmente por alguns políticos do partido de oposição e vigários religiosos. Em seguida, visa-se compreender como foi divulgado esse comitê, quais foram os eventos e os meios de comunicação utilizados na promoção da mobilização social, com o objetivo de apresentar a luta do MFPA à sociedade sergipana.

Já em relação ao protagonismo das mulheres que fundaram o MFPA/SE, evidencia-se, no engajamento da militância, a força feminina no seu cotidiano, ao quebrarem regras e tabus, e toda uma série de valores impostos pela sociedade. Ou seja, elas foram ousadas em promover a divulgação da campanha pela anistia no estado, em parceria com a mobilização da campanha nacional no contexto político repressivo. “[...] ousar adentrar no espaço público, privado, masculino por excelência foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem em diversas organizações [...] no Brasil durante a ditadura militar” (COLLING, 2004, p. 07).

Em relação à justificativa dessa pesquisa, verifica-se que, no campo da historiografia sergipana, o tema da anistia ainda é pouco estudado; de modo que são raros os trabalhos que abordam especificamente esse objeto de pesquisa. Nesse sentido, essa dissertação inova ao investigar a organização política das mulheres, e, assim, contribui para amenizar esse “esquecimento” histórico. Assim, esse estudo também se justifica socialmente, uma vez que se propõe compreender a atuação do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe, com suas peculiaridades e vicissitudes em relação ao cenário nacional.

O primeiro contato da autora com o tema do MFPA/SE ocorreu durante uma pesquisa realizada no Programa Institucional de Bolsas de iniciação à Docência (PIBID-CAPES-UFS) em 2014, orientada pela Dra. Célia Costa Cardoso; na qual abordou-se a participação das mulheres na formação do Comitê Feminino em Sergipe. A partir desse projeto de iniciação científica, foi iniciado o desenvolvimento desse estudo. A primeira etapa foi a busca das fontes históricas, por meio de visitas constantes ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e à Biblioteca Pública Estadual Epifânio Doria, onde estavam localizados os acervos dos jornais sergipanos. Na sequência, foi realizado o contato com alguns membros que formaram o Comitê Feminino em Sergipe, para a realização das entrevistas. Assim, em maio de 2016, após a participação em eventos e a elaboração de artigos científicos, finalizamos a monografia intitulada, *Em busca da liberdade: Memória do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe (1975-1979)*, sob a orientação do professor Dr. Fernando de Araújo Sá.

Então, a temática da história das mulheres e do MFPA sempre foi algo presente na trajetória de estudo desta pesquisadora, visto que há seis anos a pesquisa sobre esse tema é desenvolvida, tendo sido iniciada no PIBID, continuada na monografia e, agora, na dissertação de mestrado. Trabalhar com a metodologia de história oral, ao realizar entrevistas, é algo a que sempre houve aptidão por parte da autora da presente investigação, que decidiu estudar história por gostar de pessoas, de suas vivências e das trajetórias sociais, seguindo, então, o conceito de Marc Bloch (2001), de que a história é o estudo dos homens no tempo e no espaço. Assim, ao problematizar e contextualizar a luta das mulheres na campanha pela

anistia no período da ditadura civil-militar, essa pesquisa contribui para o avanço do conhecimento histórico.

Em relação ao referencial teórico-metodológico da pesquisa, foram utilizados os pressupostos de Michael Pollak, Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs, Michele Perrot, Paul Thompson. De modo que o estudo passou por diferentes campos da historiografia, abordando a relação entre história e memória, história oral e história das mulheres, a fim de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

Nesse sentido, inserido nas discussões sobre a memória está o uso das fontes orais. A história oral é uma metodologia capaz de produzir fontes históricas que dialoga com diversas áreas do conhecimento. Entre elas, destacam-se as Ciências Sociais, a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia. De acordo com Michel Pollak: “A história oral seria uma das possibilidades de reintroduzir nas ciências humanas, depois do período estruturalista, uma escrita não apenas subjetiva, mas, sobretudo literária” (POLLAK, 1989, p. 210). Ainda, em relação a importância da história oral, Paul Thompson afirma:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisas em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um, pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos. (THOMPSON, 1992, p.17)

Nessa perspectiva, compreende-se que a metodologia de pesquisa em história oral não se resume a realizar entrevista aleatoriamente, ou com o maior número de pessoas possíveis. Visto que não é a quantidade de entrevistas que define a qualidade de uma pesquisa, mas sim o seu problema. Conforme Verena Alberti (2004), a história oral é um meio de ampliação das fontes históricas e, para isso, é necessário entender qual é o objetivo do estudo, definir quem são as pessoas que serão entrevistadas e a importância delas para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica. “Sendo um método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesmo, e sim um meio de conhecimento” (ALBERTI, 2004, p. 2). Como nos arquivos documentais, o historiador faz uma seleção minuciosa de quais documentos servem para a sua pesquisa. Nas fontes orais, o percurso é semelhante. É necessário definir o grau de participação e importância das pessoas entrevistadas, para a validação do estudo.

Uma pesquisa de história oral pressupõe sempre a pertinência da pergunta, como os entrevistados viam e veem o tema em questão? O que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que

aquele tema ocupava (e ocupa) no contexto histórico e cultural dado? A escolha das entrevistas não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens e sim, a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. (ALBERTI, 2004, p. 31)

De acordo com essa acepção, o papel do historiador que trabalha com fontes orais segue um método próprio, no qual ocorrem diversas fases e processos, desde a escolha e pertinência do tema, verificação se há possibilidade do uso de fontes orais na pesquisa, como também a organização das entrevistas, que devem seguir uma sequência: o roteiro, a gravação, a transcrição e a análise dos dados, cruzando-os com outras fontes documentais. Esse é um dos processos de validação da história oral que segue uma metodologia específica.

Se a memória é socialmente construída é obvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer deve a meu ver, ser aplicada a fontes de todo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. (POLLAK, 1992, p. 207)

Nesse contexto, Durval Albuquerque (2007) enfatiza que o papel do historiador é decifrar as palavras que chegam do passado e formular sentido a elas, realizando um processo de percepção dos fatos e acontecimentos por meio dos vestígios, que chegam aos pedaços. Então, “ser historiador do passado ou do presente, além de outras qualidades, sempre exigiu erudição e sensibilidade no tratamento de fontes, pois delas depende a construção convincente de seu discurso” (PINSKY, 2008, p.10). Desse modo, é necessário compreender esse passado, para, posteriormente, formular uma narrativa dos acontecimentos históricos.

A história oral, nesse sentido, não consiste em narrar um simples relato de vida, mas, principalmente, fundamenta-se em produzir conhecimento histórico e científico. Dando a oportunidade para novas versões da história, ao dar voz a inúmeros narradores diferentes, proporcionando uma história mais democrática. Assim, a história oral “[...] devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhe dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas” (THOMPSON, 1992, p. 337).

Essa pesquisa, que se apropriou dos referenciais teórico-metodológicos da história oral, realizou entrevistas com os principais integrantes do Comitê Feminino pela Anistia em Sergipe. Nesse sentido, citamos: Zelita R. Correia dos Santos, Ana Maria Santos R. Côrtes,

Ana Soares de Souza, Maria Eliza Cruz, Tereza Cristina Cerqueira Graça, Eneida Azevedo (filha de Núbia Marques) e com o ex-governador de Sergipe, Jackson Barreto Lima, que na época, era líder do MDB-SE e foi membro do núcleo do MFPA/SE.

Às entrevistas, que são o “arcabouço” dessa dissertação, soma-se o cruzamento de dados de outras fontes documentais. Nessa acepção, o acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo possibilitou a ampliação das fontes dessa pesquisa, de modo que os documentos encontrados foram fundamentais para entender a repressão e a vigilância dos órgãos de segurança nacional, em relação aos membros do MFPA/SE. Nesse acervo foram encontrados relatórios e informes do Serviço Nacional de Informações (SNI) – agência regional de Salvador, responsável pela vigilância do estado de Sergipe.

Dentre os documentos analisados, temos: antecedentes criminais de membros do MFPA/SE (Zelita Correia dos Santos, Laura Marques, Ana Maria Santos R. Côrtes), antecedentes criminais de parlamentares do MDB/SE (Jackson Barreto, Jonas Amaral, Gilvan Rocha), do bispo Dom José Brandão, de Propriá/SE e do padre Joaquim Antunes Almeida. Também foram analisados relatórios da Polícia Federal - Superintendência Regional de Sergipe, em relação aos atos e manifestações do MFPA realizados em Aracaju em 1978. Dentre os documentos, foram encontrados panfletos, informes e declarações confidenciais sobre a atuação do MFPA em Sergipe. Outras fontes documentais da pesquisa são: fotografias, livros, poemas, memoriais e panfletos do acervo da fundadora do MFPA/SE, Núbia Marques, cujo acesso foi obtido devido à gentileza de Enaide Azevedo (filha de Núbia Marques), que concedeu todo o material em benefício dessa pesquisa.

Com relação aos periódicos sergipanos que divulgaram a campanha pela anistia, destacam-se: *o Jornal Gazeta de Sergipe*, *o Jornal de Sergipe*, *o Diário de Aracaju*, *o Jornal A Defesa* e *o Jornal da Cidade*, que são fontes dessa investigação. O recorte temporal foi a década de setenta, entre 1975 e 1979. Esses periódicos tinham edições diárias de segunda a domingo, então a sua análise foi realizada minuciosamente em relação às matérias publicadas sobre o MFPA/SE.

Outras fontes analisadas na pesquisa, em relação ao MFPA nacional, foram encontradas no acervo do Memorial da Anistia – Documentos do Brasil Nunca Mais. Dentre os documentos, temos: Estatuto do MFPA, manifestos, relatórios do Encontro Nacional pela Anistia e do Congresso Nacional, manifesto do Comitê Brasileiro pela Anistia na Europa, ofícios enviados a políticos do MDB, ao presidente da República Ernesto Geisel e ao papa Paulo VI. Como também, carta enviada a Simone de Beauvoir (solicitando apoio ao

movimento feminino). Essa gama de documentos foi cruzada com as entrevistas orais realizadas durante esse trabalho. De modo que, tais informações foram fundamentais para “montar o quebra cabeça” da pesquisa histórica. Por meio dos vestígios encontrados, buscou-se compreender a atuação e protagonismo do Movimento Feminino pela Anistia de Sergipe no período da ditadura civil-militar no Brasil.

Assim, essa dissertação divide-se em três capítulos. O primeiro, *A Voz Feminina em Ação no Quadro Repressivo da Ditadura*, analisa, a princípio, a invisibilidade da mulher na história e a atuação dos movimentos femininos no Cone Sul, no período ditatorial, ao utilizar os “estereótipos de gênero” como forma de proteção ao movimento de mulheres. Em seguida, destaca-se a atuação e a tática do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil, que, semelhantemente aos movimentos femininos do Cone Sul, utilizou, em todo o momento, as “estratégias femininas” na organização e mobilização da campanha pela anistia. Evidencia-se, também, a ampliação dessa campanha nacionalmente e o apoio de setores e instituições sociais, principalmente em 1978, com o surgimento do Comitê Brasileiro pela Anistia e com a expansão de núcleos no MFPAs e dos CBAs pelo país, no processo de mobilização nacional pela anistia.

O segundo capítulo, *“O Sol da Liberdade” Memória do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe*, destaca como foi articulada a formação do núcleo do Movimento Feminino pela Anistia. Em seguida, verificam-se as peculiaridades do comitê estadual em relação à heterogeneidade de seus participantes: mulheres, militantes do PCB e AP, estudantes, políticos do MDB e religiosos. Dessa forma, pretende-se entender como ocorreu o apoio e participação desses setores sociais na mobilização da sociedade sergipana em prol da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita.

E, por último, o terceiro capítulo, *Do MFPA ao Conselho da Condição Feminina: “Feminino x Feminista” no Movimento de Mulheres*, apresenta, inicialmente, a formação do movimento feminista “de segunda onda” no Brasil. Em seguida, destaca-se o duelo do discurso protagonizado dentro da campanha do MFPA nacional entre feminino X feminista. Logo após, verifica-se em Sergipe a atuação do MFPA/SE em relação à visão feminina ou feminista presente na campanha pela anistia. E, posteriormente, expõe-se a trajetória de militância das mulheres que atuaram no Movimento Feminino pela Anistia em 1978 e a continuidade da ação política dessas mulheres na década de oitenta. Visto que a maioria delas organizou o primeiro Conselho Municipal da Condição Feminina de Aracaju, em 1986, no pós- anistia, para tratar especificamente sobre os direitos das mulheres, sobretudo, em relação à saúde, violência doméstica e mercado de trabalho.

I. A VOZ FEMININA EM AÇÃO NO QUADRO REPRESSIVO DA DITADURA

*Em Tempo de silêncio, que faço da palavra, arbusto desmembrado nos caminhos. Em tempo de silêncio, que faço da voz túbio pássaro engasgado no espaço. Em tempo de silêncio, que faço da frase soluçada na garganta constelada no azul. Em tempo de silêncio, que faço das portas entreabertas na esguelha, do chão cotidiano, da canção deslembada [...] do homem sem galões nem honrarias, que faço de todas as Marias pastorando o rebanho do engano[...].*⁸

Núbia de Nascimento Marques

Silenciada ao longo dos séculos, a voz feminina permaneceu na invisibilidade do tecido social, ao ser objeto de todo tipo de preconceito e exclusão, “as mulheres, foram durante muito tempo deixadas na sombra da história” (DUBY, PERROT, 1994, p. 7). Destinadas à procriação, “mérito divino atribuído ao ventre”, a ser mãe, esposa, dona do lar, sem voz e sem história. Tais papéis foram assumidos pela maioria das mulheres. Durante muitos anos, as regras comportamentais que elas deveriam seguir foram delimitadas por religiões, sistemas políticos e pela sociedade patriarcal, que predeterminava a ação feminina no laço familiar; com raras exceções, de algumas mulheres que ousaram romper a cultura do medo.⁹ Assim, o poder simbólico do silêncio calou ou tentou calar as mulheres, por décadas, “o silêncio era ao mesmo tempo disciplina do mundo, das famílias e dos corpos, regra policial, social, familiar, [...] o pudor é sua virtude, o silêncio sua honra” (PERROT, 2005, p. 10). Desse modo, a história das mulheres ficou restrita ou invisível. Talvez o olhar sobre o feminino tenha sido “esquecido pela masculinização da história”¹⁰, feita por homens e para homens. De fato, o número limitado de mulheres nas academias do saber e o pouco interesse pelos estudos ligados ao feminino perduraram por muitos anos na pesquisa histórica, isso reafirma a tese de que o olhar hegemônico sobre o feminino sempre foi a visão do homem sobre a mulher na história.

⁸ Poesia Mordaça. In: MARQUES, Núbia N. *Caminhos e Atalhos*. Aracaju: SEGRASE, 1997.

⁹ Observa-se na historiografia referente à micro-história, ou a história dos excluídos, que algumas mulheres romperam com a cultura do medo, não aceitaram as regras estabelecidas pela sociedade patriarcal e se subverteram socialmente. Em relação a essa temática, ver: GRANHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹⁰ Em relação à exclusão da mulher na história, ver: PERROT, Michelle. *As mulheres ou silêncio da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

Nesse sentido, Pierre Bourdieu (1998) ressalta que o poder simbólico e invisível é estabelecido de forma indireta, muitas vezes, a ponto de naturalizar regras e normas no convívio social: “[...] o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem” (BOURDIEU, 1998, p. 9). Esse poder condicionado ao universo feminino, por meio de regras doutrinárias, foi instituído socialmente e historicamente por sociedades que estabeleceram identidades de gênero, ao longo das épocas; predeterminando, na maioria das vezes, que a função das mulheres era associada à procriação familiar, com raras exceções.¹¹ Através da escritora francesa Simone de Beauvoir, popularizou-se a ideia de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher [...] é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1949, p. 8). Portanto, as mulheres são o resultado da essência do feminino que têm em si, associada a uma cultura que assimilam ao longo de sua vida e que as transforma continuamente.

Os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação de dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra, (violência simbólica), dando o reforço de sua própria força [...] contribui assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 1998, p. 11)

A princípio, o silêncio da historiografia em relação à história das mulheres foi justificado por meio da alegação de não haver fontes históricas nos arquivos públicos ou privados. Então, o que escrever sobre o feminino enquanto protagonista da ação social, cultural e política na sociedade? Na verdade, o silêncio dos arquivos foi inserido no contexto de uma seleção das fontes que excluía diretamente as mulheres, pois elas não eram importantes para a história.¹² “Os procedimentos de registros dos quais a história é tributária são frutos de uma seleção que privilegia o público [...] assim, o olhar de homens sobre os homens, os arquivos públicos calam as mulheres” (PERROT, 2005, p. 34-35).

Jacques Le Goff (2013) reafirma que as formas de preservação e seleção das fontes documentais são escolhas e resultados da sociedade que as produziu ao longo das épocas, assim: “a sua presença ou ausência nos fundos dos arquivos [...] dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma a análise e aos problemas postos pela sua tramitação [...]

¹¹ Observa-se, na historiografia recente, a atuação de algumas mulheres que são aceitaram as normas estabelecidas pela sociedade e resistiram a essa submissão. Em relação a essa temática, ver: MOTT, Maria de Lúcia de Barros. *Mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1991.

¹² Em relação à exclusão da mulher na história, ver: PERROT, Michelle. *As mulheres ou silêncio da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado” (GOFF, 2013, p. 469). Nesse sentido, “o uso das fontes também tem uma história porque os interesses dos historiadores variavam no tempo e no espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais” (PINSKY, 2008, p. 10). Nessa acepção, o interesse pelos documentos, ou até mesmo a seleção deles, varia de acordo com a época e a intencionalidade do pesquisador.

Diante disso, ficou evidente que a seleção arbitrária das fontes na pesquisa histórica talvez explique a exclusão das mulheres na história, pois os arquivos públicos e privados guardam, na maioria das vezes, fontes relacionadas aos “grandes homens”, alguns políticos e escritores. Os discursos de poder sobre esses fatores de escolha e a negação dos dados femininos foram sendo construídos ao longo do tempo, por uma visão masculina da história, responsável por calar a voz feminina durante décadas.¹³

As mulheres têm uma história, mas o que escrever sobre elas? Alguns dirão que não há nada de interessante. Que elas não fazem parte do contexto histórico e são meras coadjuvantes. Esse discurso, por muito tempo, permaneceu naturalizado. No entanto, a presença da mulher no campo historiográfico necessita ser reescrita, tornando a invisibilidade feminina um desafio a ser superado. “Escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê à relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades” (PERROT, 1995, p. 14).

Observa-se que a problemática sobre a história das mulheres foi questionada, inicialmente, em meados do século XIX e início do XX, período de maior visibilidade da luta feminina pela sua independência. Influenciadas pelo contexto histórico da Segunda Revolução Industrial e pelas mudanças ocorridas no âmbito da sociedade, surgiu, nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, a ação de alguns grupos de mulheres: o movimento feminista.¹⁴ Essa primeira “onda feminista” foi chamada de sufragista¹⁵, pois o objetivo inicial dessa campanha era a reivindicação a favor do voto feminino.

Nesse sentido, as mulheres foram conquistando seu espaço na sociedade, ao longo das épocas. A princípio, nas décadas de vinte e trinta, conseguiram votar, tornando-se cidadãs ao

¹³ Idem

¹⁴ Observa-se que o movimento feminista no século XIX deu visibilidade à problemática da questão feminina. Mas, a atuação de algumas mulheres em relação à submissão já vinha sendo praticado em diversas épocas, anteriormente. Nesse sentido, Michelle Perrot afirma que, apesar da opressão, algumas mulheres se rebelaram socialmente, ainda no século XVIII. Ver: PERROT, Michele. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1988.

¹⁵ Em relação ao Movimento Sufragista. Ver: FIRESTONE, Shulamith. *A Dialética do Sexo: um manifesto da Revolução Feminista*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

participar da política, ainda que de forma superficial. Na década de quarenta, período da Segunda Guerra Mundial, houve uma mudança em relação ao trabalho: enquanto os homens iam para a Guerra, as mulheres assumiram o mercado de trabalho. Nessa perspectiva, as “mulheres, pela primeira vez em várias décadas tiveram empregos sólidos, foi temporariamente concedido um status humano [...] de fato as feministas se viram forçadas a acolher a guerra como a sua única chance” (FIRESTONE, 1976, p. 37). A oportunidade de trabalhar e de ter liberdade financeira foi importante no processo de independência feminina, conquistada ao longo do tempo.

Cada vez mais, desde a década de 1960, as mulheres foram alcançando seu espaço social, na luta pelo reconhecimento dos seus direitos e deveres. A “segunda onda” do feminismo, portanto, teve um papel importante na divulgação de suas reivindicações em relação às desigualdades sociais mais amplas, aos distintos papéis assumidos entre homens e mulheres em casa e no mercado de trabalho, e à questão da presença feminina na política. De acordo com Maria de Fátima Cunha (2000), as feministas postularam a condição de sujeito de seu corpo, da sexualidade, ao questionar um espaço na atuação política e social. Nessa perspectiva, “[...] A dimensão simbólica, o imaginário social, a construção dos múltiplos sentidos e interpretações no interior de uma dada cultura, passavam a ser priorizadas em relação às explicações econômicas ou políticas” (RAGO, 1999, p. 86).

Assim, o advento da história das mulheres na historiografia ocorreu no campo da história social, na década de setenta. A *nova história*, conhecida como a terceira geração dos *Annales*, ampliou as fontes de estudo, permitindo que a mulher se tornasse objeto de análise na pesquisa acadêmica.

Podemos dizer que se na década de 70 a história das mulheres nasce no interior de uma história do trabalho, na década seguinte é ampliado de forma intensa o leque temático não apenas em relação à incorporação de novos agentes sociais, entre estes as mulheres, mas também outras dimensões sociais são privilegiadas. (CUNHA, 2000, p. 153)

Segundo Rachel Soihel, Rosana Soares e Suely Costa (2001), a década de setenta representou uma explosão do feminismo, articulada com os estudos nas áreas das ciências humanas, sobretudo na antropologia e na história das mentalidades. Dessa forma, a temática sobre as mulheres tomou fôlego e se expandiu nas pesquisas e debates nas universidades. Nesse sentido, as mulheres tornaram-se protagonistas da história e inúmeras pesquisas sobre temáticas femininas foram reescritas e recuperadas pela historiografia, valorizando sempre o

papel da mulher como sujeito histórico e rompendo com o conceito inicial de “masculinização” da história.

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas a reprodução, que elas são agentes históricos [...] escrever tal história significa levá-la a sério. (PERROT, 1995, p. 9)

Nesse sentido, Maria de Fátima Cunha (2000) frisa que o início das pesquisas sobre a história das mulheres na década de setenta nasceu interligada à história do trabalho. Já na década de 80, ocorreu a ampliação de novas temáticas e agentes sociais. Nesse período, o conceito de gênero tinha outro significado, desnaturalizado da divisão sexual entre homens e mulheres.

[...] obter o reconhecimento político desde campo de pesquisa [...] o uso do termo gênero visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois o “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres” [...] esse uso do termo gênero, constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80. (SCOTT, 2011, p.75)

Desta forma, o estudo sobre o feminino nos anos oitenta veste outra roupagem de expansão na pesquisa sobre a história das mulheres, como categoria inserida no discurso de gênero. “[...] Menos do que um ato radical de criação, o gênero é um projeto tácito para renovar a nossa história cultural [...]” (SALIH, 2012, p. 68). Nessa sequência, Joan Scott (1995) salienta que o termo gênero é utilizado para caracterizar as relações sociais entre os sexos, rejeitando as explicações biológicas. Nesse sentido, a identidade de gênero independe do sexo biológico que denomina homem ou mulher.

Os estudos de gênero buscam desnaturalizar as desigualdades, contribuindo para uma transformação nas relações entre homens e mulheres, “não se trata apenas de estudos que possibilitem a emergência de uma nova mulher, mas, [...] é preciso que os homens aceitem participar da construção de uma nova masculinidade” (SILVA, 2008, p. 229). Assim, o gênero como categoria de análise ampliou a pesquisa histórica e permitiu avanços em relação à valorização dessa temática na historiografia.

Então, o objetivo desse capítulo não é fazer uma análise totalizante da história das mulheres; embora acreditemos ser necessário elaborar uma breve síntese dos passos trilhados por elas, na labuta por seu reconhecimento na sociedade e no desejo de se tornarem ouvidas e

investigadas por pesquisas acadêmicas comprometidas com as causas sociais. Ao longo dessas décadas, as mulheres estiveram em ação na sociedade e o seu protagonismo deve ser reescrito pela historiografia, tornando-as objetos de análise nas ciências humanas. Nesse sentido, independentemente da época, elas foram ousadas ao lutar contra os setores que as reprimiram, e, assim, mostraram a sua força ao replicar o espaço ao qual foram relegadas por séculos.

Observa-se, ainda, que em tempos de repressão e autoritarismo, com ditaduras militares em algumas regiões da América do Sul, entre as décadas de 1960 e 1980, o protagonismo feminino esteve presente no campo da resistência, ao levantar sua voz contra os regimes ditatoriais. Assim, as mulheres saíram do espaço familiar, indo a público denunciar o desaparecimento, a prisão, a tortura e a morte dos seus familiares; essas mulheres não aceitaram a vitimização social e lutaram pelos seus entes queridos, como veremos a seguir.

1.1 Mulheres em Cena no Cone Sul

Na América Latina, especialmente na região do Cone Sul¹⁶, entre as décadas de 1960 e 1980, foram instaurados sistemas autoritários e repressivos, que perseguiram, sequestraram, torturaram e mataram inúmeras pessoas, consideradas “subversivas”. Países como Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia e Brasil foram reunidos na chamada Operação Condor.¹⁷ Essa ação se concretizou através de distintas alianças entre os governos que articulavam os seus aparatos repressivos para capturar os inimigos políticos além de suas fronteiras. Dessa forma, as “ditaduras se autoimputavam o direito de prender, torturar, matar e ocultar cadáveres, em guerra que contou com o patrocínio dos estados e de setores da sociedade civil, com impactos [...] na vida de homens e mulheres” (DUARTE, 2012, p. 40).

Diante das atrocidades dos regimes autoritários, a voz feminina entrou em ação, por meio de mulheres, representadas por mães, filhas, esposas e militantes, que saíram do laço

¹⁶ Cone Sul é um espaço político demarcado recentemente, localizado na região da América do Sul, que corresponde aos seguintes países: Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia e Paraguai.

¹⁷ Operação Condor foi uma atividade secreta de informações e ações organizada na década de setenta, da qual participaram países do continente americano no período ditatorial (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai). A operação desdobrou-se em três fases: na fase 1, ocorreu a troca de informações entre os serviços de inteligência, com a formação de um banco de dados sobre organizações, pessoas e atividades de oposição aos governos ditatoriais; na fase 2, sucederam ações conjuntas entre os países do Cone Sul e a troca de prisioneiros; na fase 3, deu-se a formação de esquadrões especiais, integrados por agentes dos países membros, com o objetivo de realizar assassinatos seletivos de dirigentes políticos. Assim, a operação em geral teve natureza multinacional e ação transfronteira, com a existência de grupos extremistas, dos “sindicatos do crime” e dos “esquadrões da morte”. In: Relatório da Comissão Nacional da Verdade, vol. I, 2014, p.220. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/> acesso em: 23 abr. 2019.

familiar privado para erguer essa voz e exigir, de forma coletiva, informações sobre o paradeiro dos seus entes queridos. No Cone Sul, entre as décadas de sessenta e oitenta, em meio ao terror repressivo, as mulheres levantaram a bandeira da solidariedade e escolheram a ação pública e organizada como modelo de resistência contra os regimes ditatoriais.

No Uruguai, a ditadura militar ocorreu entre 1973 e 1985, após golpe de Estado de Juan Maria Borbaderrey, com a participação das Forças Armadas. O novo governo deu início ao processo de censura, perseguições a adversários e aos desaparecimentos de inúmeras pessoas que lutaram contra a ordem ditatorial estabelecida. Entretanto, em meio ao sistema repressivo, as mulheres formaram a *Asociación de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos*.¹⁸ O objetivo dessa associação era denunciar os arbítrios governamentais, por meio de mães, esposas e filhas, que tiveram seus familiares sequestrados, presos, desaparecidos, exilados e/ou mortos, sem nenhuma explicação, por parte dos militares. Desde o início, a busca por informações sobre a situação de familiares foi uma constante, através de denúncias publicadas na imprensa alternativa ou em veículos da grande imprensa nacional e internacional.

No Chile, de 1973 a 1990, a ditadura militar foi comandada por Augusto Pinochet, que operou um período repressivo de perseguições e arbitrariedades. As mães chilenas que tiveram seus filhos desaparecidos uniram-se e, em 1975, fundaram a *Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos*. Elas realizaram protestos contra o governo ditatorial, com greves de fome, manifestações de rua, expondo fotos dos desaparecidos e cartazes de contestação, exigindo informações sobre o paradeiro dos filhos, e diziam: “*donde están, vivos los llevaron, vivos los queremos*”. As madres também realizavam atos públicos expressivos, como os chamados “encadeamentos”, nos quais se acorrentaram no prédio do Congresso Nacional. Outro fato inédito, criado como protesto pela *Agrupación*, foi a readaptação da dança popular chilena *La Cueca*, na qual casais dançam juntos e felizes, movimentando lenços. Na ocasião, as mães, questionando a perda dos seus entes queridos, rebatizaram a dança de *La Cueca Sola*, e dançavam sozinhas e tristes, atuando o estereótipo de mães infelizes.¹⁹

¹⁸ Essa associação de mãe está em funcionamento na atualidade. Madres y familiares de Uruguayos detenidos desaparecidos: Verdad, memoria, justicia y nunca más. Nossa História. Disponível em: <<https://desaparecidos.org.uy/>> acesso em: 01 abr. 2019. Para mais informações sobre a organização e memória das Madres Uruguayos. Ver: MADRES Y FAMILIARES DE URUGUAYOS DETENIDOS DESAPARECIDOS. *A todos eles*. Montevideo-Uruguai. La Encuadernadora LTDA, 2004.

¹⁹ Em relação ao tema das mães chilenas, ver: Horvitz Vásquez, M. (2001). Entre lo privado y lo público: La vocación femenina de resguardar la memoria. Recordando a Sola Sierra. *Cyber Humanitatis*. Disponível em: <<https://revistas.uchile.cl/index.php/RCH/article/view/8877/8716>> acesso em: 31 mar. 2019. Ver também:

Nessa sequência, outra forma de denunciar o sistema ditatorial no país deu-se através do artesanato chileno, com os tapetes de *arpilleras* confeccionados por mulheres. Neles, elas faziam os desenhos com pedaços de tecidos e lã, para retratarem algumas cenas cotidianas da repressão ditatorial do Chile.

Em época em que o silêncio é palavra de ordem e protestar contra as arbitrariedades podia custar a vida; as mulheres, parentes de presos e desaparecidos, de classes subalternas chilenas, concretizam protesto inusitado: a narrativa de perdas e buscas por filhos e maridos pelo bordado das *arpilleras*, tapetes em estilo rústico. Mulheres solitárias, inclusive no trabalho de prover o sustento da família, casas destruídas, pessoas atacadas nas ruas pela polícia, pedidos de paz, iam brotando em crônicas construídas pela agulha e lã nas telas forjadas para a construção de tapetes de memória. Diálogo permanente entre mulheres e parentes ausentes fisicamente, estabelecia-se. (DUARTE, 2012, p. 44-45)

Nesse contexto, as mães na Argentina seguiram as estratégias semelhantes às das mulheres uruguaias e chilenas, ao formarem a *Asociación de las Madres de la Plaza de Mayo*, em 1976, logo no início da ditadura. No momento em que as manifestações estavam proibidas e a repressão era um ato comum, as mães organizaram a referida associação e passaram a manifestar-se na Praça de Maio, em Buenos Aires. A escolha desse espaço estava relacionada à sua localização, próxima de ministérios, da Catedral Metropolitana e da sede da Administração Colonial: o histórico Cabilde; ou seja, o espaço de protesto estava no coração da cidade, local de grande visibilidade nacional.²⁰

Assim, iniciou-se uma peregrinação semanal. Todas as quintas-feiras as *madres* estavam na praça de maio reunidas em círculos, denunciando o desaparecimento dos seus familiares. Nessa sequência, em 1977, realizou-se a peregrinação de *Luján*²¹, um evento organizado pela Igreja Católica, com a presença da sociedade argentina. As *madres* tiveram, então, a oportunidade de protestar pelos seus filhos desaparecidos. A presença das mães já era um fato evidente na sociedade, os militares as chamavam de *las locas*, título que foi divulgado pela imprensa. No documentário *Madres de Plaza de Mayo – la historia* (2015), Hebe Bonafini afirma que: “*En realidad, comenzó a salir en la prensa las locas de la plaza de mayo, estaba otra vez en la plaza y empezamos a decir que sí, que estabas locas de amor, de*

BARRIOS, Lorena Antezana. Pequenas Histórias de Mulheres em Tempo de Ditadura. Disponível em <<https://revistas.uchile.cl/index.php/RCH/issue/view/929>> acesso em: 31 mar. 2019.

²⁰ Essas informações estão presentes em DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos de Memória – O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

²¹ Em relação à peregrinação de Luján na Argentina, ver: Documentário: *Madres de Plaza de Mayo – La historia*. Direção de Sebastián Mignogna. Argentina: Encuentro, 2015.

pasión, de burla, de adorar a nuestros hijos".²² No entanto, as *madres* só tinham um objetivo em comum, a busca dos seus filhos desaparecidos. Assim como as mães de outras nacionalidades, as argentinas também protagonizaram atos marcantes, como os momentos em que utilizaram fraldas na cabeça, no lugar de um lenço tradicional, com a mensagem de indignação, "*donde están mis hijos*".²³ Nelas era escrito o nome e a data de desaparecimento do filho. Esse emblema maternal da fralda tornou-se algo inconfundível na sociedade argentina.

Nesse sentido, Luc Capdevila (2001), ao fazer uma comparação entre quatro movimentos de resistência civil que envolveram mulheres no século XX na França e Alemanha, durante a Segunda Guerra Mundial, e Argentina e Bolívia, nas décadas de 1970 e 1980, afirma que havia uma semelhança entre esses movimentos de mulheres: a estratégia de utilizar os estereótipos femininos, ditos como "coisa de mulher", contra os sistemas autoritários. Ou seja, o que Judith Butler (2003) vai denominar "performance de gênero".²⁴ Dessa forma, as mulheres, representadas principalmente pelas *madres*, no Cone Sul, utilizaram, conscientemente ou não, símbolos da maternidade em atos de resistência, tornando-se uma arma capaz de denunciar e, de certa forma, desestabilizar o governo autoritário. Em períodos de repressão, o gênero, como categoria de análise, anunciou o pioneirismo feminino em contraste com os sistemas ditatoriais, apresentando um alto nível de mobilização feminina na esfera pública. As mulheres tornaram-se referências em movimentos de contestação, e, mesmo sendo perseguidas, não desistiram, continuaram firmes e persistiram contra as injustiças sociais e a violação dos direitos humanos. "A mulher não tem nenhum tipo de restrição, quando ela vê uma injustiça, ela parte para a briga" (ARANTES, 2012).

Nessa perspectiva, Luc Capdevila (2001) ressaltou, também, a dinâmica da presença da mulher na esfera pública, principalmente em situações de negação de liberdade e de riscos sociais. Para a autora, guerras e ditaduras ameaçam e desestabilizam a unidade maternal, com o rompimento das famílias. Nesse sentido, as mulheres são consideradas "guardiãs do lar"²⁵ e direcionam sua força para fora de casa, ao saírem do espaço privado para o público; fazem, assim, o contato direto com os governos autoritários. A atuação relevante das mulheres em

²² BONAFINI, Hebe: Depoimento. Documentário: *Madres de Plaza de Mayo – La historia*. Direção de Sebastián Mignogna. Argentina: Encuentro, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q1gs891urIg>> acesso em: 08 jan. 2019.

²³ Idem.

²⁴ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁵ Essa discussão sobre os estereótipos de gênero está presente em: CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. *Annales de Bretagne et des pays de L' Ouest*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes Tome 108, n.2, 2001, p. 104-128.

torno da *Associação de Familiares Detidos Desaparecidos*, na América do Sul, ao questionarem o paradeiro dos familiares, foi considerada um marco de “combate”, tornando-as porta-vozes da resistência contra as ditaduras na região do Cone Sul.

Não se buscou, nessa pesquisa, fazer um estudo comparativo dos movimentos femininos de resistências aos sistemas ditatoriais em países do Cone Sul. Mas sim compreender o protagonismo das mulheres na luta pela procura dos seus entes queridos na Argentina, Uruguai e Chile. No Brasil também não foi diferente. As mulheres foram pioneiras ao formarem a primeira instituição legalizada conforme as leis do país, o Movimento Feminino pela Anistia, em 1975, ainda no período ditatorial. Dessa forma, semelhante aos outros movimentos de mulheres na América do Sul, “as brasileiras forjam momento novo de enfrentamento à ditadura militar. O primeiro movimento organizado [...] também se utilizaria de jogos de gênero para atuar e proteger-se” (DUARTE, 2012, p. 53). Assim, elas saíram do ambiente familiar e se ergueram em luta numa campanha nacional pela anistia, que mobilizou diversos setores sociais em todo o país. “Nós mulheres brasileiras imbuídas do senso de dever resolvemos sair a campo” (ZERBINE, 1979, p. 05).

1.2 Atuação e Tática do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil

No Brasil, em plena ditadura civil-militar, surgiu o Movimento Feminino pela Anistia, a primeira instituição feminina organizada conforme as legalidades previstas na Constituição Brasileira e registrada em cartório²⁶ na cidade de São Paulo. As mulheres que compunham esse grupo iniciaram de forma pioneira a campanha pela anistia no país. Em meados da década de setenta, apesar da política de distensão “lenta, gradual e segura” do governo Ernesto Geisel, o país ainda estava sob a repressão, com a presença do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e com todos os órgãos de segurança nacional atuando para inibir manifestações contrárias ao governo ditatorial. Mesmo diante dessa situação, as mulheres entram em cena, como afirma Therezinha Godoy: “A mulher tem que participar [...] ela tem direitos e deveres e nada cai do céu de graça para ninguém, nem direitos, nem liberdade, nem anistia, o nosso dever é lutar” (ZERBINE, 1979, p. 54).

Em vista disso, o fato de haver um movimento organizado por um grupo feminino caracterizou-se como algo inédito para o regime autoritário, em função das proibições de

²⁶ O Estatuto do Movimento Feminino pela Anistia, elaborado em dezembro de 1975, foi registrado no Cartório Medeiros, sob o nº 1262, em 15 de março de 1976. Estatuto do MFPA. In: Documentos do Brasil Nunca Mais, Memorial da Anistia, disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>> acesso em: 12 jan.2019.

manifestações populares. Enquanto nos anos setenta muitos dos movimentos de oposição já estavam desarticulados, as mulheres levantaram a bandeira da anistia e lançaram a campanha no país. Assim, um grupo de oito mulheres fundou o MFPA. A líder era Therezinha Godoy Zerbine, advogada, presa política durante seis meses em 1970,²⁷ esposa do General Eurayle de Jesus Zerbine, cassado e reformado em 1964. Ao lado de Zerbine, estavam, naquele momento, Madre Cristina Sodré Dória, catedrática em Psicologia pela PUC-SP; Neusa Cunha Neto Franco, socióloga; Margarita Naves Fernandes, pedagoga; Yara Peres, técnica em comunicação; Aldenora de Sá Porto, advogada; Virginia Vasconcelos e Eugênia Godoy de Jesus Zerbine, acadêmicas de Direito.²⁸ Considerou-se importante destacar os nomes e profissões dessas mulheres, responsáveis pela organização da campanha pela anistia no Brasil, para dar maior visibilidade na história à atuação feminina, como também para mostrar o lugar que elas ocupam na sociedade. “O MFPA nasceu de mulheres muito sofridas, angustiadas com a situação do país, mulheres conscientes, livres e inteligentes, que sofriam com o sofrimento da nação” (ZERBINE, 1979, p. 137).

Nós, que com a queda da legalidade em 1964, acompanhávamos o processo das prisões, torturas e perseguições políticas de toda natureza, sofriamos e pensávamos como influir no processo. Eis que o ano Internacional da Mulher, organizado pela ONU nos deu a oportunidade, escolhemos o campo da paz para trabalhar. (ZERBINE, 1979, p. 250)

O Movimento Feminino pela Anistia, com sede na Rua Caio Prado, 102, São Paulo, registrado no Cartório Medeiros²⁹ com nº 1262, não demorou muito para expandir-se em núcleos pelo país, pois atendia, de certa forma, às expectativas de uma parcela da sociedade que se considerava excluída do sistema. Pioneiro na luta pela anistia, o movimento legalmente constituído, com estatuto próprio, foi criado para o confronto estratégico com a ditadura civil-militar. Nesse sentido, o artigo 1º do Estatuto do Movimento Feminino pela Anistia define-o

²⁷ Therezinha Godoy Zerbine foi presa em 1970, devido à sua participação no empréstimo do Sítio em Ibiúna, em 1968, para a realização do XXX Congresso Nacional da União dos Estudantes (UNE). Frei Tito de Alencar Lima, dominicano, amigo da família Zerbine, solicitou a Therezinha Godoy a intermediação com o amigo do seu esposo para o possível empréstimo do sítio, mas não disse a ela que era para uma reunião da UNE; e assim ela o fez. Como o encontro foi delatado ao DOPS e todos os estudantes foram presos, Zerbine também foi processada por Inquérito Policial Militar e, na década de setenta, ficou presa durante seis meses. In: DUARTE, Fonteles Ana Rita. *Jogos de Memória: O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

²⁸ A relação dos nomes das mulheres que fundaram o MFPA, ver: ZERBINE, Therezinha Godoy. *Anistia-Sementes da Liberdade*. São Paulo: Salesianas, 1979. p.216.

²⁹ O Estatuto do MFPA foi constituído em 15 de dezembro de 1975 e registrado no Cartório Medeiros, São Paulo, em 15 de março de 1976. Estatuto do Movimento Feminino pela Anistia, 15 dezembro de 1975. São Paulo. In: Documentos do Brasil Nunca Mais/Memorial da anistia. Disponível em: < <http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/> > acesso em: 12 jan. 2019.

como uma “entidade civil isenta de fins políticos, religiosos, ideológicos ou lucrativos, congregando mulheres profissionais liberais, universitárias, mães de famílias e trabalhadoras, que se regerá pelo presente estatuto e pelas leis do país”.³⁰ Percebe-se a estratégia de colocar no documento a atuação apolítica de mulheres, embasando nas leis do país o direito de manifestar-se pela anistia. O artigo 2º do referido estatuto apresenta a finalidade da instituição feminina.

1-Defender e dar apoio e solidariedade a todos àqueles que foram atingidos nos seus direitos de homem e de cidadão, assegurados pela Declaração dos Direitos Humanos subscrita pelo nosso país, e lutar pela anistia ampla e geral, visando à pacificação da família brasileira.

2-Promover a elevação cultural, social e cívica da mulher, através de cursos, palestras e atuação, no desenvolvimento de sua consciência social e cívica, alertando-a e orientando-a para a compreensão das suas responsabilidades perante a sociedade e integração da família na comunhão social, sempre dentro dos ideais democráticos. (Estatuto do Movimento Feminino pela Anistia, 1975)

No estatuto ainda é declarado, nos demais artigos, que as sócias poderiam ser mães, trabalhadoras e universitárias, e que a sede do movimento estava localizada em São Paulo, sendo facultativa a abertura de núcleos em outros estados do país. Em relação à administração, o MFPA tinha os seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho Geral e Diretoria Executiva, cada um com competências e normas estabelecidas. Conforme expresso no documento, “com a aprovação deste Estatuto estará estruturado o Movimento Feminino pela Anistia, dentro da ordem e das leis do país” (Estatuto do MFPA, 1975). Dessa forma, “construía-se uma imagem do movimento em defesa da reconciliação, negando qualquer papel subversivo, na medida em que apenas estabelecia a concórdia e o retorno do direito” (OLIVEIRA, 2015, p. 23).

Nesse sentido, os temas do amor, da paz e dos direitos humanos compuseram o arcabouço simbólico do MFPA e tornaram-se estratégias de luta no combate à ditadura civil-militar. Assim, desde o princípio, houve o cuidado, por parte das mulheres, de registrar no Estatuto do Movimento Feminino que elas eram apartidárias e que buscavam conquistar a anistia no campo jurídico e legal. O artigo 21º do estatuto diz: o “Movimento Feminino pela Anistia, [...] dentro da ordem e das leis do país, lutará para que seu ideal maior seja atingido, ou seja, a pacificação da nação e a união de todos os brasileiros” (Estatuto do MFPA, 1975).

³⁰ Estatuto do Movimento Feminino pela Anistia, 15 dezembro de 1975. São Paulo. In: Documentos do Brasil Nunca Mais/Memorial da anistia. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>> acesso em: 12 jan. 2019.

Desse modo, o estereótipo de gênero, que corresponde a alguns traços naturalizados de identificação da mulher, aos quais estão atrelados a sensibilidade, a família e o cuidado com o outro, foi uma estratégia de proteção utilizada pelo movimento, visto que na campanha pela anistia, o fato de colocar a união e a pacificação da nação como objetivo de luta, de certa forma, legitimou o movimento diante do contexto ditatorial.

A utilização de jogos ou performances de gênero, em situações de emergência ou conflitos de grandes proporções, ao lado da história, é elemento importante para pensar a ação política das mulheres e compreender as apropriações de identidades de gênero, atribuídas automaticamente a elas, e as transformações por experiências sobre subjetividades e, conseqüentemente, sobre suas vidas. (DUARTE, 2012, p.140)

Diante desses fatos, verifica-se que Therezinha Zerbine antes mesmo de fundar o MFPA já se utilizava dos estereótipos femininos. Em entrevista ao Programa Resistir é Preciso, do Instituto Vladimir Herzog (2011), ela relatou o momento de sua prisão na residência da família, na década de setenta, e realçou o uso de uma estratégia feminina, o “mando com suavidade”, quando convidou o Capitão do Exército, Guimarães, para tomar um café, sabendo que em seguida seria presa.

[...] nós estávamos jantando aqui, era uma mesa típica de um casal, tocam a campainha, é porque nessa casa, não se fecha a porta para ninguém, porque na hora da necessidade tinha que dá apoio. Eu perguntei quem era, então disseram que era o Capitão Guimarães, eu digo mande ele entrar! Eles com metralhadoras e a gente comendo numa tranquilidade de família. Então perguntei: Capitão o que o Senhor deseja? Eles ficaram tão sem graça, que começaram a esconder as metralhadoras, então disse, o “mando com suavidade”, por favor, Capitão, o Senhor vá para a sala de visita, que eu vou mandar passar um cafezinho, e eu já lhe atendo. (ZERBINE, 2011)

Percebe-se a atuação de Therezinha Zerbine ao enfrentar aquela situação de receio, colocando a família, o jantar e a mesa, como símbolos de uma cultura não política e de um momento sagrado, pois a família estava jantando e nada deveria impedir esse ato. Diante desse fato, o general e os soldados a esperaram, e, após a sua performance Zerbine foi levada para prestar depoimento na Operação Bandeirante, em São Paulo.³¹

³¹ Essas informações estão disponíveis em: ZERBINE, Therezinha Godoy. Entrevista ao Programa Resistir é Preciso, Instituto Vladimir Herzog, direção de Ricardo Carvalho, março de 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hWsnJELL4Hw>> acesso em: 23 abr. 2018.

Nota-se que a utilização da “estratégia de gênero” na campanha pela anistia tornou-se algo primordial, em todos os passos que foram realizados pelo MFPA. Segundo Ana Rita Duarte (2012), esse estereótipo esteve presente nas aparições públicas do movimento, com o objetivo de garantir, de certa forma, a segurança dessas mulheres e, ao mesmo tempo, se contrapor à ditadura. Entre os elementos do imaginário feminino que foram legitimados pelo regime, destaca-se a mulher como defensora da família, que busca a paz nacional. Assim, percebe-se a tática do MFPA ao apresentar-se com estatuto próprio, sem qualquer ligação partidária ou ideológica, com ações mais defensivas do que violentas em relação à ditadura civil-militar. Nesse sentido, Therezinha Godoy salienta: “para nós, a luta pela anistia não comporta partidarismo, religião e ideologia. É um ideal a ser alcançado, acima de todos os interesses menores” (ZERBINE, 1979, p. 249).

Em sequência, o discurso de união nacional, apresentado pelo MFPA, questionava a destruição dos laços familiares, visto que as integrantes do movimento tiveram seus filhos, esposos, irmãos e amigos atingidos pelos atos de exceção, e eles, conseqüentemente, foram presos, exilados, torturados, mortos ou se tornaram desaparecidos políticos. Ou seja, essas mulheres desejavam colocar a família como símbolo da conciliação e da esperança de uma nação. Por isso, a legitimidade da anistia, de certa forma, foi aceita pela sociedade, ao se expor a questão do perdão e da pacificação como caminho necessário para o retorno da democracia no país. Nessa acepção, Lucas Monteiro declara:

Esse discurso retomava o elemento nacionalista, colocava a anistia como a verdadeira defensora da família. A disputa terminológica passava para outro termo caro à ditadura, pois a defesa da família foi utilizada pelos militares como justificativa do próprio golpe, que foi procedido pela Marcha da Família. Propunha-se uma inversão na qual, quem estava atentando contra a família, não eram os opositores, e sim os militares. (OLIVEIRA, 2015, p. 26-27)

Percebe-se o cuidado do MFPA em reafirmar seu caráter moderado e não subversivo de oposição ao regime militar. Por isso a necessidade de ter um estatuto definido, eleger presidente e membros da instituição, e, ao mesmo tempo, tornar públicas as suas ações em eventos, jornais e congressos. As mulheres sabiam que a conjuntura política do país naquele momento era repressiva e autoritária e, devido a isso, era primordial que a mobilização do movimento na “[...] campanha pela anistia não fosse entendida como uma luta subversiva, feita de forma clandestina, escondida, mas sim que se realizasse publicamente, às claras, sem motivo para esconder sua intenção” (CARBONI, 2008, p. 28). Essa estratégia foi uma escolha

tática, adotada pelo movimento. Dessa forma, a campanha pela anistia divergia do viés de oposição à ditadura de forma direta, ao negar qualquer ligação com a esquerda ou com a luta armada. Essa característica adotada pelo grupo tornou-se uma defensiva; assim, a “apresentação da reivindicação da anistia como um projeto de reconciliação da nação consigo mesma deu à luta uma perspectiva menos ameaçadora para a ditadura” (OLIVEIRA, 2015, p. 28).

Desse modo, as diretrizes definidas no Estatuto do MFPA declaram, também, que os direitos do homem são assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e reafirmam o valor legal da campanha, atestando que a instituição era formada por mulheres que queriam a paz e a união da nação brasileira, com base nos direitos humanos. A forma de organização do movimento, com base nas leis do país, tornou-se uma investidura de proteção para a campanha. Pois, o que haveria de errado em lutar pela união e pacificação da nação? Zerbine, por ser advogada, utilizou o seu conhecimento sobre a legislação do Brasil em benefício da instituição feminina e garantiu a sua permanência na sociedade, em pleno regime ditatorial. “Escolhemos o campo da paz para trabalhar, visto a anistia visar à pacificação, a concórdia e a reconciliação da nação consigo mesma, levantamos a bandeira da anistia, como uma bandeira dos direitos humanos” (ZERBINE, 1979, p. 05). Nessa acepção, Lucas Oliveira (2015) salienta que a proposta da anistia, a princípio, era de esquecimento, no sentido de apagar o passado e superar as discórdias governamentais para, assim, ocorrer o caráter pacificador da sociedade.

Nós, mulheres, sabíamos que teria que ser um trabalho paciente, vagaroso e organizativo e como sabemos que nossos companheiros homens são mais afoitos e impacientes, assumimos nosso papel com dignidade. Nunca nos preocupamos em falar como homens, desenvolvemos técnica, postura e linguagem próprias. (ZERBINE, 1979, p. 06)

Nessa perspectiva, Paula Graças (2014) enfatiza que o Movimento Feminino pela Anistia foi fixado no campo da paz e formado por mulheres em exercício da cidadania, e que, ao viabilizar a luta pela anistia, incluiu o apelo à questão maternal. Esse fato pode ser considerado como uma estratégia discursiva³² para abrir caminhos alternativos ao regime ditatorial. Assim, a ação do MFPA foi legitimada para a sociedade. Essa que, a princípio, cedeu apoio ao golpe civil-militar, por meio da participação de algumas mulheres na Marcha

³² Em relação à estratégia discursiva do MFPA, ver: PORTO, Fabiola Brigante Del. *A luta pela anistia do Regime Militar Brasileiro: A Constituição da Sociedade Civil no país e a construção da cidadania*. Dissertações (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

da Família com Deus pela Liberdade, em 1964, que pretendia justificar o movimento militar como em defesa da família brasileira. Entretanto, no momento da campanha pela anistia, fica evidente uma contradição, visto que sob a égide do governo ditatorial houve a destruição de laços familiares; esposos, filhos e irmãos em situação de exílio; além de presos, desaparecidos políticos e mortos. Algo paradoxal, uma vez que, agora, eram os militares que estavam atentando contra a família nacional. Nesse contexto, o MFPA tornava-se fidedigno e coerente ao defender a instituição familiar e, ao mesmo tempo, blindava-se contra a repressão.

Observa-se também nos argumentos de Therezinha Zerbine a postura tradicional, ao convocar mulheres, na condição de mães e esposas, que lutariam por seus entes queridos, no movimento feminino. E, por isso, ela declara que a campanha desenvolvida por essas mulheres é feminina e não feminista,³³ voltada exclusivamente para a luta em prol da anistia e dos presos políticos. Nesse sentido, os “posicionamentos de Therezinha Zerbine não eram muito bem vistos [...] pelos grupos de mulheres que lutavam contra a opressão e discriminação de gênero e pela conquista de seus direitos específicos” (PORTO, 2002, p.103).

Ainda sobre a ação e divulgação da campanha pela anistia no país, destaca-se que após a fundação do MFPA, em 1975, a primeira iniciativa realizada pelo grupo foi o Manifesto da Mulher Brasileira; considerado por Zerbine (1979) como “a espinha dorsal do movimento”, que não menciona ideologia política, apenas a luta por liberdade e justiça. O manifesto convoca a sociedade para engajar-se na luta pela anistia. Dessa forma, o processo de divulgação do movimento na sociedade deu-se por meio de cartas enviadas para instituições, Igrejas, mulheres e familiares de presos políticos em todo o país, com o objetivo de solicitar apoio ao Movimento Feminino pela Anistia. Seguem trechos do Manifesto:

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da história, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a ANISTIA AMPLA E GERAL a todos aqueles que forem atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade imperiosa da ANISTIA, tendo em vista dos objetivos nacionais: a união da nação. (Manifesto da Mulher Brasileira, Movimento Feminino pela Anistia, 1975)

³³ Essa discussão se o MFPA era feminino ou feminista, e as contradições de discursos dentro dos núcleos estaduais é um assunto evidenciado no capítulo III desta dissertação.

O documento do MFPA anuncia a necessidade de conseguir a anistia em benefício aos presos políticos e a todos os atingidos pelos atos de exceção da ditadura civil-militar. Assim, convidava mulheres, setores e instituições sociais para adentrar nessa campanha. O Movimento Feminino apresentava também um dos eixos da campanha, baseado nos direitos universais do homem, no sentido de que entendia o “significado da anistia [...] como garantia e conquista de direitos humanos e como primeiro passo para a constituição do Estado democrático de direito no país” (PORTO, 2002, p. 84). Ao afirmar a legitimidade dos direitos humanos, a campanha feminina anuncia a lei da anistia como um instituto do rol desse direito previsto na legislação brasileira, a qual, por diversas vezes, foi recorrida no Brasil, em decorrência de acirramentos e conflitos sociais.

A campanha lançada no país tinha o objetivo primordial de divulgar, no âmbito nacional e internacional, a luta dessas mulheres pela anistia. Em relação à divulgação da campanha no exterior, essa se deu com a participação de Therezinha Godoy Zerbine, presidente do Movimento Feminino pela Anistia, no Congresso Internacional da Mulher realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Cidade do México, de 19 a 27 de junho de 1975. Os princípios básicos desse congresso foram a defesa da igualdade, desenvolvimento e paz. Assim, com a presença de cerca de cinco mil mulheres de diversas partes do mundo, celebrando o Ano Internacional da Mulher, o evento consistiu num espaço de debates e discussões em relação à problemática da mulher na sociedade, dentre outros temas.³⁴ Nessa conjuntura, Therezinha Zerbine (1979) ressalta que viu a oportunidade de divulgar para o mundo a luta feminina pela anistia, no campo da paz e dos direitos humanos. Nesse sentido, a década de setenta é emblemática para as mulheres, devido à declaração do Ano Internacional da Mulher e da década da mulher, de 1975 a 1985, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Dessa forma, na conferência sobre Processo de Formação e de Socialização, ocorrida no dia 23 de junho de 1975, Therezinha Zerbine participou da reunião e discutiu a importância da anistia no processo de libertação e redemocratização de países que vivenciavam ditaduras militares e, ao mesmo tempo, apresentou a campanha do MFPA, com a leitura do manifesto para a plateia de duas mil mulheres³⁵. Segue o manifesto apresentado no congresso:

³⁴ Em relação ao Congresso Internacional da Mulher, ver: ZERBINE, Therezinha Godoy. *Anistia: Sementes da Liberdade*. São Paulo: Salesianas, 1979.

³⁵ Em relação à participação de Therezinha Zerbine no Congresso da Mulher no México, ver: Conferência realizada na câmara dos vereadores de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no dia 11 de junho de 1975. Temática

O Ano Internacional da Mulher enfatiza: igualdade, desenvolvimento e paz. A terceira meta do Ano Internacional da Mulher é fortalecer o papel das mulheres no trabalho pela paz mundial. Amparada pela ideia de justiça e paz e pelos direitos da pessoa humana, nós, mulheres de todo o mundo podemos e devemos propor que nesta Conferência Mundial seja apresentada uma moção, para que seja dada anistia política a todos os presos políticos do mundo, homens e mulheres. A anistia é um instituto do direito de processo penal e para nós significa muito mais: é uma bandeira que está acima de todos os partidos e interesses da nação. A anistia virá fortalecer a união e desarmar os espíritos nas nações aonde existir sua aplicação [...] nós mulheres de todo o mundo devemos propor que seja apresentado uma moção aos governos de todos os países do mundo que tenham presos políticos, que seja dada anistia, conduzindo a meta de pacificação da família nacional. (ZERBINE, 1979, p. 28)

Após o pronunciamento dessas palavras, em prol de todos os presos políticos do mundo, a plateia aplaudiu, e houve a inserção da luta pela anistia nas questões debatidas na conferência. Assim, Therezinha declara: “as palmas [...], recebi de uma plateia de duas mil mulheres. Aquilo me comoveu e me deu força, porque senti que as palmas não eram para mim e sim para a ideia-força, a força da Anistia” (ZERBINE, 1979, p. 32).

Therezinha Zerbine foi a única representante brasileira inscrita para falar no congresso, um dos eventos mais importantes da época. Após todas as discussões, ao longo do evento, as mulheres latino-americanas elaboraram um documento com 16 recomendações. Dentre essas sugestões, estava registrada a preocupação com a questão da exploração de mulheres e dos povos da América Latina, e, ao mesmo tempo, criticavam-se as perseguições por motivos ideológicos em governos ditatoriais, principalmente no Cone Sul, e reivindicava-se anistia para todos os presos políticos do mundo.³⁶ Seguem trechos do informe:

As mulheres latino-americanas que participaram da tribuna do Ano Internacional da Mulher, representando organizações e instituições não governamentais, conscientes da nossa realidade, declaramos que: II- na luta pela nossa libertação encaramos a liberdade da mulher como dupla tarefa: a mulher frente a uma problemática feminina e universal, e como cidadãs frente a uma realidade latino-americana de exploração econômica e dominação cultural. XV- Pedimos Anistia para todos os presos políticos do mundo e repudiamos toda perseguição por causas ideológicas. (ZERBINE, 1979, p. 33)

“A problemática da mulher Brasileira”. In: ZERBINE, Therezinha Godoy. *Anistia: Sementes da Liberdade*. São Paulo: Salesianas, 1979.

³⁶ Essas informações estão presentes na entrevista de Zerbine à Revista Ecos- Direitos Humanos, ano I, n. 3, setembro de 1975. In: ZERBINE, Therezinha Godoy. *Anistia: Sementes da Liberdade*. São Paulo: Salesianas, 1979.

A participação no Congresso Internacional da Mulher deu visibilidade à luta do MFPA. Therezinha Zerbine foi a porta-voz da anistia e, em seu pronunciamento, ressaltou o caráter de reconciliação da nação, referindo-se ao contexto da ditadura civil-militar vivenciada no Brasil; “a anistia virá desarmar os espíritos, a anistia virá fortalecer a união” (ZERBINE, 1978, p. 43). Após a declaração de Zerbine, ocorreu, internacionalmente, a divulgação do papel desempenhado pelas mulheres brasileiras na luta pela anistia.

Então, ao retornar ao Brasil, a presidente do MFPA, e as demais mulheres do grupo, trabalharam na divulgação da campanha, que foi crescendo gradativamente entre os setores sociais. Paralelamente à exposição do Manifesto da Mulher Brasileira, que foi publicado inicialmente pelo movimento, realizou-se também a divulgação de um abaixo-assinado, em que o grupo solicitava aos parlamentares que colocassem em pauta no Congresso Nacional a questão da anistia e dos direitos humanos. A repercussão desse documento fortaleceu mais ainda a campanha do MFPA, que recebeu a adesão de dose mil assinaturas, e incentivou seus líderes a enviarem ofício para o presidente da República, Ernesto Geisel, em 31 de julho de 1975, solicitando uma audiência pública, na qual seria entregue o abaixo-assinado da campanha.³⁷

Senhor, Presidente. Nós, mulheres brasileiras, que no Ano Internacional da Mulher, escolhemos uma forma honrosa e digna para colaborarmos com a pacificação da família nacional, papel este que a mulher brasileira sempre cumpriu, nos congregamos em um movimento que se denomina “Movimento Feminino pela Anistia”. Nosso trabalho, de âmbito nacional, se desenvolveu em torno de um manifesto coletando assinaturas, com a finalidade de pedir ao Presidente da República a Anistia ampla e geral a todos os que foram atingidos pelos atos de exceção; já que pela presente Constituição, somente a ele cabe outorgar o diploma legal. Assim, vimos respeitosamente, a presença de V. Excia, pedir a oportunidade de uma audiência na qual estabeleceríamos um diálogo franco e aberto e teríamos a oportunidade de passar as suas mãos o fruto de nosso trabalho, ou seja, mais de 12.000 assinaturas, V, Excia, nessa ocasião poderia então sentir melhor as aspirações do Movimento, ouvindo o apelo da mulher brasileira de viva voz, através de suas representantes [...] (Ofício a Ernesto Geisel, Movimento Feminino pela Anistia, 31 de julho de 1975).

Observa-se no ofício enviado ao presidente Ernesto Geisel a concepção do Movimento Feminino, ao anunciar a pacificação da família brasileira e o papel da mulher no sentido de promover a paz, e solicitar a anistia como forma única de representação da união nacional. Ao

³⁷ Essas informações estão presentes em ofício do Movimento Feminino pela Anistia para o Presidente da República Federativa do Brasil, General Ernesto Geisel. Palácio do Planalto- Brasília- DF, 31 de julho de 1975. In: Documentos do Brasil Nunca Mais/Memorial da anistia. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>> acesso em: 12 jan. 2019.

mesmo tempo, observa-se na atuação da presidente do MFPA, Therezinha Zerbine, o “apelo e a sensibilidade feminina”, por meio de sua atitude de enviar uma carta solicitando uma reunião com o presidente do governo ditatorial. Nesse ato, observa-se uma espécie de “jogo de gênero”³⁸, direcionado à estratégia feminina de ação, visto que são mulheres, mães, filhas e esposas que almejam a pacificação nacional, e esse fato, é legítimo. Logo, observa-se que, mesmo diante de um sistema político repressivo, a atuação do Movimento Feminino pela Anistia esteve presente nos mínimos detalhes.

Em seguida, Therezinha Zerbine recebeu a resposta em relação ao seu pedido, assinada por Golbery do Couto e Silva, ministro Chefe do Gabinete Civil. No texto, dizia que acusava o recebimento da carta e que, de acordo com as normas sobre audiência com o governo, o presidente da República não concedia entrevistas para recebimento de memoriais, convites ou documentos, sugeriu que o MFPA encaminhasse para o gabinete civil o memorial da anistia, para apreciações.³⁹

Mesmo assim, sem a audiência com o presidente da República, a campanha pela anistia deu seguimento a seus atos e manifestações. Dessa forma, o MFPA tomou a decisão de enviar o ofício do memorial da anistia, com doze mil assinaturas, para os representantes do MDB, o único partido de oposição. A ação ocorreu em 13 de agosto de 1975,⁴⁰ destacando a necessidade de colocar em pauta no Congresso Nacional a questão da anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção, os presos políticos, banidos e exilados do país.

A mulher brasileira, consciente de seus direitos e deveres de cidadã, vem à presença da liderança do MDB, neste Congresso Nacional, trazer a sua posição política que se afirma na seguinte Manifestação à Nação: [...] conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade imperiosa da ANISTIA, tendo em vista dos objetivos nacionais: a unidade da nação. São 12.000 assinaturas de brasileiras de todos os recantos deste país continente, forças dinâmicas da nacionalidade que apelam à solidariedade da classe política para que também repudie a dicotomia em que vivemos dois Brasis, um dos convenientes, outro, dos inconvenientes [...] apelamos a esta liderança que faça público este

³⁸ Jogos de gênero é uma expressão utilizada pela historiadora Ana Rita Duarte (2012).

³⁹ Essas informações estão presentes na Carta enviada para Therezinha Zerbine, em resposta ao pedido de audiência com o Presidente da República. Assinada por Golbery do Couto e Silva, Ministro Chefe do Gabinete Civil. Brasília- DF, 1975. In: Documentos do Brasil Nunca Mais/Memorial da anistia. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>> acesso em: 12 jan. 2019.

⁴⁰ Em relação ao memorial da anistia enviado ao MDB, ver: Ofício do Movimento Feminino pela Anistia, para o líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Câmara Federal. Brasília- DF, 13 de agosto de 1975. In: Documentos do Brasil Nunca Mais/Memorial da anistia. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>> acesso em: 12 jan. 2019.

documento a todos os participantes da bancada e esperamos confiante a adesão para que a ideia-força da Anistia se transforme em cada qual, num imperativo de consciência. (Ofício ao MDB, Movimento Feminino pela Anistia, 13 de agosto de 1975)

Então, percebe-se que a campanha pela anistia solicitou o apoio de parlamentares do MDB, entre outras instituições sociais, como declara Alayde de Miranda: “Nós fomos muitas vezes à câmara dos deputados em Brasília, nós estávamos sempre em contato com pessoas que podiam ajudar, não foi fácil não” (NUNES, 2012). O objetivo desse contato era conseguir o maior número de adeptos possíveis ao movimento.

O Movimento Feminino pela Anistia também fez contato com representantes da Igreja Católica, em prol da divulgação da campanha. Assim, como as *Madres de Plaza de Mayo*, na Argentina, as mulheres do MFPA enviaram, em 13 de setembro de 1975, para o papa Paulo VI, no Vaticano-Roma, uma carta apresentando a campanha das mulheres brasileiras pela anistia e clamando a benção do Pontífice ao movimento.

Beijamos a mão de Vossa Santidade com nosso humilde respeito e veneração. Nós, mulheres brasileiras, cidadãs da maior nação católica do mundo, neste Ano Internacional da Mulher, consagrado a nós pela Organização das Nações Unidas, inspiradas na posição do saudoso Santo Padre João XXIII, vimos a presença de Vossa Santidade para dar conhecimento do Manifesto da Mulher Brasileira a favor (sic) da anistia aos presos e condenados políticos. Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional, através da história, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça [...]. Pensamos estar amparados pelas palavras da Vossa Santidade na Encíclica *Populorum Progressio*, quando em Bombaim: “Homem deve encontrar o Homem, as Nações devem encontrar-se como irmãos e irmãs, como filhos de Deus”. Nesta compreensão e amizade mútuas, nesta comunhão sagrada, devemos começar também a trabalhar juntos para construir o futuro comum da humanidade. Rogamos a mediação de Vossa Santidade como Líder Espiritual e Representante de Cristo. Pedimos nós, mães, irmãs, esposas, filhas, enfim, todas as mulheres de boa vontade, ajuda para que se faça chegar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, o apelo no sentido de que, ainda neste Ano Santo, seja outorgado o Diploma legal da Anistia, comemorando-o de forma positiva e conduzindo nossa Pátria para a Liberdade, Justiça e Paz. Rogamos a benção para o Movimento em que nos empenhamos nascido das santas palavras e anseios de Vossa Santidade [...] (Carta ao Papa Paulo VI, Movimento Feminino pela Anistia, 13 de setembro de 1975).

Nesse sentido, ao longo da campanha do MFPA verifica-se que ocorreu a necessidade de relacionar-se com diversos setores sociais, políticos e religiosos. Então, compreende-se que a solicitação desse apoio, foi uma estratégia feminina utilizada na campanha pela anistia,

tendo em vista o fato de que a carta enviada ao papa continha a sugestão de que o movimento comungava com os pressupostos católicos, ao reforçar a ideia da consciência cristã das mulheres brasileiras, pertencentes à “maior nação católica do mundo”, em busca da paz e da solidariedade. Mas será que elas eram tão católicas assim, ou esse contato direcionado ao papa, o maior representante da hierarquia católica, foi uma espécie de apelação e negociação em busca da legitimidade social e de segurança ao MFPA? Pois quanto maior fosse a propagação dessa campanha, nacionalmente e internacionalmente, de certa forma, maior seria a proteção a esse movimento.

Nessa perspectiva, verifica-se a necessidade de atrair os diversos setores sociais e a Igreja, com o objetivo de evitar a repressão da ditadura civil-militar de forma direta ao MFPA. Dessa forma, constata-se que houve uma aliança com a ala progressista da Igreja Católica no Brasil; visto que muitos bispos e padres lutaram diretamente contra o governo ditatorial, sendo inúmeros deles perseguidos, mortos e torturados.⁴¹ Foi notório o apoio por parte de Dom Paulo Evaristo Arns, de São Paulo; Dom Helder Câmara, de Recife; Dom Brandão de Castro, de Sergipe; entre outros.

Em continuidade à “estratégia feminina” utilizada na campanha pela anistia, o periódico informativo do MFPA foi batizado de *Maria Quitéria*.⁴² Therezinha Zerbine declarou que o nome escolhido foi uma provocação e ao mesmo tempo representava o simbolismo de uma mulher guerreira que lutou bravamente pelos seus ideais, “Maria Quitéria eu fiz [...] porque tenho o espírito provocativo, tem uma medalha de heroísmo dos melicos; então, se eu pusesse outro nome, era coisa de comunista” (ZERBINE, 2011). É interessante o uso de uma heroína do exército brasileiro como símbolo do MFPA, visto que Maria Quitéria foi a primeira mulher a tornar-se soldado no exército e a lutar pela independência do país, disfarçada de homem.⁴³ Therezinha Zerbine, ao escolher o nome de uma heroína nacional

⁴¹ Em relação à Igreja Católica e à ditadura militar no Brasil, ver: GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

⁴² Maria Quitéria de Jesus (1792-1853) nasceu na fazenda Serra da Agulha, na região de Feira de Santana/BA, filha de Gonçalves Alves de Almeida e Joana Maria de Jesus. Na luta pela independência do Brasil, 1822, disfarçou-se com trajes masculinos, cortou o cabelo e alistou-se no Exército Brasileiro, servindo no Batalhão de Caçadores Voluntários do Príncipe D. Pedro I, conhecida com o pseudônimo de Soldado Medeiros. Tornou-se heroína na guerra de independência; a primeira mulher a ser reconhecida por assentar Praça numa Unidade Militar das Forças Armadas Brasileira. Depois, foi promovida ao posto de cadete na Bahia, sendo condecorada com a Imperial Ordem do Cruzeiro, pelo Imperador D. Pedro I, reformada com o soldo de Alferes, 2ª Tenente. Em 1996, o Estado Brasileiro atribuiu-lhe o título de Patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro. Ver: CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

⁴³ Essas informações estão presentes em: ZERBINE, Therezinha Godoy. Entrevista ao programa Resistir é preciso, Instituto Vladimir Herzog, direção de Ricardo Carvalho, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hWsnJELL4Hw>> acesso em: 23 abr. 2018.

para o boletim do Movimento Feminino pela Anistia, evidenciou uma provocação ao regime militar e, ao mesmo tempo, possibilitou a valorização da figura feminina presente na história do Brasil. Dessa forma, percebe-se que “[...] esse detalhe na história de Maria Quitéria [...] era do que o MFPA precisava, a legitimidade de um membro do exército brasileiro, condecorado por bravura” (CARBONI, 2008, p. 42).

Em relação às matérias publicadas no Jornal *Maria Quitéria*, observa-se que na primeira edição do boletim, em 1977, o grupo apresentou a seguinte manchete na capa: Por que nossa luta pela Anistia? Nesse exemplar, informava o significado da anistia em benefício aos presos políticos do país. Na edição n. 3, de julho de 1978, faz um balanço da campanha pela anistia no Brasil, durante os três anos de ação do movimento, com a manchete: “É hora de esquecer? Presos políticos e exilados”. O boletim *Maria Quitéria*⁴⁴ circulou no país de 1977 a 1979. Nesse período, foram publicadas quatro edições do periódico, com manchetes que abordavam a luta pela anistia e clamavam à população pela participação nesse movimento.

Então, ao longo da mobilização do MFPA, verifica-se que, tal qual as mães no Cone Sul, as mulheres na campanha pela anistia também recorreram às “estratégias de gênero”, utilizando-se de estereótipos para “driblar” a repressão da ditadura civil-militar. De modo que adaptaram a imaginação dos estereótipos femininos ao contexto dos eventos e se apropriaram de meios nos quais beneficiaram a campanha pela anistia no país. Nesse sentido, “considerando o gênero, por exemplo, como um estilo corporal, um ato, por assim dizer, que tanto é intencional como performático, onde “performativo” sugere uma construção drâmica e contingente do sentido” (BUTLER, 2012, p. 199).

Gênero é um projeto que tem como fim sua sobrevivência cultural, o termo estratégia sugere mais propriamente a situação compulsória em que ocorrem, sempre e variadamente, as performances de gênero. Portanto, como estratégia de sobrevivência em sistemas compulsórios, o gênero é uma performance com consequências claramente punitivas. (BUTLER, 2012, p. 199)

Os estereótipos de gênero são atributos simbólicos definidos culturalmente e condicionados ao sexo feminino. Dado que o conceito de gênero remete a uma construção

⁴⁴ CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

cultural, que vai definir as diferenças entre os sexos, determinando as atribuições ditas femininas e masculinas, estabelecidas no convívio social.

Assim, esses movimentos sociais no Cone Sul e no Brasil, organizados por mulheres, interpretaram o “mito de protetora do lar”, ao utilizar e valorizar a atuação de gênero. Posto que, as mulheres no cenário político foram, de certa forma, “atrizes” inseridas na ideologia familiarista, com a representação de “coisas de mulher”, estereótipos improdutivos, que não ofereciam perigo para o inimigo.⁴⁵ Nesse sentido, Therezinha Zerbine ressalta: “Mostramos ter a mulher coragem, sensibilidade e imaginação criativa para empreender uma luta política de uma sociedade civil” (ZERBINE, 1979, p. 6). Ou seja, os movimentos de mulheres, tanto em nosso país como em outros da América do Sul, assimilaram o mito de “guardiã da família”; tal tática foi disseminada a todo momento por elas, no período ditatorial.

No entanto, constata-se que apesar da utilização dos estereótipos de gênero a favor da campanha do MFPA, as mulheres desse grupo não estiveram livres de ataques e repressão. Em vista disso, o boletim *Maria Quitéria* (1978) informou que todos os Comitês Femininos pela Anistia no país realizariam atos de comemoração em relação ao aniversário de 33 anos da anistia (concedida em 1945 no Brasil). Assim, em 1978, a presidente nacional do MFPA, Therezinha Zerbine, estava em Minas Gerais, numa celebração em prol desse indulto.

Porém, no momento em que todos estavam reunidos para iniciar a cerimônia no auditório, com a presença de mil pessoas, sucedeu um atentado paramilitar contra o Movimento Feminino. O boletim *Maria Quitéria* (1978) ressaltou que os agentes do DOPS solicitaram a evacuação do público, a fim de localizar uma possível bomba no local. Por esse motivo, o evento não aconteceu e as pessoas ficaram assustadas. As agressões continuaram e na madrugada do mesmo dia, 18 de abril de 1978, às 2 horas da madrugada, um grupo paramilitar jogou uma bomba na casa de Helena Greco, líder do Movimento Feminino pela Anistia/MG. Na residência encontrava-se hospedada Therezinha Zerbine.⁴⁶ Em seguida, o Movimento Feminino publicou uma nota de denúncia contra esse ato, o Manifesto à Nação.

REPUDIAMOS este ato de violência, fruto de ódio e de cérebros doentios.
Contra esse ódio nós nos escudamos com nosso amor ao nosso povo, a nossa gente sofrida, aos presos políticos e aos exilados e seus filhos, às famílias

⁴⁵ CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. *Annales de Bretagne et des pays de L' Ouest*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, Tome 108, n.2, 2001, p. 104-128.

⁴⁶ Essas informações estão presentes no: Em manifesto à nação. MFPA, denúncia de atentado para-militar, *Maria Quitéria*, Boletim do Movimento Feminino pela Anistia, ano II, n.3, julho de 1978. p.10. In: Documentos do Brasil Nunca Mais/Memorial da anistia. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/acervo-disponível/>> acesso em: 12 jan. 2019.

atingidas pela excepcionalidade reinante no país, numa longa noite de trevas que já dura 14 anos. AFIRMAMOS nossa posição de luta serena e corajosa. Nossa luta não é de ódio. É de amor e persuasão. Nesta campanha cívica que estamos empenhadas, colocamos a Anistia como imperativo de consciência, cabendo a nós ganha-la onde estiverem, e excepcionalidade se nutre de medo. Rechassamos (sic) o medo e nos posicionamos nesta hora histórica com a serenidade e a dignidade que sempre foi apanágio da mulher brasileira nos momentos dramáticos. Chega de violência, chega de arbítrio. Clamamos que é hora de Anistia, hora de paz, hora de volta ao Estado de Direito. (Manifesto à Nação do Movimento Feminino pela Anistia, 19 de abril de 1978)

Verifica-se que houve violência contra o movimento, tanto no atentado ocorrido no evento do comitê estadual de Minas Gerais quanto na residência da presidente Helena Greco. Esse fato revela a atuação repressiva da ditadura civil-militar em relação à campanha pela anistia no país.

No entanto, apesar do cenário de perseguições e autoritarismo, a campanha do MFPA ampliava-se cotidianamente entre os diversos setores sociais e tornava-se um movimento amplo nacionalmente, principalmente com o surgimento do Comitê Brasileiro pela Anistia, em 1978.

1.3 Ampliação da Campanha pela Anistia e o Apoio dos Setores Sociais

O Movimento Feminino iniciou a campanha pela anistia em 1975 e, ao longo dos anos, houve uma ampla mobilização nacional com o apoio de diversas instituições, tais como: a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil, (OAB), a Frente Nacional do Trabalho, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), os centros acadêmicos estudantis, sindicatos, entre outras. Então, essas instituições uniram forças e foram às ruas com manifestações em prol da anistia e da redemocratização do país.

Nessa conjuntura, a CNBB, na XV Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em fevereiro de 1977, lançou um manifesto contra a arbitrariedade da ditadura civil-militar em não respeitar os direitos humanos e os cidadãos. Dessa forma “[...] o documento ainda afirmava a necessidade de participação política do ser humano, calcada na liberdade de discussão, base para a verdadeira ordem política” (NAPOLITANO, 2014, p. 237). Nesse sentido, setores da Igreja Católica estavam manifestando apoio ao movimento pela anistia, ao questionar na Conferência dos Bispos o desrespeito aos direitos humanos, vivenciado no regime ditatorial brasileiro.

Em sequência, o Movimento Feminino pela Anistia realizou, também, o I Encontro Nacional pela Anistia em São Paulo, entre 8 e 10 de dezembro de 1977. A direção nacional do MFPA convocou todos os núcleos existentes no país, para realizar um balanço de todas as atividades desenvolvidas ao longo da campanha e, ao mesmo tempo, unificar os discursos e práticas, e estabelecer uma espécie de controle e direcionamento político do MFPA. Conforme Ana Fonteles (2012), nesse evento foi estabelecida a formação de um calendário com datas comemorativas, as quais os núcleos do MFPA tinham a obrigação de celebrar em todo o Brasil, como: dia das mães, dia internacional da mulher (em 8 de março) e o aniversário da heroína do exército, Maria Quitéria. Assim, percebe-se, na utilização de datas comemorativas, um meio de divulgação, através das palestras, eventos e meios de comunicação, a atuação do movimento na campanha pela anistia. Ao final desse evento, o MFPA divulgou para a imprensa um documento referente ao que foi acordado no Encontro Nacional pela Anistia.⁴⁷

No momento histórico em que a nação brasileira anseia pela redemocratização do país, no momento em que o Exmo. Sr. Presidente da República promete devolver ao país a sua mais alta aspiração que é a democracia, admitindo abertamente a possibilidade de eliminação da legislação de exceção [...]. Nós, mulheres brasileiras do Movimento Feminino pela Anistia em nosso 1º Encontro Nacional, firmamos o seguinte posicionamento. Que sejamos nós, em meio ao obscurantismo dos estados de fato e do arbítrio a chama acesa da consciência nacional do estado de direito, clamando pela anistia política ampla [...] acreditamos também, que somente a Constituinte com representação popular poderá restabelecer a ordem legítima aspiração do povo. Com base nessa crença, solicitamos do Exmo. Sr. Presidente da República, que sejam adotadas medidas imediatas; em face da abordagem da pena do exílio, em face do fato do governo negar nacionalidade aos filhos dos nossos exilados, em face dos reais motivos das greves de fome dos presos políticos [...] nós firmamos neste documento histórico o compromisso de não descansar enquanto nossos objetivos não forem atingidos na sua totalidade. (*Maria Quitéria*, ano II, n.3, 1978)

Em seguida, outras instituições manifestaram apoio à campanha pela anistia. Nesse sentido, a Ordem dos Advogados do Brasil, no dia 09 de maio de 1977, realizou o XII Congresso dos Advogados,⁴⁸ com o tema “O Estado de Direito: direitos humanos e a necessidade da anistia”. Desse modo, os advogados apresentaram tais medidas: 1- aplicação

⁴⁷ Ao Encontro Nacional da Anistia compareceram os representantes dos núcleos estaduais do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. In: *Maria Quitéria*, Boletim do Movimento Feminino pela Anistia, ano II, n.3, julho de 1978. In: Documentos do Brasil Nunca Mais/Memorial da anistia. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>> acesso em: 12 jan. 2019.

⁴⁸ Jornal *Maria Quitéria*, ano II, n. 3, p.10, 1978.

da anistia como medida preliminar e essencial a uma abertura democrática consequente; e 2-anistia como um anseio nacional devido ao apoio da Igreja, OAB, entidades de classes e políticos. Nesse sentido, o jornal do MFPA, na edição de 1978, declarou sobre o posicionamento dos advogados a favor da anistia: “representará uma página histórica inesquecível da grandeza dos Advogados Brasileiros, aqui reunidos” (*Maria Quitéria*, 1978, p.10).

Com a ampliação da luta surgiu o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em 14 de fevereiro de 1978, no Rio de Janeiro, organizado com base semelhante à estrutura do MFPA, com comitês estaduais que se expandiram pelo país, agregando homens e mulheres, sem distinção de sexo ou pensamento ideológico, embora a maioria dos membros desse comitê fosse de orientação esquerdista.

Apesar do CBA e MFPA lutarem pela anistia, tendo em vista que seus projetos eram semelhantes, observa-se conflitos de interesses sutis entre esses grupos. Nesse sentido, Therezinha Zerbine (2006), afirma que o surgimento do CBA ocorreu, de certa forma, em decorrência de conflitos em relação à atuação ideológica do MFPA. Nessa perspectiva, a líder nacional do MFPA declara:

Isso. Porque daí eles [CBA] queriam tomar o movimento de mulheres [...] como eles não conseguiram, porque eu não dava chance, eu dizia, não somos donas da anistia, nós não queremos ser [...] eles queriam dirigir, eles queriam tomar para nos dirigir, falei não [...] puro machismo. (ZERBINE, 2006, p. 5-6)

Constata-se que o MFPA, desde a sua fundação em 1975, propagava o conceito de anistia como esquecimento e pacificação nacional; considerando esse o caminho possível para a redemocratização do país. Todavia, o Comitê Brasileiro pela Anistia já nasceu mais atuante e com uma perspectiva de anistia ampla, que não aceitava a ideia de esquecimento. Esse fato está interligado à própria composição desse grupo, formado em sua maioria por pessoas de esquerda. “[...] o projeto defendido pelo CBA, ia além da libertação de presos políticos ou o fim do exílio, não acreditando em um decreto que servisse ao perdão ou o esquecimento” (CIAMBARELLA, 2009, p. 11). Então, verifica-se que apesar de os dois movimentos nacionais lutarem pela mesma causa, a princípio, havia em seus projetos uma compreensão divergente em relação ao conceito de anistia. Mas esse fato não impediu o vínculo entre eles, visto que a luta pela anistia era o objetivo comum.

Dessa forma, o CBA promoveu uma mobilização nacional com maior força de aglutinação, por isso foi considerado, mais atuante. Nesse momento, o conceito de anistia ampla e geral expandiu-se, tornando-se o *slogan* da campanha em prol da lei ampla, geral e irrestrita. É importante destacar que desde 1975 o MFPA apresentava uma campanha que tinha o *slogan* de anistia ampla para a “conciliação da família brasileira”. No entanto, a partir da mobilização proporcionada pelo CBA, a palavra anistia passou a ter outro significado, e o próprio Movimento Feminino superou a ideia de paz e reconciliação pelos princípios de conquistas, direitos e liberdades democráticas e aderiu à bandeira da anistia, ampla, geral e irrestrita. Nessa sequência, de acordo com Felipe Duccini (2017), o Comitê Nacional da Anistia conseguiu a união dos grupos de oposição à ditadura civil-militar e se organizou na promulgação de uma campanha pela anistia em diversas cidades do país, com o objetivo de mobilizar os setores sociais e a sociedade civil.

Entretanto, é necessário destacar que o MFPA deu os primeiros passos e ao longo dos seus três anos de atuação, de 1975 a 1978, expandiu pelo país a bandeira da anistia. Assim, “na luta pela anistia, foram as mulheres que exerceram esse papel de vanguarda; foi a partir do acúmulo do MFPA que foi possível depois esse grande salto de qualidade, salto político que se deu com a articulação dos comitês da anistia” (GRECO, 2012). Percebe-se que o acúmulo das forças oriundas de mobilização na sociedade permitiu a explosão dessa campanha, dentro e fora do Brasil. Tudo isso possibilitou a formação de unidades do CBA e do MFPA em todo o país.

Dessa forma, a campanha pela anistia, ao longo de 1978, tornou-se um movimento social amplo e diverso, com a participação de setores da sociedade civil e de diversas entidades de resistência ao sistema ditatorial. As manifestações nas ruas, nas universidades e em todo o país cresciam dia após dia. “Para as oposições democráticas, qualquer anistia não bastava [...] além disso, ela não estava desvinculada de outras medidas igualmente importantes como o fim da legislação de exceção [...]” (PORTO, 2002, p. 19). Então, a luta pela anistia não era somente pontual dos MFPA e dos CBAs, mas de diversos setores e instituições sociais do Brasil, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a ala progressista da Igreja Católica, o movimento estudantil e a Associação Brasileira de Imprensa.

Nesse sentido, a abertura política e os rearranjos da ditadura civil-militar, foram impulsionados pela multiplicação social, ao romper o “elo do medo”. Nessa sequência, observa-se que: “a correlação das forças políticas [...] reconquistam as ruas como espaço para manifestações políticas. A bandeira da anistia passou a servir como um aglutinador de forças desses diversos movimentos” (DUCCINI, 2017, p. 63). Nessa acepção, as mobilizações no

país, em meados da década de setenta, e, sobretudo, entre 1978 e 1979, retomaram força de ação com os MFPA e CBAs, que contribuíram na propagação de inúmeros atos, protestos, paralisações e greve de fome (dos presos políticos de Itamaracá/PE, por exemplo), em prol da campanha pela anistia. Sem dúvida, essas manifestações sociais pressionaram, de certa forma, o governo ditatorial no processo de abertura política.

Nessa conjuntura social de mobilização, destacou-se o I Congresso Nacional pela Anistia, realizado nos dias 2, 3 e 4 de novembro de 1978, no teatro Tuca da PUC de São Paulo. O evento foi organizado pelos movimentos de anistia CBA e MFPA, com a participação de 1500 pessoas, entre inscritos e convidados estrangeiros⁴⁹, e dividido em plenárias e comissões de trabalho. Os temas discutidos foram: 1- posições políticas para subsidiar a elaboração da carta do Congresso de São Paulo, partindo da discussão da carta de salvador, elaborada em setembro de 1978; 2- coleta de denúncias sobre repressão, torturas, mortes, prisões e perseguições; 3- coleta de sugestões sobre as formas de popularizar a jornada pela anistia, considerando que ela só seria alcançada por meio de pressão popular e de uma ampla mobilização do povo.⁵⁰

Nesse congresso houve a reunião de diversas entidades em prol da anistia, com repercussão nacional e internacional, de modo que estavam presentes representantes de delegações dos comitês pela anistia de diversos países, dentre eles: Comitê Brasileiro de Estocolmo/Suécia, Comitê Pró-Anistia de Portugal, Grupos de Brasileiros pela Anistia em Roma/Itália, Comitê de Berlim, Comitê Brasileiro pela Anistia – Dinamarca, Comitê Brasileiro pela Anistia em Paris/França, e outros.⁵¹ Estavam presentes também, no evento, operários, jornalistas, professores, estudantes, profissionais liberais, advogados, artistas, parlamentares, familiares de presos políticos, de exilados, de mortos e desaparecidos políticos, representantes do Centro de Desenvolvimento da Mulher e dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres.⁵² Ou seja, o congresso mobilizou diversos grupos sociais contrários à ditadura civil-militar.

Então, verifica-se que apesar das divergências para conceituação do termo anistia, ocorreu uma espécie de acordo entre os participantes desse evento, de modo que o I Congresso Nacional pela Anistia, em termos de recomendação geral, lançou um manifesto à

⁴⁹ Relatório do Congresso Nacional da Anistia, São Paulo, 5 de novembro de 1978. In: Documentos do Brasil Nunca Mais/Memorial da anistia. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>> acesso em: 12 jan. 2019.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Essas informações estão presentes em: GRECO, 2003, p. 101-102.

⁵² Relatório do Congresso Nacional da Anistia, São Paulo, 5 de novembro de 1978. In: Documentos do Brasil Nunca Mais/Memorial da anistia. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>> acesso em: 12 jan. 2019.

nação que enfatizava o princípio da campanha nacional pela anistia sendo ampla, geral e irrestrita, propagada por todos os setores sociais.

Expressamos insatisfações nacionais, os participantes do Congresso repudiam a marginalização política, econômica e social do povo brasileiro, condenam a repressão que sobre ele se abate e exigem anistia. O preço pago pela nação foi parcialmente documentado no Congresso: censurados, demitidos, cassados, reformados, exilados, banidos, presos, torturados, perseguidos, mortos e desaparecidos, este é o saldo de 14 anos de arbítrio e violência. As entidades presentes no Congresso Nacional pela Anistia assumiram o compromisso da transformação da luta pela anistia num amplo e estruturado movimento popular, entendendo que é da organização e da pressão popular que depende a conquista do fim da legislação repressiva, inclusive a revogação da lei de segurança nacional e da insegurança dos brasileiros, o desmantelamento do aparelho de repressão e o fim da tortura, liberdade de organização e manifestação: ANISTA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA. (Manifesto a Nação, Congresso Nacional pela Anistia, 1978)

A campanha pela anistia tornou-se uma voz coletiva nacionalmente, com manifestações de parcelas da sociedade, por meio dos núcleos estaduais dos CBAs e dos MFPA's distribuídos por todo país. Assim, a solidariedade com a situação da repressão vivenciada no Brasil chegou além das fronteiras brasileiras, influenciando a formação de núcleos de comitês pela anistia em diversos países, como: Portugal, França, Inglaterra, Suíça, Dinamarca, Alemanha e Bélgica.

Esses países se reuniram e realizaram uma conferência em Roma, em prol da anistia. Dessa forma, o relatório da Assembleia Geral do CBA na Europa declara: “A conferência tem por objetivo principal a expressão da solidariedade internacional a mais ampla em apoio à luta do povo brasileiro pela anistia ampla, geral e irrestrita e pelas liberdades democráticas”.⁵³ Assim, unidos em uma só corrente de solidariedade, a campanha pela anistia foi um marco de retorno à batalha pela liberdade democrática do país. Nesse sentido, Felipe Moreira declara: “O movimento em prol da anistia no exterior foi um dos elementos unitários que favoreceu a aglutinação de diferentes forças políticas [...] que se uniram em prol da Campanha pela Anistia” (DUCCINI, 2017, p. 82). Diante dessa circunstância, o exilado político via na luta pela anistia a possibilidade de retorna à sua pátria e, por isso, foi tão importante a propagação dessa luta no exterior.

⁵³ Relatório da Terceira Assembleia Geral dos CBAs da Europa, em preparação da Conferência de Roma. Executiva do CBA, Jean Marc Der Weid. In: Memorial da anistia. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>> acesso em: 12 jan. 2019.

Já em relação à campanha pela anistia no Brasil, observa-se que é inegável o pioneirismo do MFPA. Foram as mulheres, a princípio, responsáveis pela divulgação da luta pela anistia, no momento de repressão e censura do sistema ditatorial. Apesar de todos os dissabores gerados por esse sistema, elas organizaram uma Instituição Feminina em prol da anistia e dos direitos humanos. Em seguida, com o avanço dessa mobilização no país, e, principalmente, com o surgimento do Comitê Nacional pela Anistia, em 1978, a luta pela anistia generalizou-se, agregando homens, mulheres, militantes, membros de instituições religiosas e sociais, e tornou-se mais reivindicativa devido à formação de diversos núcleos da campanha no país e no exterior, os quais tinham a finalidade de conquistar a libertação dos presos políticos, banidos e exilados.

Nesse sentido, os comitês estaduais contribuíram nessa labuta de ampliar a participação social no MFPA. Assim, formaram-se núcleos nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Brasília, Goiás, Pernambuco, Paraíba, Ceará, entre outros. O papel desempenhado pelo Comitê Feminino pela Anistia de Sergipe, em 1978, com suas peculiaridades em relação ao cenário nacional, é apresentado a seguir.

II “O SOL DA LIBERDADE” MEMÓRIA DO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA EM SERGIPE

*Nós do Movimento Feminino pela Anistia de Sergipe repudiamos o projeto de lei imposto pelo Governo. Uma anistia pela metade não interessa ao povo brasileiro. Realmente, está anistia não pode nos interessar, desde que não se prestou conta dos desaparecimentos, quando são rotulados de terroristas muitos brasileiros que lutaram pela melhoria do nosso povo, que lutaram contra as arbitrariedades acometidas no seio da nossa sociedade, nós continuamos a lutar [...].*⁵⁴

*Esse projeto não nos dá conta dos desaparecidos, não nos dá conta das mortes ocorridas. Ele deixa isolados os atingidos. E esses mutilados? Quem devolverá os olhos de Milton Coelho? Ou as pernas de Manuel da Conceição?*⁵⁵

Movimento Feminino pela Anistia de Sergipe

O Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe é o tema central desse capítulo. Na problematização desse contexto histórico, focalizamos as narrativas de ex-militantes do MFPA, baseadas nas memórias, como também na análise dos jornais sergipanos da época e de relatórios dos órgãos de segurança nacional, do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). Com a união dessas fontes e dos vestígios encontrados, visa-se analisar a heterogeneidade de vozes e ações que nortearam a campanha pela anistia em Sergipe, no período da ditadura civil-militar.

O Comitê Feminino pela Anistia de Sergipe surgiu, oficialmente, em 14 de maio de 1978, fundado pela professora universitária Núbia Nascimento Marques (presidente do núcleo), Maria do Carmo Feitas, Gizelda Santana Moraes, Zelita Correia dos Santos, Ana Soares de Souza, Ana Maria dos Santos R. Côrtes, Laura Maria Ribeiro Marques, Maria Elisa da Cruz, Iara Viana de Assis, Tereza Cristina Cerqueira Graça, Lica Conceição Vasconcelos, Bia Wanderley, Dalva Almeida⁵⁶, padre Joaquim Antunes de Almeida (padre Almeida), Dom

⁵⁴ MFPA-SE vai continuar luta pela anistia. *Jornal da Cidade*, ano VIII, n. 2074, 24 de agosto de 1979, p. 13.

⁵⁵ Críticas a Anistia. *Gazeta de Sergipe*, ano XXII, n. 6274, 25 de agosto de 1979, p. 01.

⁵⁶ No MFPA de Sergipe contabilizou-se a participação de 13 mulheres, de acordo com as fontes analisadas. Entre elas, a heterogeneidade de ações e vivência era uma característica comum, dado que, na formação dessa equipe, tínhamos, por exemplo, a “tríade subversiva” Laura Marques, Ana Côrtes e Zelita Correia, que foram militantes e presas políticas na década de 60 e 70, no período da ditadura civil-militar, como também intelectuais renomadas. A presidente local, Núbia Marques, era escritora, poetisa, assistente social, professora universitária; Gizelda Santana Moraes, poetisa, escritora e professora da Universidade Federal de Sergipe, doutora em psicologia pela Universidade de Lyon, França, em 1970, título raríssimo para a época; Elisa Cruz, assistente social e professora universitária; Ana Soares de Sousa e Tereza Cristina Cerqueira eram estudantes do curso de pedagogia na época. A participação de Lica Conceição Vasconcelos, Bia Wanderley e Dalva Almeida é citada

Brandão de Castro, bispo da cidade de Propriá/SE (representantes do clero progressista), e políticos do MDB/SE. O comitê teve também o apoio dos estudantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Sergipe. Dessa forma, o núcleo do movimento pela anistia caracteriza-se como misto, ou seja, era formado por mulheres e homens.

Em relação à fundação do comitê do MFPA na sociedade sergipana, o Jornal *Diário de Aracaju*, em 16 de maio de 1978, destacou que a cerimônia de abertura do movimento pró-anistia em Sergipe ocorreu em 14 de maio, no plenário da Assembleia Legislativa, com uma missa celebrada pelo bispo de Propriá/SE, Dom José Brandão de Castro, com a participação de padre Joaquim Antunes de Almeida. Após a celebração religiosa, foi realizada uma palestra com a temática “anistia ampla, geral e irrestrita: uma necessidade brasileira”, na qual discursou o senador João Gilvan Rocha, que, segundo o jornal citado, referiu-se em tom agressivo contra o Governo Federal, chamando-o de “agonizante ditadura”. Ainda durante sua fala, relatou da necessidade de lutar pela anistia e em prol das liberdades democráticas da nação.⁵⁷ Seguem trechos da palestra do senador sergipano:

O maior erro deste Governo foi no desconhecimento das liberdades fundamentais do homem. Estamos pedindo agora a anistia, não a anistia que eles querem adjetivar como fazem com a democracia. A anistia é ou não é, pois não conheço perdão, esquecimento, reencontro que seja pela metade. (Gilvan Rocha, *Diário de Aracaju*, ano XIII, n. 4398, 16 de maio 1978, p.02)

Núbia Marques, presidente do MFPA local, também proferiu discurso e relatou que o principal objetivo do comitê era integrar-se ao movimento nacional em favor de uma anistia ampla e irrestrita, como forma de conciliação de todos os brasileiros. Em seguida, Milton Coelho, que perdeu a visão vítima de tortura na Operação Cajueiro,⁵⁸ testemunhou o

por Ana Soares de Sousa (2019), em entrevista à autora. A trajetória de vida dessas mulheres está presente do capítulo III dessa dissertação.

⁵⁷ Em relação à cerimônia de abertura do MFPA em Sergipe, ver: Jornal *Diário de Aracaju*, ano XIII, n. 4.399, terça-feira, 16 de maio de 1978, p.01. In: acervo da Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória.

⁵⁸ Operação Cajueiro. No Brasil, em meados da década de setenta, surgiu uma operação nacional dos órgãos de segurança do governo, para combater a atuação clandestina do Partido Comunista Brasileiro. Desse modo, em diversos estados brasileiros ocorreram operações com essa finalidade. O fato de maior repercussão nacional, dentro da atuação das forças armadas, sucedeu com a morte do Jornalista Wladimir Herzog no DOI-CODI de São Paulo, em 1975, e do operário Fiel Filho, em janeiro de 1976. Em Sergipe, foi denominada Operação Cajueiro, sob o comando do General Adry Fiuza de Castro, da 6ª Região Militar de Salvador/BA, em 1976. Neste ano, o General Fiuza enviou para Sergipe um grupo especial de segurança, com a chefia do Tenente-Coronel Oscar Silva. Em seguida, iniciou a prisão de militantes sergipanos do PCB, em 20 de fevereiro de 1976, com o apoio da Polícia Federal do DOPS e DOI-CODI. Os acusados foram levados ao 28º Batalhão de Caçadores de Sergipe, onde foram submetidos a interrogatórios sob torturas. Entre os presos nessa operação, destacamos: Jackson Barreto Lima, Milton Coelho de Carvalho, Marcélio Bomfim Rocha, Jackson de Sá Figueiredo, Carvalho Lima Santos, Delmo Naziazeno, João Francisco Osea, Edson Sales, Edgar Odilon

sofrimento vivenciado por ele, enquanto prisioneiro no 28ª Batalhão de Caçadores de Sergipe, em 1976. Além desses pronunciamentos e testemunhos, foram lidos alguns documentos, moções de protestos às prisões e cartas de apoio à campanha. Inclusive foi lido pela vice-presidente do núcleo MFPA da Bahia, Angela Franco, um documento enviado por Therezinha Zerbine, em solidariedade às manifestações a favor da anistia. Posteriormente, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Sergipe também se manifestou, denunciando a prisão do estudante Edvaldo Nunes da Silva, membro do DCE da Universidade Federal de Pernambuco. Essa abertura oficial do Comitê Feminino pela Anistia no estado contou com a presença de 300 pessoas, entre políticos, religiosos, advogados, médicos, professores, estudantes e o público em geral.⁵⁹ Segue imagem do anúncio do movimento pela anistia.

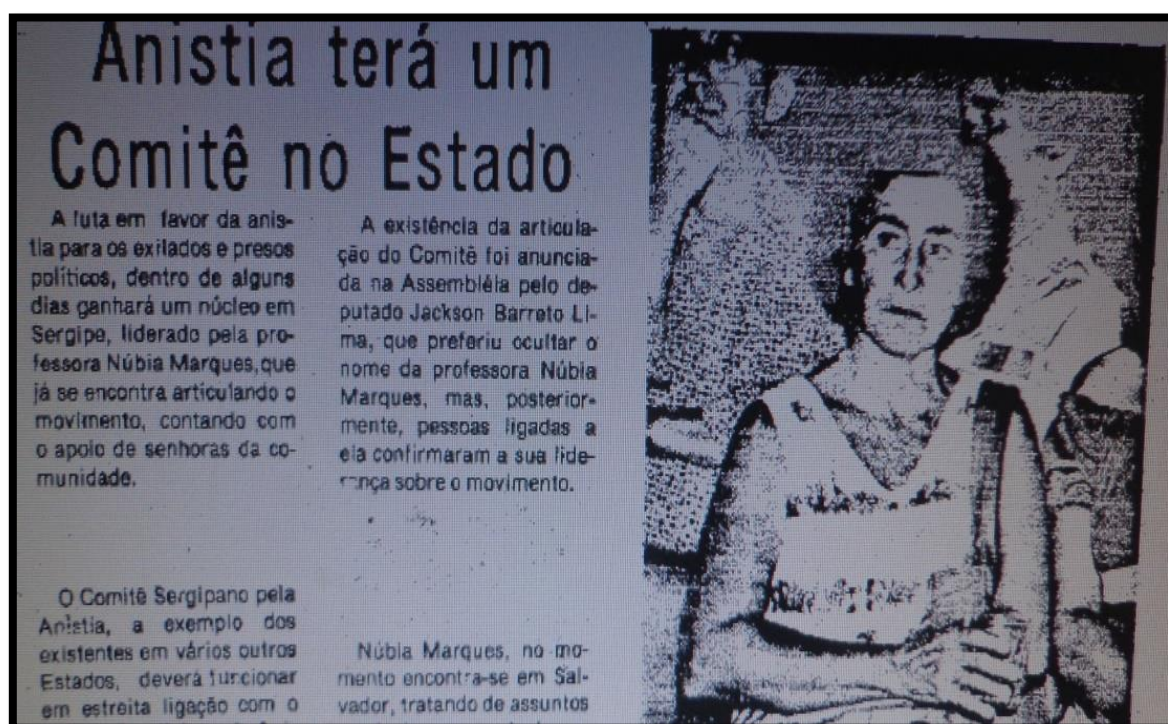


Figura 01: Anúncio do MFPA e imagem da presidente Núbia Marques. In: *Jornal de Sergipe*, ano I, n. 52, 21 de abril de 1978, p.01.

A matéria do Jornal *Diário de Aracaju*, em 16 de maio de 1978, destacou, ainda, que o núcleo do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe foi organizado por intelectuais

Francisco dos Santos, Antônio Bittencourt, Faustino Alves Menezes, Virgílio de Oliveira, Asclepíades José dos Santos, José Soares dos Santos, Luís Mário Santos Silva, Pedro Hilário dos Santos, Antônio José Gomes, Rosalvo Alexandre Lima e Francisco Gomes Filho. In: DANTAS, José Ibarê. *A tutela militar em Sergipe 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. São Cristóvão, Editora: UFS, 2014, p.291-292.

⁵⁹ Em relação aos depoimentos e testemunhos da cerimônia do MFPA, ver: Jornal *Diário de Aracaju*, ano XIII, n.4399, terça-feira, 16 de maio de 1978.p.01. In: acervo da Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória.

sergipanos, entre jornalistas, assistentes sociais, professores universitários, políticos e estudantes. Ou seja, o anúncio da matéria do jornal informa a heterogeneidade do comitê. Assim, verifica-se que o grupo de vinte intelectuais sergipanos que organizaram o Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe era composto por homens e mulheres, o que torna o movimento no estado peculiar em relação ao MFPA nacional.

O Movimento Feminino Pró-Anistia- Núcleo Sergipe foi fundado por um grupo de 20 intelectuais sergipanos, composto de estudantes, jornalistas, assistentes sociais, nutricionistas, políticos e professores universitários. Se integra aos demais movimentos existentes no sul do país[...] o grupo reuniu-se pela primeira vez, na Câmara de Vereadores de Aracaju no início da semana passada, tem como presidente da comissão provisória a assistente social e escritora Núbia Marques. (*Diário de Aracaju*, ano XIII, n. 4398, 16 de maio, 1978, p.01)

Dessa forma, o Jornal *Gazeta de Sergipe*, em 11 de maio de 1978, salientou que o MFPA, liderado por Núbia Marques, tinha o objetivo de reunir o maior número possível de adeptos e entidades na campanha. De modo que foi divulgado, na mesma matéria, o convite distribuído em toda a cidade pelos organizadores do Comitê Feminino, convocando a sociedade sergipana para participar do movimento pela anistia.⁶⁰

Anistia, uma questão de amor, é o tema do convite distribuído pelo Comitê em toda a cidade convocando os sergipanos para participarem do Movimento pela Anistia, pois, só assim, o sol da liberdade virá. “Em nome do pai, punidos, mas que a braça da esperança no seu peito injustiçado entre cinzas resguardou. Em nome do filho - alguém tu vais em breve entregar o que o arbítrio lhe negou. E, em nome do grande espírito de liberdade que acende a consciência mais fria, eu te batizo ANISTIA”. E o Senhor nos ensinou, amai ao próximo como a ti mesmo. (Convite do MFPA de Sergipe, *Gazeta de Sergipe*, ano XXII, n. 6017, 11 de maio de 1978, p.08)

Então, observa-se que o convite distribuído pelo MFPA na sociedade sergipana apresentou uma característica emblemática, ao relacionar um símbolo do catolicismo, a oração do pai-nosso, com a campanha pela anistia. Nesse sentido, Zelita Correia (2019) ressaltou que a semelhança presente no convite, de associar a religião e o conceito de anistia, foi uma estratégia poética válida, com aspecto de redenção, devido à situação vivenciada no país, de morte, repressão e prisão. Ou seja, o ensinamento do cristianismo estava em decadência no contexto da ditadura civil-militar, pois “tinham esquecido Cristo naquela

⁶⁰ *Gazeta de Sergipe*, ano XXII, n. 6.017, 11 de maio de 1978, p.08. In: acervo da Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória.

época, [era necessário] chamar todo mundo para ser mais humilde, mais cristão”.⁶¹ Por isso, o anúncio do convite distribuído pelo comitê trazia essa analogia do pai-nosso com a anistia, refletindo a ideia de perdão, liberdade social e esperança. Dessa forma, observa-se uma aproximação do comitê com símbolos do catolicismo. Mas será que essas mulheres do Comitê Feminino, na verdade, não estavam associando essa relação de fé e crença no cristianismo a uma forma de legitimação do MFPA diante da sociedade, utilizando a aproximação dos setores da Igreja Católica para se “protegerem”, de alguma forma, da repressão do governo ditatorial? Assim, observa-se um duelo de ações e estratégias femininas que foram utilizadas no movimento em Sergipe, para “driblar” o sistema repressivo da ditadura civil-militar.

Em seguida, o *Jornal da Cidade*, na matéria de 09 de maio de 1978, também apresentou trechos iniciais do convite que foi divulgado pelo Comitê Feminino pela Anistia de Sergipe. O informe destaca que no primeiro parágrafo do convite é anunciada a história da anistia no Brasil, e salienta que ela foi concedida pela primeira vez em 1654, para os patriotas que lutaram contra os holandeses no Nordeste, e que foram promulgadas inúmeras anistias na história do país, todas marcadas por acordos, concessões e pelas lutas populares.⁶²

No convite, é lembrado que, em Sergipe a história da anistia teve início no século passado, quando foram anistiados todos os que participaram do movimento armado de 4 de setembro de 1896, através do decreto nº 405 de 5 de novembro do mesmo ano. Hoje, Sergipe inicia o Movimento pela Anistia, com a finalidade de integrar o estado dentro desse movimento humanista e de solidariedade que se desenvolveu a nível nacional e internacional. (MFPA-SE, *Jornal da Cidade*, ano VIII, n. 1671, 09 de maio de 1978, p. 02)

Destaca-se, também, na matéria do *Jornal de Sergipe*, em 21 de abril de 1978, que o deputado Jackson Barreto, ao se pronunciar em favor da anistia na Assembleia Legislativa, anunciou a formação do núcleo do MFPA no estado, e declarou que o comitê organizado pela professora Núbia Marques tinha o objetivo de trazer para Sergipe a luta pela anistia ampla e irrestrita a todos os presos e exilados políticos do país, juntando-se à campanha dos demais movimentos nacionais. “O Comitê, segundo informações preliminares, conta com o apoio de dezenas de senhoras e, a exemplo do que ocorre nos demais estados, não terá nenhuma vinculação partidária nem com o MDB [...] ficando a luta restrita apenas a área da anistia”.⁶³ O MFPA caracterizado como misto, com a participação de mulheres e homens, declarava que

⁶¹ SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 29 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

⁶² *Jornal da Cidade*, ano VIII, n. 1671, 09 de maio de 1978, p.02.

⁶³ *Jornal de Sergipe*, ano I, n. 52, sexta-feira, 21 de abril de 1978. p.02. In: acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

não tinha ligação com nenhum partido; assim, a militância se traduzia na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. No entanto, segundo a análise das entrevistas e das matérias jornalísticas, a militância no MFPA de Sergipe foi heterogênea, ampla e atrelada a grupos do Partido Comunista Brasileiro, representado na época pelos políticos do MDB. Apesar de se autodeclararem um movimento apartidário, na prática isso não acontecia, visto que havia a presença desses grupos no movimento. A ex-militante Zelita Correia (2019) afirmou que os membros do Comitê Feminino trabalharam também na campanha eleitoral de parlamentares do MDB, do senador Gilvan Rocha e do deputado federal Jackson Barreto, ou seja, dentro do comitê houve um aparelhamento partidário, ainda que não declarado oficialmente.

Nesse cenário, o *Jornal da Cidade*, em 14 de maio de 1978, no mesmo dia da inauguração do Comitê Feminino pela Anistia no estado, publicou a matéria “Anistia e Política”, na qual questionava o termo “apolítico” utilizado para classificar o comitê sergipano. O periódico afirmava que o movimento, por ser a favor de uma ideia, já era político e declarava, também, que o Comitê Feminino era partidário e ligado aos interesses eleitorais do MDB.⁶⁴ Essa informação confirma a influência partidária dentro do MFPA de Sergipe. Seguem trechos do jornal:

Na vida nada se faz sem política. A arte de viver representa uma atitude política diante das realidades. Por tudo isso não seria necessário aos organizadores em Sergipe do movimento pela anistia ficarem a defini-lo como apolítico. Sendo um movimento a favor de uma ideia, ele deve ser necessariamente político. O lamentável em tudo, e que termine se transformando em movimento político partidário, forjado e trabalhado para servir mais os propósitos eleitorais de um grupo [...] em favor da promoção de candidaturas de um ou outro elemento da cúpula emedebista. (*Jornal da Cidade*, ano VII, n. 1976, 14 de maio de 1979, p. 03)

Diante desses fatos, a problemática da pesquisa remete a algo inédito em relação às normas estabelecidas pelo Movimento Feminino pela Anistia – Nacional e aos núcleos espalhados no Brasil, no que se refere à participação exclusiva de mulheres, como membros, e ao caráter apartidário do movimento. Aqui em Sergipe, a narrativa de militantes do núcleo do MFPA reafirma a participação de mulheres e homens na campanha pela anistia. Esse fato é uma característica atípica de um movimento feminino, e, sobretudo, contradiz com o próprio estatuto nacional, que coíbe a presença masculina.

A ex-militante Ana Soares de Souza (2019) afirmou, em entrevista à autora, que o Movimento Feminino pela Anistia era misto, composto por homens e mulheres. Ressaltou,

⁶⁴ *Jornal da Cidade*, ano VII, n. 1976, 14 de maio de 1979, p. 03.

ainda, que os estudantes, os políticos, o movimento dos direitos humanos, padres da ala progressista da Igreja Católica, todos esses setores sociais, adentraram no comitê pela anistia, tornando-o um movimento amplo no estado. E que, apesar de ser chamado movimento feminino, não se limitava à participação exclusiva de mulheres no grupo. Nesse sentido, Ana Soares informa:

No [Movimento Feminino pela Anistia] os homens se tornaram membros, como o Movimento Feminino era maior em número, então os homens se uniram ao movimento aqui em Sergipe [...] decidíamos todos juntos, discutíamos as pautas, os encaminhamentos, as divisões, aí no final decidíamos juntos. Pronto, aí, a gente se reunia semanalmente no DCE, discutia a conjuntura política, discutia as ações da nacional, como a gente ia participar a situação financeira do movimento que era precária, naturalmente e tomava as decisões, como e onde ia participar quem podia quem não podia, e tal, e sempre a gente tinha uma atividade fora, em outro estado, aí tinha também as plenárias nacionais que eram maiores, a principal foi no Rio de Janeiro.⁶⁵

Ainda em relação a essa ampliação dos participantes do MFPA, foi questionado à ex-militante Ana Soares se, nas reuniões que ocorriam na sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE), todos os presentes votavam em relação às ações que deveriam ser realizadas de mobilização social, e ela destacou que sim, todos os presentes tinham voz e decidiam juntos nas reuniões. Assim, Ana Soares declara:

Começou com o Movimento Feminino, aí depois foi crescendo essa reunião, aí o pessoal da universidade através de Núbia Marques se engajou no movimento e a direção ficou sob o [comando] de Núbia Marques e Carminha. A gente se reunia no DCE, ali na Rua de Santa Luzia, o presidente do DCE na época era Clímaco, aí a gente se reunia lá, quando era uma plenária ampliada, a gente se reunia na câmara dos vereadores que ficava ali na rodoviária velha, aí por fim, tinha também o movimento de defesa dos direitos humanos que era outro segmento, mas pela mesma causa, aí foi se juntando, se unindo e o Movimento Feminino ficou misto, digamos assim, porque os outros movimentos se engajaram e fez um movimento só.⁶⁶

Nesse contexto, a ex-militante Zelita Correia (2019) afirmou, do mesmo modo, que o Comitê Feminino no estado não era formado apenas por mulheres, pois tinha o apoio de diversos setores da sociedade, com a participação de homens e mulheres, e por isso se autodenominava um movimento misto. Nessa perspectiva, ela disse:

⁶⁵ SOUZA, Ana Soares. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 19 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

⁶⁶ Idem.

Esse Comitê Feminino pela Anistia, eu vou lhe dar um exemplo, foi mais para a gente abrir mão dos meninos por estarem feridos, porque ainda tinha gente presa, quer dizer Milton foi torturado demais, Marcélio também foi, Pedro Hilário morreu das consequências da prisão, quer dizer eles não podiam botar a cara, porque se não seria o movimento dos presos pela anistia. Então, a gente, que estava solta, pegou a obrigação.⁶⁷

Diante desses fatos, verifica-se que as normas estabelecidas pela direção nacional do MFPA, representada por Therezinha Zerbine, e pelo estatuto não eram seguidas à risca no núcleo sergipano, sobretudo em relação à participação masculina. Percebe-se que, em diversos pronunciamentos, a líder Zerbine sempre atestou que era uma norma a participação de mulheres no movimento, dizendo: “os homens podem vir, mas onde o homem vai ele inibe [...] eu dizia não me venham fazer política dentro do movimento, que nunca houve, viu? [os homens não podiam] votar e nem dar palpite [...]” (ZERBINE, 2006, p. 03-04). A vista disso, a concepção do MFPA não pode ser generalizada apenas por meio dos pronunciamentos da presidente nacional Therezinha Zerbine, dado que existiam inúmeras divergências de opiniões e segmentos entre os diferentes núcleos regionais do movimento pela anistia. A exemplo, temos a peculiaridade do núcleo sergipano.

Percebe-se que o emprego do termo “feminino” no movimento de Sergipe ocorreu por uma necessidade de proteção, como também foi uma estratégia usada pelas mulheres para permanecerem ligadas ao Movimento Feminino pela Anistia – Nacional, que exigia oficialmente a participação de mulheres. A ex-militante Zelita Correia (2019) afirmou que havia pouco tempo da Operação Cajueiro, uma ação do Exército da 6ª Região Militar da Bahia que, em 1976, prendeu e torturou militantes acusados de reorganizarem o Partido Comunista em Sergipe. Então, segundo ela, a campanha pela anistia em Sergipe não poderia ser oficialmente liderada por esses “meninos”, se não seria chamado o movimento dos presos pela anistia.⁶⁸

Nesse sentido, justifica-se a estratégia de organizar o Movimento Feminino pela Anistia com a liderança de mulheres, representadas, principalmente, por Núbia Marques. Assim, a tese da participação de homens como membros do MFPA em Sergipe é validada pela análise das fontes documentais, pelas matérias divulgadas nos jornais sergipanos e pelas entrevistas orais, realizadas com os ex-militantes: Ana Soares de Souza, Zelita Correia dos

⁶⁷ SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 29 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

⁶⁸ Idem.

Santos, Tereza Cristina Cerqueira Graça, Ana Maria R. Côrtes e Jackson Barreto Lima. Todos eles afirmaram à autora a presença de mulheres e homens como membros do MFPA/SE. Nesse seguimento, Cleidson Vieira, na dissertação de mestrado: *Anistia de 1979 e transição política: dos projetos e campanhas à luta por justiça e reparação às vítimas sergipanas* (2015), também atestou que havia a participação de homens e mulheres no núcleo sergipano do movimento pela anistia, relatando que “a luta pela anistia [foi] realizada por ex-presos políticos e familiares de vítimas, surgiu de forma sistemática através do Movimento Feminino pela Anistia [...]” (VIEIRA, 2015, p. 87).

Todavia, o protagonismo feminino da campanha pela anistia em Sergipe é inegável, as mulheres entraram em cena e lideraram essa campanha. Zelita Correia (2019) reafirma que Núbia Marques era a líder do movimento e que, apesar de ser um núcleo misto, era ela quem se mobilizava em busca de apoio e se colocava à frente desse comitê, “a cabeça mesmo [da campanha] era Núbia, ela dava a cara para bater mesmo”.⁶⁹

A presidente do comitê local, Núbia Marques, não tinha oficialmente nenhum familiar preso, e, ainda assim, aceitou a missão de mobilizar mulheres e homens em prol da anistia. Na época, ela era professora universitária do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, poetisa, romancista, presidente da Comissão Sergipana de Folclore, e foi a primeira mulher a fazer parte da Academia Sergipana de Letras, em 1978. Ou seja, ela era considerada uma das principais personalidades culturais do estado. Assim, Elisa Cruz frisa: “a professora Núbia Marques era uma pessoa desbravadora, de uma visão de mundo que ia além do seu tempo”.⁷⁰

Observa-se que o lugar de atuação social dessa militante era a universidade. Ao mesmo tempo em que lecionava, convocava professores e alunos para adentrarem nessa campanha. Outra militante do MFPA, Elisa Cruz (2019), relatou que, em 1978, ela era professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe e tinha uma relação de amizade com Núbia Marques, ela tinha sido a sua professora no curso da graduação. Contou, ainda, que quando começou a lecionar na universidade esse laço de amizade cresceu e Núbia Marques a convidou a participar do Movimento Feminino pela Anistia. Elisa Cruz disse que aceitou de imediato, pois era necessário lutar contra a repressão ditatorial vivenciada em Sergipe, com João Bosco Rolemberg, sergipano e preso político em

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ CRUZ, Maria Elisa da. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 05 de abril de 2016, Aracaju/SE.

Itamaracá/PE⁷¹, e outros militantes presos em outras regiões do Brasil. Nesse contexto, Eliza Cruz declara:

A professora Núbia Marques estava articulando pessoas que ela conhecia, dentro dessa dinâmica, [eu fui convidada a participar da campanha] as reuniões eram dentro de uma conjuntura castradora, veja bem, nós estávamos vivendo um regime em plena ditadura militar e estávamos sob a força do AI-5. Foi um momento de muita corrente, e essas discussões pairavam, vamos abrir essas correntes, cortar essa corda, esse ferro, que fere que maltrata que dói na alma [...].⁷²

A militante Zelita Correia (2019) relatou que a mobilização de pessoas para adentrarem nesse movimento ocorria no chamado “boca a boca” e que a ideia inicial de formar um movimento pela anistia em Sergipe ocorreu, de forma embrionária, com a participação de Núbia Marques e Gizelda Moraes no evento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Segundo ela, apesar de não ser um ato específico do movimento pela anistia, afirmou que durante a realização desse encontro foi discutido esse tema e a mobilização social que vinha ocorrendo com a ampliação dos núcleos do MFPA e CBA no país. Assim, ao chegar a Sergipe, Núbia Marques e Gizelda Moraes decidiram se engajar na campanha pela anistia e começaram a convidar as pessoas para formarem o núcleo do MFPA no estado.

Dessa forma, no processo de “gestação” do núcleo do Movimento Feminino pela Anistia, as ex-militantes Elisa Cruz (2016) e Zelita Correia (2019) reafirmaram que as reuniões eram fechadas, ocorridas, na maioria das vezes, na casa de Núbia Marques, em um grupo pequeno, inicialmente. Informaram, também, que lá discutia-se em relação às condições dos presos políticos e quais seriam as medidas adotadas para a divulgação da campanha no estado.

[...] discutíamos muito o dia a dia do que nosso pessoal estava sofrendo nas prisões. Fazíamos palestras nas casas dos membros, era um grupo fechado, é que aquele período era bastante difícil, as pessoas tinham medo. Três pessoas da liderança foram presas políticas, portanto, era importante se preservar. (SANTOS, 2011)

⁷¹ João Bosco Rolemberg Côrtes foi preso político, de 1974 a 1979, na penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá/PE.

⁷² CRUZ, Maria Elisa da. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 05 de abril de 2016, Aracaju/SE.

Já em relação ao contato com a diretora nacional do movimento, a líder Therezinha Zerbine, para, oficialmente, formar o núcleo feminino no estado, Jackson Barreto, que na época era deputado, afirmou, em entrevista à autora, que a conheceu em São Paulo, no ato pela anistia e fez o intermédio para a fundação do núcleo do MFPA em Sergipe: “Conversei com ela, e daí, estabelece uma relação [...] eu era deputado federal e a Câmara, era uma caixa de ressonância do país, porque o movimento popular vivia em Brasília”.⁷³

A partir dessa articulação com a diretora nacional do MFPA foi organizado o núcleo do movimento no estado. Segundo a ex-militante Zelita Correia (2019), o nome de Núbia Marques, sugerido para ser a presidente local do Comitê Feminino, na verdade, foi decidido no Congresso da SBPC, quando ela e Gizelda Moraes optaram em organizar esse comitê no estado. Em entrevista, Zelita Correia citou que não foi indicação de Therezinha Zerbine o nome da presidente local do núcleo sergipano. E, ao mesmo tempo, disse que Núbia Marques era uma intelectual renomada, professora universitária, escritora, tinha um prestígio junto à sociedade e, pelo fato dela não ser atrelada a nenhum partido político, seu nome estava “limpo para os olhos da ditadura”, por isso acreditava que ela realmente era a pessoa mais indicada, no momento, para liderar essa campanha. Esse fato é inusitado, visto que, na maioria dos núcleos brasileiros do MFPA, Therezinha Zerbine era quem escolhia a presidente local. De acordo com a análise das entrevistas, verificou-se que Núbia Marques era uma mulher que cumpria os requisitos para liderar o Movimento Feminino, e, por isso, não houve nenhuma rejeição por parte da direção nacional.

Nessa perspectiva, também foi questionado, em entrevista, como se deu a relação entre as ex-militantes do Comitê Feminino pela Anistia de Sergipe e a direção nacional. Ana Soares (2019) destacou que não havia uma hierarquia rígida, mas sim uma organização em relação aos meios de divulgação da campanha aqui no estado; e que o Comitê Feminino recebia os informes do MFPA nacional e discutia sempre de acordo com o que havia sido decidido nas assembleias nacionais. Mas, segundo ela, o Movimento Feminino local era, de certa forma, independente. Dessa forma, Ana Soares disse:

Ela [Therezinha Zerbine] era do movimento da anistia nacional, era presidente nacional, entendeu! Agora os comitês estaduais foram se juntando, mas não tinha uma relação de hierarquia, nada, eram grupos que se uniram pelo mesmo tema. Ela conduzia, ela dirigia, mas o movimento era

⁷³ LIMA, Jackson Barreto. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 21 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

praticamente independente, tinha suas formulações. Mas tinha a direção dela, agora sempre de acordo com o que era decidido nas assembleias.⁷⁴

Nesse sentido, havia uma relação diplomática com a presidente nacional do MFPA, Therezinha Zerbine. Ela foi convidada para a cerimônia de inauguração do Comitê Feminino pela Anistia em Sergipe, e os jornais sergipanos chegaram até a noticiar que Zerbine seria uma das palestrantes. Segue informe do jornal *Gazeta de Sergipe*:

Anistia ampla e irrestrita uma necessidade brasileira, será o tema das palestras que marcarão neste sábado a abertura oficial do Comitê sergipano pela anistia que está sendo liderada por professores universitários, religiosos, parlamentares e estudantes sergipanos. O programa de abertura oficial do Comitê similar a nível nacional terá como pontos altos a celebração de missa solene às 19 horas na Assembleia Legislativa [...] as palestras serão proferidas a partir das 20 horas, sendo oradores: Terezina Zerbini, Prof.^a Núbia Marques, Prof.^o Silvério Leite Fontes e o Senador Gilvan Rocha. (*Gazeta de Sergipe*, ano XXII, n. 6017, 11 de maio de 1978, p. 08)

No entanto, dias antes da realização da solenidade, o *Jornal da Cidade*, na matéria de 11 de maio de 1978, intitulada: “Terezinha não vem”, afirmou que a presidente nacional da campanha pela anistia não vinha a Sergipe presidir a solenidade de instalação do núcleo do MFPA. Nessa matéria, declarou, ainda, que, mesmo sem a presença da líder nacional, a cerimônia seria realizada na Assembleia Legislativa do estado. Apesar da líder do MFPA não participar da fundação do comitê, é importante destacar que havia uma relação cordial entre o núcleo sergipano do Movimento Feminino e a direção nacional.


Nesse sentido, o boletim oficial do MFPA – Nacional, o *Jornal Maria Quitéria*, em 1978, anunciou as formações de novos núcleos, inclusive, o de Sergipe. “Foi com muita alegria que vimos brotar o fruto do nosso trabalho, através de Comitês, novos núcleos, movimentos diversos, todos pelo mesmo ideal de liberdade e justiça” (*Maria Quitéria*, 1978). É inegável que o MFPA foi o responsável por iniciar essa campanha nacionalmente e o fruto dessa labuta foi a ampliação dos núcleos em todo o país. Assim, o *Jornal Maria Quitéria* informa que o núcleo do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe foi fundado em 14 de maio de 1978, na sede da Assembleia Legislativa. Anuncia, ainda, que a direção nacional do movimento enviou documento que foi lido pela vice-presidente do núcleo da Bahia, Angela Franco. Segue a matéria do boletim:

⁷⁴ SOUZA, Ana Soares. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 19 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

NÚCLEOS

PERNAMBUCO

No dia 2 de dezembro de 1977 foi feita uma vigília em solidariedade e defesa dos direitos humanos dos presos políticos de Itamaracá e pela anistia ampla e irrestrita. Foi realizada na igreja da Boa Vista, com a participação de várias entidades.



VIGILIA
EM SOLIDARIEDADE E
DEFESA DOS DIREITOS
HUMANOS DOS PRESOS
POLÍTICOS DE
ITAMARACÁ/PE
PELA
ANISTIA
AMPLA
E
IRRESTITA

No dia 10 de dezembro de 1977, em conjunto com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, da Arquidiocese da Paraíba, o núcleo pernambucano fez a comemoração do 30º aniversário da assinatura da Declaração dos Direitos Humanos, no Colégio Lurdinas.

CEARÁ

No dia 3 de julho de 1977 o Núcleo de Fortaleza promoveu uma discussão pública sobre a Constituinte, quando foram enviados de São Paulo, a pedido de sua Presidente, 500 exemplares de nosso "Maria Quitéria".

No começo de Maio de 1978, o Núcleo local fez uma Vigília na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, pelos presos políticos de Itamaracá, em conjunto com familiares de presos políticos.

SANTA CATARINA

No dia 25 de novembro de 1977, foi feita a instalação do Núcleo de Santa Catarina, na sede da Assembleia Legislativa. O novo núcleo organizou palestra sobre o tema "Anistia é Liberdade".

No dia 26 do mesmo mês, Dom Paulo Evaristo Arns falou na Assembleia Legislativa e fez conferência sobre Direitos Humanos. O Núcleo local esteve presente e fez parte da mesa.

SERGIPE

No dia 14 de maio de 1978, na sede da Assembleia Legislativa, foi inaugurado o núcleo do M.F.P.A. local. A Assembleia estava lotada. A Direção Nacional mandou documento que foi sem-
prelha Legislativa.

No dia 12 de dezembro de 1977, foi distribuída nota pelo Núcleo do Rio Grande do Sul, conclamando "os homens de boa vontade, organizações, sindicatos, e estudantes a se mobilizarem numa cruzada de solidariedade fraterna ao nosso compatriota Flavio Tavares que se encontra morrendo nos cárceres do Uruguai".

O Núcleo gaúcho mandou carta de agradecimento ao presidente Jimmy Carter por ter concedido asilo a Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, e que foi expulso do Uruguai em 19 de setembro.

No dia 12 de abril de 1978, o M.F.P.A. do Rio Grande do Sul e o setor jovem estadual do MDB promoveram a Semana da Anistia, que foi feita para ser lembrada a grande Anistia de 1945. As duas entidades organizaram uma conferência, seguida de debate livre sobre a Anistia, tendo como conferencista o Gal. Pery Bevilacqua, ex-Ministro do Superior Tribunal Militar. A conferência foi feita na Assembleia Legislativa.

Figura 02: Anúncio do núcleo MFPA de Sergipe. In: Boletim *Maria Quitéria*, ano II, n. 3, julho, 1978, p.06.

Dessa forma, observou-se que os jornais sergipanos e nacionais, a exemplo do boletim *Maria Quitéria*, divulgaram a campanha do comitê sergipano do MFPA com publicações de matérias sobre esse tema. Nesse seguimento, um jornal religioso, *A Defesa*, órgão informativo da diocese de Propriá/SE, administrado pelo bispo progressista Dom José Brandão, também manifestou apoio à campanha pela anistia em Sergipe. Esse periódico destacou que, no Brasil, a atividade a favor da anistia estava a todo vapor, por meio da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), que tinha apoiado essa campanha nacionalmente, e afirmou: "Em Sergipe, acaba de ser organizado um Comitê especial pela anistia [...] trata-se de um movimento que merece a adesão de todos os brasileiros" (*A Defesa*, 1978, p. 05).

Em seguida, a pesquisa constatou que durante a divulgação, na sociedade sergipana, da campanha pela anistia, alguns agentes do Serviço Nacional de Segurança estavam infiltrados na inauguração do comitê do MFPA. Essa informação é validada por relatórios enviados do Serviço Nacional de Informações, agência de Salvador, para outros órgãos de segurança nacional, em 1978. Dessa forma, o relatório confidencial do SNI- agência central solicitou o pedido de busca nº136/16/AC/78, sobre a situação da "subversão" nas áreas sob jurisdição da Bahia e de Sergipe. De modo que o órgão de vigilância exigiu da agência

regional de Salvador, responsável pela investigação do Estado de Sergipe, informações sobre o órgão subversivo formado em 1978, o Movimento Feminino pela Anistia, nas quais deveria constar quem eram as lideranças, o campo de atuação, principais ações, ligações com pessoas e entidades, apoio financeiro e material propagandístico. No documento, o MFPA foi considerado como uma “nova organização subversiva”.⁷⁵

Dados conhecidos: as recentes medidas tomadas pelo Governo visando à redemocratização do país estão propiciando o reaparecimento ou surgimento de novas organizações subversivas, que não satisfeitos com a sua caminhada cuja finalidade última é a implantação do regime comunista no Brasil, o fim da censura à imprensa estimulou as publicações ditas nanicas ou alternativas. (Serviço Nacional de Informação, nº 136/16/AC/78, 1978)

Então, o relatório segue dizendo que, diante da solicitação, a agência do SNI de Salvador, no dia 01 de agosto de 1978, informou que em atendimento ao documento de referência (SNI nº 0109/116/ASV/78) declara que na área desta agência, em relação ao estado de Sergipe, a principal “organização subversiva” havia sido desestruturada em 1976. Tratava-se da chamada Operação Cajueiro, que atingiu gravemente o Partido Comunista Brasileiro de Sergipe, levando 19 pessoas a serem processadas e julgadas em agosto de 1978, na 6ª CJM-Região Militar em Salvador. Posteriormente, o relatório apresenta a formação de uma “organização subversiva” recente, ou seja, a formação do núcleo do Movimento Feminino pela Anistia de Sergipe, formado na Assembleia Legislativa, em 1978.⁷⁶

No dia 15 de maio de 1978, na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, foi lançado oficialmente o Núcleo Sergipano do Movimento Feminino pela Anistia, que tem como presidenta a professora Núbia N. Marques, contando com a presença das seguintes pessoas: Senador MDB-SE Gilvan Rocha, Dep Est MDB-SE Jackson Barreto Lima, Dep. Est MDB- SE Leopoldo Araújo de Souza Neto, Dep. Est Arena-SE Horácio Dantas Góes, vereadores MDB-AJU-SE Jonas da Silva Amaral Neto e Arnábio Patrício de Melo, candidato Dep. Fed. MDB-SE, Padre Joaquim Antunes de Almeida (celebrante da missa de abertura do referido lançamento), Vice- presidente do MFPA- BA Angela Maria de Almeida Franco, pres. DCE- UFS - José Luiz Gomes [...] e Denise Rocha, representando Therezinha Zerbine. (Serviço Nacional de Informação, nº 0109/116/ASV/78, 1978)

⁷⁵ ASV_ACE_2376_81. Serviço Nacional de Informações: Agência Central. Pedido de Busca. Assunto: Situação atual da subversão nas áreas sob jurisdição das agências regionais. nº 136/16/AC/78. Confidencial, julho de 1978. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe - Paulo Barbosa de Araújo.

⁷⁶ Essas informações estão presentes em: ASV_ACE_2376_81. Serviço Nacional de Informações. Agência de Salvador, Confidencial. Assunto: Situação atual nas áreas sob jurisdição da ASV. nº 0109/116/ASV/78. Movimento Feminino pela Anistia- Núcleo de Sergipe. 01 de agosto de 1978. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe - Paulo Barbosa de Araújo.

Em sequência, outro informe do SNI, em relação à formação do MFPA/SE, encontra-se presente no prontuário nº 0123, 1978, de Jonas da Silva Amaral Neto, que na época era vereador da Prefeitura de Aracaju. Assim, o prontuário informa que ele era um defensor da anistia ampla e irrestrita, e que realizava pronunciamentos contestatórios ao Governo Federal e à “Revolução de 64”. Destacou-se, ainda, que ele esteve presente, em 14 de maio de 1978, no lançamento oficial do núcleo sergipano do Movimento Feminino pela Anistia, realizado na Assembleia Legislativa de Sergipe.⁷⁷ Segue trecho do prontuário que relata sobre a formação do comitê:

14- julho- 78- consta que está sendo articulado em Sergipe, pela Prof.^a Núbia Marques, o Comitê Sergipano pela Anistia, com o objetivo de trazer para o Estado a luta em favor da concessão da anistia ampla e irrestrita a todos os presos e exilados políticos no Brasil. Segundo, ainda, a mesma fonte, apesar da movimentação existente em todo o país, nenhuma manifestação até o presente foi feita naquele Estado; a atuação tem se limitado a pronunciamentos feitos por políticos emedebistas, dentre eles o Nominado [Jonas Amaral] (Prontuário de Jonas da Silva Amaral, SNI, nº 0123, 1978).

Dentro desse contexto, percebe-se que o MFPA de Sergipe estava sendo monitorado pelos órgãos de segurança nacional,⁷⁸ principalmente pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pelo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA).⁷⁹ Essas instituições compartilhavam entre si informações e relatórios sobre as atividades e a atuação do grupo, especificando quem eram seus participantes e a proposta do movimento, que foi classificado como “subversivo”. Então, verifica-se que era uma prática comum a vigilância ao comitê pelos órgãos de repressão da ditadura civil-militar. Os relatórios dessas instituições eram

⁷⁷ Essas informações estão presentes em: ASV_ACE_031_79. Serviço Nacional de Informação. Agência de Salvador. nº 001/115/ASV/79. Prontuário de Jonas da Silva Amaral Neto, nº 0123 e juízo sintético dos parlamentares eleitos em 15 de novembro de 78. Data: 20 de março de 1979. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe - Paulo Barbosa de Araújo.

⁷⁸ No Brasil, o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi formado em junho de 1964, com a função de estabelecer a ligação com as outras agências, para processar informes e informações e difundi-las, além de instruir e treinar pessoal, arquivar documentação, entre outras atividades. Em relação ao MFPA/SE, os documentos analisados foram provenientes do SNI e do CISA. In: Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 117.

⁷⁹ O SNI e o CISA foram os órgãos de segurança nacional, nos quais encontramos relatórios e documentos confidenciais referentes à atuação do comitê estadual do Movimento Feminino pela Anistia de Sergipe. Verifica-se que os documentos desses órgãos de repressão ainda são pouco estudados pela historiografia, pois a maioria desses documentos confidenciais e de segurança nacional só foram liberados ao público para pesquisa, recentemente, com a lei de Acesso à Informação, nº 12. 527 de 18 de novembro de 2011. Assim, alguns desses acervos documentais do Arquivo Nacional encontram-se disponíveis no site do Brasil Nunca Mais e Memorial da Anistia. Já em relação ao comitê sergipano, os relatórios do SNI e CISA foram encontrados no acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe - Paulo Barbosa de Araújo.

compartilhados com uma estratégia de atualização eficaz do banco de dados do sistema de segurança.

No entanto, ao problematizar os informes dos órgãos da segurança nacional, é importante questionar a veracidade e intenção das informações apresentadas em seus relatórios, tanto do SNI como do CISA, visto que os dados presentes nesses informes representam os interesses e a visão dessas instituições em relação ao MFPA/SE. Por isso, cruzando esse último informe do SNI, que afirmou a presença de agentes infiltrados na formação do núcleo em Sergipe, com entrevistas de ex-militantes do comitê pela anistia, verifica-se que realmente os membros desse comitê tinham conhecimento da possível vigilância dos órgãos de segurança ao Movimento Feminino pela Anistia no estado.

Dessa forma, Zelita Correia (2019) afirmou que os agentes do SNI perseguiram esse movimento, e que os membros sabiam que estavam sendo vigiados, declarando: “era assim, a gente se envolvia com a política e ao mesmo tempo a gente se escondia, por causa das coisas né, porque eles [militares] ainda estava muito forte, eles viviam perseguindo a gente”.⁸⁰ Outra ex-militante, Tereza Cristina (2016), disse que sempre havia o cuidado em relação aos supostos agentes da segurança nacional que poderiam estar infiltrados em ações e atos do MFPA. Assim, ela afirma:

Surgia a conversa de gente infiltrada, cuidado com fulano, beltrano, ninguém sabe! Tinha aquela coisa né, porque nessa época, na ditadura era comum ter gente infiltrada, agentes da polícia infiltrados nesses movimentos para captar [informações], era comum. Eu lembro que era assim, era uma desconfiança, está entendendo! Aí falava assim, olha fulano é agente da ditadura, abra o olho viu! Veja o que fala! Veja o que fala! Tinha muito medo; medo e coragem.⁸¹

Nesse sentido, percebe-se que os membros do comitê em Sergipe sabiam da atuação dos órgãos de segurança governamental. Dessa forma, o medo da repressão estava presente, como afirmou Tereza Cristina. Mas, com ousadia e coragem, o Movimento Feminino lançou a campanha pela anistia e trabalhou na conquista de novos adeptos, através de atos e manifestações que ocorreram na sociedade sergipana.

2.1 O Comitê Feminino pela Anistia e a Mobilização Social “A Praça é do Povo”

⁸⁰ SANTOS, Zelita R. Correia. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 29 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

⁸¹ GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 13 de abril de 2016, Aracaju/SE.

A campanha pela anistia, organizada pelo MFPA/SE, ocorreu em Aracaju por meio de eventos, palestras, atos públicos, visitas às associações de moradores de bairros e mobilização dos sindicatos, nos quais havia reuniões e a militância apresentava o significado e importância da luta pela anistia para a libertação dos presos políticos, banidos e exilados do país. Assim, a campanha liderada pela professora universitária Núbia Marques, por mulheres, estudantes e políticos do MDB, percorria toda a cidade de Aracaju, entregando cartazes e panfletos explicativos, com a finalidade de conseguir um maior número de adeptos para o movimento. Nesse sentido, o jornal *Diário de Aracaju* informa:

O movimento pró-anistia vem colocando faixas e cartazes por toda a cidade. Seu idealizador também vem realizando visitas aos moradores dos bairros mais afastados. Paralelo ao movimento existe um abaixo assinado correndo pela cidade, neste documento, pede-se a anistia, para os presos políticos. (MFPA- Sergipe, *Diário de Aracaju*, ano XIII, n. 4398, 16 de maio de 1978, p.01)

Segundo a ex-militante Ana Soares (2019), os integrantes do Comitê Feminino pela Anistia distribuíam e colavam de madrugada os cartazes da campanha na cidade de Aracaju. “Amanhecia a cidade, cheia de cartazes, faixas de papel, pregava e chamava a atenção. Era na madrugada que a gente fazia isso”.⁸² Ainda ressaltou que, devido à repressão, era necessário ter cautela e, por isso, o MFPA utilizou a estratégia de espalhar pelo centro de Aracaju os cartazes de mobilização social à noite.

Ana Soares (2019) relatou, em entrevista à autora, que a mobilização em prol da anistia ocorria semanalmente, com reuniões na sede do DCE-UFS, na Rua Santa Luzia, em Aracaju. “Nós conseguimos, durante um ano, manter reuniões semanais com discussões profundas, políticas ideológicas, sobre a realidade mundial, a realidade local, e o contexto do Brasil”.⁸³ Relata, ainda, que nas reuniões eram discutidos os informes recebidos do MFPA - nacional, nos quais evidenciavam a situação política do período e discutiam as estratégias de mobilização que deveriam ser realizadas pelo comitê estadual em contribuição à campanha nacional. Nessa perspectiva, ela afirma:

[...] tinha também o movimento de defesa dos direitos humanos que era outro segmento, mas pela mesma causa, aí foi se juntando se unindo e o

⁸² SOUZA, Ana Soares. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 19 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

⁸³ Idem.

Movimento Feminino ficou misto, digamos assim, porque os outros movimentos se engajaram e fez um movimento só, pronto, aí a gente se reunia semanalmente, no DCE, discutia a conjuntura política, discutia as ações da nacional, como a gente ia participar, a situação financeira do movimento que era precária naturalmente e tomava as decisões, como e onde ia participar, quem podia, quem não podia, e tal, e sempre a gente tinha uma atividade fora, em outro estado, aí tinha também as plenárias nacionais que eram maiores, as principais foram no Rio de Janeiro, lá no Amarelinho, ali na candelária, [...] em São Paulo, teve uma também lá, no colégio, lá em Botafogo, onde a polícia chegou, e o exército chegou e desarticulou, eu estava lá.⁸⁴

Nessa conjuntura política, as reuniões do comitê analisavam as ações nacionais e discutiam em relação à representação dos membros do MFPA/SE em tais atos. Ana Soares (2019) disse que participou de alguns eventos nacionais, representando o núcleo sergipano do Movimento Feminino pela Anistia, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas, Rio Grande do Norte e Brasília. Ao ser questionada, em entrevista, em relação aos recursos financeiros para a realização dessas viagens, ela falou que algumas vezes viajou para os eventos com recursos próprios e também havia a solidariedade e apoio de representantes do clero progressista e de políticos do MDB, entre eles Gilvan Rocha e o deputado federal Jackson Barreto, que contribuía financeiramente e emprestava o seu apartamento em Brasília, para hospedar os militantes desse comitê.

Em relação à divulgação da campanha pela anistia no estado e à mobilização da sociedade, Ana Soares (2019) atestou que os integrantes do movimento faziam panfletos e iam para o centro de Aracaju, na Rua João Pessoa, local estratégico, devido ao número elevado de pessoas que circulavam na região. Assim, a mobilização atingia a sociedade. O objetivo principal era conseguir concentrar o maior número de pessoas nos eventos e atos, para que aderissem à campanha pela anistia no estado. Acreditava-se que a pressão social era uma forma de romper com a “armadura” do medo, legitimada pela ditadura civil-militar. Assim, Ana Soares declara:

A gente fazia na época, não tinha negócio de calçadão, nem nada, ali era a Rua João Pessoa, que era a circulação de pessoas, aí a gente fazia panfletos, às vezes panfletos longos [explicava] a situação do país, o que era o movimento, que nós tínhamos presos políticos, tinha a turma que estava em Itamaracá [...] que tinha Bosco Rolemberg que era preso lá. E aí, explicava a população isso, convocando as pessoas a participarem, alguns liam com atenção, outros nem tanto! Mas, mobilizava, a gente saiu na Rua João

⁸⁴ Idem.

Pessoa, distribuindo, ia até a Assembleia, voltava! No mercado também distribuía.⁸⁵

Nessa sequência, Zelita Correia (2019) afirmou que a divulgação do MFPA/SE ocorria principalmente no chamado “boca a boca”, visto que todos os membros eram muito engajados e trabalhavam cotidianamente de acordo com seus contatos sociais, mobilizando pessoas para participar da campanha. Ela frisou que os jornais sergipanos da época, *Gazeta de Sergipe*, *Jornal de Sergipe*, *Jornal da Cidade* e *Diário de Aracaju*, publicavam as matérias do Movimento Feminino. O comitê também recebeu o apoio dos estudantes do DCE-UFS, que faziam a divulgação na universidade; e, assim, aos poucos, o movimento foi crescendo e tornou-se uma campanha forte e estruturada no estado.

Ana Soares (2019) relatou, ainda, que os membros do MFPA faziam a campanha pela anistia em todas as frentes de comunicações possíveis, visitavam as rádios locais e as redações dos jornais, onde conversavam e explicavam o significado da anistia. Com isso, conseguiam a divulgação da proposta do movimento através dos meios de comunicação de Aracaju. Ela afirma: “a gente ia nas redações, nos rádios, às vezes não queriam publicar, porque era difícil né, [...] muitos radialistas, tinha medo de se meter no bolo, mas a gente insistia, era enjoada, às vezes fazia amizade até convencer o radialista”.⁸⁶ Nessa perspectiva, Jackson Barreto (2019) declara que o objetivo central do MFPA era realizar uma mobilização social ampla e geral, convocando toda a sociedade para lutar pela libertação dos presos políticos, exilados e desaparecidos do país.

Nessa sequência de divulgação do MFPA, as associações de moradores dos bairros em Aracaju, tiveram um papel significativo, ao realizar a mobilização dos moradores locais em prol da luta pela anistia. Assim, a intermediação entre os moradores e o comitê era realizada pelas assistentes sociais, participantes do Movimento Feminino. Nesse sentido, Elisa Cruz (2019), assistente social, que participou da divulgação da campanha nas comunidades, informa que o comitê teve o apoio das Associações de Bairros de Aracaju e do Centro Sergipano de Educação Popular. Nesses espaços, ocorria a divulgação da campanha pela anistia e realizavam-se debates referentes ao contexto político do período, com o objetivo de formar uma consciência crítica na população. “As discussões eram muito fortes, calorosas, era

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

apaixonante! [...] foi um momento de muita corrente, essas discussões pairavam, vamos abrir essas correntes, cortar essa corda, esse ferro que feri que maltrata que dói na alma”.⁸⁷

Outra forma de mobilização social ocorreu através dos sindicatos. Zelita Correia (2019) relatou que os sindicatos sergipanos, de forma clandestina, apoiaram a campanha, entre eles, afirmou a participação da Sociedade União dos Rodoviários, do Sindicato dos Estivadores e do Sindicato da Construção Civil. Nessa entrevista concedida à autora, ela disse que fazia o contato com os representantes desses sindicatos, pois na década de sessenta, quando participava do Movimento de Cultura Popular, foi a vice-presidente dos assuntos de sindicatos no estado. Então, tinha uma relação de amizade com os sindicalistas e fazia reuniões com eles, explicando a necessidade da mobilização social e de que eles adentrassem na campanha da MFPA, em prol da anistia e da redemocratização no país. Quando aconteciam atos e eventos na cidade de Aracaju, ela solicitava a presença dos sindicalistas, com o objetivo de mobilizar o maior número de pessoas possível e promover atos amplos de contestação contra o regime ditatorial. Nessa conjuntura de mobilização social, Jackson Barreto afirma:

Com essa campanha da anistia, nós aproveitamos e fizemos ampla mobilização no estado, você fazia a campanha [...] mobilizava o povo, porque havia um sentimento de solidariedade das pessoas, quando falava em retorno, porque muitas famílias em Sergipe saíram daqui, porque não podia estar aqui na época. Mobilizava em todas as frentes, se trabalhava muito com panfletos da anistia, a gente fazia campanha de recursos, a gente mobilizava as escolas, mobilizava a Igreja, Dom Brandão, bispo de Propriá era muito comprometido com as lutas populares.⁸⁸

O Comitê Feminino organizou, ainda, uma exposição de quadros e artesanatos no Centro de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe (CULTART). Os quadros foram doados por João Bosco Rolemberg, sergipano, preso político do presídio de Itamaracá/PE⁸⁹ e esposo de Ana Côrtes, integrante do Comitê pela Anistia. Segundo Zelita Correia (2019), a

⁸⁷ CRUZ, Maria Elisa da. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 05 de abril de 2016, Aracaju/SE.

⁸⁸ LIMA, Jackson Barreto. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 21 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

⁸⁹ Em relação aos presos políticos da penitenciária Barreto Campelo na ilha de Itamaracá-PE, ver: CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. *DOSSIÊ ITAMARACÁ: cotidiano e resistência dos presos políticos da penitenciária Barreto Campelo, Pernambuco, 1973-1979*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

venda dos quadros tinha o objetivo de arrecadar fundos para pagar os advogados de João Bosco. “Eles não tinham dinheiro não, a gente estava, todo mundo lutando pela vida”.⁹⁰

Nesse sentido, nas manifestações pela anistia, informava-se à população sobre o caso de João Bosco Rolemberg Côrtes, preso político sergipano, e do seu irmão, José Rolemberg Côrtes⁹¹, que encontrava-se exilado em Paris/França. Ou seja, frisava-se que a aprovação da lei da anistia era necessária para a libertação dos presos políticos e exilados. Ana Soares (2019) afirmou, também, que o Comitê Feminino fazia panfletagem com notas explicativas sobre a importância da anistia na libertação do sergipano, e publicava essas notas nos jornais locais. O jornal *Gazeta de Sergipe*, na matéria “Anistia”, de 15 de janeiro de 1979, destacou que o MFPA lutava para libertar o sergipano João Bosco Rolemberg. Segue informe do jornal:

O Movimento Feminino pró Anistia de Sergipe, presidido pela poetisa Núbia Marques, movimenta-se para libertar o sergipano Rollemberg Côrtes, que se encontra preso em Recife, há mais de três anos, Rollemberg tinha sido condenado há três anos pelo tribunal de São Paulo e a dois anos pelo de Recife. O STM anulou a pena de São Paulo, e agora o presidente da Auditoria Militar, não quer receber a decisão do STM, o que automaticamente libertaria o sergipano, por cumprimento da pena de dois anos que lhe foi aplicada em Pernambuco. Vamos ajudar a Campanha do Movimento Feminino pró Anistia de Sergipe e tentar libertar Rollemberg Côrtes. (Anistia, *Gazeta de Sergipe*, n. 6198, 15 de janeiro de 1979, p.04)

Os membros do MFPA de Sergipe também organizaram uma caravana e foram visitar os presos políticos de Itamaracá/PE. Segundo Ana Soares (2019) a solidariedade era a forma de ajudá-los. Bosco Rolemberg estava preso e Ana Côrtes, sua esposa, morava em Aracaju e era atuante no Comitê pela Anistia. Então, a mobilização em prol da anistia tinha um significado especial para essa família, que vivenciava as agruras do regime ditatorial.

Em sequência, em agosto de 1978, os membros do Movimento Feminino pela Anistia organizaram, também, uma caravana e foram para o julgamento, em Salvador, de 19 pessoas acusadas de reorganizarem o Partido Comunista Brasileiro em Sergipe. Os indiciados haviam sido presos entre os dias 2 e 25 de fevereiro de 1976, durante a Operação Cajueiro, e foram soltos em abril do mesmo ano, respondendo ao processo em liberdade. O Jornal *Diário de*

⁹⁰ SANTOS, Zelita R. Correia. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 29 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

⁹¹ José Rolemberg Cortes, foi militante, dirigente da Ação Popular (AP), líder do movimento estudantil local, em 1964; preso e torturado, recorreu ao exílio em Paris/França e só retornou ao Brasil após a criação da lei da anistia, de 1979. In: João Bosco R. Cortes. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe - Jornalista Paulo Barbosa de Araújo, em 28 de janeiro de 2016.

Aracaju destacou, em 18 de agosto de 1978, na matéria “Absolvição com risos e lágrimas”, que as 19 pessoas acusadas de reorganizar o Partido Comunista em Sergipe foram absolvidas no julgamento. Entre os acusados estava o deputado estadual Jackson Barreto Lima, um dos principais líderes da oposição, bem como Milton Coelho de Carvalho, que relatou que ficou cego em consequência das torturas sofridas na prisão em Aracaju, Marcélio Bomfim Rocha, Jackson de Sá Figueiredo, Carvalho Lima Santos, Delmo Naziazeno, João Francisco Osea, Edson Sales, Edgar Odilon Francisco dos Santos, Antônio Bittencourt, Faustino Alves Menezes, Virgílio de Oliveira, Asclepiades José dos Santos, José Soares dos Santos, Luís Mário Santos Silva, Pedro Hilário dos Santos, Antônio José Gomes, Rosalvo Alexandre Lima e Francisco Gomes Filho.⁹²

Foi nessa conjuntura que o jornal *Diário de Aracaju*, em 18 de agosto de 1978, noticiou que o Comitê Feminino pela Anistia, liderado por Núbia Marques, havia alugado um ônibus, reunindo um grupo de 70 pessoas, entre membros do comitê e familiares das vítimas, para assistir ao julgamento dos acusados em Salvador. O jornal ressaltou, na manchete “Melodrama”, que o comitê levou pessoas simples da zona rural, “crianças (algumas delas desnutridas) e algumas moças; essas tomavam toda a extensão do corredor [auditoria militar], foi o Comitê quem trouxe a todos na esperança de que o lado humano seria [...] observado”.⁹³ Verifica-se na manchete do jornal sergipano um discurso, de certa forma, “discriminatório”, que destaca a atuação do Comitê Feminino como um ato “melodramático”, devido à estratégia de levar para a audiência o maior número de mulheres e crianças. A questão é: por que usar esse título no jornal? Observa-se que, na maioria das vezes, quando as mulheres fazem política são chamadas de dramáticas e a sua atuação social não é valorizada, como é demonstrado na manchete desse jornal. Nesse caso, nota-se que foi uma “estratégia de gênero” do Comitê Feminino levar inúmeras pessoas, mulheres e crianças, que representavam o símbolo da maternidade; a família, para o julgamento dos sergipanos, no sentido de “pressionar”, se possível, o resultado da audiência em Salvador. Segundo Jackson Barreto (2019), o Comitê Feminino mobilizou a população e a opinião pública, e isso foi importante no processo do julgamento. Assim, ele declara:

A gente tinha muito medo, porque uma corrente do partido comunista achava que o momento era bom, outros achavam que não era o momento correto, mas eu me lembro de que entre o julgamento, tinha aqueles

⁹² *Diário de Aracaju*, ano XIII, n. 4474, terça-feira, 15 de agosto de 1978, p.04. In: acervo da Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória.

⁹³ *Diário de Aracaju*, ano XIII, n. 4.477, sexta-feira, 18 de agosto de 1978, p.03. In: acervo da Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória.

momentos, quando suspendeu [...] para o almoço, aí, as famílias todas se abraçando, um acertando as contas com a família, outros entregando cheques, outros relatando a sua vida particular, suas coisas, eu sempre com aquela crença que seria absolvido, mas todos tinham medo né, se trabalhou muito e o Comitê da Anistia teve um papel importante no sentido de mobilizar a opinião pública, e tivemos bons advogados em Salvador, que eram considerados a marca dos lutadores em defesa dos presos políticos, que foi Dr. Inácio e Romilda Nobla [...] então, no julgamento sempre achava que um grupo ia, que eles não iam absolver todos, então, o que eu sei é que [absolvidos] voltamos para Sergipe, foi uma festa.⁹⁴

Conforme o *Diário de Aracaju* (1978), após a leitura da sentença do julgamento, “com risos, lágrimas e choro”, manifestaram-se os presentes, devido à absolvição de todos os indiciados da acusação de organizarem o Partido Comunista em Sergipe. “Olhavam-se mutuamente, um abraçando o outro, transmitindo a esperança” (*Diário de Aracaju*, 1978, p. 03). Desse modo, a solidariedade uniu a todos naquele momento. Em sequência, no jornal *Diário de Aracaju* (1978), a líder do MFPA de Sergipe, Núbia Marques, ressaltou que a absolvição dos acusados era o início da abertura política.

Núbia Marques, presidente do Comitê Feminino Pró-Anistia, núcleo de Sergipe estava em Salvador acompanhando atentamente o julgamento. Depois, chorando, considerava a decisão, uma abertura política, em decorrência da constante luta pela redemocratização nacional. Disse ter havido compreensão do poder, pois “só se deve incriminar quem tem crime e não era o caso dos envolvidos”. Observava que a absolvição dos indiciados é o símbolo de uma nova era política, além de ser um ato de fé, na dignidade do homem e no destino democrático do Brasil. (Núbia Marques, *Diário de Aracaju*, ano XIII, n. 4477, 18 de agosto de 1978, p.03)

Nessa sequência, o Jornal *Diário de Aracaju*, em 18 de agosto de 1978, informou que após o “turbilhão” de emoções entre os presentes na audiência, os sergipanos voltaram para Aracaju, no mesmo dia, na madrugada, fazendo um “carnaval improvisado no ônibus”, e ressaltou que todos estavam alegres e felizes por terem sido absolvidos das acusações⁹⁵. Nesse sentido, a matéria do jornal revela a participação do Comitê Feminino em apoio às vítimas da Operação Cajueiro. Assim, a campanha pela anistia no estado teve um papel de mobilização social, visto que manifestou apoio e solidariedade aos sergipanos que foram acusados de reorganizar o Partido Comunista Brasileiro de Sergipe.

⁹⁴ LIMA, Jackson Barreto. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 21 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

⁹⁵ *Diário de Aracaju*, ano XIII, n. 4.477, sexta-feira, 18 de agosto de 1978, p.03. In: acervo da Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória.

Depois desse episódio, o comitê seguiu promovendo a campanha pela anistia na sociedade. Nessa sequência, o movimento organizou um evento no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE): A semana da Anistia, com uma plenária do Nordeste. Segundo Ana Soares (2019) essa reunião acontecia a cada período em um estado diferente. No evento, estiveram presentes representantes da Bahia, de Pernambuco e de Alagoas. Houve uma mobilização geral em Aracaju e região. Já em relação aos recursos para a realização desse evento, Zelita Correia (2019) disse que o comitê teve o apoio da historiadora Maria Thetis Nunes, presidente do Instituto Histórico, que cedeu o espaço físico do Instituto ao comitê. Já em relação à divulgação dessas palestras, ela relatou que o Comitê Feminino fazia cartazes e difundia pela cidade, como também alugaram um carro de som para anunciar o evento e convidar a população a participar da Semana da Anistia. Dessa forma, o “boca a boca” e a panfletagem foram os meios de comunicação utilizados na mobilização social.

Na Semana da Anistia, os palestrantes da solenidade foram Carlos Alberto Nunes (presidente da OAB) e Gilson Vasconcelos (advogado); também estavam presentes Paulo Sérgio Pinheiro e Paulo Cavalcante. Conforme Zelita Correia (2011), as discussões foram pautadas na luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita, e nas condições dos presos políticos, pois continuava a luta pela libertação do sergipano João Bosco Rolemberg e dos demais presos políticos do Brasil. Nessa perspectiva, ela declara:

[...] era um anseio se organizar em torno da anistia. Eu, por exemplo, havia sido absolvida, mas a mancha continuava no nome. No caso dos meninos, eles ainda continuavam presos e exilados, Bosco Rolemberg estava fazendo greve de fome em Itamaracá, Wellington Manguiera estava psicologicamente abatido, Gil Natureza vivia na clandestinidade em São Paulo, Pascal havia sido condenado, mas foi absolvido lá em cima, Jacinto ainda estava com o nome sujo. (SANTOS, 2011)

Outro evento importante, do qual o Comitê Feminino participou, foi o Festival de Arte e Cultura de São Cristóvão (FASC), em 1979, colocando em pauta a discussão sobre o tema da anistia. A participação nesse encontro representou a divulgação da campanha pela anistia e a luta pela liberdade dos presos políticos, com debates e discussões sobre o contexto político da época, em um evento de relevância para a cultura sergipana. “Era muito interessante o debate que se travava lá, pois todas nós éramos agitadas, curtíamos o festival e garantíamos o debate num espaço que evidencia a cultura sergipana [em] São Cristóvão”.⁹⁶ O Jornal *Gazeta*

⁹⁶ SANTOS, Zelita R. Correia. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 29 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

de Sergipe, em 09 de outubro de 1978, trouxe uma matéria sobre a participação de Zelita Correia no Festival de Arte de São Cristóvão.

Durante a realização do VIII Festival de Arte de São Cristóvão, os coordenadores de Literatura e Jornalismo poderão conviver juntos. Para tanto, a coordenação já conta com duas salas do Museu Histórico de Sergipe. O aviso quem nos dá é a Dr. Zelita Correia. (*Jornal de Sergipe*, ano XXV n. 6258, 09 de outubro de 1979, p.04)

Zelita Correia (2019) informa que, na época, ela era responsável pela organização dos museus em São Cristóvão/SE. Então, organizou as mesas redondas sobre literatura e jornalismo e convidou os palestrantes. Um dos poetas presentes foi Fernando Viana. Assim, o festival era “um grande movimento, aonde todo mundo ia de Aracaju”.⁹⁷ Dessa forma, nas atividades culturais, divulgava-se a campanha pela anistia, já que essa pauta não estava oficialmente no evento, visto que a censura imposta pelo regime não permitiria uma palestra sobre o MFPA. Então, camuflado nas palestras sobre literatura e jornalismo, discutia-se o conceito de anistia e divulgava-se a luta do Movimento Feminino pela Anistia na sociedade sergipana, de forma clandestina.

A campanha pela anistia continuava em ação na sociedade sergipana. Um ato que mobilizou inúmeras pessoas foi divulgado pelo *Jornal de Sergipe*, na matéria de 04 de agosto de 1979, intitulada “Ato público termina com passeata pelo calçadão”. Segundo esse informe, o objetivo da manifestação era contestar o projeto de anistia restrito e parcial, apresentado pelo presidente da República João Batista Figueiredo. Essa manifestação, então, organizada pelo Comitê Feminino pela Anistia, por membros do MDB, por estudantes do DCE e pelo Comitê de Direitos Humanos, deu-se no calçadão da Rua João Pessoa, no centro de Aracaju, local estratégico que aglomerava um fluxo de pessoas na região. Em seguida, o jornal informou que havia no ato aproximadamente 300 pessoas, e que estavam presentes políticos emedebistas, estudantes e o público em geral.⁹⁸

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ *Jornal de Sergipe*, ano II, n. 409, sábado, 04 de agosto de 1979, p.01 In: acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

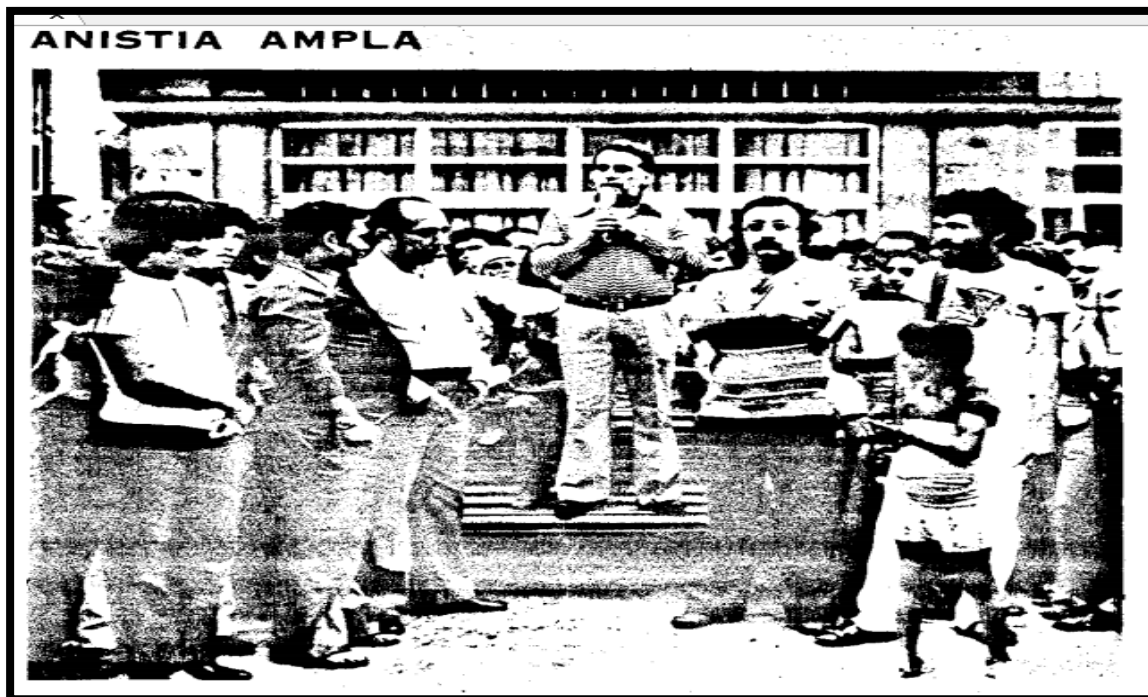


Figura 03: Ato pela anistia em Aracaju. In: *Jornal de Sergipe*, ano II, n. 409, 04 de agosto de 1979, p.01.

O *Jornal de Sergipe* (1979) noticiou, ainda, que, no início desse ato, os estudantes do DCE da Universidade Federal de Sergipe apresentaram uma peça teatral intitulada: “A luta do poder”. Logo após, o senador Gilvan Rocha, em pronunciamento, afirmou que a anistia deveria ser ampla e irrestrita, e que no Brasil não existiam terroristas, como afirmava o governo. “Pois não é terrorismo lutar pela liberdade, esse governo incompetente e corrupto quer privar a juventude de lutar por uma liberdade, mas, nós continuaremos lutando e só conseguiremos com uma anistia ampla, geral e irrestrita” (*Jornal de Sergipe*, 1979, p. 01).

Em seguida, Milton Coelho disse que todos deveriam continuar lutando contra a ditadura e descreveu os momentos de tortura sofridos por ele em 1976 na Operação Cajueiro. Afirmou: “eu também fui torturado, sequestrado [...] em minha residência e fui levado para as dependências do 28º BC, onde me torturaram, emergiram minha cabeça na água, me despiram, deram choques elétricos em meus testículos e o pior, tiraram minha visão”.⁹⁹ Logo após, o deputado federal Jackson Barreto fez um apelo em prol da liberdade do país e contra a ditadura, e leu uma carta dos presos políticos da penitenciária de Itamaracá/PE, na qual repudiavam a anistia restrita e parcial apresentada pelo governo. Segundo a matéria do jornal, todos os pronunciamentos foram inflamados e pediam a ampliação da lei da anistia e a punição dos torturadores militares.

⁹⁹ Idem.



Figura 04: Ato a favor da anistia em Aracaju. In: *Jornal de Sergipe*, ano II, n. 409, 04 de agosto de 1979, p.03.

Ainda de acordo com a matéria do *Jornal de Sergipe* (1979), após a manifestação no centro da cidade, os estudantes do DCE convidaram a população para conduzir-se, em passeata, até a Assembleia Legislativa. Todos seguiram tranquilamente, sem haver repressão por parte da polícia, que acompanhava os manifestantes. Ao chegar à Assembleia Legislativa, os estudantes leram uma relação com os nomes dos presos políticos desaparecidos no Brasil, e a população, em coro, respondia “presente”.¹⁰⁰

Nesse sentido, a manifestação popular refletiu o contexto histórico do período, com a “cultura do medo” e da repressão na mira dos envolvidos. Ao serem lidos os nomes dos presos políticos e exilados do Brasil, no ato de manifestação no centro de Aracaju, a população respondia “presente”, como forma de contestação e indignação, pois ninguém sabia onde estavam aquelas pessoas. Nessa conjuntura, a imagem abaixo revela a presença de inúmeras pessoas no ato pela anistia em Aracaju, ou seja, parcela da população sergipana apoiou o MFPA na luta pela liberdade democrática do país.

¹⁰⁰ *Jornal de Sergipe*, ano II, n. 409, sábado, 04 de agosto de 1979, p.01 In: acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).



Figura 05: Passeata a favor da anistia no centro de Aracaju. In: *Jornal de Sergipe*, ano II, n. 409, 04 de agosto de 1979, p.01.

Segundo Jackson Barreto (2019), a mobilização nesse ato pela anistia representou a solidariedade do povo sergipano e, ao mesmo tempo, uma manifestação simbólica contra a ditadura civil-militar. Relata a atitude dos estudantes do DCE, que levaram uma lista com os nomes dos desaparecidos políticos do país, que seriam lidos. Nesse momento, segundo Jackson Barreto, a emoção tomou conta da população, o “presente” dito após cada nome era em memória dos que tinham morrido, dos que estavam na clandestinidade. “Eu me lembro da gente cantando a música de Elis Regina: o bebo e o equilibrista; eu acho que a contribuição que nós demos, foi importante”.¹⁰¹

Ana Soares (2019) relatou, também, que essa manifestação em prol da anistia foi o maior ato do MFPA em Sergipe, com um número amplo de participantes. Segundo a matéria do *Jornal de Sergipe*, em 04 de agosto de 1979, havia em média 300 pessoas, ou seja, a solidariedade foi o elo que entrelaçou os cidadãos sergipanos, visto que as pessoas carregavam cartazes de protesto que diziam “abaixo a ditadura” ou em apoio à mobilização nacional pela anistia ampla, geral e irrestrita. Assim, Ana Soares informa:

¹⁰¹ LIMA, Jackson Barreto. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 21 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

Lembro, assim, porque foi o ato maior que teve, foi grande, foi muita mobilização, que vieram pessoas de fora, apoiar, dar apoio, eu me lembro de Eduardo Bomfim, foi deputado federal, foi vice-prefeito de Maceió, eu me lembro de Paula, da Bahia, que veio também dar apoio, e assim por diante, Marcelinho que era médico de Alagoas, também [veio] dar apoio, e foi feito, como no velho estilo, de megafone e tal.¹⁰²

Nesse sentido, de acordo com a citação de Ana Soares, houve uma mobilização de pessoas de outros estados no ato pela anistia em Aracaju, visto que vieram pessoas de Alagoas e da Bahia. Jackson Barreto (2019) ressalta que havia uma mobilização entre os políticos do MDB, em apoio aos diversos eventos nacionais e estaduais da campanha pela anistia. “A gente convidava os parlamentares comprometidos de um estado para vir pra cá, nós íamos para os outros estados, e cada um dava a sua contribuição”.¹⁰³

Em síntese, ao analisar os jornais de Sergipe, percebe-se que ocorreram atos e manifestações em Aracaju, com o objetivo de lutar pela anistia e pela democracia. A presença de um número razoável de pessoas significa que houve participação popular a favor do MFPA no estado. Assim, a campanha cresceu na sociedade. Sobre essa expansão, Jackson Barreto relata: “Acho que aquele momento você tinha que ocupar todos os espaços possíveis, cada tribuna era importante, e foi isso que contribuiu muito para a campanha da anistia”.¹⁰⁴

Em relação à repressão ao ato da campanha pela anistia por parte dos órgãos de segurança, o *Jornal de Sergipe*, em 04 de agosto de 1979, informou que o Secretário de Segurança Pública, Antônio de Souza Ramos, ligado ao governador Augusto Franco, afirmou que o governo advertiu a polícia que só agisse caso os manifestantes iniciassem qualquer ato de depredação.¹⁰⁵

No entanto, o Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional de Sergipe, no informe nº 015, em 21 de agosto de 1979, enviou um relatório para o SNI, no qual informava sobre o movimento pró-anistia e a manifestação social em Aracaju. O relatório descreveu que a manifestação ocorreu no calçadão da Rua João Pessoa e foi organizada pelo movimento pró-anistia, núcleo de Sergipe, formado pelo DCE–UFS, DCE–UFPE, políticos do MDB e Comissão Pró-Direitos Humanos. Relatou, ainda, que, inicialmente, os estudantes da UFS apresentaram uma peça teatral, “A história do poder”, com críticas à ditadura-civil militar. Logo em seguida, discursaram o senador Gilvan Rocha,

¹⁰² SOUZA, Ana Soares. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 19 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

¹⁰³ LIMA, Jackson Barreto. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 21 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ *Jornal de Sergipe*, ano II, n. 409, sábado, 04 de agosto de 1979, p.01.

Jackson Barreto, Leopoldo de Araújo Sousa, Joaquim Antunes de Almeida (padre Almeida), representante da Comissão dos Direitos Humanos, Clímaco César Siqueira Dias, representante do DCE/UFS, Maria Mangueira, representante do Movimento Feminino Pró-Anistia, e o operário Milton Coelho. Afirma que todos os presentes fizeram críticas ao Governo Federal e defenderam a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita, e que, ao final dos pronunciamentos, chamaram o presidente da República de ditador, corrupto e terrorista.¹⁰⁶

Às 17:00 horas do dia 03 de agosto de 79, no calçadão da Rua João Pessoa, desta capital, houve uma manifestação popular, com cerca de 100 pessoas, na sua maioria estudantes, organizada pelo MDB- SE, comissão pró- direitos humanos, movimento pró anistia- núcleo Sergipe, DCE- UFS e DCE- UFPE, em favor da anistia ampla e irrestrita [...] Todos fizeram cerradas críticas ao regime vigente, assim como as excelentíssimo Senhor Presidente da República, taxando-o de “Ditador”, “corrupto” e “terrorista”, denominação esta, também, deferida ao seu genitor. Em todos os discursos exigiam uma Anistia, Ampla e Irrestrita. Encerrou-se a manifestação com uma pequena “passeata”, que foi até à Assembleia Legislativa do Estado, passando em frente ao palácio do Governador. (Polícia Federal - Superintendência Regional de Sergipe, nº 015, 1979)

Então, a manifestação do MFPA/SE aconteceu sem qualquer tipo de repressão diretamente. No entanto, a vigilância ao movimento era algo constante, visto que, no relatório da Polícia Federal de Sergipe, foi possível encontrar uma descrição minuciosa de todos os palestrantes que “ofenderam” o presidente da República. As informações desse relatório foram enviadas ao Serviço Nacional de Segurança, que tinha conhecimento da atuação do Movimento Feminino pela Anistia de Sergipe. Nesse sentido, observa-se que a campanha do movimento era monitorada pela ditadura civil-militar.

Percebe-se, assim, que em Sergipe, a campanha a favor da anistia teve a participação de diversos setores da sociedade, tornando-a um movimento misto, formado por homens e mulheres, representantes do clero progressista, de políticos do MDB, de estudantes do DCE/UFS e da Comissão dos Diretos Humanos. Enfim, todas as forças se uniram a favor do Movimento Feminino pela Anistia no estado, tendo como ponto alto a mobilização da sociedade civil em apoio à luta pela libertação dos presos políticos do Brasil. Desse modo, apresentamos, a seguir, o papel do clero progressista em apoio ao MFPA/SE.

¹⁰⁶ Essas informações estão presentes em: ASV_ ACE_276_79. Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional do Estado de Sergipe. Confidencial. Assunto: Movimento Pró-Anistia, informe nº 015, data: 21 de agosto de 1979. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo.

2.2 A Igreja Progressista “entre a Cruz e a Espada” na Luta pela Anistia

A atuação da Igreja Católica no Brasil, no período da ditadura civil-militar, evidenciou um antagonismo de opiniões e atitudes em relação ao governo instituído em 1964. Por um lado, houve o apoio de diversos setores sociais e algumas manifestações, como a Marcha da Família com Deus pelas Liberdades Democráticas, ocorrida em muitos estados do país, em apoio aos militares, com a justificativa de restaurar a suposta democracia perdida e de combater o comunismo. Entre esses grupos de apoio ao novo regime, encontravam-se alguns padres, bispos e clérigos da Igreja Católica, isto é, uma ala mais conservadora, que se mobilizou em meados da década de sessenta, para disseminar os ideais da chamada “revolução de 64”, vista por eles como um movimento de defesa das liberdades democráticas no país. No entanto, o que se viu ao longo da existência do sistema ditatorial foi a efetivação de algumas medidas repressoras adotadas pelo governo, tais como: censura, prisões ilegais, tortura e cassação de mandatos de parlamentares, todas elas amparadas em atos institucionais. De outro lado, formou-se uma ala composta pelo clero progressista, que se manifestava contrário ao sistema vigente. Esses bispos, padres e religiosos em geral atuaram em todo o Brasil em defesa das causas sociais, tendo sido alvo de ataques e perseguições pela ditadura civil-militar.

Nessa perspectiva, em Sergipe, há controvérsia de ideias e opiniões entre os representantes da Igreja Católica, sobretudo, entre o arcebispo Dom José Vicente Távora e o bispo auxiliar Dom Luciano José Cabral Duarte, em relação ao apoio ou a oposição à ditadura civil-militar no país. As divergências de opiniões causaram intrigas entre os clérigos. Nesse sentido, Ibarê Dantas (2014) afirma que Dom Távora tornou-se arcebispo de Aracaju em 1958, e era considerado sensível às causas sociais, sobretudo, aos mais pobres e oprimidos. Entre suas ações, fundou a Rádio Cultura e o Centro Social da Arquidiocese, em 1961. Foi também um dos pioneiros do Movimento de Educação de Base (MEB), uma instituição que promoveu a alfabetização de inúmeras pessoas que moravam na zona rural. Assim, verifica-se que as ações do vigário eram em prol das classes menos favorecida socialmente, os agricultores e operários.

Nessa sequência, devido ao projeto do MEB, Dom Távora foi acusado de incentivar a luta das classes sociais, por isso era acusado de marxista e, por muitas vezes, teve que ir depor no quartel do 28º Batalhão de Caçadores, em Aracaju. “D. Távora [...] revelava-se aberto aos problemas do mundo e com grande senso de compreensão. Preocupava-se com o drama dos

trabalhadores [...] era um obstinado pela sua conscientização” (DANTAS, 2014, p. 233). Dessa forma, o papel desempenhado pelo arcebispo era relacionado diretamente aos movimentos especializados, à Juventude Estudantil Católica (JEC), à Ação Católica Operária (ACO) e à Ação Católica Independente (ACI). Ou seja, a missão catequética do clérigo foi associada à conscientização dos problemas enfrentados pelas camadas sociais mais carentes no estado de Sergipe.

O bispo auxiliar de Aracaju, Dom Luciano José Cabral Duarte, considerado um dos principais intelectuais de Sergipe, doutor em Filosofia pela Sorbone, Diretor da Faculdade de Filosofia em Aracaju (1958-1967) e membro do Conselho Estadual de Educação (1961-1967), era também um dos responsáveis pela Rádio Cultura e pelo Jornal *A Cruzada*.¹⁰⁷ No entanto, verifica-se que o vigário se posicionou contrário aos movimentos sociais dentro da Igreja relacionados à ideologia de esquerda, e é considerado um “pregador” anticomunista e apoiador nato da ditadura civil-militar no Brasil.

Percebe-se o antagonismo de opiniões que existia entre os representantes da Igreja Católica em Sergipe. Porém, com a morte de Dom Távora, em 1970, o caminho autoritário do bispo auxiliar Dom Luciano Duarte no clero católico efetuiu-se nas décadas subsequentes. A partir daí, a Igreja tornou-se uma espécie de “quartel” que perseguia e denunciava qualquer atitude de padres e religiosos considerados progressistas e a favor das causas sociais.

Já em meados da década de setenta, com a mobilização da campanha pela anistia em Sergipe, representantes do clero progressista participaram do MFPA e apoiaram diretamente essa campanha. Mesmo em conflito com o arcebispo D. Luciano Cabral Duarte, religiosos levantaram-se em prol da anistia e contra a repressão ditatorial. Assim, apresentamos o papel desempenhado pelos clérigos Joaquim Antunes de Almeida (conhecido como padre Almeida) e Dom José Brandão de Castro, bispo de Propriá/SE.

Joaquim Antunes de Almeida nasceu em 1931, natural de Sobral, no estado do Ceará. Assumiu o sacerdócio com missão de evangelizar para os menos favorecidos. O pároco trabalhava em defesa das comunidades que sofriam as desigualdades e injustiças sociais. Em Sergipe, padre Almeida era vigário nas paróquias de Boquim, Estância e Tobias Barreto, e residia no Palácio Episcopal em Estância.¹⁰⁸ Devido aos seus pronunciamentos nas missas e

¹⁰⁷ Essas informações estão presentes no livro: DANTAS, José Ibarê. *A tutela militar em Sergipe 1964-1984: partidos e eleições num estado autoritário*. São Cristóvão, Editora: UFS, 2014.

¹⁰⁸ AC_ACE_58849-73, Polícia DF à SCGE/SE – Antecedentes do padre Joaquim Antunes de Almeida. Auditoria da 6ª CJM, inquérito policial nº 06, 29 de dezembro de 1972. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo.

em atos e manifestações comandados pelo MDB/SE, ele tornou-se alvo de perseguições e foi acusado de ser comunista, por membros da Igreja Católica e pela ditadura civil-militar.

Prova dessa vigilância ao padre está presente no Inquérito Policial Militar nº 06, 1972, assunto: antecedente do padre Almeida. O relatório informou que o clérigo promovia atos contra a segurança nacional ao manifestar ideias “subversivas”. O mesmo relatório informa, ainda, que em Estância, no Colégio Coração de Jesus, houve uma reunião dos alunos para elogiar a “Revolução de 64”, pela passagem do seu primeiro aniversário, em 1965, e que o padre Almeida, em seu pronunciamento no colégio, tinha dito que era necessário dar atenção especial aos movimentos de jovens e declarou que “a revolução cerceou a justiça em sua ação plena e concorreu para a desmoralização do poder político. Atualmente, as forças armadas são mais temidas que respeitadas”.¹⁰⁹

Dando continuidade ao monitoramento do padre, o informe do Serviço Nacional de Informações nº 557, 1970, assunto: padre Antunes Almeida, informa sobre a ação desse vigário em relação à distribuição de panfletos nas cidades de Estância, Riachão do Dantas e Tobias Barreto (localizadas no estado de Sergipe), que teria ocorrido durante a semana da pátria. No relatório, apresentado pelo SNI, o pároco foi considerado um elemento subversivo, pois difundia ideais doutrinárias na região onde atuava como vigário. Assim, destaca que o padre apresentou o manifesto “Em torno da verdade e da liberdade”, um material que foi distribuído nas comunidades por ele, com teor de contestação à ditadura civil-militar. Seguem trechos do manifesto publicado no informe do SNI.

Reflexões em torno da verdade e da liberdade. Ouço, pois, repetido por tantas vozes, o brado do Ipiranga independência ou morte. E me pergunto que sentido tem esse grito, se de quebrada em quebrada, de ano a ano, ele não ressoa no íntimo de nós mesmo. [...] hoje eu penso, fala-se tanto e se reflete tão pouco! Lei da Declaração Universal do Direito Homem, e principalmente em seus artigos 3, 5, 8,11, 12, 18, 19,20. Ideias e emoções desfilam em minha vida, liberdade, segurança pessoal, direitos fundamentais da pessoa humana, proteção contra as arbitrariedades, garantias necessárias a própria defesa, inviolabilidade da vida, do lar, da correspondência, da honra e da reputação, da liberdade de pensamento, de opiniões e expressão, de transmitir ideias e informações por quaisquer meios e independente de fronteiras, liberdade de reunião e associação pacífica, direito de tornar parte do governo do país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. Que coisa linda! Que saudade eu tenho! O brando de independência foi um brado de revolta contra a opressão, que manifestava o desejo de perpetuar a dominação [...] autor: Padre Almeida. (Serviço Nacional de Informação, nº 557, 1970)

¹⁰⁹ Idem.

Percebe-se, segundo o relatório, a atuação de padres e bispos progressistas da Igreja Católica em ações contestatórias ao governo militar. Nesse sentido, o informe do SNI ressalta que o padre Almeida, vigário em Sergipe, enquadrava-se na classificação de “subversivo e perigoso”, de modo que seus passos e atitudes eram monitorados pela Polícia Federal.¹¹⁰

Em seguida, o Inquérito Policial nº 06, 1972, assunto: antecedentes do padre Almeida, salientou, ainda, o apoio do vigário à campanha política do MDB, em 1971, participando do comício realizado na cidade de Propriá/SE. Assim, o relatório descreveu que, durante o seu discurso, o padre Almeida havia afirmado que as “forças armadas eram uma engrenagem que massacra, tortura, liquida e estrangula a honra e a dignidade da pátria”.¹¹¹ Em seguida, ele teria chamado a polícia federal de covarde e os militares de “bonecos fardados”.

Dessa forma, ao longo desse processo de acusação ao clérigo, foram ouvidas, na fase de montagem do inquérito, várias pessoas presentes no comício do MDB. O relatório do SNI ainda frisou que algumas pessoas, em depoimentos à polícia, testemunharam a favor das acusações ao vigário e afirmaram que realmente nos comícios políticos do MDB, e em outras oportunidades, ele “atacava” violentamente a revolução de 64. Então, na conclusão do inquérito, as acusações de que o padre Antunes Almeida era uma pessoa “inteligente, violenta e perigosa”¹¹² foram confirmadas pelos militares.

Diante desses fatos, o objetivo desse subtópico não foi fazer uma análise do papel da Igreja progressista em Sergipe no período da ditadura civil-militar. Mas acredita-se que foi importante destacar a participação de vigários na atuação contra a repressão ditatorial, antes mesmo do período de luta por anistia. Nesse sentido, percebe-se que o padre Almeida era militante no movimento de resistência e que o seu sacerdócio era utilizado em prol das classes sociais menos favorecidas. Além disso, ele repudiava toda forma de repressão da ditadura civil-militar.

De acordo com Ana Soares (2019), o padre Almeida apoiou a campanha pela anistia e participou ativamente das reuniões do comitê e dos atos e manifestações nas ruas. Ainda em entrevista, ela ressaltou que o vigário sempre se pronunciava para explicar à sociedade sobre a importância da lei da anistia ampla, geral e irrestrita, e da luta pelas liberdades democráticas no Brasil, ao fazer uma leitura da realidade repressiva. Disse ela: “padre Almeida, ele teve

¹¹⁰ AC_ACE_21900_70. Serviço Nacional de Informações, nº 557. Agência de Salvador. Assunto: Joaquim Antunes Almeida, 28 de outubro de 1970. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo.

¹¹¹ AC_ACE_58849-73, Polícia DF à SCGE/SE – Antecedentes do padre Joaquim Antunes de Almeida. Auditoria da 6ª CJM, Inquérito Policial, nº 06, 29 de dezembro de 1972. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo.

¹¹² Idem.

uma atuação política muito forte, foi um dos fundadores do MEB, junto com D. Távora [...]. Ele tinha uma visão socialista, ajudava nesse movimento a aglutinar pessoas”.¹¹³

Então, verifica-se que padre Almeida participou do Comitê Feminino pela Anistia e dos atos sociais ocorridos no calçadão da Rua João Pessoa, em agosto de 1979, manifestando-se contrário à anistia restrita sugerida pelo governo ditatorial. Ana Soares (2019) disse, também, que o padre Almeida tinha uma relação de amizade com o seu pai, Adelaido de Sousa, militante comunista. Pontuou que, de certa forma, desde criança, ouvia as discussões e debates que ocorriam em sua residência, localizada em Estância/SE. Assim, declara que a influência familiar foi um dos motivos que a encorajou a adentrar na campanha do Movimento Feminino pela Anistia, em 1978. Dessa forma, ela disse:

A única referência que eu tinha, era do meu pai, que era comunista, preso oito vezes de 1938 a 1964 [...] e do padre Almeida. O padre tinha uma ligação com meu pai, com minha irmã que foi do MEB [...] esse ambiente de instruções, embora na época do MEB, eu era criança, ainda, mas participava ouvindo pelo menos, os protestos particulares, porque não fazia nas ruas. Os protestos de papai e padre Almeida, isso me despertou.¹¹⁴

O papel desempenhado pelo padre progressista, Joaquim Antunes de Almeida, na campanha pela anistia em Sergipe e ao longo de todo o período da ditadura civil-militar demonstrou a sua coragem e disponibilidade, ao dedicar o seu sacerdócio em prol daqueles que estavam sob a mira do regime de 1964, entre eles presos políticos, pessoas desaparecidas e exiladas. Em função disso, sofreu perseguições dentro e fora da Igreja Católica, que resultaram em um Inquérito Policial movido por órgãos de segurança nacional. No entanto, o vigário permaneceu ligado à ação contrária ao sistema vigente e a favor da campanha pela anistia.

Padre Almeida também foi o presidente da Sociedade Sergipana em Defesa dos Direitos Humanos/SE.¹¹⁵ Essa instituição seguiu ao lado do MFPA e teve um papel muito importante no processo de luta pelos direitos dos presos políticos e exilados no país, com base na lei Universal dos Direitos Humanos, que discutia a ilegalidade e arbitrariedade da ditadura civil-militar no Brasil.

¹¹³ SOUZA, Ana Soares. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 19 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ ACV_ACE_3303-82. Serviço Nacional de Informações. Agência de Salvador. Assunto – Levantamento da subversão no Estado de Sergipe, confidencial, 1982. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo.

Na sequência de atuação dos religiosos progressistas em Sergipe, destacou-se o bispo de Propriá/SE, Dom José Brandão de Castro.¹¹⁶ Natural da cidade Rio Espera, Minas Gerais, assumiu a diocese do interior de Sergipe, em 25 de junho de 1960, nomeado pelo papa João XXIII. A sua trajetória nesse estado foi marcada por conquistas e conflitos políticos, permanecendo nessa diocese durante 27 anos. Em Propriá/SE, fundou a Escola Técnica de Contabilidade, em 1967, e participou ativamente da Comissão Pastoral da Terra nos Estados da Bahia e Sergipe. Na década de setenta, atuou na defesa dos trabalhadores rurais da fazenda Betume (1974) e Santana do São Francisco (1979), onde ocorreram conflitos sociais e territoriais com os fazendeiros e proprietários de terras da região do Baixo São Francisco¹¹⁷, no estado de Sergipe. Na ocasião, Dom Brandão acusou os fazendeiros da região de praticarem a grilagem¹¹⁸ nas terras locais. Devido à postura social do bispo, voltada aos pobres e em defesa do homem do campo, ele foi perseguido e considerado comunista e doutrinador das práticas socialistas na região.

Foi nessa conjuntura que os deputados da Bahia, Jairo Santo de Sé, Stossel Dourado e Nilo Peçanha, presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), denunciaram o bispo Dom José Brandão, acusando-o de comunista. Assim, em Brasília, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para analisar a questão fundiária e apurar as acusações relacionadas ao bispo, e, em 20 de abril de 1977, Dom Brandão prestou depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Fundiário, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Em seu pronunciamento, ele denunciou o sistema de grilagem existente entre os latifundiários da Bahia e de Sergipe, visto que a comissão questionava a situação do sistema fundiário em todo o país.¹¹⁹ Após o depoimento, o bispo que foi à Câmara como representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e teve que conviver com o aumento das rivalidades e discórdias, agora também entre os parlamentares,

¹¹⁶ Em relação a Dom José Brandão de Castro, ver: SILVA, Rosana Oliveira. *Estado, Igreja e imprensa: o episcopado de Dom José Brandão de Castro e a ditadura civil-militar em Sergipe (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

¹¹⁷ Baixo São Francisco, em Sergipe corresponde às cidades de Amparo do São Francisco, Aquidabã, Brejo Grande, Neópolis, Propriá, Amparo do São Francisco, Ilha das Flores, entre outras. (In: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe FETASE), disponível em: <<http://fetase.org.br/polos-sindicais/baixo-sao-francisco/>> acesso em: 23 jan. 2019.

¹¹⁸ Grilagem é a ocupação de terras com a falsificação de títulos da propriedade. O termo se refere à prática de fazer com que documentos novos aparentem ser antigos, após serem colocados em uma caixa com grilos. Devido aos dejetos dos insetos, os documentos ficam amarelados, com aspecto envelhecido. “Essa fraude é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro”. In: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Disponível em <<http://www.incra.gov.br/oqueequilagem>> acesso em: 23 jan. 2019.

¹¹⁹ Em relação ao depoimento do Dom Brandão de Castro no CPI, ver: SILVA, Rosana Oliveira. *Estado, Igreja e imprensa: o episcopado de Dom José Brandão de Castro e a ditadura civil-militar em Sergipe (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

que o acusavam de ser comunista e “subversivo”, e de incentivar o trabalhador rural a lutar pelas reformas de base.

Em seguida, verifica-se que os órgãos de segurança nacional também monitoravam a atuação de bispo. De modo que o informe do Serviço Nacional de Informações nº 029, assunto: levantamento do clero progressista em Sergipe e na Bahia, destacou a atuação de Dom Brandão na diocese de Propriá/SE. O informe declarou que a ação do bispo estava relacionada aos problemas dos habitantes da região do Baixo São Francisco em relação às terras locais, e frisou que Dom Brandão fazia críticas à política e ao governo militar, e, também, apoiava as comunidades agrícolas em suas reivindicações. Ainda, segundo o relatório do SNI, o bispo exibia filmes com temáticas acerca dos conflitos entre as classes sociais e aconselhava os pequenos agricultores e os índios a invadirem as propriedades particulares, “sob a alegação de que a terra é uma dádiva de Deus e, por isso, pertence a todos”.¹²⁰ Em seguida, o informe foi finalizado com a afirmação de que a Ação da Pastoral da Terra, com a liderança de Dom Brandão, era um instrumento de conscientização do homem do campo, para proteger as terras e denunciar as práticas de grilagem, realizadas pelos fazendeiros locais, e, simultaneamente, incentivava o homem do campo a lutar por melhores condições de vida.

D. José Brandão de Castro. Bispo de Propriá-SE, membro do CPT, mantém ligações com o Bispo Pedro Casal Dálga, Helder Câmara e outras figuras do clero progressista da área e do Nordeste I e II. Tem realizado um trabalho de conscientização do homem do campo, visando, não só estimular reivindicações junto aos proprietários, como a união de trabalhadores rurais na luta contra as injustiças, a que os mesmos estão submetidos. Esteve envolvido nos acontecimentos que levaram os índios xocos a se insurgirem contra a família Brito, bem como no conflito social que envolve os posseiros da fazenda Santana dos Frades e a empresa Serigy. (Atividades de Grupos Religiosos, Serviço Nacional de Informações, nº 0155, 1980)

Diante desses fatos, percebe-se a atuação do bispo de Propriá, em relação à luta contra as injustiças sociais. Então, quando surgiu o Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe, em 1978, Dom Brandão de Castro adentrou nessa campanha e participou ativamente de todas as manifestações e atos ocorridos na cidade de Aracaju e regiões próximas. O jornal *A defesa*, boletim informativo da diocese de Propriá, na matéria no dia 13 de maio de 1978, anunciou

¹²⁰ BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_83005483_d00001de0001. Serviço Nacional de Informações. Agência de Salvador, nº 029, assunto: levantamento da atuação do clero progressista na área dos estados da Bahia e Sergipe. Confidencial, data: 19 de maio de 1983. In: Acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo.

apoio ao Movimento Feminino pela Anistia no estado e sugeriu que a sociedade sergipana deveria participar dessa luta pela libertação dos presos políticos e exilados do Brasil.

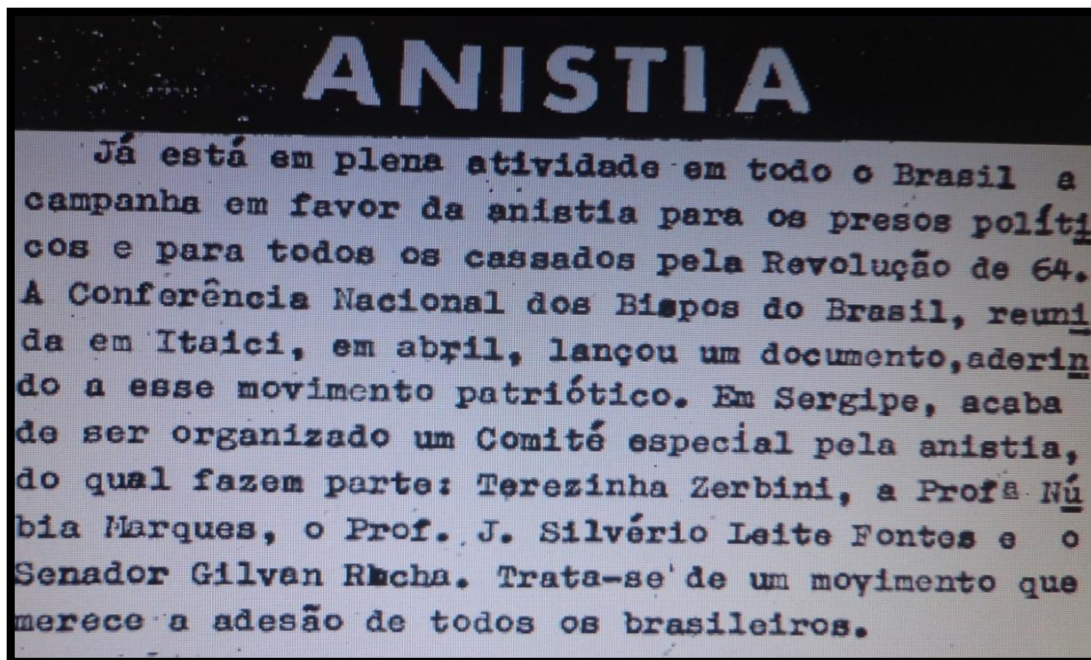


Figura 06: Anúncio da formação do MFPA no jornal da Diocese de Propriá/SE. Jornal *A Defesa*, n. 630, 13 de maio 1978, p.05.

Segundo Ana Soares (2019), Dom Brandão apoiou a campanha pela anistia em Sergipe de forma ativa e, quando ocorriam manifestações e atos em Aracaju, organizava caravanas e trazia pessoas de Propriá/SE, com o objetivo de agregar um maior número de participantes aos eventos em prol da anistia, a fim de chamar a atenção e mobilizar a sociedade para adentrar na campanha do movimento. “Então, ele fazia parte da turma progressista [...] Dom Brandão, ele chamava, vamos dizer assim, organizava, quando havia um ato, aí vinha o pessoal, e completava com a nossa gente”.¹²¹

Jackson Barreto (2019) também afirmou que o bispo Dom Brandão era integrante do clero progressista de Sergipe e participou da campanha pela anistia. Ainda em entrevista à autora, ele ressaltou que havia a necessidade de disseminar a campanha em todas as frentes políticas, religiosas e sindicais, com o intuito de mobilizar as diversas camadas sociais em prol do MFPA.

2.3 O MDB em Sergipe e o Comitê Feminino - Uma Aliança pela Anistia

¹²¹ SOUZA, Ana Soares. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 19 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura civil-militar, saiu fortalecido do pleito de 1974, quando lançou, em forma de protesto, a “anticandidatura” a presidente da República de Ulysses Guimarães. Além disso, saiu vitorioso por ter conseguido eleger uma bancada maior de parlamentares. Em Sergipe, a campanha do MDB ampliou-se com a criação da Ala Jovem do Movimento Democrático, em 1974, integrada por estudantes e parlamentares jovens do partido.

Nesse seguimento, registrou-se em Sergipe o informe confidencial do órgão de segurança nacional, o Serviço Nacional de Informações, nº 0197, assunto: Ala Jovem do MDB criada em Sergipe. Esse relatório descreveu que o Comitê da Juventude do MDB-SE, autodenominado Ala jovem do MDB, sob a presidência do universitário Carlos Alberto Menezes e do Secretário-Geral Agamenon Araújo, foi fundado em 1974, em cerimônia na Câmara Municipal dos vereadores de Aracaju. A cerimônia contou com a participação e apoio do presidente regional do MBD, o deputado federal José Carlos Teixeira, do senador Gilvan Rocha, do vereador Jonas Amaral, do deputado estadual Jackson Barreto, de Otavio Penalva, de Costa Pinto, de Humberto Mandarino, de Arlete Barreto de Melo, entre outras pessoas, em sua maioria estudantes. Assim, ainda segundo o informe do SNI, no ato de inauguração da Ala Jovem também foi lançado um manifesto, no qual se propõe defender os direitos humanos, lutar pela revogação do AI-5 e do decreto-lei nº 477, pelo voto universal direto e secreto para todos os cargos eletivos, pela abolição de qualquer tipo de censura, pelo respeito e dignificação ao poder judiciário e por uma universidade livre e aberta.¹²² Seguem trechos do Manifesto da Ala Jovem do MDB:

Nos dias de opressão ser oposição é uma honra, desonra é ser omissos (Ruy Barbosa). Nós, fundadores da Ala Jovem do MDB em Sergipe, considerando que a juventude brasileira e de um modo especial a sergipana, não viveu a situação política anterior a 1964, portanto não podemos sofrer indefinidamente pelos atos antijurídicos e de exceção em vigor. Considerando que a legislação vigente, desrespeitou aos direitos da pessoa humana especificamente o AI-5 e o decreto-lei 477, é inibidora da atividade política estudantil asfixiando qualquer manifestação democrática e reivindicadora do povo brasileiro [...] considerando que a atual política do Ministério de Educação é de tendência elitista, voltada para o ensino pago e limitador das aspirações nacionais dos jovens. Considerando, enfim, que optamos por atividade política legal, filiamos ao MDB, que mais se

¹²² AC_ACE_101395_74. Serviço Nacional de Informações, nº 0197, Agência de Salvador, assunto: Ala Jovem do MDB criada em Sergipe. Confidencial, 15 de outubro de 1974. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo.

aproxima das nossas aspirações. Conclamamos aos jovens e ao povo lutarem por maior respeito aos direitos da pessoa humana, pela revogação do AI-5 e do decreto-lei 477, e de toda legislação de exceção em vigor, por ferirem os direitos do homem, a vida e a liberdade [...] (Manifesto do MDB, Serviço Nacional de Informações, nº 0197, 1974).

De acordo com a colocação do manifesto da Ala Jovem do MDB/SE, percebe-se a oposição direta ao governo ditatorial. Visto que foi declarado abertamente nos pronunciamentos o repúdio à ilegalidade dos atos de exceção. Nesse sentido, os órgãos de segurança, como o Serviço Nacional de Informações e o Centro de informações da Aeronáutica, apresentaram boletins e relatórios sobre a situação do MDB em Sergipe, destacando o “nível de subversão” dos envolvidos no partido.

Dessa forma, o informe confidencial do Serviço Nacional de Informações nº 342, assunto: a campanha eleitoral do MDB, com vistas às eleições de novembro de 1978, diz que a campanha do MDB/SE se manifestou contrária à “Revolução de 64”, pois os pronunciamentos dos parlamentares sergipanos eram de pregações contestatórias e se identificavam com os princípios “esquerdistas”. O informe do SNI declara, ainda, que os integrantes do partido distribuíam panfletos na cidade de Aracaju para disseminar ideias “subversivas”, com textos que atacavam o governo e a revolução, “enfocando temas que já constituem um lugar comum como: fim das torturas, anistia ampla e irrestrita, revogação das leis de exceção e liberdades democráticas”.¹²³

Nesse sentido, os órgãos de vigilância do Governo Federal monitoravam o cotidiano de alguns políticos do MDB em Sergipe. À vista disso, destacam-se os antecedentes criminais e prontuários do deputado Jackson Barreto Lima, do senador João Gilvan Rocha e do vereador Jonas Amaral, os quais serão analisados respectivamente. Assim, o relatório do Serviço Nacional de Informações nº 784, 1976, assunto: deputado estadual MDB/SE Jackson Barreto Lima, relatou a trajetória política do parlamentar e ressaltou que ele era um dos coordenadores do movimento de esquerda no ensino superior de Sergipe, na década de sessenta, quando foi estudante do curso de Direito na Universidade Federal de Sergipe. Relatou, ainda, que era filiado ao Partido Comunista Brasileiro e militante estudantil, que participou do seminário “Os problemas estudantis e realidade brasileira”, em 1968, no qual fez crítica ao Governo Federal, chamando-o de “imposto com golpe militar”, entreguista e reacionário.

¹²³ AC_ACE_115108_78. Serviço Nacional de Informações, nº 342, assunto: campanha eleitoral do MDB com vistas às eleições de novembro de 1978. Confidencial, 13 de outubro de 1978. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo.

O mesmo relatório, ainda, evidenciou que, em 01 de novembro de 1970, Jackson Barreto Lima foi preso pelo CODI e recolhido no 28º Batalhão de Caçadores, em Aracaju, durante a Operação Gaiola. Em seguida, salientou que, nas eleições de 1972, ele foi eleito vereador pelo MDB e, em novembro de 1974, eleito deputado estadual, tendo sido o mais votado no estado de Sergipe. No entanto, foi acusado de, nessa eleição, ter recebido o apoio clandestino do Partido Comunista. A sua segunda prisão foi em fevereiro de 1976, durante a Operação Cajueiro. Foi indiciado pelo Inquérito Policial Militar, acusado de participar das atividades de reorganização do Partido Comunista em Sergipe. Assim, de acordo com os dados apresentados pelo relatório do SNI, Jackson Barreto foi considerado um parlamentar “subversivo”, membro do PCB, que usava o mandato parlamentar em prol da ideologia comunista.¹²⁴

Nessa conjuntura, o parlamentar João Gilvan Rocha também teve sua trajetória política monitorada pelos órgãos de segurança do Governo Federal. De acordo com o informe do Serviço Nacional de Informações nº 001/115, 1981, assunto: juízo sintético e prontuário do senador João Gilvan Rocha. O relatório descreveu que o parlamentar foi filiado ao MDB em 1974, eleito senador em 1975 e que foi vice-presidente do Diretório Regional do MDB/SE. Dessa forma, ele era considerado como um dos parlamentares emedebistas que mais fez pronunciamentos contestatórios ao governo e à “Revolução de março de 64”.¹²⁵ Dentre essas manifestações, destaca-se que, nas eleições de 1974, Gilvan Rocha, candidato ao senado, distribuiu em todos os colégios da capital sergipana um manifesto: Carta aberta aos jovens, conclamando a juventude a votar nos candidatos do MDB nas referidas eleições. Seguem trechos do manifesto:

Você se tornou adulto num estado com metade dos adultos analfabetos, onde os jornais só chegam a uma elite, onde as condições de vida do povo são baixas quanto nas regiões mais pobres do mundo, você foi proibido pelos decretos mais draconianos de questionar, de se associar, de viver como cidadão. No Brasil de hoje, a liberdade é um privilégio das pessoas jurídicas, das empresas multinacionais. E a juventude é tratada como boi de engorda: preparada para receber força de trabalho. E só. (Carta Aberta aos Jovens, Serviço Nacional de Informações nº 001/115, 1981)

¹²⁴ Em relação a essas informações, ver: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76100991_d0001de0001. Serviço Nacional de Informações, nº 784, Agência de Salvador, assunto: Deputado Estadual MDB-SE Jackson Barreto Lima. Confidencial, 21 de setembro de 1976. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe- Paulo Barbosa de Araújo.

¹²⁵ BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_810011480d0001de0001. Serviço Nacional de Informações, nº 001/115, agência de Salvador, assunto: prontuário nº 0364 e juízo sintético do Senador João Gilvan Rocha, 10 de abril de 1981. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo.

Esse relatório do Serviço Nacional de Informações destacou diversos pronunciamentos do parlamentar contestando a ditadura civil-militar. Em umas dessas manifestações, João Gilvan Rocha declarou “basta de arbitrariedade e o AI-5 é um instrumento anticonstitucional e de poderes ilimitados, deve ser revogado [...]” (Serviço Nacional de Informações, nº 001/115, 1981).

Outro político vigiado pelos órgãos de segurança nacional foi Jonas da Silva Amaral Neto, de acordo com o Serviço Nacional de Informações, prontuário nº 0123, 1979, assunto: Jonas da Silva Amaral Neto. O documento informava que ele participou ativamente do movimento estudantil em 1968, com conduta ideológica comunista. E que na campanha eleitoral de 1970, quando era candidato a vereador de Aracaju pelo MDB, apresentou um manifesto ao povo sergipano com expressões comunistas, ao destacar como bandeira de propaganda eleitoral a reforma agrária, a melhoria salarial, o voto direto, a liberdade pública de opinião e imprensa, a eliminação da censura e revogação do decreto 477.¹²⁶ Foi eleito vereador da Câmara Municipal de Aracaju em 1970, reeleito em 1972 e 1976. Já em 1978, tornou-se deputado estadual pelo MDB.

O interesse da pesquisa, aqui, não foi fazer uma análise do MDB em Sergipe, mas compreender a participação desses parlamentares na campanha do Movimento Feminino pela Anistia no estado. Para isso, foi necessário contextualizar o papel que já vinha sendo desempenhado pelos representantes do MDB/SE, como o único partido legal de oposição à ditadura civil-militar.

Nessa sequência, o MDB – sessão Sergipe teve um papel importante na divulgação e apoio ao Movimento Feminino pela Anistia. Jackson Barreto (2019), na época deputado federal, afirmou em entrevista à autora que participou ativamente da campanha pela anistia, não só em Sergipe, mas em todo o Brasil. Disse, ainda, que conheceu Therezinha Zerbine em São Paulo, no ato pela anistia, e intermediou a fundação do núcleo do movimento em Sergipe. Dessa forma, ele declarou que participou de todas as manifestações e eventos do MFPA/SE, em prol da luta pela anistia ampla geral e irrestrita, e pela redemocratização do país. Assim, Jackson Barreto declara:

Ao mesmo tempo em que eu estava lutando pela anistia, que era um processo importante na etapa da redemocratização do Brasil, eu estava também no ativismo político como tarefa do partido [comunista], naquele

¹²⁶ ASV_ACE_031_79. Serviço Nacional de Informações, nº 001/115/ASV/79. Agência de Salvador, prontuário nº 0123 de Jonas da Silva Amaral Neto e juízo sintético, assunto: prontuário e juízo sintético dos parlamentares eleitos em 15 de novembro de 78. Confidencial, 20 de março de 1979. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe-Paulo Barbosa de Araújo.

momento, eu tinha essa dupla visão no meu papel na sociedade, enquanto cidadão e do meu papel enquanto militante, que eu tinha uma tarefa pra cumprir, e a tarefa da anistia era uma tarefa do partido, era uma bandeira do partido.¹²⁷

Para Jackson Barreto (2019) o MDB, por ser o único partido de oposição à ditadura civil-militar, agregava todos aqueles que eram contrários ao sistema vigente. Chamou-o de “caixa de ressonância”, que absorvia toda a oposição a esse sistema. Em relação ao papel da campanha pela anistia no estado de Sergipe, afirmou que sempre contribuía no que o MFPA precisasse, com ajuda financeira para as viagens aos eventos nacionais, e que esteve presente nas manifestações do movimento nacional pela anistia em todo o país. Assim, ele afirma: “Ajudava muito, [...] depois que eu fui eleito deputado federal, não somente eu ajudava financeiramente, mas eu tinha cota de passagem, sempre que tinha um evento nacional da anistia, [...] a gente procurava estar presente, o comitê de Sergipe”.¹²⁸ E, ainda, declarou que a sua militância permitiu a interligação do movimento de Sergipe com o nacional. Assim, disse o emedebista:

Eu viajei esse Brasil todo na campanha da anistia, eu viajei, porque como deputado federal eu tive a oportunidade de andar com Marcelo Cerqueiro, foi deputado federal do Rio de Janeiro, eu visitei alguns presos políticos no Brasil, com ele e Teotônio Vilela, participei de diversos debates no Rio de Janeiro, todos íamos com medo da repressão, participei de atos em São Paulo, Rio Grande do Sul, e assim, a gente convidava os parlamentares comprometidos de um estado para vir pra cá! Nós íamos para outros estados, e cada um dava a sua contribuição.¹²⁹

Outro parlamentar que apoiou diretamente a campanha do movimento pela anistia foi o senador Gilvan Rocha. Ele esteve presente na inauguração do MFPA ocorrida na Assembleia Legislativa, em 1978; na ocasião, discursou sobre a necessidade da luta pela anistia e contra a ditadura civil-militar. O informe do Serviço Nacional de Informações, nº 001/115,1981, assunto: prontuário e juízo sintético do senador João Gilvan Rocha¹³⁰, destacou que ele esteve presente na solenidade do MFPA – núcleo Sergipe, em 14 de maio de 1978, e manifestou-se na ocasião, fazendo pronunciamento contra o Governo Federal e os órgãos de

¹²⁷ LIMA, Jackson Barreto. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 21 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_810011480d0001de0001. Serviço Nacional de Informações, nº 001/115. Agência de Salvador, assunto: prontuário nº 0364 e juízo sintético do Senador João Gilvan Rocha, 10 de abril de 1981. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo.

segurança. Gilvan Rocha foi, ainda, um dos parlamentares que esteve presente em diversos atos e manifestações a favor da anistia em Aracaju, contribuindo de forma efetiva para a expansão da campanha no estado. Dessa forma, a mobilização na sociedade sergipana ocorreu com a participação do MDB em parceria com o MFPA, em prol da conquista da lei da anistia ampla, geral e irrestrita.

Então, verifica-se que a luta pela anistia se fortaleceu nas camadas sociais, tanto entre os núcleos do MFPA e CBA, como entre diversas entidades, a exemplo da OAB, ABI e CNBB. Segundo Marcos Napolitano (2014), uma sopa de letrinhas uniu-se a favor da campanha pela anistia no Brasil. Principalmente quando o presidente da República João Batista de Figueiredo, em 27 de junho de 1979, apresentou o projeto de anistia enviado ao Congresso Nacional, composto por oito artigos, com características restritivas e parciais, visto que não beneficiavam os que pegaram em armas, que praticaram os chamados “crimes de sangue”. Assim, o art. 1º, inciso dois, diz: “Excetuam-se dos benefícios de anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” (VILELA, 1982, p.23).

Nesse momento, os parlamentares sergipanos do MDB, Jonas Amaral, Tertuliano de Azevedo e Leopoldo de Sousa, manifestaram-se contrários à lei sugerida pelo governo. Os jornais de Sergipe apresentaram diversas matérias de políticos, em apoio à ampliação da lei, a qual, segundo os parlamentares, deveria ser geral e irrestrita. O *Jornal de Sergipe*, na matéria de 10 de julho de 1979, intitulada, “Leopoldo: anistia não existe”, apresentou a mensagem do deputado sergipano Leopoldo de Sousa. O texto trazia a sua declaração de que o projeto de anistia, enviado ao Congresso Nacional pelo presidente Figueiredo, não correspondia às exigências da nação brasileira porque não respondia aos anseios postulados por diversas camadas da população, que receberam o respaldo do Movimento Feminino pela Anistia, OABs, Diretorias Estudantis, Sindicatos e a oposição brasileira em geral.¹³¹

A pacificação da nação brasileira somente se dará através de um ato, ao mesmo tempo político e de grandeza que é a anistia ampla, geral e irrestrita, libertando todos os presos políticos e permitindo o regresso ao seu país, todos os brasileiros que ainda se encontravam sofrendo no exílio [...] a exclusão no projeto de anistia dos que cometeram atos de terrorismo, denominados pelo governo de crimes de sangue, não se justifica, pois o próprio governo já por diversas vezes reconheceu publicamente que os seus aliados também cometeram os mesmos crimes, torturando presos políticos, muitos dos quais, morreram nos cárceres da ditadura. (Leopoldo de Sousa, *Jornal de Sergipe*, ano II, n. 388, 10 de julho 1979, p. 06)

¹³¹ *Jornal de Sergipe*, ano II, n.388, 10 de julho 1979, p.06

O deputado Jackson Barreto se manifestou, também, contrário ao projeto da anistia apresentado pelo governo. O *Jornal de Sergipe*, em 5 de julho de 1979, publicou a matéria: “Jackson: o projeto é capenga”. Assim, a declaração do deputado na Câmara Federal ressaltou que o presidente João Batista de Figueiredo anunciou à nação brasileira um projeto de anistia que não atendia aos anseios da sociedade, chamando-o de “capenga”. Ainda, em seu pronunciamento, destacou que “a anistia é um ato político e cuja palavra significa esquecimento, e isto não aconteceu dentro do governo que continua para seguir torturando, perseguindo e humilhando” (*Jornal de Sergipe*, 1979, p. 06). Em seguida, chamou o projeto de discriminatório, visto que não incluía os que cometeram “crimes de sangue”. Destacava que o objetivo da anistia do governo era iludir a população e criar uma nova estratégia de dominação do regime. Nessa sequência, o *Jornal Gazeta de Sergipe*, em 6 de julho de 1979, também publicou trechos do discurso de Jackson Barreto na Câmara dos Deputados, no qual fez críticas à proposta de anistia apresentada ao Congresso Nacional.¹³²

Que legitimidade tem o governo para excluir quem quer que seja. Um regime que processou, condenou, exilou, cassou, baniou, demitiu, reformou, perseguiu, torturou e matou. A oposição à ditadura quaisquer que tenham sido as formas de luta, não pode ser considerado crime, pois afinal de contas, era a luta de um grupo armado, contra o grupo que assaltou o país, derrubando um governo constitucional eleito pela maioria do povo brasileiro, [...] a anistia não comporta restrições, precisamos ampliá-la e emendá-la no Congresso Nacional, é preciso mostrar à nação brasileira a verdadeira face da anistia do Governo, é como se nada tivesse ocorrido, os diversos segmentos da sociedade brasileira através dos diretórios estudantis, sindicatos, MFPA, OAB, CNBB, MDB e outros avanços a luta, só tem sentido se conquistarmos a anistia ampla, geral e irrestrita. Acusar os presos políticos de terroristas não é correto, terroristas não são os nossos irmãos brasileiros que pegaram em armas, apesar do desvio político que recorreram. Terroristas são os grupos internacionais BAEDERMEION, HOFF E OLP [...] os nossos lutaram por um objetivo, e um ideal político de restabelecer a democracia e as liberdades em nosso país, golpeados em 64. (Jackson Barreto, *Gazeta de Sergipe*, ano XXII, n. 6236, 06 de julho, 1979, p.06)

Nessa conjuntura de protesto, o deputado federal pelo MDB/SE Tertuliano de Azevedo também apresentou a sua opinião sobre o projeto da anistia. Na matéria do *Jornal de Sergipe*, em 07 de julho de 1979, intitulada “Tertuliano: não existe anistia pela metade”, o parlamentar reafirmou a parcialidade do projeto em não atender aos anseios do povo brasileiro, devido ao seu caráter restritivo: “Não existe anistia pela metade, a anistia é ou não

¹³² *Gazeta de Sergipe*, ano XXII, n. 6236, 06 de julho, 1979, p.6. In: acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

é [...] o anteprojeto ao excluir aqueles que praticaram atos de sequestros, assaltos a bancos e atentados pessoais, desfigurou totalmente o conceito de anistia” (*Jornal de Sergipe*, 1979). Assim, o vereador Jonas Amaral também realizou um pronunciamento na Câmara dos Vereadores de Aracaju. O jornal *Gazeta de Sergipe*, na matéria de 2 de março de 1978, destacou que Jonas Amaral defendeu a anistia ampla e irrestrita para todos os políticos atingidos pela ditadura. No pronunciamento, afirmou que, “a anistia é uma semente que se lança em benefício da família [...] várias outras entidades já se manifestaram favoráveis a este dispositivo que virá normatizar [...] o povo brasileiro” (*Gazeta de Sergipe*, 1978).

Então, a partir da entrega do projeto da anistia parcial apresentado pelo presidente da República João Batista Figueiredo, em junho de 1979, ao Congresso Nacional, foi formada uma comissão mista para analisar as emendas enviadas pelos parlamentares, com modificações, acréscimos e alterações sugeridas ao projeto da anistia. Essa comissão era constituída por representantes do MDB e do ARENA. O presidente escolhido para dirigi-la foi o senador Teotônio Vilela, do MDB, e o redator, o deputado Ernani Satyro, da ARENA. Dessa forma, inúmeras foram as emendas enviadas à comissão mista pelos deputados e senadores, com a finalidade de ampliar a lei da anistia. Em Sergipe, os parlamentares Tertuliano Azevedo e Jackson Barreto, ambos do MDB, enviaram emendas parlamentares com o objetivo de expandir essa lei a todos os presos políticos e exilados do Brasil.

Nessa perspectiva, Tertuliano Azevedo encaminhou ao Congresso Nacional a emenda nº 6, substitutiva, em 8 de agosto de 1979. O artigo 1º desse documento pontuou a necessidade de ampliar a lei da anistia a todos os punidos com fundamentos em atos institucionais e complementares, aos militares, aos empregados da administração pública da sociedade, às autarquias, às empresas privadas, aos punidos por motivações políticas, como também aos estudantes que sofreram penas disciplinares por motivos políticos com base nos decretos nº 228/67 e 477/69. Segue um trecho da justificativa da emenda parlamentar:

O instituto da anistia tem por finalidade principal trazer o perdão, elemento gerador da concórdia nacional. No momento que estamos vivendo, este perdão torna-se indispensável para que o país possa ingressar em uma nova fase política. O projeto de anistia do governo, por ser limitado e por demais restritos, jamais poderá alcançar tal objetivo. A anistia não pode ser restrita, desde quando, sendo perdão, terá de ser completa ou não existirá como fator propiciador da verdadeira conciliação nacional. (Emenda do parlamentar Tertuliano Azevedo, VILELA, 1982, p. 56)

Jackson Barreto também enviou emenda ao Congresso Nacional, a emenda nº 243, em 8 de agosto de 1979, propondo que deveriam ser anistiados os trabalhadores que participaram de qualquer greve ou manifestação e foram demitidos de empresas privadas ou afastados de cargos da administração. Na justificativa da emenda, o deputado afirmou que a abrangência da anistia deveria incluir os trabalhadores perseguidos por motivos políticos. Seguem trechos da justificativa da emenda parlamentar:

O projeto governamental de anistia contempla e procura beneficiar especialmente os servidores da administração pública, civis e militares e os empregados de fundações vinculadas ao poder público, mas desampara as empresas privadas. Ampliando a abrangência da lei da anistia, incluímos este artigo, para amparar os trabalhadores perseguidos e prejudicados por motivos políticos, concedendo-lhes o direito à contagem do tempo de afastamento, para efeito de aposentadoria pela previdência social, conceder anistia aos trabalhadores é uma medida justa e humana. (Emenda do parlamentar Jackson Barreto, VILELA, 1982, p. 287)

Segundo Jackson Barreto (2019), nos comitês do MDB em todo o país discutiam-se emendas para ampliar a lei da anistia, de acordo com as diretrizes do PCB. A iniciativa era de não aceitar a anistia restrita, sugerida pelo governo. No entanto, a lei aprovada refletia a arbitrariedade do governo, “[...] não foi a anistia que a gente queria, foi um passo dado, como o partido dizia, você não vai conseguir tudo de uma vez, mas vai dando passos”.¹³³

Então, apesar de todas as discussões, manifestações, passeatas, debates e emendas enviadas ao Congresso Nacional por deputados e senadores de diversos estados, com o objetivo de ampliar a lei da anistia, sobretudo em relação ao seu caráter restrito e parcial, a lei 6.683, da anistia, foi promulgada, em 28 de agosto de 1979, de forma parcial e restrita. De modo que beneficiou os militares que estavam no poder e os presos políticos e exilados, excetuando os que cometeram os chamados “crimes de sangue”. Percebeu-se, nessa manobra, o real objetivo dos militares, pois na medida em que atendia em partes a demanda do movimento pela anistia, organizou de forma estratégica a transição política que garantia a saída dos militares do poder sem que sofressem nenhum tipo de sanção pelos crimes cometidos. Nessa conjuntura, “aconteceu a anistia, não do jeito como a gente desejava [...] foi uma anistia. Se por um lado concedeu liberdade aos injustiçados, por outro lado protegeu aqueles que violentaram os direitos humanos”.¹³⁴

¹³³ LIMA, Jackson Barreto. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 21 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

¹³⁴ BEZERRA, Ada Augusta Celestino. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira, 15 de abril de 2016, Aracaju/SE.

Com a aprovação da anistia no Congresso Nacional, o núcleo do Movimento Feminino pela Anistia se pronuncia contrário ao caráter restrito e parcial da lei. O *Jornal da Cidade* publicou uma nota do movimento, intitulada “MFPA vai continuar a luta pela anistia”, segue a matéria:

Nós do Movimento Feminino pela Anistia de Sergipe repudiamos o projeto de lei imposto pelo Governo. Uma anistia pela metade não interessa ao povo brasileiro. Realmente, está anistia não pode nos interessar, desde que não se prestou conta dos desaparecimentos, quando são rotulados de terroristas muitos brasileiros que lutaram pela melhoria do nosso povo, que lutaram contra as arbitrariedades acometidas no seio da nossa sociedade, nós continuamos a lutar, porque consideramos terroristas aos que torturaram, mataram e prenderam centenas de brasileiros, estes, realmente em nossa opinião não merecem ser anistiados. (*Jornal da Cidade*, ano VIII, n. 2074, 24 de agosto de 1979, p.13)

Nesse sentido, observa-se, na nota, o repúdio à lei sancionada pelo Congresso Nacional, visto que não beneficiou a todos os envolvidos em militância política e, ao mesmo tempo, favoreceu os militares. Assim, Maria do Carmo, do MFPA, se pronunciou no *Jornal Gazeta de Sergipe*, em 1979, “esse projeto não nos dá conta dos desaparecidos, não nos dá conta das mortes ocorridas. Ele deixa isolados os atingidos. E esses mutilados? Quem devolverá os olhos de Milton Coelho? Ou as pernas de Manuel da Conceição”.¹³⁵ Percebe-se, então, a defesa da continuidade da mobilização social, já que não era correto uma anistia “castrada” e pela metade, imposta pelo governo ditatorial que buscou blindar-se e proteger-se de todos os crimes cometidos, com o benefício da autoanistia.

Contudo, mesmo diante da parcialidade e restrição da lei da anistia, de certa forma, ela foi um passo dado no longo caminho pela redemocratização do país, como afirma Jackson Barreto: “[...] mesmo assim não foi a anistia como a gente queria, foi um passo dado, como o partido dizia: você não vai conseguir tudo de uma vez, mas vai dando passos”.¹³⁶ Nesse sentido, os MFPAs e os CBAs tiveram um papel de destaque ao mobilizar parcelas da sociedade brasileira na campanha pela anistia. Assim, demonstraram que setores da sociedade civil também participaram ativamente dessa campanha no período da ditadura civil-militar. Verifica-se que a campanha pela anistia no Brasil representou o processo inicial da busca pela

¹³⁵ Maria do Carmo do MFPA, críticas a Anistia. *Gazeta de Sergipe*, ano XXII, n. 6274, 25 de agosto de 1979, p. 01.

¹³⁶ LIMA, Jackson Barreto. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 21 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

redemocratização do país. A anistia promulgada em 1979 não foi a desejada pelos setores sociais, mas, de alguma forma, foi o primeiro passo diante do contexto ditatorial.

É importante destacar que o protagonismo feminino na campanha pela anistia foi algo primordial, visto que foram as mulheres que fundaram o MFPA, em 1975, no contexto de vigilância e repressão da ditadura civil-militar. A partir daí, o Movimento Feminino expandiu-se pelo país, em núcleos estaduais, e posteriormente, em 1978, com a fundação do Comitê Brasileiro pela Anistia, ocorreu a ampliação dessa mobilização nacionalmente entre os setores sociais.

Nesse sentido, a campanha pela anistia teve um papel importante no processo de luta pela redemocratização do país. De modo que os MFPA e os CBAs espalhados pelo Brasil uniram-se em forças em prol da luta pela anistia. Em Sergipe não foi diferente, o movimento foi articulado à campanha nacional, com o apoio de diversas entidades: estudantes do DCE, clero progressista da Igreja Católica, políticos do MDB, sindicatos, associações de bairros e setores da sociedade civil, que promoveram a mobilização da sociedade sergipana, em uma campanha extensa e efetiva pela liberdade dos presos políticos, banidos e exilados do Brasil.

Já em relação, especificamente, à atuação de mulheres no MFPA, nacionalmente e nos comitês femininos estaduais, verifica-se um duelo de ações e disputas ideológicas dentro do movimento feminino, visto que na década de setenta a “segunda onda” do feminismo ressurgiu no Brasil, em 1975, no mesmo ano da fundação do MFPA, e a campanha pela anistia, a princípio, foi divulgada no primeiro jornal feminista, o *Brasil Mulher*. Então, como será que ocorreu dentro da campanha pela anistia a visão feminista? Foi possível ou não essa relação dentro do movimento de mulheres? Esse assunto vai ser discutido no capítulo a seguir.

III DO MFPA AO CONSELHO DA CONDIÇÃO FEMININA: “FEMININO X FEMINISTA” NO MOVIMENTO DE MULHERES

Fizeram de mim Simun de auroras, depois perguntaram-me cinicamente por que diante de tanta luz tens a noite aninhada no peito? Fizeram de mim pastora que arrebanha luz, depois perguntaram-me cinicamente porque choras diante do caos de estrelas? Fizeram de mim crianças que nina bonecas e canta ciranda, depois perguntaram-me cinicamente, mulher onde estão os machos de tua conquista? Fizeram de mim tecelã de sonhos, depois perguntaram-me cinicamente que fazes neste tear-sonâmbulo? Fizeram de mim a guardiã da liberdade, com armas de matéria plástica, depois perguntaram-me cinicamente por que não defende os oprimidos? Vão a merda seus filhos da puta.¹³⁷

Núbia de Nascimento Marques

A participação da mulher na sociedade, ao longo das épocas, atingiu uma dimensão pública e política. Nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, foi registrada a ação de alguns grupos de mulheres, no final do século XIX e início do século XX, a primeira “onda feminista”¹³⁸ – as sufragistas, termo por meio do qual ficou conhecido o movimento de mulheres que lutaram pela conquista do voto feminino e pela atuação na esfera política. As reivindicações sobre questões femininas e as relacionadas ao tema da mulher especificamente, como sexualidade, violência, saúde, formação profissional e mercado de trabalho só foram retomadas na década de sessenta, com a segunda “onda feminista”.¹³⁹ Esse movimento ressurgiu no contexto de mobilizações sociais, tais como: o movimento estudantil na França, as lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã, nos Estados Unidos, e o movimento hippie que revolucionou os costumes da juventude, em muitos lugares. Então, no momento de um turbilhão de acontecimentos políticos e culturais, o movimento de mulheres entra em cena.

¹³⁷ Poesia Inconsequência. In: MARQUES, Núbia Nascimento. *Caminhos e Atalhos*. Aracaju: SEGRASE, 1997, p. 44.

¹³⁸ O movimento feminista de “primeira onda” surgiu em meados do século XIX e início do XX, influenciado pelo contexto histórico da Segunda Revolução Industrial, nos Estados Unidos e em outros países da Europa. As mulheres desse movimento, denominadas sufragistas, reivindicavam a conquista do voto feminino junto à sociedade. Ver: FIRESTONE, Shulamith. *A Dialética do Sexo: um manifesto da Revolução Feminista*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

¹³⁹ A “segunda onda” feminista ressurgiu na década de sessenta, nos Estados Unidos, e espalhou-se por diversos países. Nesse momento, ampliou-se o debate sobre a opressão feminina, com discussões em relação à família, mercado de trabalho, sexualidade, direito ao prazer e contra o patriarcado. Ver: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe. *Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris*. *ArtCultura*, Uberlândia, v.9 n. 14, p. 55-69, jan/jun. 2007.

O movimento feminista de “segunda onda” ressurgiu nos Estados Unidos e na Europa na década de sessenta, ao afirmar “o pessoal é político”. Essa frase, na época, tornou-se o *slogan* do movimento, visto que trouxe para o espaço político questões que até o momento eram específicas do campo privado, quebrando, assim, a dicotomia entre público e privado. Ao utilizar esse símbolo de luta, o movimento feminista convocou as mulheres a refletir sobre o caráter político de sua opressão, vivenciada isoladamente no laço familiar privado. De acordo com Maria Alice Costa (2001), foi nesse momento histórico de contestação e de luta que o feminismo retornou, e, aos poucos, se transformou no movimento social de massa, com potencial político e questionador sobre o papel da mulher no contexto social da época.

O marco da “segunda onda” feminista teve uma representação importante no avanço das mulheres no cenário de luta pela igualdade social. Dessa forma, elas foram influenciadas pela obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo* (1949), que se tornou uma espécie de “bíblia” do movimento feminista. Nesse sentido, Beauvoir (1949) afirma que a herança cultural e a socialização são os responsáveis pela construção, na sociedade, do sujeito mulher, com aspectos de inferioridade em relação ao homem. Desse modo, desde a infância, a menina é ensinada a ter um comportamento diferente em relação aos meninos, aprende-se a ser meiga, passiva e obediente, e esse processo de socialização na formação da mulher, perpassa todas as fases: a infância, a adolescência e a fase adulta; tornando o sexo feminino caracterizado como inferior ao masculino. Assim “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário [...] que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1949, p. 08).

Outra obra de grande repercussão na década de sessenta foi *A Mística Feminina*, de Betty Friedan. Esse livro analisou, por meio de entrevistas, a vivência cotidiana de mulheres e donas de casa da classe média norte-americana, nos Estados Unidos. E apresentou uma espécie de *slogan*, “o mal que não tem nome”¹⁴⁰, em referência às frustrações e à infelicidade vivenciadas por aquelas mulheres, que não tinham uma profissão, e ao fato de que a convivência diária no eixo familiar as tornavam presas ao lar. Nesse sentido, a obra de Betty Friedan propôs uma reflexão ao incentivar a luta feminina pela sua autonomia e realização profissional, tornando-se uma referência intelectual no processo de conscientização das mulheres em direção ao movimento feminista.

Então, de acordo com as principais obras, *O Segundo Sexo* e *A Mística Feminina*, das autoras supracitadas, o feminismo ressurgiu na década de sessenta, abordando outras questões

¹⁴⁰ Em relação a esse tema, ver: FRIEDAN, Betty. *A Mística Feminina*. Rio de Janeiro: Vozes limitada, 1971.

da liberdade feminina, indo além das reivindicações voltadas ao combate das desigualdades no exercício de direitos políticos, trabalhistas e civis. Questiona, também, a crença na “inferioridade natural” da mulher, representada pelo fator biológico. Nessa conjuntura, Ana Alice afirma: “O movimento feminista, apesar de inserir-se no movimento mais amplo [...] distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos [...] atribuídos às mulheres” (COSTA, 2005, p.10).

No que se refere ao cenário do movimento feminista nos Estados Unidos e na Europa na década de sessenta, percebe-se que o contexto político é totalmente diferente dos países da América do Sul, especialmente no Cone Sul formado por Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai, onde foram instituídos regimes autoritários entre os anos de 1960 e 1980. Conforme Joana Pedro, no Cone Sul o contexto político ditatorial desses países tornou difícil a identificação com o feminismo. “Estas ditaduras, além de serem antidemocráticas e de definirem formas de desapropriação de riquezas que ampliaram as diferenças de classe, foram antifeministas” (PEDRO, 2010, p. 117). É inegável que, diante de ditaduras militares, os movimentos feministas, de certa forma, foram silenciados, não tendo a mesma força de ação demonstrada em países democráticos. Entretanto, mesmo diante de governos autoritários, o feminismo ressurgiu na década de setenta na América do Sul, com adaptações e releituras do movimento internacional, em meio ao autoritarismo e à repressão dos regimes militares.

No Brasil, a ditadura civil-militar foi instituída de 1964 a 1985. Foi um período de forte repressão e autoritarismo, com a censura aos meios de comunicação, perseguição, exílio, tortura e morte de inúmeras pessoas consideradas subversivas. É importante destacar que, em meio ao sistema político ditatorial, a década de setenta inicia o processo de distensão política, principalmente com a posse do presidente Ernesto Geisel, em 1974, que declarou que a abertura política do país iria ocorrer de forma “lenta, gradual e segura”. Nesse contexto, ressurgem alguns movimentos sociais, como: o Movimento Feminino pela Anistia e o movimento feminista, ambos nasceram em meados da década de setenta, mesmo com a repressão presente no período.

A “segunda onda” feminista no Brasil surgiu, oficialmente, em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU). A década da mulher (1975-1985) foi uma estratégia inteligente utilizada pelas mulheres, ao camuflarem-se dentro dessa temática para lançar o movimento feminista no país. Assim, o movimento de mulheres tomou “fôlego” diante do sistema ditatorial e, de forma tímida, iniciou as discussões sobre as questões feministas no país. Verifica-se que a peculiaridade do movimento feminista brasileiro dos anos setenta foi a heterogeneidade de participação de diversos grupos sociais e

políticos, principalmente do movimento esquerdista; de modo que a maioria das mulheres que se identificaram com o feminismo eram militantes de grupos de resistência, ou tinham sido exiladas, presas ou torturadas pelo sistema ditatorial. Ou seja, elas, de certa forma, faziam parte de um movimento que estava lutando contra a ditadura e contra as diversas formas de opressão vivenciada pelas mulheres na sociedade. Nessa perspectiva, Maria Amélia declara: “A mulher brasileira voltou ao cenário político, particularmente em movimentos para o restabelecimento da democracia, sem, contudo, ter sido um espaço próprio para tratar sua especificidade [...]” (TELES, 1999, p.14).

O feminismo de “segunda onda”¹⁴¹ ressurgiu atrelado ao contexto sócio-político vigente, ou seja, em uma ditadura civil-militar. A luta pela liberdade feminina estava interligada também ao empenho em prol das liberdades democráticas do país. Esse fato tornou o movimento feminista do Brasil peculiar em relação aos movimentos desenvolvidos em outras regiões, como nos EUA e Europa. Enquanto nesses locais o movimento feminista já se manifestava amplo e forte, no Brasil ensaiavam-se seus primeiros passos. Assim, Joana Maria e Cristina Scheibe afirmam:

A ação dos movimentos de mulheres e feministas, que nos Estados Unidos e em países da Europa Ocidental reunia milhares de manifestantes nas ruas lutando por direitos e, ainda, reunia grupos de consciência em várias cidades buscando mudança cultural, não pôde ser vivida da mesma maneira nestes países que estavam vivendo sob ditadura. As ditaduras dos países latino-americanos tenham elas começado nos anos 60, como no Brasil, ou nos anos 70, como no Uruguai e Chile, geraram um contexto muito diferente, impedindo ou restringindo as ações dos movimentos sociais em geral, criando, assim, condições diferenciadas para o feminismo que emergiu nesses países. (PEDRO; WOLFF, 2011, p. 400)

No Brasil, de acordo com Joana Pedro (2006), o marco inicial do movimento feminista ocorreu com uma reunião, em julho de 1975, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, onde foi instituído o Centro da Mulher Brasileira. A partir de então, também surgiu o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, em São Paulo, e, posteriormente, em outros lugares do país. Um dos objetivos do Centro da Mulher era a formação de um departamento de ações comunitárias para atuar em relação à problemática feminina. No

¹⁴¹ Alguns autores afirmam que em 1972 já havia uma espécie de “feminismo tímido” no Brasil, formado a partir de grupos de conscientização de mulheres ou reflexão. Segundo Céli Pinto, esses grupos foram formados nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, inspirados pelas ideias do feminismo dos Estados Unidos. Eram grupos informais, de caráter privado, no qual as mulheres uniam-se por amizades; e a participação nas reuniões ocorria através de convites. Esses grupos eram pequenos (com 20 mulheres, no máximo), e as suas reuniões eram realizadas nas casas dessas mulheres. Ver: PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

entanto, a questão feminista em relação aos problemas específicos da mulher foi interligada aos movimentos sociais de mulheres de bairros, que ocorriam nas grandes cidades. Assim, as feministas aproveitavam essas reuniões para expandir a concepção do movimento, que era atrelada ao empenho das mulheres dos bairros periféricos que reivindicavam melhores condições de vida, saúde, habitação e emprego.

Nessa perspectiva, Céli Pinto (2003) frisa que as mulheres de diferentes classes sociais e ideologias lutaram contra a carestia em diversas épocas no país. Na década de setenta, esses movimentos de mulheres nos bairros pobres e periféricos, principalmente na cidade de São Paulo, se organizaram para questionar melhores condições de habitação, saúde, escolas e creches. Essas organizações eram chamadas de clubes de mães e tiveram, no período, o apoio das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Assim, dentro das reuniões, surgiu o Movimento do Custo de Vida¹⁴², organizado contra a carestia, que teve uma repercussão nacional. “Esses movimentos de mulheres surgiram em diversas regiões num processo sempre crescente, em que a luta por seus direitos dava lugar prioritariamente as reivindicações da comunidade” (TELES, 1999, p. 75-76). No entanto, apesar de serem organizados por mulheres, tais movimentos não eram feministas em sua formação e seus propósitos, a princípio, pois questionavam problemas comunitários e sociais, e não de cunho específico sobre a mulher na sociedade.

Todavia, esses movimentos tiveram contato com os grupos feministas, que passaram a visitar as reuniões das mulheres e compartilhavam as discussões que elas abordavam sobre a situação do bairro e da comunidade em geral. É interessante destacar que havia uma heterogeneidade de grupos no movimento, com a participação das feministas e também de representantes da Igreja ligados à Comunidade Eclesial de Base. Dessa forma, as “organizações femininas nos bairros pobres nascem e ganham força como parte desta linha de trabalho pastoral. Isto colocou o feminismo e a Igreja em constante enfrentamento, na busca de hegemonia nos grupos populares” (SARTI, 1988, p. 40). Assim, os temas centrais e permitidos entre os participantes dos debates do movimento das mulheres eram a situação da mulher proletária, a desigualdade salarial e a dupla jornada de trabalho; já as questões

¹⁴² O Movimento do Custo de Vida (MCV) surgiu no início da década de setenta, organizado por mulheres, grupos de mães da periferia de São Paulo, com o apoio de setores da Igreja Católica. Esse movimento reivindicava melhores condições de moradia, escola, transporte, creches e melhores salários. Posteriormente, teve uma adesão nacional e o seu nome foi mudado para Movimento Contra a Carestia. Nessa época, a campanha era liderada por sindicalistas e grupos políticos de esquerda. Conforme Teles, na primeira fase, esse movimento expandiu-se por diversos estados e tornou-se a voz de expressão das comunidades periféricas que lutavam por seus direitos como cidadãos. Ver: TELES Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

polêmicas, como sexualidade e aborto não eram mencionadas, sobretudo durante a presença de representantes da Igreja Católica. Nessa aceção, Maria Amélia disse:

[...] os dirigentes políticos ou religiosos dos bairros cercavam as feministas para impedi-las de falar sobre sexualidade, violência sexual e doméstica, aborto e, enfim, tudo o que envolvesse mais de perto a condição feminina, a pretexto de que tais questões só dividem o movimento operário, enfraquecendo a luta conjunta pelas transformações sociais. Na realidade só se permitia o debate limitado ao trabalho doméstico, à educação das crianças, à discriminação no trabalho e, no mais, a questões gerais. (TELES, 1999, p.76)

Diante dos conflitos internos e externos, o movimento feminista era mal visto pelos defensores da ditadura civil-militar e por parte da sociedade. Ao mesmo tempo, sofria perseguições do próprio movimento de esquerda, que considerava o feminismo como um “desvio pequeno-burguês”.¹⁴³ Esse desvio “a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações” (PINTO, 2003, p. 53).

A década de 1970 lançou para o mundo e para o Brasil a questão da mulher. No Brasil, como vimos, a particularidade da implantação do movimento deu-se por conta de uma paradoxal situação. Por um lado, o regime militar e repressivo não via com bons olhos qualquer tipo de organização da sociedade civil, ainda mais quando se tratava de mulheres que, inspiradas nas norte-americanas, ameaçavam a tradição e a família brasileira [...] de qualquer forma, no fim da década havia um fato inegável: o movimento feminista existia no Brasil. Frágil, perseguido, fragmentado, mas muito presente, o suficiente para incomodar todos os poderes estabelecidos tanto dos militares como dos companheiros homens da esquerda. (PINTO, 2003, p. 66)

Todavia, mesmo diante dos embates, o movimento feminista, na década de setenta, também levantou questões sobre a opressão da mulher proletária, e essas discussões chegaram aos sindicatos, visto que, nos anos de 1977 e 1978, ocorreram o I e II Encontro da Mulher que Trabalha, e o I Congresso da Mulher Metalúrgica, em São Paulo.¹⁴⁴ Assim, as mulheres proletárias entraram em cena e apresentaram os problemas enfrentados por elas em meio à sociedade. Nesse sentido, outra forma de atuação do movimento feminista na época ocorreu

¹⁴³ Esse termo “desvio pequeno-burguês” é citado por: PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

¹⁴⁴ Em relação ao I Encontro da Mulher Metalúrgica, ver: PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 65-66.

mediante o surgimento de dois jornais feministas, influenciados pelo movimento internacional, que trouxeram para o cenário brasileiro as questões e os problemas referentes ao papel da mulher na sociedade.

3.1 A Voz Feminista nos Jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*

No contexto político da ditadura civil-militar no Brasil, a censura aos meios de comunicação era uma prática recorrente, dado que os agentes dos órgãos de segurança nacional atuavam diretamente na vigilância de informações que eram transmitidas por essas instituições jornalísticas. Contudo, a resistência esteve presente e atuou por meio de periódicos chamados de imprensa alternativa ou nanica. Esses jornais apresentavam formato tabloide, eram de tiragem irregular e circulação restrita. A fabricação dos periódicos e a sua comercialização ocorriam de forma artesanal, prioritariamente, no âmbito da militância estudantil e de esquerda, em eventos e sede desses movimentos, uma vez que essa imprensa era formada em sua grande maioria por militantes em oposição ao regime ditatorial. Assim, os principais jornais da imprensa alternativa foram: *Pasquim*, *Opinião*, *Em tempo*, *Movimento*; esses com posições direcionadas à política, *Versus*, *Ovelha Negra* e *Lampião*; esses apresentando orientação ideológica, sexual e cultural.¹⁴⁵ Nesse contexto, em meados da década de setenta, surgiram dois jornais feministas, *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, os quais foram definidos também de imprensa alternativa. Segundo Rosalina Leite (2003), as militantes desses jornais eram oriundas da esquerda. Entre elas, havia aquelas de militância clandestina e algumas foram presas ou exiladas no contexto ditatorial do país.

O jornal *Brasil Mulher* foi o primeiro jornal feminista da “segunda onda”. O periódico nasceu na junção da perspectiva de luta pela anistia com o Movimento Feminino pela Anistia, e ao mesmo tempo, abordava em suas matérias assuntos sobre as questões feministas, em relação ao papel da mulher na sociedade. Inicialmente, o periódico foi dirigido pela jornalista Joana Lopes, em Londrina (PR). Já na segunda edição, foi transferido para São Paulo. A sua tiragem era em torno de 5 a 10 mil exemplares, com periodicidade irregular, às vezes bimestral ou trimestral, com circulação nacional e venda em livrarias, bancas e por assinatura. A circulação do jornal ocorreu de 1975 a 1980. De modo geral, apresentava uma situação

¹⁴⁵ Em relação à imprensa alternativa, ver: LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.11, n.1, p. 234-241, jan/jun, 2003. Ver também: CARDOSO, Célia Costa. *Movimento: um jornal alternativo (1975-1981)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2017.

financeira precária, visto que, como todos os jornais independentes da época, dependia da venda de seus exemplares.

A primeira edição desse jornal foi publicada em 9 de outubro de 1975, e declarava-o porta-voz da luta feminista, como também apresentava a campanha pela anistia no Brasil, visto que nesse mesmo ano surgiu o MFPA, que se uniu a esse periódico. A primeira frase do editorial afirma: “Brasil Mulher não é o jornal da mulher”.¹⁴⁶ Essa mensagem gerou polêmicas e questionamentos, pelo fato de ser um jornal feminista. No entanto, essa frase referia-se ao desejo de informar que o periódico destinava-se a toda sociedade, entre homens e mulheres, e que as temáticas abordadas em suas matérias não seriam exclusivamente sobre a mulher, que questões políticas e sociais também seriam discutidas no jornal, com o objetivo de atingir todas as pessoas. Todavia, é interessante destacar que na primeira edição, de 1975, não aparece o termo feminismo, o jornal *Brasil Mulher* só vai usar essa palavra na edição nº 2, publicada em 1976. Segundo Maria Amélia “o uso do termo feminismo incomoda muitas mulheres, incluído algumas que compõem a própria equipe de elaboração desse periódico” (TELES, 1999, p. 88). Talvez isso explique a não utilização do termo feminismo na primeira edição desse jornal. Segue imagem da capa da primeira edição do periódico:



Figura 07: Capa do jornal *Brasil Mulher*, 1975. In: LIMA, Cintia. *Breve História do Feminismo no Brasil*. Março, 2017. Disponível em: <<http://ladyscomics.com.br/breve-historia-da-imprensa-feminista-no-brasil>> acesso em: 10 ago. 2019.

¹⁴⁶ *Brasil Mulher*, editorial, ano I, n.0, Londrina, 1975. Apud, Leite, 2003, p. 238.

Nesse contexto, o jornal *Brasil Mulher*, a princípio, foi planejado com a junção de dois grupos, um que se propunha a defender a anistia aos presos políticos e outro que pretendia discutir sobre a opressão e as questões feministas. Assim, ocorreram disputas de ideias e algumas divergências entre os grupos do jornal, visto que o campo de abrangência temática do periódico foi ampliado, por meio de matérias direcionadas às mulheres e aos problemas enfrentados por elas no que se refere à violência e submissão. Dessa forma, a visão de Joana Lopes divergia do que pretendia Therezinha Zerbine, voltar a ação do periódico exclusivamente para o MFPA. Então, nessa situação conflituosa, Zerbine decidiu sair do *Brasil Mulher*, por não aceitar que nele fosse abordada questão de cunho feminista.

Com a separação desses dois grupos, foi fundada a Sociedade Brasil Mulher, órgão responsável pela organização do jornal. De acordo com Rosalina Leite (2003), o *Brasil Mulher*, em cinco anos de existência e 20 edições publicadas, apresentou as seguintes temáticas: a luta das mulheres pela sua emancipação, com debates de questões teóricas e práticas em relação ao conceito de exploração e dominação, e a problemática do patriarcalismo. Ao mesmo tempo, o periódico expôs a luta de setores e instituições sociais contra a ditadura civil-militar, com pautas sobre a campanha pela anistia e pela redemocratização do país. Esse fato está interligado ao engajamento político dessas mulheres do jornal *Brasil Mulher*, pois, em sua maioria, elas eram militantes de esquerda, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).¹⁴⁷ Dessa forma, percebe-se que esse periódico discutia uma variedade de temas e assuntos referentes ao contexto vigente, não limitando-se exclusivamente a questões feministas.

Outro jornal de cunho feminista, o *Nós Mulheres*, surgiu em 1976. O diferencial desse periódico é a origem das suas fundadoras, maioria, mulheres que saíram do país no contexto da ditadura civil-militar e exilaram-se, principalmente, na Europa. Assim, essas brasileiras

¹⁴⁷ Em relação ao Jornal *Brasil Mulher*, Natalia Bastos afirma que foi a partir da edição número dois que ocorreu a ampliação do grupo, com a entrada de mulheres ligadas ao movimento esquerdista. Declara, ainda, que oficialmente, da edição número oito em diante, iniciou-se a segunda fase do jornal, sob a coordenação de mulheres ligadas a organizações de esquerda. O conselho editorial era formado por algumas mulheres, dentre elas destaca-se: Madá Barros, Rosalina Santa Cruz Leite, Rosa Guillon, Beatriz do Valle Bargieri, Amelinha de Almeida Telles, Ângela Borba e Iara Areias Prado, todas representantes de organizações de esquerda. Ver: BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda no Brasil - anos 1960-1980*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p. (98- 99). A militância nos partidos de esquerda das fundadoras do Jornal *Brasil Mulher* foi comentada também por: LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. Estudos Feministas, Florianópolis, vol.11, n.1, jan-jun, 2003. p. 234-241, e TIMIÃO, Juliana Segato. *Escritas Feministas: Os Jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1980)*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

organizaram grupos de mulheres e feministas em diferentes países.¹⁴⁸ Em Paris, formaram o Círculo de Mulheres de Paris, que tinha uma correspondência com as militantes do jornal *Brasil Mulher*. Posteriormente, ao voltarem ao Brasil, essas militantes fundaram o jornal *Nós Mulheres*.

Em relação ao Círculo das Mulheres Brasileiras em Paris (1976-1979), pode-se dizer que esse grupo era composto por mulheres de organizações da esquerda. Segundo Rosalina Leite (2003), as mulheres, em sua maioria, eram ex-militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR- Palmares), que saíram do Brasil, principalmente após a edição do AI-5. Dessa forma, o objetivo dessa organização feminista, no início, era discutir sobre a problemática feminina de acordo com a visão socialista, “o projeto de estruturação de um grupo voltado para a temática da luta feminista surgiu a partir da visão marxista tradicional com relação aos movimentos de massa” (BASTOS, 2006, p. 03). Nesse sentido, o movimento feminista era uma forma de atrair mulheres em prol da luta geral do Partido Comunista pela revolução. No entanto, com a ampliação do número de participantes do Círculo de Mulheres, iniciam-se as divergências no grupo em relação à visão marxista e das organizações das quais essas mulheres eram participantes. Dessa forma, as mulheres começaram a questionar e defender a autonomia do movimento, que deveria ser pautado na luta específica feminina contra a opressão, sem, necessariamente, focar a visão dos partidos de esquerda. Ou seja, esses grupos de mulheres viam na luta de classe e na libertação feminina, duas questões divergentes e conflitantes.

Nessa perspectiva, Céli Regina (2003) frisa que o movimento autônomo de mulheres em Paris tinha uma atuação forte e via na luta de classe e na libertação das mulheres duas situações opostas, pois, segundo a autora, a relação entre feminismo e política remete a uma visão contraditória e paradoxal. “No espaço da luta política propriamente dita, as mulheres simplesmente não existiam como sujeitos de direitos próprios, mas, consequentemente, como

¹⁴⁸ As mulheres brasileiras que se exilaram em diversos países organizaram grupos de mulheres e feministas no exterior. Temos: grupo de mulheres no Chile, coordenado por Zuleika Alambert; em Paris, o grupo de mulheres latino-americana, coordenado por Yolanda Cerquinho da Silva Prado (Danda Prado); Em Portugal, o grupo de reflexão, estudo e consciência; as reuniões desse grupo ocorriam na residência de Marli Moreira Alves. Ver: PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: WOFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Maria Joana (org). *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed: Mulheres, 2010. Ver também: BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil - anos 1960-1980*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

objetos de opressão por sua condição de gênero” (PINTO, 2003, p. 55). Assim, o Círculo em Paris, apresentava uma visão particular de autonomia da condição da mulher nas relações de gênero e defendia a independência feminina, ao passo que as mesmas mulheres que o compunham estavam comprometidas com a visão marxista que reduzia a luta feminina ao combate à dominação capitalista.

Mesmo diante das divergências, a questão da mulher era um tema presente nas reuniões das mulheres em Paris. Assim, Natália Bastos (2006) informa que a reunião do Círculo era formada por grupos temáticos sobre: sexualidade, imprensa feminista, trabalho, maternidade, teatro, educação, aborto e sexualidade. Segundo a autora, as reuniões eram semanais e uma vez por mês ocorria a assembleia geral. Esse grupo de mulheres exiladas e militantes de esquerda foi influenciado pelo movimento feminista francês, e essa experiência foi importante na ampliação do feminismo no Brasil. Assim, Celi Regina afirma:

Em 1975 reuniam-se em Paris mulheres exiladas de vários matizes. Entre elas, houve um racha exatamente sobre a autonomia da luta de mulheres, surgindo daí um documento com o título “por uma tendência feminina revolucionária”, que daria origem ao Círculo de Mulheres. A importância do círculo em termos ideológicos foi a presença simultânea de uma postura política de esquerda claramente identificada com a luta de classes e de um trabalho interno de grupo de reflexão no melhor estilo do feminismo europeu. (PINTO, 2003, p. 54)

De acordo com Joana Pedro e Cristina Wolff (2007), nas reuniões do Círculo de Mulheres em Paris, além de se discutir sobre a questão feminina de forma geral, também era denunciada a situação política ditatorial do Brasil, onde havia a tortura dos presos políticos e o desrespeito à lei dos direitos humanos.

Nessa conjuntura, quando algumas dessas mulheres do Círculo de Paris retornam ao Brasil, organizam o jornal *Nós Mulheres*, que durou de 1976 a 1978. Assim, as militantes de esquerda editaram um jornal feminista. De fato, não se pode negar que a experiência no exílio e a visão feminista vivenciada por elas, nas discussões do Círculo das Mulheres de Paris foram importantes na elaboração do periódico. Dessa forma, “quando essas brasileiras voltaram do exílio para tomar frente das manifestações, estavam essas mulheres que bebiam nas fontes europeias, as ideias frescas do feminismo” (CAMARGO, 2010, p. 75).

O Jornal *Nós Mulheres*, desde o seu primeiro editorial, afirma a sua identificação com o feminismo. O periódico foi publicado pela Associação de Mulheres de São Paulo, ao longo dos dois anos de duração. Foram publicadas oito edições, que circularam entre 1976 e 1978. Em suas matérias, apresentava denúncias sobre a situação da mulher na sociedade. De acordo

com Juliana Timião (2009), dentre essas denúncias estavam a desigualdade salarial entre homens e mulheres, a dupla jornada de trabalho, contracepção e aborto. Já na edição nº 2, de 1976, o jornal, ao expor a frase: “Dona de casa: qual o reino desta rainha?”, apresentou na capa inicial a imagem de uma mulher com inúmeras funções exercidas por ela, correlacionando a dupla jornada de trabalho exercida pelas mulheres na sociedade. Segue imagem do periódico:



Figura 08: Capa do jornal *Nós Mulheres*, 1976. In: LIMA, Cintia. *Breve História do Feminismo no Brasil*. Março, 2017. Disponível em: <<http://ladyscomics.com.br/breve-historia-da-imprensa-feminista-no-brasil>> acesso em: 12 ago. 2019.

Nesse sentido, percebe-se que o feminismo no Brasil, na década de setenta, refletiu diretamente sobre a situação política de repressão implementada pelo sistema ditatorial, visto que foi predominante a participação de militantes de esquerda na edição dos jornais feministas. Essa relação do movimento se deu junto às reivindicações populares dos grupos de mulheres dos bairros periféricos, sobretudo nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, no tocante a direitos como: creches, escolas e melhores condições de trabalho. Assim, esses temas refletiram diretamente na ação do feminismo de “segunda onda” no país.

Nós Mulheres e *Brasil Mulher*, juntos fortaleceram as reivindicações femininas e ajudaram as mulheres a tomar consciência da sua condição. Cada um a seu modo, é claro. Ao se colocarem a serviço das mulheres das camadas populares, esses jornais trouxeram para o debate, ainda incipiente, a necessidade da transformação econômica e social para que as condições de

vida e trabalho de ambos os sexos se tornassem adequadas. (TELES, 1999, p. 91-92)

Dessa forma, a especificidade do feminismo brasileiro está na origem desse movimento, que se formou nas camadas médias da população e se expandiu entre os grupos sociais populares, por meio das organizações de bairros, gerando um movimento interclasse. Assim, no movimento feminista havia o processo de conscientização da mulher em relação à opressão do patriarcalismo. E, ainda dentro desse viés, no movimento abordava-se, sobretudo nos jornais impressos, o contexto político da época e a luta dos movimentos sociais pela anistia e redemocratização do país.

Nesse sentido, as mulheres ousaram lutar pelos seus ideais, em tempo de “escuridão social” existente no período da ditadura civil-militar, e lançam dois jornais feministas – o *Brasil mulher* e o *Nós Mulheres*. Então, será que a questão da luta feminista pelos direitos das mulheres, de alguma forma, tornou-se presente na campanha do Movimento pela Anistia no Brasil? Esse duelo de ações e disputas, analisamos a seguir.

3.2 Feminino x Feminista: Duelo no Discurso do Movimento Feminino pela Anistia

No editorial da primeira edição do boletim informativo do MFPA, o jornal *Maria Quitéria* (1977), Therezinha Godoy Zerbine anunciou a posição ideológico da maioria das mulheres que formaram a campanha pela anistia no Brasil: “Não somos feministas. Somos sim, pela ampla participação da mulher na vida econômica, social e política do país”.¹⁴⁹ Então, observa-se, no discurso da presidente nacional, que as mulheres do movimento estavam engajando-se nas questões políticas ao lutar pela anistia, mas negavam qualquer visão feminista dentro da campanha. Nessa acepção, Therezinha Godoy declara:

O trabalho do MFPA se fundamenta na justiça e conduz a liberdade, pela qual o homem, através dos séculos, vem lutando. Quanto aos movimentos feministas espalhados pelo mundo, são movimentos que não condizem com a nossa realidade, são válidos, nas sociedades onde o movimento começou, isto é, Europa e Estados Unidos, as mulheres brasileiras e latino-americanas, de uma maneira geral, têm primeiro de pensar em conseguir alimento, teto e saúde para si e para os seus [...] o Movimento Feminista propriamente dito começou nos EUA, por volta de 1967, numa sociedade rica, opulente e decadente, dentro desta problemática, o movimento é concebível, mas não pode ser transferido para o Brasil, onde há outras realidades. (ZERBINE, 1978, p. 62)

¹⁴⁹ Editorial do Jornal *Maria Quitéria*. A nossa causa e seu Símbolo, ano I, 1977.

Então, verifica-se a posição feminina declarada em relação ao papel desempenhado pelas mulheres ao longo da campanha pela anistia. O discurso de Therezinha Zerbine é claro e objetivo em não associar a luta feminina pela anistia às questões feministas recorrentes na década de setenta. Assim, o MFPA “nasceu de uma necessidade emergencial do Brasil de hoje, nada tendo em relação ou semelhança com os grupos feministas de Betty Friedan, que considera tudo fruto de sociedades opulentas e decadentes” (ZERBINE, 1979, p. 64).

A abordagem do MFPA nacional evidencia a necessidade da mulher se posicionar na sociedade e promover a campanha pela anistia, como cidadãs, mães, filhas, esposas e mulheres em geral, que desejam a pacificação e reconciliação da nação. Ou seja, os princípios fundamentais declarados pelo movimento feminino, conforme Zerbine, não eram de proclamar a atuação feminista da mulher na sociedade, em relação a sua libertação e à luta pela igualdade social. Seria uma luta voltada exclusivamente para o contexto histórico e político da época, com as agruras da ditadura civil-militar. Assim, a busca pela anistia era o objetivo comum do movimento, em prol da libertação de presos políticos, banidos e exilados.

No entanto, até que ponto essa visão reduzida em relação ao papel da mulher no MFPA, em não associar a luta feminina à questão feminista da época, é válida? Será que a opinião da Therezinha Zerbine realmente foi aceita e disseminada nos núcleos do Movimento Feminino pela Anistia espalhados pelo país? Verificam-se contravérsias de opiniões e ideologias em relação ao caráter feminino ou feminista da campanha pela anistia, de modo que alguns núcleos estaduais do movimento apresentavam uma visão diferente da presidente nacional. Como exemplo, temos o núcleo do MFPA de Minas Gerais, cuja presidente, Helena Greco, se declarava feminista em suas ações na campanha pela anistia. Em depoimento à Fundação Perseu Abramo (2006), Helena Greco falou da importância da luta feminista no MFPA.

Primeiro, gostaria de destacar a importância do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) onde, mais uma vez, as mulheres jogaram papel de vanguarda na história. Se, num primeiro momento, foram as mães, irmãs e filhas dos atingidos que se aglutinaram em torno de um objetivo comum – a busca de familiares desaparecidos e a defesa dos familiares presos – logo em seguida esse movimento se ampliou, politizou e envolveu os mais diversos setores da sociedade. Além de feminino, o MFPA teve caráter também feminista. O seu programa tinha a centralidade na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e na luta contra a discriminação e opressão de gênero. Foram os MFPA que iniciaram no Brasil a comemoração de 8 de março, Dia Internacional da Mulher. (GRECO, 2006)

Desse modo, apesar dos núcleos do MFPA espalhados pelo Brasil serem associados às normas do Estatuto Nacional do Movimento, alguns desses núcleos otimizaram experiências políticas divergentes e associaram a luta feminina a questões feministas, destacando o papel libertário da mulher frente à sociedade da época. Essas duas formas de atuação foram identificadas e revelaram divergências de opiniões entre o MFPA nacional e alguns núcleos estaduais que surgiram no Brasil.

Outra questão a ser considerada refere-se ao I Congresso Nacional da Anistia (1978), que ocorreu na cidade de São Paulo, cujo relatório atesta que os MFPA e os CBAs foram os responsáveis pela organização do evento. O congresso foi dividido em plenárias e comissões de trabalho, de forma que uma dessas comissões foi denominada “Mulheres”. Constatou-se que houve a participação de 50 pessoas, entre operárias, profissionais liberais, familiares de atingidos políticos, donas de casas, estudantes, vítimas da repressão, representantes do Centro de Desenvolvimento de Mulheres, do Centro da Mulher Brasileira e representantes dos jornais feministas *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*.

De acordo com o relatório do Congresso Nacional (1978),¹⁵⁰ as discussões apresentadas na comissão “Mulheres” salientaram o compromisso feminista. Visto que, ao final da reunião, as participantes apresentaram propostas, com o objetivo de ampliar a participação política e social da mulher na sociedade. Nesse sentido, destacamos alguns pontos tratados: 1- a comemoração do dia 8 de março; 2- desigualdade de salários entre homens e mulheres; 3- a dupla jornada de trabalho; 4- a falta de amparo institucional que dificultava a mulher trabalhar, como creches e escolas maternas; 5- o problema da mulher trabalhadora casada, gestante e lactante, a garantia da estabilidade no emprego e prerrogativas de tratamento especial.¹⁵¹ Nessa conjuntura, o relatório apresentou, ainda, outras questões relacionadas ao papel da mulher na sociedade e na luta pela anistia. Assim, foi possível atestar que esse evento, apesar de ser um Congresso Nacional pela Anistia, contou com debates sobre temas mais amplos na Comissão de Mulheres, que transitaram entre propostas feministas, como a participação da mulher e suas reivindicações junto à sociedade, a causa da anistia, além de outras indagações sobre a situação política do país.

Notou-se, também, divergência de opinião entre o MFPA nacional e o núcleo do Movimento pela Anistia do Rio de Janeiro, em relação ao papel feminino x feminista. Ao analisar os documentos disponíveis no Memorial da Anistia, encontrou-se uma carta do

¹⁵⁰ Congresso Nacional da Anistia. Relatório. 1978. In: acervo do Memorial da Anistia. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>> acesso em: 12 Jan. 2019.

¹⁵¹ Idem.

núcleo do MFPA do Rio de Janeiro, de 1979, assinada por Yolanda Pires¹⁵² e encaminhada a Simone de Beauvoir¹⁵³, ícone do movimento feminista. Ou seja, o contato com Beauvoir por parte das mulheres que lutavam pela conquista da anistia revela que havia sim uma ligação com a ideologia feminista dentro no MFPA.

Cara amiga Simone de Beauvoir: acompanhamos com maior admiração a sua luta pelo respeito à dignidade humana. O Movimento Feminino pela Anistia, seção do Rio de Janeiro, entre suas diversas responsabilidades, visa estabelecer contato com entidades estrangeiras do mesmo conteúdo, bem como personalidades de consciência aberta a problemas sociais. Nosso Movimento desenvolve um trabalho de apoio aos presos políticos do Brasil, em suas dificuldades, dando-lhes assistência jurídica e apoio material e moral as famílias. O MFPA também apoia os exilados que voltaram ao país, contribuindo para a sua integração na sociedade. O objetivo desta carta é manter contato com você, para que novas ideias ou sugestões apareçam [...] visto que, militantes que lutaram contra o regime autocrático, foram condenadas a penas absurdas ou forçadas a abandonar o país. Na esperança de uma resposta ao nosso chamado por um esforço conjunto pelos oprimidos, enviamos nossas cordiais saudações. (Yolanda Pires, Movimento Feminino pela Anistia - Rio de Janeiro, 1979, tradução nossa)

Verifica-se, na carta, a atuação das mulheres brasileiras desempenhada no Movimento Feminino pela Anistia, em meio a um período repressivo da ditadura civil-militar. E, ao mesmo tempo, o relato de que o contato teve o objetivo de solicitar sugestões de Beauvoir em relação à luta por respeito e por dignidade humana aos presos políticos, banidos e exilados do Brasil.

Em sequência, observa-se que o núcleo do MFPA do Rio de Janeiro realizou o I Congresso da Mulher Fluminense: participação social e política da mulher. Nesse evento, o

¹⁵² Yolanda Avena Pires nasceu na Bahia, é formada em Serviço Social, com especialização em Literatura e Civilização pela Universidade de Nance, na França. Esposa de Waldir Pires, que foi Consultor Geral da República, no governo de João Goulart. Com a instauração da ditadura civil-militar, em 1964, ele foi cassado e perseguido político, exilou-se no Uruguai, inicialmente, e depois na França, com Yolanda e seus filhos. Eles retornaram ao Brasil em 1970 e fixaram residência no Rio de Janeiro. Com o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia, em 1975, Yolanda Pires participou ativamente do núcleo estadual desse movimento no Rio de Janeiro. Já em 1980, ela, juntamente, com os integrantes da Comissão dos Direitos Humanos do Movimento Feminino pela Anistia, fundou a Liga Brasileira de Defesa dos Direitos Humanos, com sede no Rio de Janeiro; e atuou como presidente dessa instituição por 12 anos. Yolanda Pires recebeu o título de Cidadã Benemérita do Estado do Rio de Janeiro e de Cidadã Benemérita de Brasília, como também a Comenda Maria Quitéria, outorgada pela Câmara Municipal de Salvador, em 1988. Ver: JANDIRA, Feghali. Discursos e Notas Taquigráficas: Yolanda Pires. Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br>> acesso em: 12 jan. 2020.

¹⁵³ Simone de Beauvoir, escritora francesa, filósofa e feminista, foi considerada uma das maiores representantes do existencialismo na França. Em 1949, publicou o livro *O segundo sexo*, que se tornou uma das obras mais importante e símbolo do movimento feminista no mundo. Ao ser questionada sobre o papel da mulher na sociedade, ela destacou a opressão feminina como algo naturalizado pela herança cultural e pela socialização. Ver: BEAUVOIR, Simone. *O segundo Sexo: a experiência vivida*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1967.

Movimento Feminino pela Anistia apresentou um documento, no qual ressaltou o papel da mulher na sociedade e a sua atuação política. Assim, seguem alguns pontos indicados no informe: 1- igualdade plena de direitos para a mulher; 2- participação mais expressiva das mulheres nos sindicatos; 3- organizações de bairros; 4- maior participação da mulher nos quadros partidários; 5- luta contra o machismo; 6- mobilização do feminismo nas lutas contra a opressão social e racial; 7- desmistificação do conceito de feminismo na contradição mulher x homem, ao destacar o feminismo como um símbolo de luta pela igualdade da mulher contra a sua discriminação.¹⁵⁴ Seguem trechos do documento do congresso:

Numa sociedade como a nossa, onde por condições sociais - culturais a participação da mulher nas atividades econômicas, políticas e culturais, ainda está muito aquém de suas potencialidades, onde em sua grande maioria, ela ocupa posições auxiliares, senão de total dependência, se faz necessária que as organizações de mulheres, conscientes dessa discriminação, tenham como um de seus objetivos fundamentais a luta política pela igualdade de direitos da mulher, condição indispensável para sua emancipação. O Movimento Feminino pela Anistia, uma organização feminina, pioneira da luta democrática nos últimos anos, é essencialmente um movimento político [...] visa, a transformação da própria sociedade para melhor, livre de injustiças sociais ou por motivos de sexo. (Movimento Feminino pela Anistia- núcleo do Rio de Janeiro, I Congresso da Mulher Fluminense)

Nesse sentido, a atuação desempenhada pelas mulheres do Movimento Feminino pela Anistia requer uma análise diferenciada, quando confrontamos as distintas realidades entre o movimento nacional e os núcleos estaduais, acerca das questões femininas ou feministas. Essa pesquisa não comunga com a ideia de que todos os núcleos do MFPA tendessem ao feminismo. No entanto, aponta divergências de condutas e opiniões entre os núcleos estaduais e o movimento nacional, em que revela-se, desse modo, a pluralidade de interesses e convicções na mobilização das mulheres na luta pela anistia no Brasil.

Assim, ao realizar uma breve introdução das questões relacionadas à participação da mulher no MFPA, sobre a sua visão ser feminista ou não, compreende-se que já há uma rica literatura sobre essa questão no plano nacional.¹⁵⁵ No entanto, esse debate ainda é ausente quando se trata de analisar o núcleo do Movimento pela Anistia em Sergipe, no qual a

¹⁵⁴ I Congresso da Mulher Fluminense – Participação social e política da Mulher. Comunicado do Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo do Rio de Janeiro, 1980. In: acervo do Memorial da Anistia, disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/acervo-disponivel/>> acesso em: 12 jan. 2019.

¹⁵⁵ Em relação à visão feminina x feminista no MFPA, no plano nacional temos alguns trabalhos que discutem essa questão, ver: Ana Rita Duarte Fonteles (2012), André Pinheiro Souza (2012) e Fabíola Brigante Porto (2002).

pesquisa identificou algumas peculiaridades, que se assemelham à visão dos núcleos femininos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, pontuando a questão feminista dentro da campanha pela anistia.

3.3 Em Sergipe, a Ousadia e Atuação das Mulheres que Formaram o MFPA

Mulheres em ação no ativismo político e em movimentos sociais é, ainda hoje, um tema pouco explorado em pesquisas acadêmicas, sobretudo em relação ao contexto da ditadura civil-militar, posto que a predominância de estudos que abordam o protagonismo de militantes homens é bem superior se relacionado a mulheres que atuaram na resistência e em partidos de oposição. Esse fato, talvez, seja perceptível devido à negação do papel de agente histórico feminino, que, por décadas, foi renegado na pesquisa histórica.

Então, é interessante compreender, em relação ao MFPA/SE, o papel desempenhado socialmente pelas mulheres que lideraram essa campanha no estado. Percebe-se, de acordo com as narrativas de ingresso nessa campanha, a heterogeneidade do grupo, formado por mulheres de classe social diversa – algumas eram militantes de partidos políticos, outras professoras universitárias e intelectuais, e as demais estudantes. Assim, as entrevistas com as integrantes do movimento feminino revelam múltiplas motivações de ingresso ao comitê. Porém, o tema comum das narrativas é a relação direta com a política ditatorial e a necessidade de adentrar nessa campanha em prol da anistia e da luta pelas liberdades democráticas no país.

Então, no processo de reconstrução do grupo, por meio de análises das entrevistas realizadas com as ex-militantes do MFPA e familiares, verifica-se que retomar esse tema não é algo fácil, e muito menos escrever sobre o contexto histórico e social dessa campanha no estado de Sergipe. Assim, a metodologia das fontes orais é um meio de “voltar a esse passado” e tentar compreender as reminiscências das memórias dos entrevistados, ou, ao menos, o que ficou armazenado de informações, no processo ativo de significações de um “passado - presente”. Nesse sentido, as “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31). Desse modo, o papel do historiador é lapidar as informações que o narrador descreveu subjetivamente nas entrevistas. De modo que os documentos obtidos nas fontes orais é o resultado de um projeto compartilhado entre o pesquisador e o entrevistado; ambos estão envolvidos, de forma harmônica ou não, no relato e análise das experiências.

Posto isso, retomando ao grupo de mulheres do MFPA/SE, destacamos as experiências de ações desses membros na mobilização social da campanha pela anistia no estado. Esse comitê foi organizado, inicialmente, por algumas mulheres, em destaque: Núbia Marques, Gizelda Moraes, Zelita Santos, Ana Cortês, Laura Marques, Tereza Graça, Maria Eliza Cruz, Ana Sousa, entre outras. Mulheres de distintas profissões e classes sociais, incluindo poetisas, escritoras, estudantes, professoras e militantes do movimento estudantil e do Partido Comunista Brasileiro, representantes dos diversos segmentos das classes médias urbanas e dos trabalhadores. Assim, a pluralidade de ações e perspectivas foram as marcas da participação feminina na campanha pela anistia em Sergipe.

Inicialmente, destacou-se a ação da professora Núbia Marques na sociedade sergipana, uma mulher reconhecida e homenageada pelo seu trabalho e potencial intelectual; atuante como poetisa, romancista e acadêmica. Foi a primeira mulher a fazer parte da Academia Sergipana de Letras, em 1978. Segundo Eneida de Azevedo (2019), houve dificuldade para Núbia Marques conseguir adentrar a Academia Sergipana porque, naquela época, a mulher não tinha acesso e nem reconhecimento social a ponto de participar de uma instituição de intelectuais no estado de Sergipe. Nessa perspectiva, ela declara:

Minha mãe foi uma pessoa à frente do seu tempo, porque ela sempre se indignou com determinadas normas que existiam [...] achava mamãe muito indignada, pra ela entrar na Academia Sergipana de Letras, por exemplo, mulher não entra! Ela disse, entra! Mas ela sofreu muito, então os membros da Academia naquela época não queriam, e até pessoas que eram amigas dela, de ir perguntar e falar “lá não tem sofá” veja que coisa rude, quer dizer, que sentido dúbio, sofá, pra mulher sentar, traçar as pernas, ou pra uma coisa mais grave!¹⁵⁶

Observa-se, no discurso de Eneida de Azevedo, que não foi fácil para a sua mãe, Núbia Marques, conseguir adentrar e ser reconhecida como poetisa na Academia Sergipana de Letras, visto que o machismo imperava na época. Fato registrado, por exemplo, por meio do relato acima, de que na academia de intelectuais sergipanos não tinha sofá para mulheres sentar. Porém, diante de todas as formas de preconceitos e opiniões divergentes, Núbia Nascimento Marques tornou-se membra da Academia de Letras, ocupando a cadeira número 34, em 1978.

¹⁵⁶ DÉDA, Eneida de Azevedo. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 30 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

Nessa perspectiva, o jornal *Gazeta de Sergipe* noticiou, na matéria de 17 de março de 1978, intitulada: “ Academia de Letras recebe a primeira Mulher” que Núbia Marques tomou posse da cadeira nº 34, antes ocupada pelo poeta Clodoaldo de Alencar. Em seguida, frisou que desde julho de 1976 a poetisa aspirava a uma cadeira na Academia Sergipana de Letras, mas, na primeira tentativa, foi recusada, devido ao fato de ser de sexualidade feminina, pois, naquela época, a mulher era proibida de adentrar nas Academias de Letras do Brasil. No entanto, ocorreu um caso inusitado na cidade do Rio de Janeiro, também noticiado pelo jornal *Gazeta de Sergipe* (1978), a respeito da admissão da escritora Raquel de Queiroz na Academia Brasileira de Letras, em 1977. Algumas modificações que foram feitas no regimento interno da instituição, que alterou as normas de acesso, e a mulher passou a ser aceita. Assim, as perspectivas de ingresso para a poetisa Núbia Marques foram abertas e, em 1978, ela tornou-se a primeira mulher a fazer parte da Academia Sergipana de Letras de Sergipe, abrindo um espaço para as mulheres poetisas e escritoras no meio intelectual.

Esses fatos comprovam o protagonismo da fundadora do MFPA/SE, tida como uma pessoa inteligente, de atos ousados e inovadores, uma guerreira que sempre lutou pelos seus objetivos e que, como poetisa, tinha uma visão crítica em relação à mulher. Os temas que mais se destacaram em suas obras foram a opressão feminina, a liberdade e o combate ao patriarcalismo e ao machismo na sociedade da época. Nesse sentido, teve, em sua trajetória intelectual, alguns livros de poesia e romance premiados, a exemplo de *Dimensões poéticas* (1961) e *Geometria do abandono* (1975), com destaque para sua atuação no cenário educacional, artístico e intelectual.¹⁵⁷ De acordo com Eliane Melnikoff (2014), a escritora sergipana, através de alguns dos seus poemas e romances, denunciou as condições de repressão vivenciadas pelas mulheres na sociedade patriarcal. No seu romance *Berço da Angustia*, publicado em 1967, ela abordou a mulher na perspectiva da opressão social.¹⁵⁸

Fizeram de mim, *simum* de auroras depois perguntaram-me cinicamente por que diante de tanta luz, tens a noite aninhada no peito? [...] fizeram de mim crianças que nina bonecas e canta ciranda, depois perguntaram-me cinicamente mulher onde estão os machos de tua conquista?[...] fizeram de

¹⁵⁷ O livro *Dimensões poéticas* (1961), de Núbia Marques, obra premiada pela Sociedade de Cultura Artística. Assim como o livro *Geometria do Abandono* (1975), que com o poema *Necrose* recebeu o prêmio Jorge de Lima, em 1972. Outra obra premiada foi *Sinuosas de carne e osso* (1962), com o prêmio João Cardoso, por meio de um concurso realizado pela Secretaria de Educação do Estado de Sergipe. Essas informações estão disponíveis em: MELNIKOFF, Eliane Almeida Aires; MELNIKOFF, Ricardo André Aires. A subversão de Núbia Nascimento Marques através da poesia e do romance. *Interespaço*, Grajaú/MA, v.3. n.9, p. 249-262, maio/ago. 2007.

¹⁵⁸ Em relação aos poemas, romances e à vida intelectual de Núbia Marques, ver: MELNIKOFF, Eliane Almeida. *Trajeto de Núbia Nascimento Marques: Contribuições para a educação em Sergipe (1978-1999)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

mim a guardiã da liberdade, com armas de matéria plástica, depois perguntaram-se cinicamente por que não defendes os oprimidos? Vão à merda, seus filhos da puta. (Poema Inconsequências, MARQUES, 1997, p. 44)

Esse poema, Inconsequência, aborda a visão da autora em relação às expectativas da sociedade sobre as mulheres na época. É interessante destacar que os últimos versos, “vão à merda, seus filhos da puta”, foram censurados pela ditadura civil-militar, por isso a frase foi excluída do poema que foi publicado no livro *Geometria do abandono* (1975).¹⁵⁹ Depois desse episódio, a irreverente Núbia Marques deixou os traços de sua ousadia no ato de lançamento do seu livro em São Paulo, em 27 de junho de 1975, acrescentando à mão o verso ausente do poema “Inconsequência” em todos os livros, no momento do autógrafo. Esse fato revelou a audácia da autora e o modo como ela se comportava em relação a suas ideias e princípios. Era dessa forma que desafiava a sociedade, pois mesmo estando sob a mira de um sistema ditatorial e tendo sido censurada na publicação da frase acima, ela escreveu à mão para indicar ao leitor o real sentido do seu poema.

Núbia Marques é considerada feminista, visto que algumas temáticas enfatizadas em seus romances abordam o duelo da desigualdade social em relação às mulheres. Assim, ao problematizar o universo feminino, a escritora foi uma referência na escrita feminista de Sergipe. Nesse sentido, o escritor Jackson da Silva Lima¹⁶⁰, no prefácio do livro *Caminhos e Atalhos* (1977), de Núbia Marques, reafirma o caráter feminista da autora.

A participação individual de Núbia Marques é de fundamental relevância para o movimento feminista em Sergipe, pelo calor rebelde que empresta às suas atitudes, calor esse aliado ao seu talento e à sua sensibilidade estética [...] o estágio de maturidade cultural da mulher sergipana. Em qualquer das áreas incursionadas, Núbia Marques tem-se revelado dona do seu próprio nariz, numa mundivisão globalizadora, libertária, desabusada às vezes, servindo-se do bisturi das letras para cortar fundo o tecido social necrosado, mercê do qual a mulher se vê compelida à banda pobre da maça, sempre a reboque do companheiro, do sexo oposto. (LIMA, 1997, p.12)

Para Eneida de Azevedo (2019), filha da escritora, Núbia sempre foi indignada em relação à opressão feminina. Ela destacou, em entrevista à autora, que a sua mãe dizia: “nunca fique oprimida, porque ninguém merece ser maltratada, injustiçada pelo fato de ser

¹⁵⁹ Em relação a essas informações sobre o lançamento do livro *Geometria do Abandono*, ver: MELNIKOFF, Eliane Almeida Aires; MELNIKOFF, Ricardo André Aires. A subversão de Núbia Nascimento Marques através da poesia e do Romance. *Interespaço*, Grajaú/MA, v.3, n.9, p. 249-262, maio/ago, 2017.

¹⁶⁰ Jackson da Silva Lima é escritor, pesquisador e folclorista, autor das obras: *O Folclore em Sergipe* (1977) e *História da Literatura Sergipana* (1971).

mulher”.¹⁶¹ Considera, ainda, que Núbia foi uma “mulher à frente de seu tempo”, feminista, no sentido de lutar pelos direitos de trabalho da mulher, da igualdade salarial e do reconhecimento dela como cidadã, com direitos e deveres iguais aos dos homens. Nesse sentido, a questão social estava presente no cotidiano de Núbia Marques, como assistente social, professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe e escritora. Verifica-se, de acordo com os relatos, que a poetisa sempre desenvolveu o lado humano e nunca aceitava as injustiças sociais.

Essa pesquisa não se propôs a analisar a vida intelectual de Núbia Marques, no entanto foi necessário compreender o papel desempenhado por ela na sociedade sergipana. Assim, ao destacar a participação feminina na campanha pela anistia, principalmente através do protagonismo político da líder do MFPA/SE, tornou-se importante conhecer de qual lugar, perspectiva social, política e ideológica partiram os discursos dessas mulheres, inseridas socialmente em um contexto autoritário.

Nessa sequência, evidenciou-se a atuação de outras mulheres participantes do Movimento Feminino pela Anistia no estado, como Maria Eliza da Cruz, assistente social que, na época, foi convidada para adentrar no movimento por Núbia Marques, com a qual tinha uma relação de amizade. Elisa Cruz (2016) ressaltou que não era filiada ao Partido Comunista e não militava em nenhuma frente de oposição à ditadura civil-militar até a sua inserção na campanha pela anistia. No entanto, destacou que a sua formação em Serviço Social foi voltada aos conflitos sociais, contribuindo para a sua inserção no MFPA. Dessa forma, Elisa Cruz (2016) destacou, ainda, que não aceitava a situação de opressão do regime ditatorial e, por esse motivo, participou do movimento feminino. Sobre esse ponto, relatou: “[...] Sempre tive um olhar para a sociedade numa perspectiva de justiça social, a minha militância tem uma relação com o mundo, na busca que [...] todos tenham condição de viver dignamente”.¹⁶²

Na organização do MFPA, ainda destacamos a participação de Ana Soares de Sousa que era estudante de Pedagogia e, com apenas 20 anos de idade, adentrou nessa campanha. Em relação à motivação para participar do comitê, Ana Soares (2019) declarou que sempre vivenciou em seu cotidiano discursos e reuniões sobre questões políticas e de resistência à ditadura civil-militar, pois seu pai, Adelaido de Souza¹⁶³, era membro do Partido Comunista

¹⁶¹ DÉDA, Eneida de Azevedo. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 30 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

¹⁶² CRUZ, Maria Elisa da. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 05 de abril de 2016, Aracaju/SE.

¹⁶³ Militante do PCB de Estância/Sergipe, segundo Ana Soares, de 1938 (em meio à ditadura de Vargas) até 1964. Durante esse período, ele foi preso oito vezes. Carlos Prestes e Gregório Bezerra, em passagem pelo estado, ficaram escondidos com a ajuda de Adelaido de Sousa. Era comerciante – proprietário de uma loja de

Brasileiro e já havia sido preso oito vezes de 1938 a 1964. Então, ela disse que desde criança a militância comunista era um assunto presente em sua formação pessoal, visto que a casa dos seus pais, em Estância/SE, era um palco de reuniões clandestinas do PCB e, por isso, o contexto familiar a preparou, de certa forma, para o engajamento político. Assim, Ana Soares salienta:

Meu pai era comunista [Adelaido de Sousa] e quando nós viemos morar em Aracaju, ele era o responsável pela região sul do Partido. E aí, eu vim. Nós viemos morar aqui em Aracaju, porque minha irmã tinha passado no vestibular. No começo de 78, nós tínhamos lá em casa essa discussão sobre a liberdade e aquele momento do país. Minha irmã foi coordenadora do MEB, que foi demitida também na época da ditadura; foi perseguida, e esse assunto sempre foi presente lá em casa. Aí, quando surgiu o Movimento Feminino pela Anistia, eu tinha 20 anos, me engajei no Movimento Feminino e aí participei ativamente até a assinatura da anistia e continuei outras atividades políticas.¹⁶⁴

Já em relação à motivação de ingresso no MFPA, Ana Soares (2019) declarou que não tinha naquele momento nenhum familiar preso político e que engajou-se no movimento porque via a necessidade de lutar pela democracia e libertação dos presos políticos e exilados do Brasil, afirmando: “me engajei porque achava um absurdo a ditadura e mais absurda, ainda, a prisão política; então achava que a minha contribuição que eu podia dar era essa, lutar pela liberdade deles”.¹⁶⁵

As mulheres sergipanas que formaram o Movimento Feminino pela Anistia romperam com muitas regras sociais de imposição de condutas, visto que, no contexto histórico da ditadura civil-militar, elas lançaram oficialmente a campanha pela anistia no estado, mostrando que não eram coadjuvantes dos homens, e que o seu papel social não estava atrelado ao ambiente familiar. Mas, ao contrário de outros núcleos femininos, o grupo de Sergipe pela anistia contou, ativamente, com a presença masculina e com a ação de três mulheres militantes, uma do Partido Comunista Brasileiro, e da Ação Popular respectivamente: Laura Maria Ribeiro Marques e Ana Soares R. Cortês (presas e torturadas pelos agentes do regime ditatorial da década de setenta), e também da Ação Popular: Zelita

tecido chamada Esperança – e um homem intelectual e humanista. A sua residência sempre foi um palco de reuniões sobre o comunismo, e assim influenciou a filha Ana Soares a adentrar no MFPA/SE em 1978. In: SOUSA, Ana Soares. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 19 de janeiro de 2019, Aracaju/SE. Ver também: SANTOS, Osmário. Tânia Soares - vida de militância e fidelidade, 2006. Disponível em: <http://usuarioweb.infonet.com.br/~osmario/igc_conteudo.asp?codigo=12149&catalogo=5&inicio=24> acesso em: 15 mar. 2019

¹⁶⁴ SOUZA, Ana Soares. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 19 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

¹⁶⁵ Idem.

Correia dos Santos, militante do movimento estudantil, foi presa política em 1964, processada por um Inquérito Policial Militar movido no estado contra os participantes da Campanha Nacional de Alfabetização.

3.4 “Tríade Subversiva”: Laura Marques, Ana Côrtes e Zelita Correia na Militância Feminina em Sergipe

No contexto da atuação feminina em Sergipe, formou-se uma “tríade subversiva” composta por Laura Marques, Ana Côrtes e Zelita Correia. Todas elas perseguidas políticas por serem militantes de resistência à ditadura civil-militar. Ou seja, a motivação para o ingresso no MFPA foi uma consequência, de certa forma, das militâncias interrompidas ou minimizadas pela perseguição e repressão ditatorial. Assim, essa pesquisa buscou compreender a trajetória dessas mulheres que participaram do Comitê Feminino em Sergipe e que tiveram as suas vidas marcadas por escolhas políticas de resistência e luta pela democracia.

Dando continuidade à trajetória feminina, observa-se que a ex-militante Laura Maria Ribeiro Marques tem um histórico emblemático diante do contexto ditatorial, posto que sua vida foi marcada pelo ativismo político. Em 1967, era estudante do curso de História da Universidade Federal de Sergipe, participou do movimento estudantil e foi integrante do Partido Comunista Brasileiro. Laura Marques (2016) salientou que sempre foi sensível às causas sociais e, por isso, resolveu cursar História. Disse, ainda, que quando entrou na faculdade se envolveu com estudantes e militantes do PCB, entre eles Wellington Manguiera, com o qual iniciou um relacionamento afetivo. Ele, que já era membro do Partido Comunista Brasileiro, de certa forma, a influenciou nas questões políticas e partidárias.

Em seguida, Laura Marques (2016) ressaltou que a orientação do partido era mobilizar o maior número de estudantes. Por isso, a base universitária tinha o papel de convidá-los para adentrarem no Partido Comunista Brasileiro. A oportunidade de Laura integrar os quadros do referido partido deu-se pela sua sensibilidade com as causas sociais, e não pelo simples fato de ser namorada de um militante. “A gente tinha que participar, então nessa época [...] se envolvia em esporte, e a gente fazia de tudo para se aproximar dos estudantes, para conscientizá-los [...] mostrar o que estava acontecendo no país”.¹⁶⁶ Nesse

¹⁶⁶ MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo em 22 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aXEZqZp7S4E&t=109s>> acesso em: 20 de maio. 2019.

sentido, Laura Marques (2016) destacou que participava das manifestações estudantis e que via toda a mobilização em Sergipe contra a ditadura civil-militar. Afirmou, também, que o seu desejo era entrar logo no PCB, todavia Wellington Manguiera, de imediato, não queria.

Então 67, foi esse ano assim, eu ávida, querendo participar, já sabia que Wellington já estava no partido e queria entrar no partido, mas Wellington receoso, achando que eu podia querer por conta dele. E eu, ficava preocupada, porque não era, eu me sensibilizei com as questões sociais [...] acho que a mulher é capaz sim.¹⁶⁷

Então, observa-se que pelo fato de ser mulher havia o discurso de companheira do militante, tornando-a coadjuvante do fato ou episódio histórico. Nesse sentido, a ex-militante Laura Marques confirmou que a mulher pode sim entrar na política, ter ideologias e ser participante dos movimentos sociais. Disse que recebeu influência de Wellington Manguiera no processo de conscientização, até porque participava da mobilização dos estudantes, e, também, que por cursar História acredita que desenvolveu uma ótica humanitária. Ela declarou: “mas eu não vou negar, tive a oportunidade de Wellington, outras mulheres [militantes do partido] devem ter tido outras oportunidades, uma amizade, um livro, várias coisas concorrem pra gente despertar, para colaborar com a nossa conscientização”.¹⁶⁸ Assim, ela escolheu militar no Partido Comunista, como uma alternativa para defender o país contra as arbitrariedades do sistema ditatorial brasileiro, ou, pelo menos, era o que se almejava.

Então, ao se tornar militante do partido no estado, Laura Marques assumiu algumas tarefas a serem realizadas pela base universitária. Envolveu-se em diversas atividades da faculdade, com o objetivo de divulgar, de forma clandestina, entre os estudantes, as práticas opressivas da ditadura civil-militar, e, ao mesmo tempo, apresentar as ideias e estratégias de combate do partido. Entre as suas tarefas, Laura Marques (2016) assumiu a presidência da Associação Atlética da Faculdade de Filosofia, participou de inúmeras reuniões, fez recrutamentos de estudantes, apresentou os livros sobre o PCB e o jornal *A voz operária*, um boletim oficial do partido, que chegava de forma secreta para a base universitária.

Assim, havia a atuação dos estudantes na divulgação dos jornais. Um fato interessante, segundo a ex-militante, foi a forma encontrada para barrar a repressão ao distribuir o jornal *A voz operária*: ela contava com o apoio da sua mãe, Helena Tourinho Ribeiro. Dona Helena era costureira, colocava os jornais do partido embaixo das roupas, em sua sacola de costura, e saía distribuindo nos endereços dos militantes e simpatizantes da cidade de Aracaju. Nota-se,

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Idem.

nesse caso, o estereótipo feminino de atuação das mulheres, como forma de proteção. A ousadia do ato está na presença de uma pessoa comum (costureira) a fazer política, visto que uma costureira entregando roupas pela cidade não incomodaria os militares. “Minha mãe era costureira, a gente colocava ela para distribuir jornais de forma clandestina [...] a gente fazia reuniões na casa dela, ela queria ajudar, dava a contribuição dela”.¹⁶⁹

A ex-militante Laura Marques tinha uma atuação evidente. Em 1968, ela foi para o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE)¹⁷⁰, na cidade de Ibiúna/São Paulo, como representante suplente do Conselho Universitário, com Wellington Mangueira e um grupo de estudantes. O sítio onde eles estavam foi tomado pelo Exército e polícia paulista, e muitos estudantes foram presos, inclusive ela. Todos foram levados ao presídio Tiradentes e, logo depois, fichados e liberados. Imediatamente eles retornaram a Sergipe. No entanto, ela foi indiciada no Inquérito Policial Militar (IPM), movido contra todos os participantes do movimento estudantil¹⁷¹ de Ibiúna. Além disso, o relatório do Serviço Nacional de Informações (1972), assunto: candidatos a UAPPL¹⁷² confirmou que, em 1968, Laura Marques também foi indiciada pelo IPM de Sergipe, acusada de subversão na área do movimento estudantil da Universidade Federal de Sergipe. Ou seja, as forças armadas tinham o conhecimento da atividade política de Laura Marques na universidade e já a monitoravam.

Nessa sequência, Laura Marques (2016) informou que ao chegar a Aracaju, com Wellington Mangueira, após o episódio em Ibiúna, foram convidados pelo PCB a integrar a ação de preparação de quadros em Moscou. Ela relatou, ainda, que em 1970, com o AI-5, “as coisas estavam difíceis”, vários militantes haviam sido presos, e como ela e seu companheiro estavam sendo processados, resolveram ir de forma legal para Moscou. Ela explica esse fato: “O partido providenciou passaporte e tudo [...] depois fomos para Moscou, lá a gente estudou ciências sociais, que é a formação do quadro, economia, filosofia, história, materialismo dialético e histórico, então, vivemos dois anos lá”.¹⁷³ Durante a formação de quadros do Partido Comunista, o treinamento militar era a primeira “disciplina” do curso, e os alunos

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Em relação ao XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), na cidade de Ibiúna/São Paulo em 1968, ver: VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. Ver também: ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2008.

¹⁷¹ Essas informações sobre a participação de Laura Marques no XXX Congresso da UNE estão presentes nos documentos do SNI: AC_ACE51929-72. Serviço Nacional de Informação. Assunto, candidatos à UAPPL – Laura Maria Ribeiro. 1972. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo, em 22 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aXEZqZp7S4E&t=109s>> acesso em: 20 maio. 2019.

aprendiam a atirar com vários tipos de armas e a lançarem granadas. Assim, Laura Marques afirma:

[Eu recebia treinamento militar] fui uma excelente atiradora, ganhei do guerrilheiro do Irã [...] apesar da gente não defender a luta armada, mas a gente se preparava para autodefesa, antes de entrar na escola, das aulas de teoria, a gente passava por esse treinamento, então a gente fez, lançamos granada, atiramos de vários tipos de armas, entendeu! E eu ganhei franco atiradora.¹⁷⁴

Nessa perspectiva, o relatório do Serviço Nacional de Informações nº 948/16/AC/72 informou que os órgãos de segurança do Brasil tinham informações e os nomes dos militantes do Partido Comunista Brasileiro que viajaram para Moscou, ou seja, o nome de Laura Marques e Wellington Manguiera estavam nessa lista. Também de acordo com esse relatório, um militante do partido, Fued Saad, tinha sido preso na fronteira Brasil – Uruguai, em Jaguarão-RS, transportando 51 mil dólares, material do partido e uma relação dos candidatos¹⁷⁵ à Universidade de Amizade dos Povos Patrice Lumumbá (UAPPL)¹⁷⁶, em Moscou.

Após dois anos em Moscou, de 1970 a 1972, o casal de militantes sergipanos decidiu voltar para o Brasil. De acordo com Laura Marques (2016), o PCB os mantinha informados da situação política do país, assim comunicaram que o processo de Ibiúna contra eles já havia sido julgado e não houve condenação. Então, o casal de militantes resolveu voltar para Sergipe. Sobre esse ponto, afirmou: “voltamos até um pouco tranquilos, chegamos a Salvador, ficamos na casa de uma tia, e entramos em contato com a família, para saber como estava tudo aqui, [falaram] está tudo bem”.¹⁷⁷

No entanto, o casal não sabia que o Exército e os órgãos de segurança nacional foram informados da ligação deles com o Partido Comunista e da viagem a Moscou. Ou seja, após chegarem a Aracaju foram presos pela Polícia Federal e enviados para o quartel da 6ª Região

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ A lista com os nomes dos candidatos da 1ª relação são: Antônio Dias Pereira, Welington Dantas Manguiera Marques, Laura Maria Tourinho Ribeiro e Heitor Gonçalves de Oliveira (responsável). In: ARE_ ACE_2974-81. Serviço Nacional de Informação: Agência Central. Documentos de Informações, nº 948/16/AC/72. Assunto: candidatos à UAPP. 23 de agosto de 1972. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo.

¹⁷⁶ ARE_ ACE_2974-81. Serviço Nacional de Informação: Agência Central. Documentos de Informações, nº 948/16/AC/72. Assunto: candidatos à UAPP. 23 de agosto de 1972. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo.

¹⁷⁷ MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo, em 22 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aXEZqZp7S4E&t=109s>> acesso em: 20 maio. 2019.

Militar em Salvador. Conforme relata Laura Marques (2016), Wellington Manguiera foi torturado barbaramente na prisão. Os militares queriam saber a relação deles com o partido. Laura destacou, ainda, que ele assumiu toda a culpa e dizia nos depoimentos que ela não sabia de nada, que apenas o acompanhava como sua esposa. No entanto, isso não impediu que ela sofresse tortura sexual e psicológica. Nessa sequência, o casal de militantes foi levado para o Rio de Janeiro, onde continuou preso no DOI-CODI da Rua Barão de Mesquita. Nesse momento, iniciou-se o processo de tortura em Laura Marques, no qual era obrigada a tirar a roupa e, por inúmeras vezes, foi submetida a uma espécie de “exame de toque”, expressão utilizada por ela. Dessa forma, Laura declara:

Fingiu ser médico para fazer “exame de toque” em mim, mandaram tirar a roupa, tinha um [militar] que ia todo dia lá, apertava minha barriga, fazia “exame de toque” eu não aguentava aquilo, mas tive que deixar, eu não sei o que ele fazia [...] eu não sei sabe, se era para me humilhar, ou se era pra ver o meu grau de resistência. E a gente ficava pianinho mesmo, tinha que ficar acomodada e deixar.¹⁷⁸

Desse modo, a militante sergipana sofreu tortura sexual e psicológica, grávida do seu primeiro filho, presa em uma solitária, sem ver a luz do dia, passando por uma situação desumana de abuso e sofrimento. Nessa sequência, Laura Marques disse: “eu me preparei para a morte, vou morrer [...] a gente vai morrer por uma causa justa”.¹⁷⁹ Ela acreditava que, naquele momento da prisão, iria morrer; mas, isso não aconteceu. Após alguns meses no presídio do Rio de Janeiro, eles foram liberados. Laura Marques afirmou que eles tiveram que mudar o foco, voltaram a Aracaju com muito medo e insegurança. Relatou, também, que Wellington Manguiera estava com sequelas psicológicas graves.

E aí tivemos que mudar o foco, Wellington ficou quase louco! O pai dele chamou médico, eu na condição de mulher, de grávida, eu tinha aquele feto dentro de mim, aquilo me dava uma fortaleza, e eu era mais forte que Wellington, com certeza! Às vezes as pessoas viam [ele] chorando e tudo, e, eu, mais forte, mas acho que era a natureza feminina, eu tinha a responsabilidade de ser forte, porque eu queria ter aquele filho.¹⁸⁰

Então, aos poucos, eles foram retomando o convívio social, e, com a ajuda dos familiares, voltaram às atividades profissionais. Laura Marques, formada em História, foi

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Idem.

trabalhar como professora da Secretária de Educação do Estado de Sergipe, em 1974, logo após o nascimento da sua filha. Wellington Mangueira tornou-se funcionário do Cotinguiba Esporte Clube.¹⁸¹ Nesse período, o casal afastou-se do Partido Comunista Brasileiro, visto que continuavam a ser monitorados pelos militares. Laura pontuou que naquele momento era necessário “mudar o foco”.

Ao recuperar a trajetória de militância de Laura Marques na década de sessenta e setenta, em plena ditadura civil-militar, a pesquisa buscou revelar que a sua participação na campanha pela anistia em Sergipe não ocorreu por acaso. Ela não era simplesmente uma dona de casa que aceitou participar do MFPA, pelo contrário, a sua história como militante do Partido Comunista trouxe uma compressão bem maior da luta por liberdades democráticas. A sua atuação sempre estava atrelada a uma ideologia social, ela foi vista como uma mulher de “garra”, ao lutar contra o regime ditatorial em um “período de chumbo”, sob o AI-5.

Nesse sentido, já em 1978, no período de abertura política, Laura Marques assumiu a campanha pela anistia. Apesar de todo o sofrimento vivenciado por ela e seus familiares, não ficou de “braços cruzados”, pelo contrário, uniu-se às mulheres sergipanas, formando o primeiro Comitê Feminino pela Anistia do estado. Então, a própria história de vida e resistência dessa militante diz muito sobre sua atuação política, visto que após passar por todo esse processo de perseguição e prisão, já na década de setenta, retoma a atuação militante no MFPA. Laura Marques reafirmou que quando o Movimento Feminino pela Anistia surgiu em Sergipe ela foi para esse grupo com toda a força e vontade de ajudar nessa campanha. Relatou: “para o movimento de mulheres, eu fui, assim, com toda a garra, consciente que a gente tinha que lutar mesmo”.¹⁸² Diante da trajetória de perseguição vivenciada por ela, a campanha pela anistia foi a continuação da militância, iniciada no PCB, que havia sido interrompida ou minimizada. Portanto, verificou-se uma dupla militância na atuação de Laura Marques, posto que ao mesmo tempo em que lutava pela anistia, lutava, também, em prol dos princípios da ideologia comunista.

Percebe-se que a experiência de Laura Marques na década de sessenta com a militância estudantil, ao mobilizar e recrutar jovens para o Partido Comunista Brasileiro, na época que era estudante de História da Universidade Federal de Sergipe, foi uma vivência importante, visto que na campanha pela anistia ela teve a facilidade de mobilizar pessoas e

¹⁸¹ O Cotinguiba Esporte Clube é uma instituição brasileira esportiva, com sede em Aracaju/SE, fundada em 10 de outubro de 1909. É o clube esportivo mais antigo do estado de Sergipe.

¹⁸² MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo, em 22 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aXEZqZp7S4E&t=109s>> acesso em: 20 maio 2019.

apresentar a causa no recrutamento de mulheres e homens ditos “alienados” ou que não tinham o conhecimento ou informações sobre a situação política da ditadura civil-militar. Então, a experiência de alguém que sentiu na pele a dor da tortura era uma marca de resistência forte. Nesse sentido, algumas mulheres foram influenciadas pela atuação de Laura Marques e demais militantes. Como por exemplo, Tereza Cristina (2016) relata que, ao ser convidada para participar do MFPA, considerava-se “alienada”, era estudante e não tinha uma vivência política. Relata, ainda, que foi influenciada por Laura Marques e Núbia Marques para adentrar na campanha pela anistia. Então, é visível a influência que as mulheres militantes exerceram no recrutamento e mobilização de pessoas para participarem do MFPA no estado. Dessa forma, Tereza Cristina afirma:

A gente era mais um grupo jovem, menos experiente, a gente estava começando, essas mulheres que discutiam lá na casa de Núbia, Laurinha e as outras. Elas traziam essa coisa nova pra gente, pra gente era uma coisa nova, entendeu! A gente estava começando, a gente não tinha essa caminhada que elas tinham.¹⁸³

Em seguida, outro caso importante de militância foi a experiência de Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes. Semelhante a Laura Marques, ela participou do movimento estudantil em 1967, sendo presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Após a conclusão do curso, em 1968, não recebeu o diploma, devido à repressão dos militares. Na faculdade, conheceu João Bosco Rolemberg Côrtes¹⁸⁴, e ambos se tornaram militantes da Ação Popular (AP).¹⁸⁵ Assim, o histórico de militância do casal ampliou-se no final da década de sessenta, quando eles decidiram ir para São Paulo, devido ao recrutamento da AP.

¹⁸³ GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 13 de abril de 2016, Aracaju/SE.

¹⁸⁴ João Bosco R. Côrtes é esposo de Ana Maria Côrtes. Atuou na década de sessenta e setenta, na militante da Juventude Universitária Católica (JUC). Depois da Ação Popular (AP), participou do Movimento Estudantil de Sergipe, em 1968. Participou do Congresso da UNE em Ibiúna e foi um dos representantes da delegação de estudantes do estado. Na década de 1970, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil, no processo de incorporação de militantes da AP ao PC do B. Atuou na clandestinidade no ABC paulista entre 1969 e 1971, e na região de Zona da Mata de Pernambuco entre 1972-1974, foi preso, torturado e condenado ao cárcere privado, cumprindo pena no presídio em Itamaracá/PE, de 1974 a 1979.

¹⁸⁵ Ação Popular foi uma organização de esquerda, formada em 1962, por militantes que vieram da Juventude Universitária Católica (JUC) e de outras agremiações. A linha política seguida por eles, inicialmente, era o socialismo humanista. No quadro formado por lideranças estudantis, destacaram-se: Herbert José de Sousa (Betinho), Jair Ferreira de Sá, José Serra, Aldo Arantes, entre outros. Ver: DIAS, Reginaldo Benedito. A história da Ação Popular na perspectiva do PC do B: uma análise da obra de Haroldo Lima e Aldo Arantes sobre a história da AP. *Revistas Diálogos*, v,10, n,1, p.143-175, 2006.

Ana Maria Côrtes (2018) relata que decidiu participar de um grupo contra a ditadura civil-militar porque não aceitava a situação que o país estava vivendo. Declarou que a formação no curso de Serviço Social contribuiu para o seu engajamento na militância. Assim, o casal foi morar em São Paulo de forma clandestina, em 1969. Então, Ana Côrtes (2018) disse que ao chegar a terras paulistanas foi acolhida por um casal de militantes da Ação Popular e que, a partir desse momento, ela e Bosco Rolemberg começaram a trabalhar nas fábricas do ABC paulista, como operários. Ana Côrtes ressaltou que a militância no local de trabalho era feita com bastante cautela, devido à repressão existente no período: “[...] a parte política fazia na fábrica, mas eu fazia com muito cuidado, porque era assim, se caísse um companheiro de outra região, nós tínhamos que se afastar do trabalho”.¹⁸⁶

Em seguida, João Bosco Rolemberg (2016) destacou que a AP adotou a linha de proletarianização dos seus membros, que consistiu em colocar militantes nas fábricas, no meio operário. O casal aceitou o recrutamento e, em São Paulo, ficou na cidade de Mauá, vila Jardim Zaira, por um tempo. Logo, deu-se início à repressão contra os militantes que atuavam nessa região, com a prisão em massa de inúmeras pessoas. Diante disso, o casal fugiu e foi morar em Santo André/SP. No entanto, a situação estava cada vez pior, pois a cada dia militantes eram presos. Então, diante dessa situação, o partido propôs ao casal que saíssem de São Paulo e fossem atuar na Zona Canavieira de Pernambuco¹⁸⁷. E assim, em 1972, eles chegam à região.

Em Pernambuco, viveram anos de resistência. João Bosco Rolemberg e Ana Maria Côrtes eram os responsáveis pelo Comitê Zonal (zona da mata) e começaram a realizar as atividades do partido, em várias cidades do interior daquele estado. Residiram nas cidades de Palmares, Catende e Garanhuns, sempre de forma clandestina. Conforme Ana Côrtes (2018), durante esse período, o casal tornou-se feirante e vendia roupas na região: “A gente foi feirante, para sobreviver, comprava camiseta pra vender na feira de Palmares, porque às vezes a gente não tinha nem o que comer”.¹⁸⁸

¹⁸⁶ CÔRTEES, Ana Maria dos Santos Rolemberg. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 16 de setembro de 2018, Aracaju/SE.

¹⁸⁷ Zona Canavieira ou Zona da Mata de Pernambuco é uma região composta por 43 municípios, ocupando uma área de 8.738 quilômetros, correspondente a 8,9% do território estadual. Nessa região, concentra-se a monocultura canavieira, em uma área de aproximadamente 450 mil hectares. Ver: Zona da Mata de Pernambuco. Âncora. Disponível em: <http://www.ancora.org.br/textos/011_jansen-mafra.html> acesso em: 21 mar. 2019.

¹⁸⁸ CÔRTEES, Ana Maria dos Santos Rolemberg. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 16 de setembro de 2018, Aracaju/SE.

Em 1974, começam as quedas dos militantes dos partidos comunistas na região do Nordeste. Assim, em junho de 1974, João Bosco¹⁸⁹ saiu para realizar uma tarefa do partido (PC do B) e não voltou. Ele havia sido preso, levado ao DOI-CODI de Recife e submetido às agruras das torturas.

Ana Côrtes (2018) relatou que a prisão do esposo a deixou assustada. Disse, ainda, que, apesar de lembrar da orientação recebida do partido, de que se o companheiro não voltasse ela deveria sair de casa imediatamente, sem nada, somente com a roupa do corpo, não conseguiu sair, e, após dois dias, o Exército invadiu a sua residência, derrubou a porta de forma agressiva e a levou presa para o DOI-CODI de Recife. Assim, ela informa:

A medida a tomar era deixar tudo, leve só o documento e a roupa do corpo, sair de casa, eu tinha assimilado isso, mas na prática não funcionou, fui juntar as pilhas de literatura de cordel, aí dois dias depois, batem na porta! Eu já sabia que eram eles [...] eu não abri a porta, eles arrombaram, não sei quantos soldados com metralhadoras, me imobilizaram de forma bastante agressiva, depois trouxeram um capuz e me levaram para Recife [...] eu gritava estão me sequestrando!¹⁹⁰

Em seguida, quando chegou ao prédio do DOI-CODI de Recife, Ana Soares foi torturada, de forma drástica. Ela relatou: “me botaram em um quartinho com duas argolas na parede, e eu fiquei com os pés fora do chão! E aí eu gritava, tira-me daqui, tira-me daqui, não tem nem condição de saber quantas horas passei ali”.¹⁹¹ Ela afirmou que só depois de muito tempo a colocaram em uma solitária, sem ver o sol e a lua. Ao longo dos dias, ela era obrigada a prestar depoimento, sem roupa. Após as sessões de perguntas, era torturada novamente com choques elétricos nas orelhas e nos dedos mindinhos. Nesse período, de vivência das torturas físicas e psicológicas, Ana Côrtes estava grávida de meses do primeiro filho e não sabia. Ela reflete: “Como é que aguentei tudo isso e estou aqui ainda”.¹⁹² Nessa situação, de sequestro e tortura, os familiares não tinham informações sobre as suas vidas, e eles foram inseridos na lista dos desaparecidos políticos do país.

Ana Côrtes (2019) relatou, ainda, que durante o período em que passou na prisão do DOPS de Recife, sob a custódia da Polícia Federal, não se alimentava e estava definhando. No local, não havia uma cela para ela, então os policiais a colocaram em um quarto, espécie

¹⁸⁹ Nesse momento, João Bosco Rolemberg já tinha filiado-se ao Partido Comunista do Brasil, no processo de incorporação de militantes da AP ao PC do B na década de setenta.

¹⁹⁰ CÔRTEES, Ana Maria dos Santos Rolemberg. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 16 de setembro de 2018, Aracaju/SE.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Idem.

de sala de espera dos PMs, local onde eles deixavam os trajes. Improvisaram uma cama, e ela permaneceu lá. Nessa situação, destacou que teve o apoio da advogada Mércia Albuquerque¹⁹³, que, ao ver o seu estado de fragilidade e fraqueza, questionou aos responsáveis do DOPS, dizendo que ela não poderia estar ali, pois o local só tinha celas com homens e ela era a única mulher. Foi a situação em que Ana Côrtes se encontrava, grávida, sem se alimentar e com pré-disposição ao aborto, que sensibilizou a advogada a chamar um médico, que disse o seguinte: “ela não tem condição de continuar aqui, temos que levar para um hospital, senão pode morrer mãe e filho”.¹⁹⁴

Assim ocorreu sua internação, após muita dificuldade. Os diretores do DOI-CODI e do DOPS não queriam conceder a internação dela no hospital, mas com os relatórios assinados pelos médicos, assinalando o risco de vida da mãe e do filho, conseguiram a transferência dela para o hospital Real Português de Beneficência de Pernambuco, no qual ficou internada por um período, para a sua recuperação. Assim, a advogada Mércia Albuquerque, alegando a situação clínica de sua cliente, conseguiu que ela fosse solta, e, após sair do hospital, Ana Côrtes voltou a Aracaju, em meados de 1974.¹⁹⁵

Nesse período, seu esposo, Bosco Rolemberg, foi transferido para o presídio de Itamaracá/PE, onde ficou preso de 1974 até 1979. Ana Côrtes (2018) afirmou que, ao chegar em Aracaju, foi acolhida por sua família, teve o filho após o período de gestação e começou a trabalhar como assistente social na prefeitura da cidade. Afirmou, também, em entrevista cedida à autora, que não foi fácil trabalhar e cuidar de uma criança pequena com o marido preso; ou seja, era do seu trabalho que provinha o sustento de sua família. Reafirma, também, que a sua rotina semanal era trabalhar, e que aos finais de semana ia visitar o seu esposo. Saía na sexta-feira à noite, viajava por volta de 9 horas, de Aracaju até o presídio de Itamaracá/PE. Expressou: “quando cheguei aqui meti as caras, fui trabalhar cuidar de uma criança, visitar o marido, não foi fácil não”.¹⁹⁶

¹⁹³ Mércia Albuquerque, advogada que atuou na defesa dos presos políticos no Brasil, no período da ditadura civil-militar. Defendeu os prisioneiros de Itamaracá/PE e mais de 500 casos de presos políticos do país. Ela participou da articulação de uma rede informal de advogados que agiam nacionalmente na defesa de sindicalistas, trabalhadores rurais, estudantes, militantes de partidos de esquerdas e familiares de presos políticos. Ver: GALLINDO, Felipe. Mércia Albuquerque – 10 anos sem a advogada da liberdade. ABAP. Disponível em: <<https://anistiapolitica.org.br/abap3/2013/01/30/mercia-albuquerque-10-anos-sem-a-advogada-da-liberdade-3/>> acesso em: 21 mar. 2019.

¹⁹⁴ CÔRTEES, Ana Maria dos Santos Rolemberg. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 16 de setembro de 2018, Aracaju/SE.

¹⁹⁵ Essas informações estão presentes em: CÔRTEES, Ana Maria dos Santos Rolemberg. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 16 de setembro de 2018, Aracaju/SE.

¹⁹⁶ CÔRTEES, Ana Maria dos Santos Rolemberg. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 16 de setembro de 2018, Aracaju/SE.

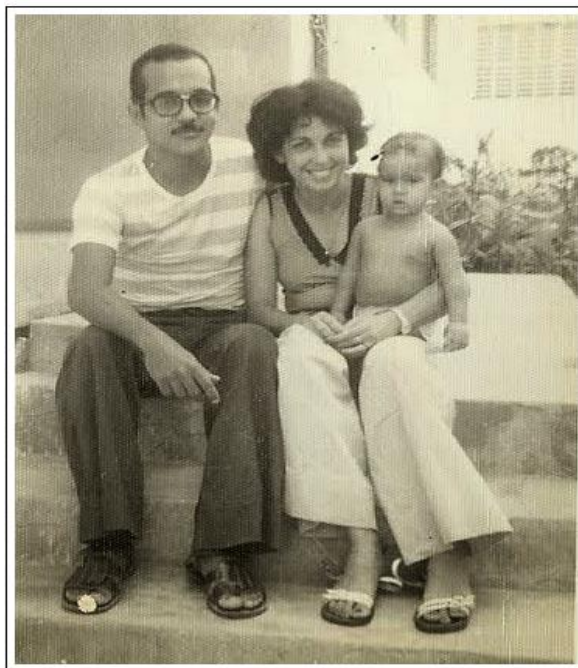


Figura 09: Ana Côrtes com seu filho Eduardo em visita a Bosco Rolemberg no presídio de Itamaracá/PE. In: Blog *Isto é Sergipe*. 2014. Disponível em: <<http://grupominhaterreaesergipe.blogspot.com/2014/04/bosco-roelmberg-foto-marcelle-cristinne.html>> acesso em: 15 mar. 2019.

Pode-se verificar, na atuação de Ana Côrtes, a sua trajetória de luta contra a ditadura civil-militar, iniciada bem antes do processo de abertura política e da campanha pela anistia. Assim, ela afirma: “O que seria do Brasil se não fosse à resistência”.¹⁹⁷ Verifica-se que a luta pela anistia era algo primordial para ela e para a sua família. Pois o seu marido era preso político e a conquista da anistia o colocaria em liberdade. Então, observa-se que a motivação de ingresso no MFPA/SE foi familiar e de resistência também, visto que Ana Côrtes também já militava no movimento pela anistia e liberdade dos presos políticos de Itamaracá/PE, em Recife. Diante desses fatos, constata-se que a militância interrompida continuava em ação naquele momento, de modo que não era só a libertação de seu esposo que ela almejava, mas a luta era em prol de uma causa geral, ou seja, contra a repressão ditatorial. Esse fato a diferencia das mães, esposas e irmãs que adentraram na campanha pela anistia em outros estados simplesmente por motivação familiar, por ter algum ente querido preso ou desaparecido político; mulheres, na maioria das vezes, apartidárias.

Por último, em termos de militância política, a pesquisa buscou relatar o papel desempenhado pela ex-militante Zelita Rodrigues Correia dos Santos. Em entrevista à autora, ela reafirmou que o ingresso no Comitê Feminino pela Anistia foi algo espontâneo, uma vez que as mulheres estavam em liberdade e por isso teve a “obrigação” de continuar a luta pela

¹⁹⁷ Idem.

liberdade do país. Ou seja, declarou que a sua atuação no MFPA representou uma continuação da militância interrompida, visto que, na década de sessenta, ela era estudante da Faculdade de Direito e participou do movimento estudantil, da militância na Juventude Universitária Católica (JUC) e, depois, da Ação Popular (AP). Em 1964, foi Coordenadora Geral do Movimento de Cultura Popular do Estado de Sergipe e da Campanha Nacional de Alfabetização. Na ocasião do golpe civil-militar, em 1964, Zelita Correia foi presa e processada pelo Inquérito Policial Militar movido contra os participantes da Campanha Nacional de Alfabetização, adepta ao método de Paulo Freire.

Zelita Correia (2019) ressaltou que em 1964 era funcionária pública estadual, tendo realizado o concurso para a Coordenação do Movimento de Cultura Popular (MCP). Então, com a instauração da ditadura civil-militar, o MCP e a Campanha Nacional de Alfabetização (Movimento de Paulo Freire) foram extintos, e os responsáveis pelo projeto do MCP em Sergipe foram presos no quartel do 28º Batalhão de Caçadores de Aracaju, acusados de atividades subversivas e de infiltração comunista no programa educacional. Dessa forma, ela declara: “Eles diziam que nós estávamos contra as leis [...] diziam que a gente estava organizando o partido comunista”.¹⁹⁸ Nesse sentido, Zelita Correia ressaltou que foi um “absurdo” a violência arbitrária da ditadura civil-militar contra os responsáveis do MCP em Sergipe, posto que, segundo ela, não havia no formato educacional um projeto comunista. Já em relação a sua prisão, declarou que foi agredida psicologicamente nos interrogatórios. Relatou, também, que teve muito medo diante da situação repressiva.

O depoimento de Zelita Correia, concedido ao Inquérito Policial Militar¹⁹⁹ no 28º Batalhão de Caçadores, em 1964, informa que uma das acusações foi direcionada ao projeto educacional do Movimento de Cultura Popular (MCP). Esse projeto era articulado com a Secretaria de Educação e Cultura, que mantinha um programa educativo na Rádio Difusora de Sergipe, apresentado às 05h30 da manhã, de segunda-feira a sexta-feira. O Inquérito informava que as aulas ministradas pelos professores do MCP eram direcionadas aos camponeses, apresentando caráter subversivo, ao enviar mensagens políticas aos trabalhadores rurais, com o objetivo de despertar “ideias de revolta” contra os proprietários de terras (fazendeiros) e estimular a reforma agrária.

¹⁹⁸ SANTOS, Zelita R. Correia. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 29 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

¹⁹⁹ IP1965 CX100. Auditoria da 6ª Região Militar (Exército, Marinha e Aeronáutica) Bahia - Sergipe. Inquérito Policial Militar de Zelita R. Correia. Movimento de Cultura Popular do Estado de Sergipe, 1964. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade – Paulo Barbosa de Araújo.

Assim, os antecedentes criminais de Zelita Correia, presentes no relatório do Serviço Nacional de Informações, nº 3266 de 1982,²⁰⁰ informam que a militante era “comunista”, ligada ao arcebispo Dom. José Vicente Távora, que tinha participado, em Recife, de reuniões com “elementos subversivos” da equipe do Centro Popular de Cultura, com a finalidade de promover a luta de classe e dominar as massas, mediante mensagens revolucionárias transmitidas por meio das aulas radiofônicas e de peças teatrais do projeto Movimento de Cultura Popular. Nessa sequência, destaca-se que ela assinou um manifesto de caráter “subversivo” e que o gabinete do seu trabalho, como Supervisora da Campanha Nacional de Alfabetização, era junto ao da Secretaria de Educação e Cultura. Assim, Zelita Correia tinha ligações com todas as entidades estudantis, nas quais fazia boletins subversivos e distribuía no interior do estado. E, por esse motivo, havia sido presa em 10 de maio de 1964 e posta em liberdade em 30 de junho de 1964, passando 50 dias no quartel do Exército - 28º Batalhão de Caçadores de Aracaju.

Dessa forma, Zelita Correia (2019) relatou que o contexto social a reprimia por ser mulher e militante de movimentos sociais. Dado que quando ela foi presa, em 1964, na época estudante do curso de Direito, um colega da sua turma, cujo nome ela não cita, havia afirmado, que, na verdade, ela estava se “agarrando” com os soldados no quartel.

Quando a gente foi presa, no outro dia tinha um colega meu, estudante de direito que estava dizendo e minha mãe soube, “é tão lá se agarrando com os soldados”, mãe apertou ele pela gola da camisa e sacudiu. Era esse tipo de coisa que a gente enfrentava, era coisa miúda que a gente sofre até os dias de hoje, pequenas misérias, não é a tortura cabal, que essa a gente ainda tem um eco de resistência de protestar, e aquela coisinha miúda, assim de pisar, de pisotear uma pessoa.²⁰¹

Diante desses fatos, percebe-se como era difícil ser mulher e militante e, ao mesmo tempo, lutar contra a repressão ditatorial diante de uma parcela da sociedade que, muitas vezes, colocava a mulher como símbolo sexual e de ação limitada na política. Nesse sentido, percebe-se, também, que dentro da fonte oficial dos órgãos de segurança e repressão, a mulher ativista política e militante foi rotulada de subversiva. Essa imagem pejorativa e negativa se

²⁰⁰ ASV_ACE_4840_82. Serviço Nacional de Informações: Agência de Salvador, nº 3266, confidencial. Antecedente: Zelita Rodrigues Correia. 05 novembro de 1982. In: acervo da Comissão Estadual de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo.

²⁰¹ SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 29 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

propagou pela sociedade com intuito de desmoralizar e enfraquecer a atuação política da mulher, além de ter atributos morais conservadores quando confrontados com a mulher do lar.

Em continuidade, Zelita Correia (2019) disse que após a sua libertação, em 1964, depois de 50 dias presa, o Inquérito Policial Militar movido contra ela continuou. Foi julgado em 1969 e resultou na sua absolvição. No entanto, o seu nome continuava “sujo” diante do contexto ditatorial, conforme ela citou. Ainda declarou que a liberdade era algo primordial em uma sociedade, que por isso havia lutado em 1964 e continuou em ação na década de setenta, com a campanha pela anistia. Dessa forma, Zelita Correia disse que quando Núbia Marques a convidou para adentrar ao MFPA aceitou de imediato, posto que era necessário permanecer em resistência contra a ditadura militar. Ressaltou que na época foi uma situação ousada entrar nesse comitê pela anistia, porque ela era viúva, tinha dois filhos pequenos e trabalhava para prover o sustento da sua família. Disse, também, que vivenciou situações arriscadas, visto que a sua residência serviu como esconderijo a presos políticos refugiados. Nessa acepção, ela declara:

Eu sei que vieram algumas pessoas de Recife e elas eram presas políticas, até que ficaram escondidas aqui em casa, porque eu disse a minha empregada: olhe, não fale a ninguém o nome dessas moças, não e que elas ficaram aqui. Eu me lembro que eu tinha muito medo, mas eu tinha muita coragem, sabe, por cima do medo a coragem, só isso. Aí elas chegaram aqui e nem sabia o nome delas e não queria saber [...] imagine essas duas moças que estavam aqui em casa, até hoje eu não sei onde elas moram! Núbia chegou e disse “preciso esconder elas” vamos lá pra casa.²⁰²

Diante desse fato, verifica-se a ousadia e a continuação da militância de Zelita Correia. Em solidariedade aos ativistas políticos da época, abrigou, em seu lar, militantes fugitivas. Afirmou: “Agora me diga, eu não era advogada, não estava ganhando dinheiro, era só o sentido, tem uma pessoa em perigo, eu vou dar cobertura”.²⁰³ Dessa forma, Zelita Correia disse que teve coragem e um pouco de irresponsabilidade também em hospedar, em sua casa, militantes que estavam sendo procurados pelos órgãos de segurança nacional, porque, segundo ela, na época, tinha duas filhas pequenas, sem pai. Nessa acepção, diz que havia todo um contexto social que a reprimia por ser mulher, militante, sem marido e com filhos para educar. Mesmo diante dessa situação, afirmou que sempre teve apoio de sua mãe e irmãs, e que ela era ousada, no bom sentido, que sempre lutou e foi à frente dos seus ideais e, por isso, a sua militância esteve em ação na campanha pela anistia e no processo de mobilização social,

²⁰² Idem.

²⁰³ Idem.

visto que a experiência da prisão e perseguição política na ditadura civil-militar não a parou, pelo contrário, estimulou a sua permanência na militância e na luta pela liberdade democrática da nação. Assim, Zelita declara: “toda comissão da anistia na história passou pelas mãos das mulheres [...] a sensibilidade feminina, o lado acolhedor da mulher, muitas vezes a sociedade machista [...] achava que as coisas de mulheres não davam certo” (SANTOS, 2011).

Ao apresentar a trajetória de algumas mulheres que formaram o Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe, pretendeu-se destacar o protagonismo político e feminino dessas cidadãs, que ousaram manifestar-se a favor da anistia no contexto da ditadura civil-militar. Dessa forma, o MFPA/SE mobilizou a sociedade sergipana, ao realizar uma campanha efetiva, com atos, manifestações e ações em prol da libertação dos presos políticos, banidos, exilados e da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.

No entanto, observando o núcleo do MFPA de Sergipe, verifica-se que não é possível homogeneizar as experiências dentro desse movimento, tendo em vista a própria composição do grupo, que era formado por mulheres de diferentes classes sociais, algumas eram militantes do PCB e AP, outras intelectuais e professoras universitárias, e as demais estudantes. Além disso, outra questão peculiar é a presença de homens como membros dentro desse comitê, representados por políticos do MDB, padres e bispos progressistas da Igreja Católica. Ou seja, a pluralidade de ações e percepções ideológicas foram uma realidade dentro do núcleo sergipano. Apesar das experiências diversificadas dos participantes desse comitê, a causa pela anistia foi escolhida como bandeira comum. Por isso, constatou-se a ocorrência de interesse pelo tema e de uma certa mobilização social em Sergipe.

Observa-se, também, que em outros núcleos estaduais do MFPA ocorreram disputas internas entre os membros, como no caso do Ceará, por exemplo. A historiadora Ana Rita Fonteles (2012) afirmou que o grupo do Comitê Feminino pela Anistia nesse estado era formado exclusivamente por mulheres e que havia uma disputa interna entre elas, classificada entre o grupo mais “politizado” x o não “politizado”. Relata: “as disputas das memórias das ex-militantes do núcleo do MFPA revelam dois movimentos num só” (DUARTE, 2012, p.172). Nesse sentido, observa-se que cada estado teve uma atuação específica e peculiar na campanha pela anistia. Apesar dos núcleos estaduais do MFPA estarem atrelados ao comando nacional, havia divergência entre eles, e isso foi algo comum nos comitês estaduais.

Nesse sentido, o núcleo do Movimento Feminino em Sergipe diferencia-se em suas relações internas e de convivência entre mulheres e homens de outros núcleos do MFPA espalhados pelo país. De acordo com a análise das fontes documentais e orais, não foi possível verificar vestígios de disputas internas entre mulheres e homens, apesar da

heterogeneidade do grupo, embora se verifique posicionamentos políticos distintos, de acordo com as organizações de esquerda pertencentes ao PCB e AP, questões feministas ou femininas, e estratégias de ação definidas. Na narrativa dos membros, houve quase uma unanimidade quanto ao relato das experiências da campanha, que se tratavam de reuniões para organizar eventos, palestras e panfletagem, entre outras. A palavra de ordem que unia todos eles era “vamos mobilizar a sociedade”. Assim, verificou-se que apesar da multiplicidade do grupo, formado por mulheres militantes, intelectuais, professores, políticos, clérigos da Igreja Católica e demais participantes e simpatizantes, a causa da anistia era o discurso presente no comitê. Diante desses fatos, e como resultado da pesquisa até o momento, constatou-se que a documentação analisada não permitiu observar vestígios de grandes “rachas” internos no movimento pela anistia em Sergipe.

3.5 Questões Feministas e o Conselho Municipal da Condição Feminina no Pós-Anistia

A reforma partidária brasileira de 1979 acabou com o bipartidarismo, um sistema político formado pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), possibilitando a multiplicidade dos partidos políticos. Nesse contexto, o movimento feminista entrou em cena com maior força de aglutinação. Desse modo, sucede a institucionalização desse grupo. As militantes feministas adentraram nos partidos do PMDB e PT, e iniciam uma campanha contra a violência e pela saúde da mulher. Nessa conjuntura, surgiu em São Paulo, em 1983, O Conselho Estadual da Condição Feminina.²⁰⁴ Essa instituição foi o primeiro órgão fundado no Brasil para tratar especificamente da situação da mulher, com prioridade e atenção para: a saúde, a violência, o trabalho e creches. Conforme Pinto (2003), em 1985, também foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) junto ao Ministério da Justiça; a presidente dessa instituição tinha *status* de ministro. Esse conselho era formado por dezessete Conselheiras, uma Secretária Executiva e um Conselho Técnico. Durou de 1985 a 1989, e propunha a discussão de demandas das questões feministas, tais como: sexualidade, direito reprodutivo, luta por creches, violência e saúde da mulher.

Nesse período, foram organizadas várias instituições em apoio às mulheres vítimas da violência doméstica. Celi Pinto (2003) ressalta que em 1980 surgiu o SOS Mulher, em São

²⁰⁴ Em relação ao Conselho Estadual da Condição Feminina, ver. PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

Paulo, e se espalhou pelos demais estados. Já em 1984, também foi instituído o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) pelo Ministério da Saúde, e, posteriormente, em 1985, surgiu a primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres Vítimas da Violência (DEAM), em São Paulo, que também se expandiu pelos estados brasileiros. Nessa perspectiva, Celi Regina afirma: “foi uma política pública bem-sucedida que, em primeiro lugar, atendia a uma demanda das feministas, ou seja, a criação de um espaço na polícia no qual o ambiente não fosse hostil à mulher agredida” (PINTO, 2003, p. 82).

Em Sergipe, as mulheres do Movimento Feminino pela Anistia foram além da perspectiva feminina, ao lançar questões mais profundas, ditas feministas, e lutar contra toda situação de opressão, pública e privada, vivenciadas pelas mulheres na sociedade patriarcal e machista. Nessa acepção, Maria Elisa afirma: “nós mulheres estávamos numa perspectiva de vanguarda, [...] tinha a ditadura, prova conjunto de tudo e de todos, então, nós estávamos imbuídas de uma força de lutar”.²⁰⁵

Celi Pinto (2003) ressalta que o feminista no Brasil é caracterizado por reunir mulheres intelectuais, tanto em meados do século XIX como também no ressurgimento do feminismo da década de setenta, e que caracterizava-se por não ser um movimento popular. Foi a partir de meados dos anos de 1980 que ocorreu uma maior aproximação de mulheres feministas organizadas em coletivos, com a universidade, visto que algumas dessas mulheres que iniciaram as reuniões para discutir a problemática feminina eram professoras universitárias, sobretudo das áreas de ciências sociais. Ou seja, o pertencimento ao mundo acadêmico foi um ambiente de atuação das feministas que militavam nas universidades.

Nessa conjuntura, verifica-se que a presidente do núcleo do MFPA de Sergipe, Núbia Marques, se identificava com o chamado feminismo acadêmico. Assim, a questão feminista, e não meramente feminina, no contexto da ditadura revelou-se práxis dessa escritora, poetisa e militante do Movimento Feminino pela Anistia; dado que a sua relação com a opressão feminina é algo presente nos seus romances e poemas²⁰⁶, ao denunciar o patriarcalismo, onde a mulher vive em um espaço limitado e castrador. Antes mesmo de fundar a campanha pela anistia no estado, ela já tinha uma visão crítica em não aceitar a inferioridade imposta ao sexo feminino. Ou seja, Núbia Marques se identificava com o feminismo por defender a libertação das mulheres junto à sociedade da época e por lutar, no campo pessoal, para superar barreiras impostas a elas pelas instituições, como se deu na sua batalha para assumir uma cadeira na

²⁰⁵ CRUZ, Maria Elisa da. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 05 de abril de 2016, Aracaju/SE.

²⁰⁶ O romance de Núbia Marques que aborda a opressão feminina, chama-se: *Berço da angústia*.

Academia Sergipana de Letras. Sobre esses pontos, Núbia diz: “Eu fiz da minha poesia, uma forma de denunciar as injustiças sociais e mostrar a dor da discriminação [da mulher], e me indignar com essa diferença social” (MARQUES, 1999).

Segundo Tereza Cristina (2016), a visão feminista de Núbia Marques influenciou os debates em relação à atuação da mulher na sociedade, de modo que a questão da problemática feminina estava em pauta nas discussões do movimento pela anistia de Sergipe. Nesse sentido, Tereza Cristina afirmou que os encontros femininos eram de muito aprendizado. Além das palestras que eram realizadas, havia a leitura e análise de livros: “a gente lia os [livros] e se reunia para discutir a condição feminina”.²⁰⁷ Entre os livros sobre a mulher, publicados na década de setenta, citou duas obras lidas e debatidas por elas: *Sobre a mulher*, de Marx Engels e Lenin (1979) e *Mulher, objeto de cama e mesa*, de Heloneida Studart (1974).²⁰⁸

Desse modo, a pesquisa constatou que a emancipação feminina estava atrelada ao MFPA, ou seja, apesar dos temas centrais da campanha serem a anistia, a libertação dos presos políticos, banidos, exilados e a luta pela liberdade democrática do país, a questão da mulher como agente histórico e a luta pelo seu reconhecimento social não foram deixadas de lado pelas mulheres sergipanas. Elisa Cruz (2016) também ressaltou que as questões de gênero eram discutidas nas reuniões do MFPA local, com debates “calorosos” e de muito aprendizado. Disse, ainda, que a mulher sempre foi excluída da história, ao afirmar: “a questão da busca da inserção da mulher na sociedade, ela está inserida numa visão de mundo, de justiça social, quer dizer, a mulher, ela era injustiçada historicamente”.²⁰⁹ Então, nesse contexto de autoritarismo político, a opressão feminina foi um tema importante e de grande destaque nas reuniões do MFPA de Sergipe. Nesse sentido, Elisa Cruz declara:

[...] nós mulheres fazendo parte de uma história de opressão, história do próprio sexo feminino, então, nós tínhamos assim, estávamos imbuídas de uma força de lutar, porque eu e o grupo, nós não estávamos contra o homem do sexo masculino, mas nós estávamos lutando numa postura de igualdade de gênero e de uma sociedade justa, uma questão que extrapolasse a questão

²⁰⁷ GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 13 de abril de 2016, Aracaju/SE.

²⁰⁸ Sobre a obra *Mulher, objeto de cama e mesa* (1974), de Heloneida Studart, na década de setenta, era uma leitura “obrigatória” para as militantes do movimento feminista e tornou-se um sucesso editorial ao apresentar a problemática de opressão vivenciada pelo sexo feminino. Atualmente, está na 27ª edição, com quase 300 mil exemplares vendidos. In: CUNHA, Cecília. Homenagem a Heloneida Studart. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16. n.1, 2008.

²⁰⁹ CRUZ, Maria Elisa da. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 05 de abril de 2016, Aracaju/SE.

específica da mulher, eu quero ser aceita na sociedade, enquanto mulher, eu posso ser, o que desejar ser, enquanto mulher, desde que tenha competência para tal. E também lutar, para que todos, na verdade, tenham essa inserção na sociedade, sem ser oprimidos.²¹⁰

Assim, a condição feminina e feminista junto à sociedade, não foram temáticas esquecidas na vivência desse grupo de mulheres. E, ainda, a busca por consciência de sua real situação social inter-relacionou-se à luta pela anistia, em Sergipe, tornando-as protagonistas de sua história. No espaço público, essas mulheres procuraram mobilizar a sociedade através de atos, passeatas, eventos e palestras, com o objetivo de pressionar o governo a decretar a anistia no momento de atuação do aparato repressivo da ditadura civil-militar.

Nessa sequência, Laura Marques (2016), militante do PCB e do MFPA, informou que o seu processo de conscientização em relação ao papel da mulher estava atrelado à sua participação na militância do Partido Comunista, visto que, segundo ela, a mulher tinha um lugar de destaque e que muitas feministas eram, ao mesmo tempo, militantes do Partido Comunista Brasileiro: “a gente era tratado como igual, houve sempre uma preocupação do partido em botar mulheres na linha de frente, e eu aprendi dentro do partido isso, então, quando eu fui para o movimento das mulheres, fui com toda a garra”.²¹¹ Assim, Laura Marques, Zelita Correia e Núbia Marques compõem a “tríade da militância”, revelando-se como mulheres “politizadas” devido à experiência de resistência e formação intelectual, respectivamente. Então, de certa forma, elas influenciaram as demais participantes do movimento feminino, ao apresentar as discussões sobre a condição feminina na sociedade. As entrevistas realizadas para essa pesquisa, com outras mulheres apoiadoras da causa da anistia, demonstraram o quanto que elas foram influenciadas por essas mulheres militantes do MFPA local. Temos, como exemplo, o caso de Elisa Cruz, que foi aluna de Núbia Marques no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Em entrevista, ela disse que foi convidada e influenciada por Núbia a participar da campanha pela anistia.²¹²

Observa-se que o MFPA em Sergipe apresentou particularidades em relação à campanha nacional do movimento pela anistia, apesar de o núcleo estadual estar atrelado ao estatuto do movimento nacional. Em Sergipe, as mulheres tinham perspectivas ideológicas que diferiam, por exemplo, da visão de Therezinha Godoy Zerbine, do ponto de vista

²¹⁰ Idem.

²¹¹ MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo, em 22 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aXEZqZp7S4E&t=109s>> acesso em: 20 maio. 2019.

²¹² CRUZ, Maria Elisa da. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 05 de abril de 2016, Aracaju/SE.

feminino do movimento, defendido por ela. Como já foi dito, o MFPA de Sergipe tinha aspectos feministas mais claros nas suas ações e atitudes. Talvez esse fator tenha a ver com a existência de um maior número de participação masculina, que caracterizava o comitê sergipano, em termos de sexo, como misto. Os embates diários exigiram dessas mulheres uma postura mais firme, diante dos problemas femininos e em prol da liberdade social.

A dualidade desses conceitos, feminino x feminista, permaneceu nos caminhos percorridos por essas mulheres, tanto no contexto nacional como nos núcleos estaduais espalhados pelo Brasil, embora isso não diminua a importância atribuída à campanha pela anistia. Verificou-se que o núcleo sergipano da campanha tinha uma perspectiva mais feminista e ideológica, como linha defendida pela “tríade subversiva”, e que contribuiu para a formação e conscientização de outras mulheres, na luta pelo reconhecimento de seus direitos e deveres na sociedade.

Diante disso, destacou-se que no pós-anistia, ou seja, com a aprovação da lei da anistia, em 1979, a maioria das ex-militantes que compuseram o núcleo do MFPA de Sergipe continuaram ativas, apesar de o MFPA ter sido dissolvido oficialmente. Visto que, em meados da década de 1980, essas mulheres fundaram o primeiro Conselho Municipal da Condição Feminina de Aracaju, em 1986,²¹³ que tinha como objetivo principal combater o preconceito e a violência contra a mulher. O Conselho Feminino era composto pelas comissões de: educação, violência, interior, creche, saúde, cultura e trabalho.

Considera-se importante destacar que esse Conselho da Condição Feminina surgiu com o decreto lei nº 1.161/27/01/1986, na gestão do prefeito de Aracaju Jackson Barreto Lima, em 08 de março de 1986.²¹⁴ Dentre as participantes do Conselho Feminino, destacamos: Ana Maria dos Santos R. Cortes, Laura Maria Ribeiro Marques, Gizelda Santana de Moraes, Núbia de Nascimento Marques, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, Ada Celestino, Iara Viana de Assis. Ou seja, essas mulheres foram, também, integrantes do MFPA de Sergipe, em 1978, e continuaram na militância feminina.

²¹³ Essas informações estão presentes em: BR-NA-BSB-VAZ-125-0080. Ministério da Aeronáutica, Segundo Comando Aéreo Regional II Comar. Assunto: Conselho da Condição Feminina de Aracaju/SE, 30 de abril de 1986. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo.

²¹⁴ O Conselho Municipal da Condição Feminina ainda está em vigor na Prefeitura de Aracaju. Na atualidade, chama-se Conselho Municipal da Mulher, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC). Tem a finalidade de promover políticas públicas que visem eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade, igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do município. Ver: Conselho Municipal da Mulher. Prefeitura de Aracaju. Disponível em: <<https://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=32358>> acesso em: 13 jun. 2019.

Zelita Correia Santos (2019) afirmou que participou desse Conselho Feminino, e que ele teve um papel importante no processo de conscientização a respeito da violência contra a mulher. Assim, ela cita: “eu lembro que fui eu até que desenhei o folder, eu desenhei, escrevi violência, e o “i” de violência era uma gota de sangue correndo para baixo”.²¹⁵ E disse, ainda, que o Conselho Feminino fazia campanha contra a violência sexual e em relação ao câncer de mama, com palestras relacionadas aos problemas da mulher na sociedade. Relata, também, que as mulheres do conselho organizaram um grande evento na Escola Técnica de Aracaju, com a palestra “Trabalho e direito do trabalho para a mulher”.

Em sequência, Laura Marques (2016) ressaltou que o Conselho Municipal da Condição Feminina, além de discutir sobre o papel da mulher na perspectiva de seus direitos e deveres na sociedade, promoveu reuniões que resultaram na criação da primeira delegacia da mulher em Sergipe. Ou seja, a importância dessa instituição vai além da conscientização contra a violência e o abuso relacionada à mulher, e amplia-se em uma ação de combate à impunidade, por meio da instauração da primeira delegacia da mulher. Assim, ela informa:

Fizemos um trabalho muito bom no Conselho da Condição Feminina, é uma coisa que acho que deve ser estudado aqui, as delegacias das mulheres, foi fruto do trabalho do Conselho, a primeira delegacia formada foi discutida dentro do Conselho da Condição Feminina [...] era Marlene, que foi do partido, esposa de Jonas, ela foi a primeira delegada mulher.²¹⁶

O protagonismo das mulheres sergipanas, desde o MFPA, passando pelo Conselho Municipal da Condição Feminina, foi de luta contra a opressão feminina, diante de uma sociedade que, muitas vezes, não respeitava seus direitos e deveres. Assim, tornaram-se protagonistas de uma causa coletiva, no período de redemocratização política do Brasil.

Nesse novo cenário de pós-anistia, a atuação dessas mulheres junto à sociedade foi dirigida pela busca de proteção e de conscientização. Já em relação à trajetória de vida dessas ex-militantes, apresentamos, a seguir, um pouco da biografia dessas mulheres. Assim, destacamos: Laura Maria Ribeiro Marques tornou-se a primeira Secretária do Partido Comunista Brasileiro de Sergipe (1987), foi presidente da Federação de Mulheres Sergipanas do PCB/SE e professora da Rede Estadual de Educação do Estado de Sergipe. Atualmente,

²¹⁵ SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 29 de janeiro de 2019, Aracaju/SE.

²¹⁶ MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Paulo Barbosa de Araújo, em 22 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aXEZqZp7S4E&t=109s>> acesso em: 20 maio. 2019.

aposentou-se pelo Serviço Público Estadual e manteve em exercício no cargo técnico do Conselho Estadual de Educação. Em sequência, temos a atuação de Ana Soares de Sousa, que exerceu o cargo de professora da Rede Municipal e Estadual de Educação do Estado de Sergipe, foi membro do Partido Comunista do Brasil (PC do B) em 1985, e uma das responsáveis pela mobilização dos professores estaduais, e fundou o Sindicato dos Professores do Estado de Sergipe (SINTESE), em 1988. Atualmente, aposentou-se como professora do Serviço Público Estadual.

Zelita R. Correia dos Santos também teve um papel de destaque na sociedade. No âmbito profissional, como advogada e Promotora de Justiça do Estado da Bahia, recebeu o Diploma de Mérito da OAB (2006), em reconhecimento aos relevantes serviços desenvolvidos em prol da advocacia brasileira. Atualmente, aposentou-se do Serviço Público Judiciário.



Figura 10: Diploma de Mérito da OAB de Zelita Correia. In: foto tirada pela autora em 2019. Acervo de Zelita R. Correia dos Santos.

Tereza Cristina Cerqueira da Graça, uma das militantes do MFPA, continuou a sua trajetória junto à política partidária. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e formou o núcleo do PT do Bairro Siqueira Campos, na sua residência (1982). Candidatou-se, também, a vereadora para a Prefeitura de Aracaju (1988). Não chegou a vencer as eleições, mas a sua atuação política é algo presente em sua trajetória pessoal. Em relação à carreira profissional, ela atuou como professora da Rede Municipal e Estadual de Educação do Estado de Sergipe, ocupou o cargo de Secretária de Educação de Aracaju (2005-2011) e foi membro do Conselho

Estadual de Educação de Sergipe (2008-2016). Fez doutorado em Educação pela PUC-RS (2016), e foi professora titular da Universidade Tiradentes e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

Ana Maria Santos R. Côrtes foi membro do Conselho Federal de Assistentes Sociais e presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais de Sergipe e atuou como Secretária de Assistência Social de Aracaju (1986). Coordenou o Programa Toda Secretaria é da Criança (2001) e foi, novamente, Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania (2002). Em 2018, recebeu o Título de Cidadã Aracajuana, pela Prefeitura de Aracaju. Essa iniciativa partiu do vereador Antônio Bittencourt, do PC do B, devido a sua relevante contribuição na luta pela “democracia” brasileira durante à ditadura civil-militar, e pelos trabalhos sociais desenvolvidos na sociedade sergipana, como Assistente Social da Prefeitura de Aracaju, desde 1975. Atualmente, aposentou-se do Serviço Público Estadual.



Figura 11: Ana Côrtes recebendo o Título de Cidadã Aracajuana pelo Prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira e vereador Antônio Bittencourt. In: blog *Isto é Sergipe*. Setembro, 2018, foto: Ana Lícia Menezes. Disponível em: <<http://istoessergipe.blogspot.com/2018/09/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

Nessa história de luta feminina no estado, destacou-se, ainda, a presença de Gizelda Santana Moraes, uma ex-professora da Universidade Federal de Sergipe e da Universidade Federal da Bahia, é doutora em Psicologia pela Universidade de Lyon- França (1970), tendo lecionado também, como professora convidada na Universidade de Nice, na França. Atuou em movimentos sociais, no MFPA e no Conselho Municipal da Condição Feminina, foi secretária regional e conselheira em órgãos nacionais, tais como: Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Além de ter sido uma escritora reconhecida nacionalmente, com a publicação de diversos livros, poemas, romances e ensaios literários.²¹⁷

Núbia Nascimento Marques foi professora da Universidade Federal de Sergipe, Assistente Social e escritora, com diversas obras premiadas. O prestígio intelectual da poetisa foi reconhecido pela sociedade sergipana. Ela recebeu inúmeras homenagens, das quais destacamos: Patrona da Academia Literária de Vida (2002); a Medalha de Mérito Cultural, da Universidade Federal de Sergipe (1998); e a criação do Troféu Núbia Marques, em 2004, em homenagem à poetisa, uma iniciativa da Prefeitura de Aracaju, com o objetivo de premiar mulheres que se destacaram no âmbito profissional e social em diversas áreas (artistas, jornalistas, líderes comunitárias, empresárias, juristas, médicas, atletas, pesquisadoras e servidoras municipais). O seu nome também foi lembrado e homenageado com a criação da Casa de Abrigo Núbia Marques em 2003, uma instituição de medida preventiva e provisória, que acolhe mulheres em situação de violência doméstica e sob ameaça de morte.²¹⁸ Em 2006, ela também foi homenageada com a colocação do seu nome em uma instituição escolar de Aracaju, a Escola Municipal Núbia Nascimento Marques.²¹⁹ A poetisa sergipana faleceu de morte súbita em 26 de agosto de 1999, dias antes do lançamento do seu 21º livro: *Do campo à*

²¹⁷ Em relação às obras de Gizelda Santana Moraes, destacamos: *Poemas de amor* (1995), em parceria com Núbia Marques e Carmelita Fontes; *Palavras de mulher* (1979); *Aperitivo poético* (1986); *Nordestina* (1994), lançado em Lisboa; *Jane Brasil* (1990); *Ibiradiô: as várias faces da moeda* (1990), lançado na França; *Preparem os Agogôs* (1997), *Absolvo e condeno* (2000); *Feliz Aventureiro* (2001), *À procura de Jane* (2010).

²¹⁸ A Casa de Abrigo Professora Núbia Marques foi inaugurada em fevereiro de 2003, a partir do convênio com a Prefeitura Municipal de Aracaju, por meio da Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) e da União Brasileira de Mulheres (UBM). Em 2008, a instituição finalizou a parceria com a UBM e continuou sendo administrada pela SEMASC com recursos do Governo Federal. A homenagem a Núbia Marques se deu pela sua contribuição e ação no campo de igualdade de gênero e pela militância feminista, como poeta na luta pela igualdade da mulher diante das injustiças sociais. Atualmente, a entidade continua em atuação e acolhe mulheres em situação de violência doméstica e sob ameaça de morte, juntamente com seus filhos menores de idade, por um período de três meses, no máximo. O seu endereço é sigiloso, de acordo com as normas do Ministério da Justiça, para a segurança das abrigadas e da equipe de profissionais. Então, o acesso a essa instituição ocorre através dos encaminhamentos realizados pelo Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis-DAGV (Delegacia da Mulher), localizado na Rua Itabaiana, Centro, Aracaju/SE. In: Casa de Abrigo Núbia Marques. Disponível em: <<http://abrigonubia.blogspot.com/p/quem-somos.html>> acesso em: 02 nov. 2019.

²¹⁹ Em relação à trajetória intelectual de Núbia Marques, ver: MELNIKOFF, Eliane Almeida. *Trajetória de Núbia Nascimento Marques: Contribuições para a educação em Sergipe (1978-1999)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

Metrópole, previsto para lançamento em 04 e 25 de setembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro e em Aracaju, respectivamente.²²⁰

Ao descrever o papel desempenhando pelas mulheres sergipanas, na década de setenta, essa pesquisa veio a contribuir para dar vozes a muitas dessas mulheres, que estiveram em ação política no momento difícil de combate ao autoritarismo.

Então, observa-se que, no Brasil, as mulheres foram protagonistas de uma campanha nacional, ao formar núcleos a favor da anistia em diversos estados brasileiros. Observa-se, assim, a força das mulheres do MFPA, visto que, foram pioneiras em questões femininas, no auge da ditadura civil-militar, com possibilidades reais de enquadramento no AI-5. Elas foram personagem principal do movimento pela libertação dos presos políticos, banidos e exilados do país, ao levantar a bandeira da anistia.

²²⁰ Essas informações estão presente no blog *Academia Literária da Vida*. Disponível em:< <https://academialiterariadevida.blogspot.com/p/9-nubia-nascimento-marques.html>> acesso em: 24 jun. 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as décadas de 1960 e 1980 ocorreram ditaduras militares na América Latina, especialmente no Cone Sul, em países como Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile, Bolívia e Brasil. Nesse cenário, verificou-se o protagonismo feminino diante dos governos autoritários, ao denunciar as mazelas do sistema repressivo que prendeu, torturou e matou inúmeras pessoas, em sua maioria, militantes de ideologia política de esquerda. Diante desses fatos, mães, esposas, irmãs e familiares entraram em cena, utilizando o estereótipo de gênero como forma de proteção, diante da vigilância e repressão dos regimes ditatoriais. Nessa acepção, Luc Capdevila (2001) ressaltou que esses movimentos de mulheres na América do Sul, no período ditatorial, interpretaram o mito de guardiã do lar com o estereótipo feminino doméstico.

No Brasil, o Movimento Feminino pela Anistia surgiu em 1975, em meio à repressão ditatorial. No período em que manifestações eram estritamente proibidas, foi organizado por mulheres e legalizado de acordo com a legislação vigente, registrado em cartório com estatuto próprio. A princípio, o movimento pela anistia foi apresentado no campo da paz e pela união da nação brasileira. Dessa forma, propôs a bandeira dos direitos humanos e da oposição ao governo ditatorial, pregando, quase sempre, a moderação e o diálogo, visto que tal grupo foi organizado por mulheres que se denominavam apartidárias. O MFPA foi considerado uma força de resistência pioneira, ao entrar em ação pela anistia política diante da ditadura civil-militar.

Diante desses fatos, verifica-se, também, que essas mulheres do MFPA, representadas pela presidente nacional Therezinha Zerbine, utilizaram o estereótipo feminino na campanha pela anistia, principalmente relacionada ao aspecto familiar; pois diante das prisões, torturas e mortes, as mães, esposas e familiares questionaram onde estavam seus entes queridos que foram retirados do eixo familiar. Desse modo, as estratégias de gênero foram incorporadas à campanha pela paz, união e harmonia da família brasileira, que só seriam alcançadas com a promulgação da anistia.

Já em relação às peculiaridades do núcleo do MFPA sergipano, verifica-se a heterogeneidade de ações nele, dado que, a princípio, algumas mulheres que formaram o comitê eram militantes do PCB e AP, a chamada “tríade subversiva”: Laura Marques, Ana Côrtes e Zelita Correia. Ou seja, antes mesmo de se envolverem na campanha pela anistia, essas mulheres já tinham um histórico de militância atuante diante do contexto ditatorial.

Entre as décadas de sessenta e setenta, elas foram presas; duas delas, Ana Cortês e Laura Marques, torturadas e violentadas sexualmente. As demais militantes do Comitê Feminino eram intelectuais, professoras universitárias e estudantes. Outra questão a pontuar é a participação de homens no núcleo do MFPA de Sergipe. Verifica-se, ainda, de acordo com a narrativa dessas mulheres, em entrevista à autora, por meio da história oral, que foi uma estratégia colocar as mulheres à frente da campanha pela anistia, já que a repressão aos militantes do PCB/SE havia ocorrido em 1976, com torturas e prisões na Operação Cajueiro. Por isso, a ex-militante Zelita Correia (2019) afirmou que as mulheres que estavam em liberdade assumiram o papel de liderar a campanha do MFPA no estado.

Dessa forma, foi organizado aqui no estado um núcleo do MFPA, que deveria seguir à risca o estatuto nacional e as normas estabelecidas pela presidente Therezinha Zerbine. No entanto, o núcleo sergipano, na prática, não seguiu oficialmente essas normas do movimento nacional, posto que dentro do MFPA/SE havia a participação de homens, tornando-o um movimento local, em termos de composição de gênero, compreendido como misto.

Então, no processo de mobilização da sociedade sergipana na campanha pela anistia, nota-se que o MFPA foi formado por mulheres e homens; entre eles, citamos os políticos do MDB/SE, grupo representado pelos parlamentares Jackson Barreto, Jonas Amaral, João Gilvan Rocha, Tertuliano Azevedo e os clérigos da ala progressista da Igreja Católica, Joaquim Antunes Almeida (padre Almeida) Dom Brandão de Castro, bispo de Propriá/SE. Esse grupo atuou conjuntamente no MFPA em passeatas, manifestações, atos e palestras realizadas em Aracaju, no período de 1978 a 1979, na divulgação e mobilização social da campanha pela anistia. Dessa forma, esse agrupamento de formação mista, do ponto de vista de gênero e de atuação conjunta de setores sociais distintos, tornou o núcleo do Movimento Feminino pela Anistia heterogêneo, no campo político e social. Esse fato ficou atestado nos depoimentos dos ex-militantes do MFPA: Ana Soares de Souza, Zelita Correia dos Santos, Tereza Cristina Cerqueira Graça, Ana Maria R. Côrtes, Jackson Barreto Lima. Todos eles afirmaram, em entrevistas à autora, nos anos de 2016, 2018 e 2019, a presença de mulheres e homens como membros do MFPA/SE.

No entanto, apesar da heterogeneidade de gênero do MFPA em Sergipe, o protagonismo feminino na campanha pela anistia é incontestável, visto que foram as mulheres que lideraram esse movimento no estado. Percebe-se que dentro desse núcleo também foram incorporadas, de forma inicial, discussões sobre as questões feministas na época, dado que lutou-se pelo fim das desigualdades, da violência doméstica e da opressão social. Após a promulgação da Lei da Anistia, em 1979, essas mulheres que formaram o núcleo do

MFPA/SE continuaram em ação política e na década de oitenta, no processo de redemocratização do país, a maioria delas organizou o primeiro Conselho Municipal da Condição Feminina de Aracaju, em 1986, uma das poucas instituições formadas no país para discutir a problemática da condição feminina. E ainda, dentro desse Conselho Feminino foi discutida, de forma embrionária, a formação da primeira Delegacia da Mulher, que foi instituída em Sergipe em 1988.

Esse fato revela que a atuação das mulheres no MFPA de Sergipe, na década de setenta, foi uma experiência de militância que surtiu efeito, ao despertá-las no período da redemocratização a atuarem no terreno político, com ações articuladas de mobilizações direcionadas exclusivamente às questões da mulher. Ou seja, a participação na campanha pela anistia foi uma forma de conscientização política, amadurecimento e aprendizado para algumas dessas mulheres.

Nesse sentido, observa-se que os movimentos de mulheres no Brasil, nascidos em meio à ditadura civil-militar, como é o caso do MFPA, que se expandiu pelo país, contribuíram no processo de consolidação da democracia a partir de meados dos anos 1980, de modo que algumas dessas mulheres se inseriram no movimento feminista nesse período, para reivindicar maior participação das mulheres na sociedade. Então, observou-se que com a instauração de governos democráticos, houve, a princípio, o reconhecimento da luta feminina, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, em 1985, e com a ampliação de Conselhos da Condição Feminina em diversos estados brasileiros.

Em Sergipe, verificou-se que a maioria das mulheres do núcleo estadual do Movimento Feminino pela Anistia utilizou a experiência de militância, e, em 1986, formou o primeiro Conselho Municipal da Condição Feminina de Aracaju. Essa pesquisa não se limitou a abordar exclusivamente a campanha pela anistia no estado, foi necessário apresentar, também, o contexto histórico de atuação das mulheres sergipanas na dialética do “antes, durante e depois” do período ditatorial. Assim, essa pesquisa destacou a trajetória dessas personagens que, de formas e ações variadas, lutaram, inicialmente, contra a ditadura, através da campanha pela anistia e, posteriormente, no período de redemocratização, nas reivindicações relacionadas diretamente às questões específicas da mulher.

Nesse sentido, as representantes do MFPA de Sergipe romperam com o papel definido socialmente à mulher, de passividade e reclusão à vida privada, sobretudo relacionado às funções do lar. Ao mesmo tempo, a militância não era algo visto com bons olhos pelo governo ditatorial, tampouco por parcela da sociedade. De modo que as mulheres militantes

foram consideradas “subversivas”, e, muitas vezes, chamadas de “putas comunistas”²²¹ pelos órgãos de repressão da ditadura civil-militar. Esses termos pejorativos e de intolerância de gênero colocavam a atuação política feminina como algo negativo e totalmente desviante do papel determinado às mulheres. Nessa perspectiva, via-se o ativismo político feminino como uma espécie de “desvio” cometido por elas, diante da sociedade e do sistema ditatorial. Assim, de acordo com Colling (2004), as mulheres que ousaram ser militantes no período da ditadura civil-militar foram vistas, por parte da sociedade, como cometedoras de dois pecados: 1- o de desrespeitar o lugar e os padrões aceitáveis para elas na sociedade; 2- o de romper com a estrutura privada familiar, e de, ainda, escolher ser ativista política em um meio onde havia uma preponderância do sexo masculino.

Assim, espera-se que esse trabalho venha a contribuir para o avanço dos estudos históricos da organização política feminina, com ênfase para a análise da história da campanha pela anistia em Sergipe, verificando suas particularidades de ação e o protagonismo feminino, entre 1978 e 1979. Considera-se, ainda, que esse tema é pouco discutido pela historiografia nacional, em especial pela sergipana. Dessa forma, esse trabalho não esgota, e nem assim intenta, todas as possibilidades de estudo sobre essa temática. De modo que a pesquisa aponta e incentiva novos pesquisadores a continuarem o aprofundamento de novos subtemas da história da ditadura sergipana, principalmente considerando o universo de fontes levantadas pela Comissão Estadual da Verdade - Paulo Barbosa de Araújo nos últimos tempos.

Nesse sentido, compreende-se que dar visibilidade à campanha do MFPA significa romper com a “escuridão” da pesquisa acadêmica que valorizava, muitas vezes, os homens militantes e deixava a figura feminina como coadjuvante da história. Mesmo assim, sabe-se que a atuação das mulheres na história política e social do país ainda necessita de mais investigação, tendo em vista a organização cotidiana e a exigência de maior participação política. Embora, no que se refere ao tema da campanha nacional pela anistia, tenha-se constatado a recorrência dessa atuação em muitos trabalhos acadêmicos, valorizando as mulheres como protagonistas da ação política, e, com isso, elas têm alcançado maior expressividade na pesquisa histórica, bem como espaço no cenário político e social brasileiro.

²²¹ Esse termo “puta comunista” é utilizado por Ana Maria Colling. Ver: COLLING, Ana Maria. *As Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. Anais do VIII Congresso Luso Afro- Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 2004.

REFERÊNCIAS:

A - FONTES

1 - Entrevistas Orais

BEZERRA, Ada Augusta Celestino. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 15 de abril de 2016, Aracaju/SE. Acervo da autora.

CRUZ, Maria Elisa da. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 05 de abril de 2016, Aracaju/SE. Acervo da autora.

CÔRTEZ, Ana Maria dos Santos Rolemberg. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 16 de setembro de 2018, Aracaju/SE. Acervo da autora.

DÉDA, Eneida de Azevedo. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 30 de janeiro de 2019, Aracaju/SE. Acervo da autora.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 13 de abril de 2016, Aracaju/SE. Acervo da autora.

LIMA, Jackson Barreto. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 21 de janeiro de 2019, Aracaju/SE. Acervo da autora.

SOUZA, Ana Soares. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 19 de janeiro de 2019, Aracaju/SE. Acervo da autora.

SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevista concedida a Maria Aline Matos de Oliveira. 29 de janeiro de 2019, Aracaju/SE. Acervo da autora.

2 - Entrevistas Publicadas

ARANTES, Maria Auxiliadora: Depoimento. Documentário Damas da Liberdade. Direção de Célia Gurgel. TrioFilmes, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lGrZvFCj414>> acesso em: 14 jan. 2019.

BONAFINI, Hebe: Depoimento. Documentário: *Madres de Plaza de Mayo - La historia*. Direção de Sebastián Mignogna. Argentina: Encuentro, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q1gs891urIg>> acesso em: 08 jan. 2019.

CÔRTEZ, João Bosco Rolemberg: Depoimento concedido a Comissão Estadual da Verdade de Sergipe em 28 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aXEZqZp7S4E&t=109s>> acesso em: 19 mar. 2019.

GRECO, Helena: Entrevista concedida a Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2006/04/23/helena-greco-depoimento/>> acesso em: 07 mar. 2019.

GRECO, Heloisa Amélia: Depoimento. Documentário Damas da Liberdade. Direção de Célia Gurgel. Triofilmes, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lGrZvFCj414>> acesso em: 14 jan. 2019.

MARQUES, Núbia Nascimento (1999). Depoimento. In: Poemas Núbia Marques. Produção de Neu Fontes. Aracaju: Instituto Banese; EDISE, 2016. 1 CD (25 min). Doação de Eneida Azevedo Déda.

MARQUES, Laura Maria Ribeiro: Depoimento concedido a Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, em 22 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aXEZqZp7S4E&t=109s>> acesso em: 20 maio. 2019.

NUNES, Alayde de Miranda Pereira: Depoimento. Documentário Damas da Liberdade. Direção de Célia Gurgel. Triofilmes, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lGrZvFCj414>> acesso em: 14 jan. 2019.

SANTOS, Zelita Rodrigues Correia dos. Entrevista concedida a Cleydson Carlos Santos Vieira. 20 de setembro de 2011, Aracaju/SE. In: VIEIRA, C. C. S. *Anistia: das Disputas Institucionais às Mobilizações da Sociedade Civil Organizada (1975-1979)*. (Monografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. p. 80-82.

ZERBINE, Therezinha Godoy. Entrevista ao programa resistir é preciso, do Instituto Vladimir Herzog, direção de Ricardo Carvalho. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hWsnJELL4Hw>> acesso em: 23 abr. 2018.

_____. 2006. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles. “O Movimento Feminino pela Anistia na luta contra a Ditadura no Brasil”. Entrevista com Therezinha Zerbine, *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n.1, 2019.

3 - Fontes Jornalísticas

DIÁRIO DE ARACAJU. Núcleo do Movimento Feminino pela anistia Instalado em Sergipe. Ano XIII Nº 4.399. Aracaju. 17 de maio de 1978, p.02.

DIÁRIO DE ARACAJU. Lançado Movimento pró Anistia-Núcleo Sergipe. Ano XIII, Nº 4.398. Aracaju. 16 de maio de 1978, p.01.

DIÁRIO DE ARACAJU. Julgamento de Jackson será amanhã. Ano XIII, Nº 4.474. Aracaju. 15 de agosto de 1978, p.03.

DIÁRIO DE ARACAJU. Absolvição com risos e lágrimas. Ano XIII, Nº 4.477. Aracaju. 18 de agosto de 1978, p.03.

GAZETA DE SERGIPE. Jackson crítica Anistia. Ano XXII, Nº 6.236. Aracaju. 06 de julho de 1979, p.06.

GAZETA DE SERGIPE. Estudantes entregam memorial. Ano XXII, Nº 6.099. Aracaju. 19 de julho de 1978, p.05.

GAZETA DE SERGIPE. Anistia. Ano XXIII, Nº 6.198. Aracaju. 15 de janeiro de 1979, p.04.

GAZETA DE SERGIPE. Jonas pedia Anistia ampla e irrestrita. Ano XXII, Nº 5.966. Aracaju. 2 de março de 1978, p.06.

GAZETA DE SERGIPE. Campanha pela Anistia será lançada sábado. Ano XXII, Nº 6.017. Aracaju. 11 de maio de 1978, p.08.

JORNAL DE SERGIPE. Sergipe terá um comitê de Anistia. Ano I, Nº 52. Aracaju. 21 de abril de 1978, p.01.

GAZETA DE SERGIPE. Críticas a Anistia. Ano XXII, Nº 6274, 25 de agosto de 1979, p. 01.

JORNAL DA SERGIPE. Ato público termina com passeata pelo calçadão. Ano II, Nº 409. Aracaju. 4 de agosto de 1979, p. 01.

JORNAL DE SERGIPE. Leopoldo: Anistia não existe. Ano II, Nº 388. Aracaju, 10 de julho de 1979, p.06.

JORNAL DE SERGIPE. Jackson: projeto é capenga. Ano II, Nº 386. Aracaju, 5 de julho de 1979, p.06.

JORNAL DE SERGIPE. Tertuliano: não existe anistia pela metade. Ano II, Nº 387. Aracaju. 07 de julho de 1979, p.02.

JORNAL DE SERGIPE. Ano XXV, Nº 6258, 09 de outubro de 1979, p.04.

JORNAL DA CIDADE. Oposição promove ato contra anistia restrita. Ano VIII, Nº 2.056. Aracaju. 03 de agosto de 1979, p.02.

JORNAL DA CIDADE. MFPA-SE vai continuar luta pela anistia. Ano VIII, Nº 2074, 24 de agosto de 1979, p. 13.

JORNAL DA CIDADE. Convite regional pró-anistia em Sergipe. Ano VIII, Nº 1671, 09 de maio de 1978, p.02.

JORNAL A DEFESA. Anistia. 3ª fase, Nº 630. Própria- SE. 13 de maio de 1978, p. 05.

JORNAL MARIA QUITÉRIA. Núcleos, Ano II, n. 3, 1978, p.06.

JORNAL MARIA QUITÉRIA. A nossa causa e seu Símbolo, Ano I, 1977, p.01.

4 - Obras de Memória e sobre a temática da Anistia

ZERBINE, Therezinha Godoy. *Anistia- Sementes da Liberdade*. São Paulo: Salesianas, 1979.

MARQUES, Núbia N. *Caminhos e Atalhos*. Aracaju: SEGRASE, 1997.

VILELA, Teotônio. *Anistia: Congresso Nacional*. Vol.1. Brasília- DF, 1982

5 - Documentos do Acervo Memorial da Anistia / Brasil Nunca Mais

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Manifesto da Mulher Brasileira, 1975.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Estatuto do Movimento Feminino pela Anistia. 15 de março, 1976, São Paulo.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Ata de Fundação do Movimento Feminino pela Anistia, São Paulo 15 de dezembro de 1975.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Ofício Exmo. Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, General Ernesto Geisel. Palácio do Planalto- Brasília- DF. São Paulo, 31 de julho de 1975.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Ofício para o líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Câmara Federal Brasília- DF. São Paulo, 13 de agosto de 1975.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. A Sua Santidade Papa Paulo VI. São Paulo, 13 de setembro de 1975.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Manifesto a Nação, atentado ao MFPA e a residência de Helena Greco, 19 de abril de 1978.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Apelo aos partidos políticos ARENA e MDB. Therezinha Godoy Zerbine, 1975.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Manifesto a Nação. Relatório do Congresso Nacional da Anistia, São Paulo, 5 de novembro de 1978.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Carta para Simone de Beauvoir – núcleo do Rio de Janeiro. Iolanda Peres, 1979.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Relatório do Congresso Nacional da Anistia, 1978.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia- Carta de Salvador. Salvador- BA, 9 de setembro de 1978.

COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA. Relatório da Terceira Assembleia Geral dos CBA da Europa; em preparação da Conferência de Roma. Executiva do CBA, Jean Marc Der Weid.

I CONGRESSO DA MULHER FLUMINENSE- Participação social e política da Mulher. Comunicado do Movimento Feminino pela Anistia- Núcleo do Rio de Janeiro, 1980.

SILVA, Golbery do Couto e. Ministro chefe Gabinete-Civil. Ofício a Therezinha Godoy Zerbine, presidente do MFPA. Brasília- DF, 1975.

6 - Documentos do Acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe - Paulo Barbosa de Araújo

AC_ACE51929-72. Serviço Nacional de Informação. Assunto, candidatos à UAPPL- Laura Maria Ribeiro. 1972. In: acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe.

ARE_ACE_2974-81. Serviço Nacional de Informação: Agência Central. Documentos de Informações, nº 948/16/AC/72. Assunto: candidatos à UAPP. 23 de agosto de 1972. In: Acervo da Comissão da Estadual da Verdade de Sergipe.

ASV_ACE_4840_82. Serviço Nacional de Informação: Agência de Salvador, confidencial. Antecedente- Zelita Rodrigues Correia. 05 de novembro de 1982.

ASV_ACE_2376_81. Serviço Nacional de Informações: Agência Central. Pedido de Busca. Assunto: Situação atual da subversão nas áreas sob jurisdição das agências regionais de Salvador e Sergipe, nº 136/16/AC/78. Confidencial- julho de 1978. In: Acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe.

ASV_ACE_2376_81. Serviço Nacional de Informações. Agência de Salvador, Confidencial. Assunto: Situação atual nas áreas sob jurisdição da ASV, nº 0109/116/ASV/78. Movimento Feminino pela Anistia- Núcleo de Sergipe. 01 de agosto de 1978. In: Arquivo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe.

ASV_ACE_2376_81. Serviço Nacional de Informações: Agência Central. Pedido de Busca. Assunto: Situação atual da subversão nas áreas sob jurisdição das agências regionais. Confidencial, julho de 1978.

ASV_ACE_276_79. Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional do Estado de Sergipe. Confidencial. Assunto: Movimento Pró-Anistia, informe nº 015, data: 21 de agosto de 1979.

AC_ACE_58849-73, Polícia DF à SCGE/SE- Antecedentes do padre Joaquim Antunes de Almeida. Auditoria da 6ª CJM, inquérito policial nº 06, 29 de dezembro de 1972.

AC_ACE_21900_70. Serviço Nacional de Informações, nº 557. Agência de Salvador. Assunto: Joaquim Antunes Almeida, 28 de outubro de 1970.

ACV_ACE_3303-82. Serviço Nacional de Informações: Agência de Salvador. Assunto- Levantamento da subversão no Estado de Sergipe, confidencial, 1982.

AC_ACE_101395_74. Serviço Nacional de Informações, nº 0197. Agência de Salvador. Assunto: Ala Jovem do MDB criada em Sergipe. Confidencial, 15 de outubro de 1974.

AC_ACE_115108_78. Serviço Nacional de Informações, nº 342, assunto: campanha eleitoral do MDB com vistas às eleições de novembro de 1978. Confidencial, 13 de outubro de 1978.

ASV_ACE_031_79. Serviço Nacional de Informação. Agência de Salvador. 001/115/ASV/79, Jonas da Silva Amaral Neto, prontuário n. 0123 e juízo sintético, assunto: prontuário e juízo sintético dos parlamentares eleitos em 15 de novembro de 1978. Confidencial, 20 de março de 1979.

ASP_ACE-720-79. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações: Agência de São Paulo, informe nº 204, assunto: João Bosco Rolemberg Côrtes, 21 de março de 1979.

ASV_ACE_3262_82. Serviço Nacional de Informações: Agência de Salvador, informe nº 0066. Confidencial, assunto: reconhecimento de militantes e/ou simpatizantes do PC do B no

estado de Sergipe: Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes, João Bosco Rolemberg Côrtes. 27 de abril de 1982.

AC_ACE_100096_80. Serviço Nacional de Informações: Agência de Salvador. Confidencial, nº 269, assunto: D. Luciano Cabral Duarte, denúncia contra D. Helder Câmara. 02 de setembro de 1980.

ACV_ACE_1091_80. Serviço Nacional de Informações: Agência de Salvador. Confidencial, nº 0155, assunto: atividades de grupos religiosos (Dom. Brandão José de Castro). 30 de outubro de 1980.

BR_DFANBSB_AA2_0_0_0021_d0001de0001. Ministério do Exército- 6ª RM, ofício nº 48. Ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Sergipe. Relação de estudantes: Laura Maria Tourinho Ribeiro, Wellington Dantas M. Marques, 10 de março de 1970.

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_83005483_d00001de0001. Serviço Nacional de Informação: Agência de Salvador, nº 029, assunto: levantamento da atuação do clero progressista na área dos estados da Bahia e Sergipe. Confidencial, 19 de maio de 1983.

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76100991_d0001de0001. Serviço Nacional de Informações, nº 784. Agência de Salvador, assunto: Deputado Estadual MDB-SE Jackson Barreto Lima. Confidencial, 21 de setembro de 1976.

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_810011480d0001de0001. Serviço Nacional de Informações, nº 001/115. Agência de Salvador, assunto: prontuário nº 0364 e juízo sintético do Senador João Gilvan Rocha, 10 de abril de 1981.

BR_DFANBSB_NS_AGR_COF_CSO_0068_d0001de0001. Universidade Federal de Sergipe. Assessoria Especial de Segurança e Informações, ofício nº 177/75/ASI/UFSE. Livros para a feira do IV FASC: Geometria do abandono, poesia de Núbia Nascimento Marques. Elvio Brasil Freitas da Cruz, Chefe da Censura do DPF-SE/Censura Federal, 1975.

BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_IMU_08915_d0001de0001. Serviço Público Federal. Divisão de Censura e Divisões Públicas, Departamento de Polícia Federal. Serviço de Censura (DCDP-SE). Letra bloco da anistia, autor: José Carvalho Conceição, 1981.

BR-NA-BSB-VAZ-125-0080. Ministério da Aeronáutica, Segundo Comando Aéreo Regional II Comar. Assunto: Conselho da Condição Feminina de Aracaju- SE, 30 de abril de 1986.

IP1965 CX100. Auditória da 6ª Região Militar (Exército, Marinha e Aeronáutica) Bahia-Sergipe. Inquérito Policial Militar de Zelita Rodrigues Correia dos Santos. Movimento de Cultura Popular do Estado de Sergipe, 1964.

7 - Arquivos Públicos Consultados

Arquivo Público do Estado de Sergipe

Arquivo da Universidade Federal de Sergipe

Biblioteca Pública Epifânio Doria, Aracaju/SE.

8 - Arquivos Privados Consultados

Arquivo de Zelita Rodrigues Correia dos Santos

Arquivo de Núbia Nascimento Marques

Arquivo de Eneida de Azevedo Déda

B- BIBLIOGRAFIA

ACHARD, Pierre. (Org.). *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: vozes, 1980.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado e História: redemoinhos que atravessam os monturos da memória. In: *História: a arte de inventar o passado*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2007.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta Moraes. (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ALVES, Maria Helena Moreira. *O Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil - anos 1960-1980*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

_____. O Círculo de Mulheres brasileiras em Paris: uma experiência feminista no exílio. "Usos do Passado"- XII Encontro de História ANPUH, Rio de Janeiro, p. 1-6, 2006.

BARRIOS, Lorena Antezana. *Pequeñas Historias de Mujeres em Tempo de Ditadura*. Disponível em <<https://revistas.uchile.cl/index.php/RCH/issue/view/929>> acesso em: 31 mar. 2019.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 15-42.

BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales: 1929-1989*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo Sexo: a experiência vivida*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1967.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar ED, 2001.

CARDOSO, Célia Costa. *O Estado de São Paulo sob os Governos Militares (1963-1983)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

_____. *Movimento: um jornal alternativo (1975-1981)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2017.

CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da Memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2012.

CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. *Annales de Bretagne et des pays de L' Ouest*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes Tome 108, n.2, p. 104-128, 2001.

CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CIAMBARELLA, Alessandra. Anistia geral e irrestrita: as relações do estado e sociedade na campanha pela anistia no Brasil (1977-1979). *Anais do Simpósio Nacional de História*. Fortaleza, p. 1- 23, 2009.

CONRADI, Carla Cristina Nack e. Por uma história das mulheres no Paraná: o Movimento Feminino pela Anistia e sua concepção de feminino. *Anais do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidade*, Salvador, p. 1-14, 2013.

COSTA. Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, Niterói, v.4, n. 2, p. 9-35, 2005.

COLLING, Ana Maria. As Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. *Anais do VIII Congresso Luso Afro- Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, p. 1-11, 2004.

CUNHA, Maria de Fátima da. Mulher e Historiografia: Da visibilidade à diferença. *História e Ensino*, Londrina, v.6, p. 141-161, 2000.

CUNHA, Paulo Ribeiro. Militares e Anistia no Brasil: um dueto desarmônico. SAFATLE, Vladimir e TELES Edson. (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p.15-40.

CAMARGO, Ayla. Nas origens do movimento feminista “revisitado” no Brasil: o Círculo de Mulheres de Paris. *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas públicas*, Universidade Estadual de Londrina, p. 71- 80, 2010.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa Feminista Brasileira Pós-1974. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(N.E):264, p. 37-55, setembro-dezembro/2004.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil - Dinâmica de uma intervenção política. *GÊNERO*, Niterói, v.5, n.2, p. 9-35, 2005.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos de Memória- O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

DUBY, Georgy; PERROT, Michelle. *História das Mulheres do Ocidente: o século XX*. Porto: edições Afrontamento, 1994.

DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. *A Luta pela anistia na Bahia: Do Movimento Feminino pela Anistia ao comitê brasileiro pela anistia (1975 - 1979)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Ação Popular, Poder e Golpe de Classe. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

ERGAS, Yasmine. O Sujeito Mulher: feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georgy ; FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). O Tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX In: *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p.314-332, 2002.

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum - militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIRESTONE, Shulamith. *A Dialética do Sexo: um manifesto da Revolução Feminista*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____. *A Ditadura Acabada*. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 2003.

HALBWACHS, Maurice; SIDOU, Beatriz (Trad.). *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

Horvitz Vásquez, M. (2001). Entre lo privado y lo público: La vocación feminina de resguardar la memoria. Recordando a Sola Sierra. *Cyber Humanitatis*. Disponível em: < <https://revistas.uchile.cl/index.php/RCH/article/view/8877/8716> > acesso em: 31 mar. 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 2003.

_____. Documento/Monumento. In: *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 2013.

LIMA, Jackson da Silva. Prefácio do livro: MARQUES, Núbia N. *Caminhos e Atalhos*. Aracaju: SEGRASE, 1997.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.11, n.1, p. 234-241, jan/jun. 2003.

MADRES Y FAMILIARES DE URUGUAYOS DETENIDOS DESAPARECIDOS. *A todos eles*. Montevideo/Uruguai: La Encuadernadora LTDA, 2004.

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros - anistia ontem e hoje*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MELNIKOFF, Eliane Almeida Aires; MELNIKOFF, Ricardo André Aires. A subversão de Núbia Nascimento Marques através da poesia e do Romance. *Interespaço*, Grajaú/MA, v.3, n.9, p. 249-262, maio/ago. 2017.

MELNIKOFF, Eliane Almeida. *Trajetória de Núbia Nascimento Marques: Contribuições para a educação em Sergipe (1978-1999)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro*. São Paulo: FAPESP, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Lucas Monteiro. *As dinâmicas da luta pela anistia na transição política*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PAULA, Adriana das Graças de. *Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. Pensar a democracia: O Movimento Feminino pela Anistia, as Mães da Praça de Maio e os intelectuais. *Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC*, Niterói /Rio de Janeiro, p. 1-16, 2014.

PERROT, Michele. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Dossiê: História das Mulheres no Ocidente. *Caderno Pagu* (4), p. 9-25, 1995.

PERROT, Michele. *As mulheres ou silêncio da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-2012, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-5, 1989.

PORTO, Fabiola Brigante Del. *A luta pela anistia do Regime Militar Brasileiro: A Constituição da Sociedade Civil no país e a construção da Cidadania*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

_____. A luta pela Anistia no Regime Militar Brasileiro. *Revista Perseu*, ano 3, n. 3, p. 44- 72, 2009.

PINSKY, Carla B. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. *História Unisinos*, São Leopoldo, v.15, p. 398-405, set/dez. 2011.

_____. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p.55-69, jan/jun. 2007.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: WOFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Maria Joana. (org.). *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed: Mulheres, 2010.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. A Nova Historiografia Brasileira. *Revista Anos 90*, Porto Alegre. n. 11, p. 73-96, 1999.

_____. As Mulheres da Historiografia Brasileira. In: LOPES, Zélia.(org.). *A história em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação política do movimento estudantil no Brasil 1964 a 1984*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, p. 35-50, maio/agosto. 2004.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. Feminismo no Brasil: Uma trajetória particular. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, p. 38-47, 1988,

SCHWARCZ, Lilian M; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985 In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SILVA, Tania Maria Gomes da. Trajetória da Historiografia das Mulheres no Brasil. *Politéia - História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v.8, n.1, p. 223-231, ago. 2008.

SÁ, Rodrigo Patto. (Org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

SOIHET, Rachel; SOARES, Rosana; COSTA, Suely. A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia. *Revista Gênero*, Niterói, v.2, n.1, p. 7-30, 2001.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A Emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v.27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUZA, André Pinheiro de. *Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) Ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975-1980)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2012.

TEIXEIRA, Kelly Cristina. Helena Greco e o Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais: emoção e política na construção de uma biografia. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, lugares dos historiadores. Velhos e novos desafios*. Florianópolis- SC, 2015.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TIMIÃO, Juliana Segato. *Escritas Feministas: Os Jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1980)*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VIEIRA, Cleidson Carlos Santos. *Anistia de 1979 e transição política: dos projetos e campanhas à luta por justiça e reparação às vítimas sergipanas*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2015.


VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2008.

ANEXOS

CONFIDENCIAL

1639 02


SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

PEDIDO DE BUSCA Nº 136/16/AC/78

DATA : 11 JUL 1978
 ASSUNTO : SITUAÇÃO ATUAL DA SUBVERSÃO NAS ÁREAS SOB JURISDIÇÃO DAS AGÊNCIAS REGIONAIS
 ORIGEM : AC/SNI
 DIFUSÃO : ARJ-APA-ACT-ABH-ASP-AMA-ABE-ASV-AFT-ARS-ACG-NAGO/SNI

1. DADOS CONHECIDOS

a. As recentes medidas tomadas pelo Governo visando a redemocratização do País, estão propiciando o reaparecimento ou surgimento de novas organizações subversivas, que não satisfeitas com a proposição encaminhada ao Congresso Nacional, persistem em sua caminhada cuja finalidade última é a implantação do regime comunista no BRASIL.

b. A exemplo de RICARDO ZARATANI FILHO, outros banidos e exilados deverão retornar ao País.

c. O fim da censura à imprensa estimulou as publicações ditas "mônicas" ou "alternativas".

2. DADOS SOLICITADOS

a. Informar, suscintamente, e obedecendo a sequência abaixo, os seguintes dados:

1) Organizações antigas ou tradicionais atuantes na área dessa AR (separar por Estados, se for o caso):

a) Lideranças

b) Efetivo estimado

CONFIDENCIAL

ESV-ACE-2376-81 - Serviço Nacional de Informações: Agência Central, pedido de busca da situação atual da subversão nas áreas sob jurisdição das agências regionais [Bahia e Sergipe], nº 136, 11 de julho de 1978. In: Acervo da CEV de Sergipe - Paulo Barbosa de Araújo.

15

CONFIDENCIAL

(Continuação da INFORMAÇÃO Nº 0109/116/ASV/78.....Fls 12)

vernantes, direito à segurança de não ser submetido a pressão arbitrária e sobretudo à tortura".

f. Movimento Feminino pela Anistia - Núcleo de SERGIPE


No dia 15 Mai 78, na Assembleia Legislativa do Estado de SERGIPE, foi lançado oficialmente o Núcleo Sergipano do Movimento Feminino pela Anistia, que tem como Presidenta a Professora NÚBIA H. MARQUES, contando com as presenças das seguintes pessoas: Senador MDR/SR GILVAN ROCHA, Dep Est MDR/SE JACKSON BARRETO LIMA, Dep Est MDR/SE LEOPOLDO ARAUJO SOUZA NETO, Dep Est ARENA/SE HORÁCIO DANTAS GOES, Vereadores MDR/AJU/SE - JONAS DA SILVA AMARAL NETO e ARNÁDIO PATRÍCIO DE MELO, candidato Dep Fed MDR/SE Pe. JOAQUIM ANTUNES DE ALMEIDA (celebrante da missa de abertura do referido lançamento), Vice-Presidente do MPPA/BA - ANGELA MARIA DE ALMEIDA FRANCO, Pres DCE/UFSE JOSÉ LUIZ GOMES, Freira DALILA CABTANO (representando Bispo de PROPRIÁ, D. JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO), DENISE ROCHA (representando THEREZINHA ZERRINI) e mais 100 pessoas aproximadamente.

O NOME COMPLETO DE:


- LIEGE DE PAULA É MARIA LIEGE ROCHA DE PAULA;
- ANA GUEDES É ANA MARIA GUEDES;
- MÉRCIA MIRIAM É MÉRCIA MIRIAM PEREIRA DA SILVA; e
- PÁTIMA ARAÚJO É PÁTIMA MARIA FREIRE DE ARAÚJO.

ESV-ACE-2376-81 - Serviço Nacional de Informações: Agência Central, pedido de busca da situação atual da subversão nas áreas sob jurisdição das agências regionais [Bahia e Sergipe], nº 136, 11 de julho de 1978. In: Acervo da CEV de Sergipe - Paulo Barbosa de Araújo.

CONFIDENCIAL



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SALVADOR



ENCAMINHAMENTO Nº 0001/115/ASV/79

DATA : 20 de março de 1979

ASSUNTO : PRONTUARIO E JUÍZO SINTÉTICO DOS PARLAMENTARES ELEITOS EM 15 NOV 78.

ORIGEM : PTX Nº 02326/ASV/78.

REFERÊNCIA : TELEX CIRC AR 094/15/AC/78, DE 13 DEZ.

DIFUSÃO : AC

ANEXOS : A. Quatro Extratos de Prontuários com 31 folhas;
B. Quatro Juízos Sintéticos com 08 folhas.

Em atendimento ao Telex referenciado esta Agência remete, em anexo, os Extratos de Prontuários e Juízos Sintéticos / dos seguintes parlamentares eleitos ou reeleitos em 15 Nov 78:

- AFRÍSIO DE SOUZA VIEIRA LIMA, Extrato do Prontuário nº 0090 fls nºs 01 à 06 e Juízo Sintético nº 0001/115/ASV/79, de 16 Mar, com 02 fls;
- HILDERICO PEREIRA DE OLIVEIRA, Extrato do Prontuário nº 0183 fls nºs 01 à 07 e Juízo Sintético nº 0002/115/ASV/79, de 16 Mar, com 02 fls;
- JONAS DA SILVA AMARAL NETO, Extrato do Prontuário nº 0123 fls nºs 01 à 11 e Juízo Sintético nº 0003/115/ASV/79, de 20 Mar, com 02 fls;
- LUIZ HUMBERTO PRISCO VIANA, Extrato do Prontuário nº 0347 fls nºs 01 à 07 e Juízo Sintético nº 0004/115/ASV/79, de 20 Mar, com 02 fls.

Handwritten signature

ASV-ACE-031-79 - Serviço Nacional de Informações: Agência de Salvador, prontuário de Jonas da Silva Amaral neto, nº 0123 e juízo sintético dos parlamentares eleitos em 17 de novembro de 78. 20 de março de 1979.



(CONTINUAÇÃO DE PRONTUÁRIO).....FL. Nº 09

N O M E: JONAS DA SILVA AMARAL NETO

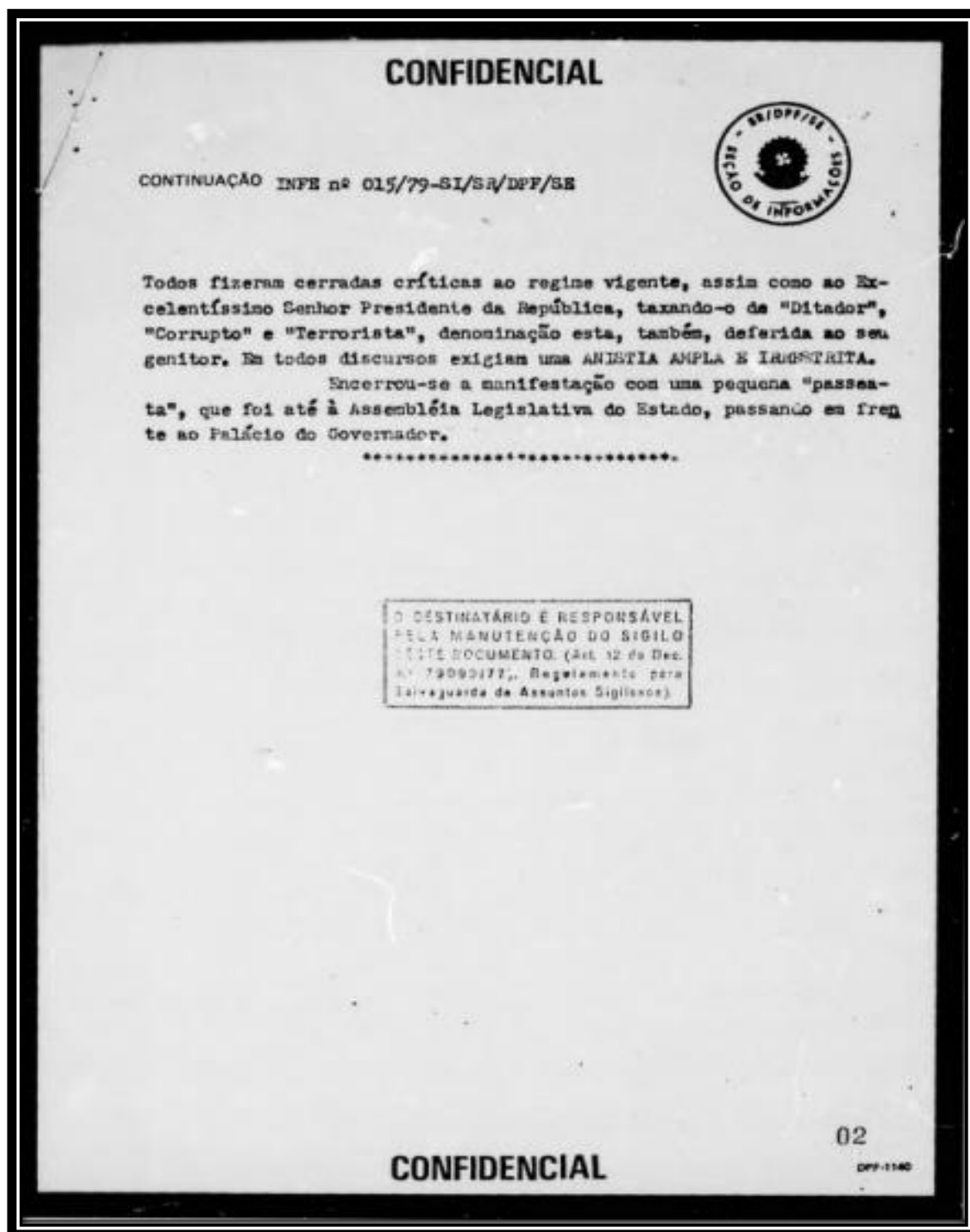
Pront. nº 0123

D A T A	ORIGEM	H I S T Ó R I C O
02 Mai 78 imfa.	ASV/SNI	ta, como também recíproca, atingindo a torturados e torturadores..." (REF:-INPÃO nº0019/115/ASV/78, de 29 Mar ACE nº 0898/78).
14 Jul 78	IMPrensa	- No Jornal referenciado, consta que está sendo articulado em SERGIPE, pela / Profª NUBIA MARQUES, o "Comitê Sergipano pela Anistia" com o objetivo de trazer para o Estado a luta em favor da concessão da anistia ampla e irrestrita a todos os presos e exilados políticos no / Brasil. Segundo, ainda, a mesma fonte, apesar da movimentação existente em todo o País, nenhuma manifestação até o presente foi feita naquele Estado; a atuação tem se limitado a pronunciamentos feitos por políticos emedebistas, dentre eles o NOMINADO. O presente ACE encontra-se em processamento nesta ASV. (REF:-Recorte do "Jornal de Sergipe", de 21 Abr 78 - ACE nº 1404/78).
14 Jul 78 imfa.	ASV/SNI	- O NOMINADO encontra-se relacionado entre os parlamentares oposicionistas que, em Jun 78, fizeram pronunciamentos contestatórios ao Governo Federal e à Revolução de Mar 64. Em sessão plenária realizada em 23 Mai 78, na Câmara Municipal de Aracaju, o NOMINADO defendeu a concessão de anistia ampla, irrestrita e recíproca, afirmando que, em nome da Segurança Nacional, usada para exilar, prender e processar, também foram praticados atos terroristas, citando como exemplo o caso PARASAR. (REF:-INPÃO nº0034/115/ASV/78, de 30 Jun ACE nº 1534/78).

ASV-ACE-031-79 - Serviço Nacional de Informações: Agência de Salvador, prontuário de Jonas da Silva Amaral neto, nº 0123 e juízo sintético dos parlamentares eleitos em 17 de novembro de 78. 20 de março de 1979.

CONFIDENCIAL		02396
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO Estado de Sergipe		
INFORME Nº 015/79-SI/SR/SE		
DATA	21 AGO 79	
ASSUNTO	MOVIMENTO PRÓ-ANISTIA	
REFERÊNCIA	:	
ORIGEM	SI/SR/DPP/LE	
AValiação	A-1	
ÁREA	:	
DIFUSÃO ANTERIOR:		
DIFUSÃO	CI/DPP - ASV/UNI - 28º BC - SEP/SE - PA/SE - CP/SE	
ANEXOS	:	
<p>Às 17:00 horas do dia 03 AGO 79, no "Calçadão" da Rua João Pessoa, desta Capital, houve uma manifestação popular, com cerca de 100 pessoas, na sua maioria estudantes, organizada pelo MDB/SE, Comissão Pró-Direitos Humanos, Movimento Pró-Anistia - Núcleo Sergipe, DCE/UFSE e DCE/UFPE, em favor da ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA.</p> <p>Iniciou-se com uma apresentação da peça teatral "A HISTÓRIA DO PODER", encenada por estudantes da UFSE, contendo severas críticas ao regime vigente.</p> <p>Em seguida, discursaram várias pessoas: O Senador GILVAN NOCHA (MDB/SE); o Deputado Federal (MDB/SE) JACKSON BARRETO LIMA; os Deputados Estaduais (MDB/SE) GUIDO AZEVEDO e LEOPOLDO DE ARAÚJO SOUZA NETO; o Suplente de Deputado Federal (MDB/SE) JOAQUIM ANTUNES DE ALMEIDA, mais conhecido como "PADRE ALMEIDA", representando a Comissão Pró-Direitos Humanos; CLÍMACO CÉSAR SIQUEIRA DIAS, presidente do DCE/UFSE; o presidente do DCE/UFPE (não identificado); MARIA MANGUEIRA, representando o Movimento Feminino Pró-Anistia - Núcleo Sergipe; e o operário MILTON CORREIO CARVALHO, ex-presos político, que teria ficado cego devido a torturas sofridas no interior do 28º BC. Te-</p>		
CONFIDENCIAL		01 DPP-1137

ASV-ACE-276-79 - Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal-Superintendência Regional do Estado de Sergipe, informe nº 15: assunto: Movimento Pró-Anistia, 21 de agosto de 1979. In: Acervo da CEV de Sergipe-Paulo Barbosa de Araújo.



ASV-ACE-276-79 - Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal-Superintendência Regional do Estado de Sergipe, informe nº 15: assunto: Movimento Pró-Anistia, 21 de agosto de 1979. In: Acervo da CEV de Sergipe-Paulo Barbosa de Araújo.